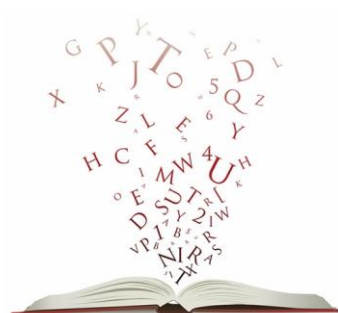


I Workshop Internacional de Pragmática:

teorias, perspectivas, diálogos e aplicações

27, 28 e 29 de agosto de 2012

ANAIS ELETRÔNICOS



Universidade Federal do Paraná

Rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – Campus Reitoria
Curitiba – Paraná – CEP: 80060-150

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANAIS ELETRÔNICOS DO I WORKSHOP
INTERNACIONAL DE PRAGMÁTICA

1º Edição

Curitiba

SCHLA – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
2013

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Aristeu Mazuroski Jr

Crisbelli Domingos Brunet

Elena Godoi

Juliana Camila Milani da Silva

Mariana Paula Muñoz Arruda

Coordenação Editorial

Elena Godoi

Revisão

Crisbelli Domingos Brunet

Juliana Camila Milani da Silva

ISBN: 978 - 85 - 99229 - 17 - 0

Observação Editorial:

Os títulos e textos aqui incluídos são de responsabilidade dos autores.

Conselho Editorial

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Elena Godoi (UFPR)
Prof. Dr. José Borges Neto (UFPR)
Doutoranda Mariana Paula Muñoz Arruda (UFPR)
Mestra Priscilla Ferro Ricci (UNESP)
Mestrando André Luiz de Oliveira Almeida (UFPR)
Mestranda Crisbelli Domingos Brunet (UFPR)
Mestranda Juliana Camila Milani da Silva (UFPR)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Luzia Schalkoski Dias (PUCPR)
Prof. Dr. Márcio Renato Guimarães (UFPR)
Prof. Dr. Rodrigo Borges de Fáveri (Unipampa)
Prof. Dr. Sebastião Lourenço dos Santos (UEPG)
Profa. Dra. Teresa Cristina Wachowicz (UFPR)
Prof. Me. Aristeu Mazuroski Jr. (Doutorando UFPR)
Prof. Me. Maurício Fernandes Neves Benfatti (Doutorando UFPR)

SUMÁRIO

Teoria da relevância e aquisição de LE	08
<i>Aline Vieira Vargas (PUCRS)</i>	
A constituição da identidade feminina no discurso do forró eletrônico	17
<i>Amanda Abreu Costa (UECE) e Claudiana Nogueira de Alencar (UECE)</i>	
A emoção como forma de polidez em comunicação organizacional	28
<i>Anne Carolina Festucci (UFPR) e Gabrielle Staniszewski (UFPR)</i>	
A pragmática y los actos de habla: creación de interacciones activas y reales en la enseñanza del español como segunda lengua o lengua extranjera ESL/ELE	35
<i>Armando González Salinas (UANL)</i>	
Com licença: vamos falar de estratégias de polidez em contexto sociocultural brasileiro	46
<i>Cibele Brandão de Oliveira (UnB) e Erika Hoth Guerra Sathler (UnB)</i>	
Algumas considerações sobre lógica e palavras de emoção	56
<i>Claudia Strey (PUCRS)</i>	
A construção intersubjetiva de sentidos no ambiente de um fórum eletrônico	71
<i>Erika Assunção dos Santos (UECE) e Maria Helenice Araújo Costa (UECE)</i>	
Valor ilocucionário e discurso suicida: potencialidades argumentativas em textos produzidos por suicidas	81
<i>Evandro de Melo Catelão (UFPR)</i>	
Significado musical e significado linguístico: vantagens metodológicas na comparação	94
<i>Fabio Mesquita (UFPR)</i>	
A progressão de vocês/ustedes e a perda de vós/vosotros: um estudo comparativo desde a pragmática	103
<i>Francisco Javier Calvo del Olmo (UFPR)</i>	
Retórica e atos de fala: um diálogo possível?	113
<i>Guida Fernanda Proença Bittencourt (UFPR)</i>	
Estratégias de envolvimento na produção de humor	123
<i>Krícia Helena Barreto (UFJF)</i>	
A semântica da teoria da relevância: uma abordagem cognitivo-evolutiva para a interface semântico-pragmática	137
<i>Maurício Fernandes Neves Benfatti (UFPR)</i>	

Estudo pragmático da entoação em duas variedades do espanhol: as atitudes proposicionais em enunciados assertivos e interrogativos totais de Buenos Aires e de Córdoba.....	148
<i>Natalia dos Santos Figueiredo (UFRJ) e Leticia Rebollo Couto (UFRJ)</i>	
Poética cognitiva: a pragmática na comunicação literária.....	160
<i>Rodrigo Bueno Ferreira (UFPR) e Elena Godoi (UFPR)</i>	
Linguagem e cognição: uma abordagem interdisciplinar dos processos de interpretação humana.....	170
<i>Sebastião Lourenço dos Santos (UEPG)</i>	
Do lapso da fala e modelos interpretativos: uma abordagem pragmática tricotômica.....	181
<i>Selmo Ribeiro Figueiredo Junior (UFPR)</i>	
From assumptions to actions and vice versa: the dialogical rationality and the expressive dialogue as a form mediation.....	192
<i>Stéphane Dias (PUCRS)</i>	
Indiretividade e polidez: uma relação sempre possível?	200
<i>Luzia Schalkoski Dias (PUCPR/UNINTER)</i>	

O I Workshop Internacional de Pragmática: teorias, perspectivas, diálogos e aplicações, promovido pelo Grupo de Pesquisa “*Linguagem e Cultura*” (UFPR/CNPq) teve por escopo criar a oportunidade de congrega professores, pesquisadores, estudantes e demais interessados nesta área da linguística e suas relações interdisciplinares. A proposta do evento também foi a de apresentar novas pesquisas, promover o intercâmbio de experiências entre pesquisadores nacionais e estrangeiros, assim como, contribuir para divulgação e socialização dos conhecimentos produzidos. E, principalmente, promover o desenvolvimento dos estudos da Pragmática no Brasil.

TEORIA DA RELEVÂNCIA E AQUISIÇÃO DE LE

Aline Vieira Vargas (PUCRS)
alinevieiravargas@gmail.com

RESUMO: Este trabalho busca examinar de que forma preceitos da Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986, 1995) podem contribuir para explicar diferentes aspectos do aprendizado de língua estrangeira. Nos últimos anos, houve muitos estudos que aproximaram Teoria da Relevância e tradução, mas poucos examinaram o potencial de aplicação desta teoria para o ensino de LE. Contudo, há uma relação muito estreita entre a Teoria da Relevância e o ensino de LE, uma vez que a maior parte das abordagens didáticas utilizadas hoje em dia se ancora em abordagens comunicativas e busca desenvolver a competência comunicativa do aprendiz - e não somente a competência gramatical. A Teoria da Relevância, sendo um modelo da comunicação humana, pode contribuir de diversas formas. Pode auxiliar, por exemplo, a entender o tipo de *input* mais adequado a ser utilizado, ou, ainda, ajudar a entender melhor aspectos da interlíngua do aprendiz.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da relevância; Ensino de LE; Pragmática.

1 Introdução

Este trabalho é uma tentativa de explicar diferentes aspectos do ensino e aprendizagem de segunda língua utilizando preceitos da Teoria da Relevância (TR). Embora a maior parte dos métodos de ensino de L2 se declarem comunicativos, há pouca influência de teorias pragmáticas na sua concepção – e quando há, se trata sobretudo da Teoria dos Atos de Fala. Tencionamos com este trabalho mostrar o quanto pode ser profícuo relacionar Teoria da Relevância e teorias de aquisição de segunda língua (ASL). Com este objetivo, retomamos alguns trabalhos que relacionaram TR e ASL, e, ao fim, propomos também a análise de um fenômeno via TR. Mas antes de começar, vejamos alguns pontos centrais desta teoria.

A Teoria da Relevância é um modelo inferencial que se opõe à visão tradicional da comunicação como um simples processo de codificação e decodificação. Para Sperber & Wilson, além da simples decodificação, comunicar envolve intencionalidade, e é importante identificar a intenção do falante para que um enunciado possa ser interpretado corretamente. Segundo estes autores, há dois tipos de intenções em jogo no processo comunicativo: a intenção informativa e a intenção comunicativa. A primeira diz respeito à intenção do interlocutor em informar algo, e a segunda informa o ouvinte sobre esta intenção. Desta forma, a intenção de informar algo não é somente manifesta, mas mutualmente manifesta para ambos os interlocutores.

O grau de relevância de um estímulo é variável e dependente do contexto. Estímulos ostensivos, porém, carregam consigo uma presunção ou expectativa de relevância (a que os autores chamam de princípio comunicativo de relevância). O princípio cognitivo de relevância, por sua vez, estabelece que a cognição humana é dirigida para a maximização da relevância. Um *input* relevante é aquele que produz um efeito cognitivo positivo, modificando ou aperfeiçoando a representação do mundo de um indivíduo. Quanto maior o efeito, maior a relevância. Por outro lado, quanto maior for o esforço de processamento, menor será a relevância. A caracterização da relevância, portanto, dá-se em termos de efeito cognitivo e esforço de processamento, buscando sempre o maior efeito pelo menor esforço.

Sperber & Wilson afirmam que é esta tendência universal para maximizar a relevância que nos permite prever e manipular estados mentais dos outros, produzindo, por exemplo, um estímulo que provavelmente atraia a atenção do interlocutor. Além disso, é de interesse do comunicador ser compreendido, por isso tende a produzir o estímulo ostensivo mais simples possível (de acordo com as suas capacidades e preferências) e fornece evidências para os efeitos cognitivos que busca alcançar. O contexto, neste quadro teórico, é definido como um conjunto de suposições que um indivíduo possui sobre o mundo e que é utilizado na interpretação dos estímulos. Este contexto não é dado, mas selecionado de modo a maximizar a relevância da suposição a ser interpretada. O contexto pode ser formado pelos enunciados anteriores (armazenados na memória de curto prazo), pelo contexto físico, pelo conhecimento enciclopédico, etc. O objetivo de alcançar a máxima relevância é que determina a escolha de um determinado contexto, já que este pode aumentar ou diminuir a relevância de uma proposição.

2 Teoria da Relevância e aquisição de LE

2.1 *Feedback*, irrelevância e *input* – CARROLL (2001)

Segundo Carroll (2001), não há consenso na literatura de Aquisição de Segunda Língua (ASL) sobre qual tipo de exposição um aprendiz necessita para aprender uma nova língua, nem de quanta exposição é necessária. Para ela, o *input* para o aprendizado de uma língua não pode ser uma propriedade objetiva da fala ou as propriedades físicas de uma página de um livro. O aprendizado de uma língua requer a transformação das ondas acústicas ou dos padrões de luz detectados pelo olho em representações mentais de um tipo particular. Somente estas representações mentais podem servir de ponto de partida para o aprendizado. Explorar esta transformação dos padrões de luz ou das ondas acústicas em representações mentais requer uma ligação entre as teorias de aquisição da linguagem e as pesquisas sobre o

seu processamento. Infelizmente, na opinião da autora, as pesquisas sobre o processamento da linguagem tem tido pouca influência nos trabalhos da área de aquisição, que se centra muito mais em ideias advindas da teoria gramatical, em particular, a teoria de Princípios e Parâmetros.

Outra questão levantada pela autora se refere ao *feedback* ou correção, uma técnica que tem uma função na criação de novas formas de conhecimento gramatical. No entanto, para que o *feedback* seja efetivo, deve ser compreendido como tal, recebendo uma interpretação metalinguística. Em outras palavras, o aprendiz deve ser capaz de perceber que o interlocutor está chamando a sua atenção sobre um erro na forma da sua produção linguística, e para que isso aconteça deve formar uma representação conceitual do seu próprio enunciado. Deste modo, o significado influencia a reestruturação gramatical. Para Carroll, a correção/*feedback* deve ser irrelevante - nos termos da TR - para o discurso em andamento para que a atitude corretiva do interlocutor/professor possa ser reconhecida. A habilidade de reconhecer esta intenção, além disso, requer modelos mentais complexos do que é uma interação verbal e quais os comportamentos comunicativos adequados.

Um enunciado como “Isto está errado”, por exemplo, permite diversas interpretações. O pronome dêitico, por exemplo, pode se referir a um número infinito de objetos no mundo. Para que o aprendiz entenda este enunciado como *feedback*, deverá eliminar todas as referências que são irrelevantes naquela situação, pois não há nada intrínseco nestes enunciados que os caracterize como formas de *feedback* e correção. Tais enunciados irão adquirir a função de *feedback* somente em contextos particulares de discurso que encorajem o aprendiz a construir uma interpretação metalinguística. Para a autora, o *feedback* é um tipo de ato de fala, pois o corretor o utiliza para realizar uma ação, qual seja, corrigir o aluno. Interpretando o *feedback* via Teoria da Relevância, pode-se dizer que o locutor assume que o ouvinte está interessado em formular seus enunciados corretamente, de acordo com as regras e as convenções sociolinguísticas da comunidade em que se encontram. Além disso, o locutor crê que chamar a atenção do ouvinte para o erro será mais eficaz se feito logo após o ouvinte tê-lo cometido. No entanto, identificar o erro força o corretor a abandonar o objetivo comum da conversa e mudar para um discurso metalinguístico. Isto leva a uma tensão, pois o enunciado com o *feedback* é irrelevante para o propósito da conversa naquele momento, provocando uma ruptura no discurso. Esta ruptura só poderá ser resolvida se o aluno for capaz de atribuir algum objetivo alternativo para tal enunciado. O que o impele nesta direção é o Princípio Comunicativo de Relevância (todo ato ostensivo carrega sua própria presunção de relevância ótima). No entanto, não há garantias de que a inferência correta seja feita. Além

disso, se o aluno não puder decodificar e interpretar o estímulo por estar em um estágio inicial de aprendizado, o *feedback* terá seu papel reduzido.

Por este motivo, Carroll argumenta que *feedback* e correção têm um papel muito pequeno durante os primeiros estágios de aquisição, quando a capacidade de segmentar e interpretar enunciados na nova língua ainda é limitada. Caso se insista em usar *feedback*, este terá que ser na L1. Por outro lado, há um maior custo em processar um *feedback*, já que primeiro ouvinte deve identificar a irrelevância daquele enunciado para o diálogo em jogo, só depois podendo inferir a intenção do emissor. Para a autora, é essencial que o ouvinte seja capaz de identificar a irrelevância, caso contrário pode haver mal-entendidos. A autora traz um exemplo ilustrativo – que transcrevemos a seguir - em que a intenção corretiva do emissor não é reconhecida, o que causa desentendimento:

Situação: O falante A está lendo um guia turístico em alemão e simultaneamente traduzindo para o inglês.

A: ...he had a daughter *which* was married to/

B: WHO

A: Denis

B: WHO! He had a daughter WHO

A: DENIS!

B: No! I'm correcting you. "He had a daughter WHO. Not WHICH! It's animate.

No exemplo, A não entende a correção de B porque interpreta "who" como uma pergunta, não como uma correção. Ocorre que "who" (geralmente traduzido como "quem" em português) pode ser usado quer como pronome interrogativo, quer como pronome relativo. Ao ouvir "who", A infere que o seu interlocutor não entendeu quem tinha uma irmã, e, por isso, repete que foi Denis. Somente após um tempo entende a atitude corretiva. De fato, "which" é utilizado somente para referir seres inanimados, não podendo ser utilizado para substituir "daughter".

Como demonstrado pelo exemplo, o ouvinte busca sempre a interpretação mais relevante para cada enunciado – o que envolve o melhor balanço entre custo e efeito. No exemplo isto significa interpretar "who" como uma pergunta, não como uma correção. Porque a interpretação metalinguística envolve maior custo, ela é evitada. No entanto, alguns ambientes são mais propícios para a interpretação de *feedback* e correção, pois tais ambientes levam à criação de modelos mentais (um modelo em que um expert corrige o aluno, por exemplo).

Para Carroll, o *feedback* vem sendo superestimado nas discussões sobre o aprendizado de língua. Assume-se que todo o *feedback* contribui com uma informação nova para o aluno, o que não é sempre verdade. Uma vez que um aprendiz adquire uma distinção gramatical, sendo capaz de reproduzi-la, o feedback somente irá informar ao aprendiz o fato de ele ter cometido um erro de performance. Certamente isto não é trivial, pois auxilia o aluno a monitorar a sua produção. No entanto, não o levará a reestruturar a sua gramática mental. Além disso, a identificação da intenção corretiva não leva necessariamente ao reconhecimento do tipo de erro implicado (sintático, fonológico, pragmático, etc.), o que custará um esforço adicional e, mais uma vez, sujeito a falha.

A autora conclui que quanto mais o aluno tiver que basear a sua inferência em informações armazenadas na sua memória de longo prazo, menor será a probabilidade que identifique a intenção corretiva do interlocutor. Contrariamente ao que normalmente se encontra na literatura da área, portanto, a autora acredita que o melhor *feedback* é aquele mais explícito (diminuindo o esforço de processamento e, conseqüentemente, aumentando a sua relevância como metalinguagem).

2.2 Teoria da Relevância e *input* – NIZEGORODCEW (2007)

Nizegorodcew argumenta que o processo de inferir significados através de enunciados produzidos pelo professor na L2 não é tão simples quanto na L1, pois há dois obstáculos para a interpretação automática dos produtos do processo de decodificação na L2: o conhecimento incompleto do código, e a irrelevância da interpretação semântica dos enunciados.

Para a autora, a TR poderia explicar por que aprendizes de L2 muitas vezes desconsideram a correção gramatical desde que possam se comunicar. Em outras palavras, a TR poderia explicar por que aprendizes frequentemente não dão atenção para a forma, se satisfazendo com significados incompletos ou incorretos. Além disso, a autora crê que se o código é só parcialmente conhecido pelo aprendiz, às formas da L2 podem, algumas vezes, se tornar o foco de atenção deles, no lugar dos significados transmitidos por essas formas. Se um aluno, por exemplo, está interpretando o enunciado de um professor como uma exemplificação de um aspecto gramatical, é provável que este aspecto se torne mais relevante que o próprio significado do enunciado.

A autora acredita, além disso, que a TR pode elucidar um dos assuntos mais controversos nas teorias de aquisição de segunda língua, qual seja, se prestar atenção em um *input* necessariamente envolve um processo consciente. Na TR o *input* não é tratado como pelo ouvinte. Para a TR, os seres-humanos buscam a informação mais eficiente, ou seja, a

informação que lhes permita derivar suposições contextuais com o menor gasto de energia, mas este processo não é consciente ou voluntário. O que se torna consciente é o resultado deste processo, ou seja, a compreensão do *input*.

Nizegorodcew chama atenção para o fato de existirem dois tipos de uso comunicativo da linguagem em sala de aula: a comunicação real e a comunicação simulada. A comunicação real ocorre quando o assunto é a própria sala de aula ou o aprendizado. A comunicação simulada, por outro lado, envolve a produção controlada em que o aluno pratica a sua fluência. Neste tipo de tarefa, os estudantes costumam estar mais concentrado sem seguir as instruções do livro do que em manifestar as suas próprias ideias.

Consequentemente, as estimativas de relevância neste tipo de tarefa são diminuídas, principalmente se o professor deixa explícito que o objetivo da atividade é somente praticar a fala. O problema deste tipo de atividade é que a realização da tarefa se torna o objetivo principal, e é muito comum que os alunos acabem utilizando a L1 para realizá-la com menor esforço. A autora acredita, porém, que discussões sobre temas gerais (política, esportes, educação, etc.), que envolvam os aprendizes pessoalmente, conseguem ser mais efetivas, mesmo que o assunto seja proposto pelo professor (sendo, pelo menos um pouco, simulada).

2.3 Aquisição do artigo definido *the* – ZEGARAC (2004)

Zegarac procura explicar através da Teoria da Relevância a aquisição do artigo definido do inglês (*the*) por aprendizes cujo sistema linguístico da língua materna não apresenta um sistema de artigos. Segundo ele, a Teoria da Relevância possibilita uma caracterização explícita da semântica de *the* e tal caracterização poderia ser usada no ensino. O autor argumenta, além disso, que a Teoria da Relevância, através das suas suposições sobre a comunicação humana, pode ajudar a prever padrões de erros no uso de *the* por falantes de L2. Para o autor, a análise procedural do *the* é mais plausível do que uma caracterização da sua semântica em termos de traços binários - como é apresentado algumas vezes em manuais. A TR caracteriza descrições definidas como unívocas, com 'o f' indicando um conceito individual associado com a informação de que é um único F (em um contexto pragmaticamente acessível). Interpretações genéricas envolvem acessar conceitos individuais que representam os indivíduos típicos daquela classe. Neste sentido, o artigo definido contribui para a interpretação do enunciado indicando que o conceito individual denotado pelo NP está disponível em um contexto que o ouvinte pode acessar facilmente.

Esta caracterização do artigo *the* é muito diferente, segundo Zegarac, das definições encontradas na literatura de aquisição de L2. No entanto, por codificar conteúdo procedural – e

não conceitual -, a explicação da TR pode ser difícil de ser entendida pelos aprendizes de L2. Afinal, sabe-se que o conhecimento procedural é geralmente implícito, sendo mais difícil de ser verbalizado. Além disso, para Schmidt (1995), a aquisição de conhecimento procedural ocorre de maneira implícita, não sendo afetado por instrução formal. Uma vez que o ensino de línguas é basicamente declarativo, o problema de como ensinar o conhecimento procedural surge. No entanto, Zegarac acredita que a caracterização do *the* pela TR seja uma estratégia coerente que pode ser ensinada e usada por aprendizes.

O autor conclui chamando atenção para o fato de que, embora o processo da aquisição seja aberto a muitas influências, as pesquisas revelam padrões claros de aquisição, que parecem resultar de fatores mais gerais. Para ele, a TR pode explicar alguns destes fatores, tendo implicações claras para o ensino e a pesquisa no ensino de L2.

3 Teoria da Relevância e Transferência Pragmática

Na seção anterior examinamos três estudos que relacionaram a Teoria da Relevância com a aquisição de segunda língua. Nesta seção propomos uma análise original de um fenômeno via Teoria da Relevância, baseando-nos principalmente no trabalho de Carroll (2001).

Segundo Scheeren (2006), a falha pragmática de um estrangeiro com fluência na LE raramente é percebida como um erro pelo falante nativo, como ocorre com o erro gramatical, mas é encarada como uma transgressão às normas sociais daquela cultura. Em outras palavras, os falantes nativos tendem a interpretar transferências pragmáticas como intencionais, raramente reconhecendo que se trata, na realidade, de um erro ou desconhecimento por parte do aprendiz de uma determinada regra pragmática. O que iremos propor nesta seção é que, assim como o *feedback* na proposta de Carroll (2001), a transferência pragmática só é percebida se houver uma ruptura no discurso. Como vimos em relação ao *feedback*, a interpretação metalinguística requer maior esforço para ser interpretada. Além disso, a não ser que haja indícios de que é este o tipo de interpretação pretendida, o ouvinte primeiro tenta interpretar o enunciado metalinguístico dentro do contexto do discurso, ou seja, não como metalinguagem.

O que parece acontecer no caso da transferência pragmática é que o ouvinte prefere interpretar o enunciado inadequado pragmaticamente como uma transgressão, e não como um erro, uma vez que a segunda interpretação requer maior esforço de processamento, diminuindo a sua relevância em relação à primeira possibilidade de interpretação. Adicionalmente, há o fato de a competência pragmática se tratar de um conhecimento muito

mais implícito do que o conhecimento gramatical, pois este último é ensinado em alguma medida nas escolas (embora, é claro, também seja implícito em muitos aspectos).

No entanto, nem sempre a transferência pragmática passa despercebida. Em Pallotti (2003) encontramos um bom exemplo. Segundo o autor, é muito comum que italianos aprendizes de inglês usem a forma *please* (por favor) como resposta ao agradecimento *thank you* (obrigado), provavelmente relacionando *please* com *prego*, uma palavra italiana que pode ser traduzida por “de nada”, mas também por “por favor”. Este tipo de transferência, porém, provavelmente provoca uma ruptura no discurso, já que é difícil imaginar um contexto em que “por favor” (*please*) pudesse ser relevante como resposta a “obrigado” (*thank you*). No entanto, na maior parte das vezes a transferência pragmática não provoca uma ruptura, sendo prova disso o grande número de estudos que demonstram que a transferência linguística é muito mais facilmente percebida do que a transferência pragmática, o que pode, inclusive, dar origem a estereótipos (SCOLLON&SCOLLON,1981). Este poderia ser o caso, por exemplo, de um japonês que se encontrasse em um país como os Estados Unidos e que emitisse um enunciado como “Eu gosto de café” com a intenção de pedir um café. Dificilmente a sua intenção seria reconhecida, e tal enunciado seria provavelmente interpretado como uma expressão do seu gosto pessoal. Deste modo, parece haver uma relação direta entre o reconhecimento de um erro devido à transferência pragmática e a irrelevância deste enunciado para o diálogo em questão. Somente ao falhar na primeira tentativa de interpretação do enunciado é que, impelido pelo Princípio Comunicativo de Relevância (todo ato ostensivo carrega sua própria presunção de relevância ótima), o ouvinte buscará interpretações alternativas, reestabelecendo a coerência do diálogo.

4 Considerações finais

Com este trabalho esperamos ter mostrado que a aproximação entre a Teoria da Relevância e os estudos de aquisição de língua estrangeira não é só útil como desejável. Além disso, se a TR é um modelo da comunicação humana, deve ser capaz, no mínimo, de lucidar questões que envolvem a comunicação intercultural e a comunicação em sala de aula. Deste modo, acreditamos que esta aproximação pode gerar bons frutos.

Referências

CARROLL, S. E. (2001). *Input and Evidence: the raw material of second language acquisition*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

CLANCY, P. M. (1986). The acquisition of communicative style in Japanese. In: OCHS, D. and SCHIEFFELIN, B. B. (eds.). *Language acquisition and socialization across cultures*. New York: Cambridge University Press.

KRASHEN, S. D.(1987). *Principles and Practice in Second Language Acquisition*. London:Prentice-Hall International.

NIZEGORODCEW, A. (2007). *Input for Instructed L2 Learners: The Relevance of Relevance*. Toronto: Multilingual Matters.

PALLOTTI, G. (2003). *La seconda lingua*. Milano: Bompiani.

SCHEEREN, C. M. (2006). *Inadequações pragmalingüísticas no processo de aprendizagem do italiano como língua estrangeira por falantes de português*. Porto Alegre: UFRGS.

SCHMIDT, R. (1995). Consciousness and foreign language learning: A tutorial on attention and awareness in learning. In: SCHMIDT, R. (ed.). *Attention and awareness in foreign language learning*. Honolulu: University of Hawai.

SCOLLON , R & SCOLLON, S. (1981). *Narrative, literacy, and face in interethnic communication*. Norwood, NJ: Ablex.

SPERBER, D. & WILSON, D. (1995). *Relevance: communication & cognition*. 2. ed. Cambridge: Blackwell.

ZEGARAC, V. A (2004). Relevance Theory and the in second language acquisition. *Second Language Research*,20. 2004, 193-211.

A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NO DISCURSO DO FORRÓ ELETRÔNICO.

Amanda Abreu Costa (UECE)

amandaabreucosta@gmail.com

Claudiana Nogueira de Alencar (UECE)

claunoc@gmail.com

RESUMO: Uma das diferenças notórias entre o forró de raiz de antigamente e o Forró eletrônico da atualidade é a nova prática cultural ao qual está inserido. Neste trabalho, pretendo investigar o discurso musical do Forró eletrônico, gênero que ascendeu nos anos 90 e vem se tornando o novo *Mainstream* da música popular nordestina (TROTТА, 2009). Especificamente trato da identidade feminina, que vem sendo construída de forma negativa. Para tanto, é necessário analisar a prática discursiva do Forró, seja através de suas imagens visuais geradas pelos dançarinos e cantores; seja pelas letras marcadamente dúbias; ou até mesmo pela própria sonoridade musical negociada com as letras das músicas. Assim, mais do que mostrar a linguagem como sendo uma prática social, um compromisso das diversas análises dos discursos, pretendo chamar atenção para o desenvolvimento de uma consciência político-linguística, como defende a Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010), que não se conforma com os modos de dizer preconceituosos, que são produzidos e reproduzidos em nossas práticas culturais, além de defender os aspectos constitutivos do social associados as suas importantes conotações políticas. Para apresentarmos as conclusões do nosso trabalho apresentaremos através de uma canção da banda “Forró dos Plays” nossas análises linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Forró; Prática Discursiva; Mulher; Nova Pragmática.

1 Introdução

De acordo com Fairclough (2003), é na prática social, que a linguagem se manifesta como discurso, que constitui, por sua vez, uma parte irreduzível das maneiras como agimos, interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem. É na prática social que o conceito de ideologia concebido por Thompson (2009) como um conjunto de crenças, ou formas de práticas simbólicas se concretiza. Ela está interessada nas maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com as formas de poder.

Nesse trabalho pretendemos mostrar como as mulheres são identificadas na prática discursiva do Forró e de que modo essa prática se relaciona interdiscursivamente com discursos patriarcais através da operacionalização de ideologias, seguindo o modelo tridimensional, proposto por Fairclough (2001) com a dimensão do texto, focando o

vocabulário das canções para verificar os sentidos das palavras em sua relação com as ideologias, falaremos agora da prática discursiva foco no nosso trabalho.

2 Prática Discursiva

2.1 Do Baião às bandas de Forró

Como gênero musical, o forró é derivado do baião, que, bem antes da Bossa Nova e da Jovem Guarda, já veio trilhando preferências no Nordeste. Há mais de 60 anos, em torno do ano de 1946, o forró já era uma realidade, mas cabe aqui destacar que estamos falando do forró “de raiz”, o que foi propagado por Luiz Gonzaga.

O baião conseguiu adentrar nas mais variadas classes sociais, o que representou uma grande vitória para esse gênero musical. Desse modo, conseguiu ganhar o respeito de outros artistas e de outros gêneros musicais, dentre eles, o samba. Mas o que se tem percebido com o passar dos anos é que o forró vem sofrendo enormes transformações, além de se adequar a padrões mercadológicos vigentes e se transformar no que Monteiro e Trotta (2008) chamam de o novo *mainstream* regional. Essa denominação para o forró da atualidade, colocando a sua produção e seu consumo num contexto de reflexão diferenciado do anterior, a qual o alcance numérico e o conjunto de referenciais simbólicos circulam através desses repertórios são demarcatórios. Assim temos:

Um novo *mainstream* ligado à exploração comercial da experiência musical social, promovida especialmente para um público jovem que deseja compartilhar representações sobre sua identidade etária através das ideias concomitantes de festa, amor e sexo, temas centrais no ambiente sociocultural e afetivo do jovem (MONTEIRO & TROTTA, 2008, p.12).

Essas novas configurações tecnológicas ligadas à produção e ao consumo de música têm produzido uma aguda complexificação no mercado musical. Por um lado, é possível constatar uma perda de valor da música gravada na atualidade e por outro percebemos estratégias alternativas de distribuição de fonogramas que têm obtido razoável êxito na diversificação de ofertas musicais disponíveis, potencializando um mercado de “nichos”, que passa a competir com o mercado de “massa”. (ANDERSON, 2006 apud MONTEIRO & TROTTA, 2008).

Para os tradicionalistas, compositores e apreciadores do chamado forró de raiz, as transformações ocorridas no forró da contemporaneidade são alvo de inúmeras críticas.

Primeiramente, o forró se apresentava em um *trio*, mas essa denominação não se remete à quantidade de componentes do conjunto e sim a um modelo utilizado na época, composto

pelos instrumentos: sanfona, zabumba e triângulo. Porém não podemos deixar de ressaltar que a quantidade de músicos que compõem o conjunto, geralmente, coincide com a de um *trio*, porque o cantor, na maioria das vezes, acumula a função de sanfoneiro. Segundo Mattos (2008) com relação à composição acústica das músicas:

O trio apresenta uma sonoridade mais “simples” ou mais “limpa” como os músicos chamam, querendo se referir a um resultado sonoro que permite ouvir mais claramente todo os instrumentos. No caso das bandas mais modernas, o som é mais “pesado” e mais “complexo” pela quantidade de instrumentos utilizados. (MATTOS, 2008, p. 88).

Na realidade, essa utilização de poucos instrumentos se dava efetivamente nas apresentações musicais, porque durante as gravações do forró e do baião desde o ano de 1946, uma grande diversidade de instrumentos era utilizada. Com o passar dos anos os conjuntos foram tentando incorporar as suas apresentações, que aconteciam ao vivo, uma maior quantidade de instrumentos. Os músicos que até então só participavam das gravações, passaram a compor definitivamente os conjuntos em suas apresentações. Assim, juntamente a essas modificações que ocorreram nesse gênero musical, podemos destacar a troca da nomenclatura *trio* ou conjunto, por *banda de forró*.

Nessa constituição das bandas de forró, as transformações vão sendo ainda maiores para se chegar ao forró eletrônico, que hoje encontramos com grande poderio e ascensão comercial. Destacam-se nessa constituição, como diferencial aos conjuntos, a inserção de cantores (que antes acumulavam a função de sanfoneiros) e dançarinos.

2.2 O boom do forró eletrônico

O gigantesco crescimento e aceitação do forró eletrônico se deram a partir de uma estratégia de utilização da mídia, especificamente a partir da utilização de um meio de comunicação bastante popular, o rádio, que, associado a um grande aparato tecnológico e a uma estratégia comercial, propiciava a veiculação imediata de bandas de forró.

O empresário Emanuel Gurgel, idealizador desse projeto, criou uma rádio para veiculação de programas da *Somzoom Sat*, conhecida através do seu *slogan*: a rádio mais popular do Brasil. A partir dessa rádio, e aí está o grande sucesso do empresário, as bandas e artistas produzidos pela gravadora *Somzoom Estúdio*, que também pertencem ao mesmo grupo que tem à frente empresário Emanuel Gurgel, teriam espaço para divulgar suas canções, compondo as atrações da programação da rede da emissora. Apesar da rádio não ser exclusivamente reprodutora das bandas produzidas pela gravadora *Somzoom Estúdio*,

obviamente a maior parte da programação da rede era destinada à divulgação das suas bandas. É importante destacar que a rádio é essencialmente propagadora do forró, não tocando outros gêneros musicais. Segundo Pedroza:

A rede *Somzoom Sat* é formada por 98 emissoras espalhadas por 95 cidades em 15 estados do Brasil, reproduzindo, integral ou parcialmente, inclusive via internet, às 24 horas de programação ao vivo, geradas de um estúdio independente, montado edifício-sede da empresa em Fortaleza (PEDROZA, 2001, p. 2).

Assim, a solidez da rádio e o seu grande alcance de propagação dos produtos veiculados, como a promoção de shows, a venda de produtos, a distribuição de discos e a própria divulgação das músicas, constituem um negócio muito lucrativo e expansivo para o mercado consumidor do forró, principalmente o eletrônico, que, juntamente ao projeto de criação da rádio, alastrou seu alcance, obedecendo, por sua vez, o objetivo da rádio. Nos primeiros anos, após o lançamento da rádio, se abria um pequeno espaço para o forró de raiz, tendo em sua predominância o forró denominado hoje de eletrônico. Atualmente o único forró reproduzido e propagado na Somzoom Sat é o eletrônico.

2.3 A sexualidade atrelada ao som, à letra e à imagem das canções.

Podemos destacar três elementos que compõem a estrutura mercantil da música, que marca sua relação com a sexualidade. O primeiro elemento está relacionado ao *som* da música; o segundo está ligado ao “sentido linguístico”, cujo eixo principal de significação é a relação entre letra e melodia (TATIT, 1996 *apud* TROTTA 2009, p.134); e o terceiro está imbricado a um elemento-chave da constituição mercadológica da música: o seu caráter *visual*.

Para Trotta (2009), o primeiro elemento, ou seja, o som, está fortemente atrelado aos apelos da dança ou a outra forma de corporificação, sugerindo ou referindo-se ao campo do erotismo e do sexo. Já o segundo elemento, que remete ao conteúdo semântico das *letras* das canções, se encarrega da aproximação ou afastamento do universo da sexualidade. Assim, a voz que canta (estamos nos referindo a melodia, ao timbre, ao estilo, etc.) registra sonoramente o discurso da voz que profere sentido verbal e completa o sentido erótico da canção. E o terceiro elemento, *o visual*, é apresentado através da visualidade de artistas e dos instrumentos musicais, que compõem o ambiente comunicacional da música. Assim, os artistas e, principalmente *as* artistas são visualmente apresentados como “*objetos de desejo quase sempre erotizados, reforçando uma conexão estreita entre música, corpo e sexo*”. (Trotta, 2009, p.134).

A música brasileira desde o século XIX vem constituindo uma *vertente maliciosa que negocia* os limites da sexualidade com a sociedade de cada época (LEME, 2002 *apud* TROTTA 2009).

Entendemos, desse modo, que a sexualidade retratada nas canções de forró não é algo concernente somente a esse gênero musical. Na música popular brasileira, o sexo aparece como uma constante, e dependendo da estratégia utilizada pelo gênero musical para atender as exigências de seu público, pode utilizar uma maior ou menor exposição dessa sexualidade. Segundo Trotta:

O que está sempre em jogo na abordagem da temática sexual é, a rigor, a negociação dessa “linha de fronteira”, o permitido e o ousado no campo da sexualidade. Nesse sentido, a música popular é um produto de entretenimento midiático que *negocia e elabora* os códigos morais relacionados à sexualidade, com toda sua polêmica. (TROTTA 2009, p.134).

Nesse íterim, que demarcadamente a sexualidade é encontrada dentro das canções, independentes do gênero a qual pertençam, encontramos uma negociação entre o que devemos ou não fazer. Especificamente no caso do forró, por ser um gênero que remete em demasia ao sexo, seja através de suas imagens visuais geradas pelos dançarinos e cantores; pelas letras marcadamente dúbias; pelas coreografias excessivamente sensuais; ou até mesmo pela própria sonoridade musical negociada com as letras das músicas, percebemos um preconceito acentuado em relação aos demais gêneros. Estamos atrelados a um sistema prescritivo do que constitui o certo e o errado, ou seja, o socialmente entendido como padrão de comportamento correto e o gosto musical adequado e refinado.

2.4 O forró eletrônico: mulher e sexualidade

O forró eletrônico traz a construção identitária da mulher como objeto sexual. Isso se deve a excessivas remissões sexuais feitas através de gestos, composições e coreografias durante os shows de forró e a divulgação dessas composições. Desse modo, gera-se uma tensão cultural que é criada pelas canções, principalmente quando elas se relacionam a construções identitárias das quais a mulher da sociedade contemporânea se constitui como símbolo sexual e aparece cada vez mais como objeto do sexo.

As atitudes que regem o comportamento adequado de uma sociedade como um todo estão prescritas intrinsecamente dentro de um código social. As atitudes femininas da nossa sociedade, principalmente porque ela é composta por uma mente patriarcal, são severamente atreladas a esse conjunto de regras, que são criadas e prescritas socialmente. Assim,

observamos o que está certo ou errado dentro do meio social através dessas convenções que são criadas e perpassadas dentro do âmbito social.

A desigualdade de gêneros é um viés idiomático central no imaginário forrozeiro, que separa a “formosura” e o recato feminino da “macheza” dos homens (MATOS, 2007 *apud* TROTTA 2009).

3 Sexo *versus* gênero

Em meados da década de 1980, nos estudos feministas, surge a categoria gênero com o fito de analisar a organização social estabelecida aos corpos sexuados inseridos no universo histórico. Os estudos tratavam com simplicidade questões que envolviam a diferença sexual na tentativa de compreensão de como a diferença entre os sexos estava envolvida nos diversos atos de nossas vidas e de que forma essa diferença adquiria aspecto natural e estatuto de hierarquia (PINTO, 2011). A diferença entre sexo e gênero estimula pensar os corpos previamente, por conta da ideia de sexo:

(...) as perguntas “o que é o masculino? o que é o feminino?” começam a ficar mais amplas, e a anatomia, ao contrário, começa a ser percebida como mais um argumento naturalizante do que um fundamento dos chamados *estilos de gênero*. “É menino ou menina?”: o primeiro efeito de constituição do sujeito é a sua ordenação sexual. O caráter social das diferenças ditas sexuais é acentuado, e as relações de gênero são expostas como uma complexa rede de poderes naturalizados e levados bem além do biológico pela distinção feminino/masculino (Idem).

A autora explica que é, nesse contexto, que a noção de performativo repercute por meio da teoria feminista de Butler (1997; 1999), que critica o binarismo sexo/gênero, desconstruindo abordagens feministas essencialistas, com o argumento de que “um dos efeitos de atos de fala hegemônicos sobre os corpos é o de tomar sua existência um fundamento real incontestável” (PINTO, 2011). Para a feminista, o gênero tem como efeito o sexo, o discurso que se organiza em torno da anatomia do corpo. Nessa desarticulação de gênero e sexo, o campo de investigação não é binário. Ao contrário, é heterogêneo.

Para investigar essa problemática de gênero, é necessário apreender “a produção discursiva da plausibilidade desta relação binária (homens/mulheres) e sugerir que certas configurações culturais de gênero tomam o lugar do ‘real’ e consolidam e aumentam sua hegemonia através da sua exitosa auto naturalização” (BUTLER, 1999, p. 43 *apud* PINTO, 2011).

Se o sexo é efeito do gênero, este é, por sua vez, efeito de atos de fala ritualizados violentamente, apresentados como reais, naturais, binários e hierarquizados (PINTO, 2011). Esse efeito tem lugar na linguagem, na qual é produzido, modificado, mantido, recusado.

Em Butler (1999, p.43-44 *apud* PINTO, 2011), o termo *stylization* é utilizado para definir gênero. A origem do termo vem do verbo *stylize*, cuja definição é “como fazer conformar a um dado estilo, tornar convencional”.

Butler define o que os códigos prescrevem como ‘estilizações repetidas do corpo’ [...] Eu compreendo que seu argumento pode ser aplicado para a linguagem em uso, e especialmente para a fala: que há ‘estilizações’ de voz, de escolhas lexicais, gramaticais e interacionais [...] Falar é um clássico exemplo de um ato que é constantemente repetido o tempo todo; é também um clássico exemplo de uma atividade feita dentro de um ‘rígido quadro regulador’. (CAMERON, 1995, p.17, *apud* PINTO, 2011).

Pelo uso da expressão *estilizações*, o problema da representação nas expressões linguísticas é suspenso, dando espaço aos atos de fala. Estes são realizados pelo corpo que fala na criação, recriação, estabelecimento e subversão das relações de poder (PINTO, 2011). Essas relações de poder são substanciadas pelos atos de fala, que as mascaram com aparência de natural. Com isso, é articulado na linguagem o caráter performativo do gênero, que se imbrica nas relações de poder, originadas do uso concreto da língua.

Pinto afirma que *poder*, nos estudos de Butler, tem o sentido que Foucault remete ao termo em sua teoria. “Poder encerra as funções jurídica (proibitiva e reguladora) e produtiva (inadvertidamente geradora) das relações diferenciais” (BUTLER, 1999, p.39 *apud* PINTO, 2011). Tais relações se encontram nas estilizações que compõem os recursos da marcação e repetição da identidade do falante. São os atos de fala, pois, que postulam essas identidades formatadas pelo gênero, atuando como resultado da violência produzida, imposta para o corpo que fala.

4 Exemplo de análise

Partindo para o âmbito da categorização da “evolução” feminina dentro do gênero social e tomando como fundamentadora principal dessa análise as ideias de PINTO (2011), que nos apresenta um belíssimo trabalho sobre as representações desse gênero na sociedade, citado anteriormente, podemos fazer um paralelo entre um dos seus estudos, que analisam a evolução feminina na sociedade contemporânea. A análise de uma canção “*Mas só não vale*

se apaixonar” lançada no mês de junho, no ano de 2011 pela banda *Forró dos Plays*, interpretada pela cantora Samira “show”.

MAS SÓ NÃO VALE SE APAIXONAR

Mas só não vale se apaixonar/ Mas só não vale se apaixonar/ Mas só não vale se apaixonar
(bis)

Gatinho/ O seu olhar tá dizendo que você quer ficar comigo/ Gatinho

Mas eu vou logo avisando que eu já tenho um compromisso/ Eu posso te dar carinho/ Eu posso te dar prazer/ Eu posso te dar beijinho/ Ir às nuvens com você

Mas só não vale se apaixonar/ Mas só não vale se apaixonar/ Mas só não vale se apaixonar
(bis)

Na composição apresentada, percebemos uma inversão dos papéis socialmente conhecidos, o da mulher que se apaixona e almeja relacionamentos sérios e duradouros e o do homem que se configura em sua maioria com relacionamentos efêmeros e passageiros. Desse modo, em uma perspectiva crítica, podemos nos perguntar até que ponto a inversão de papéis demonstra uma emancipação social das mulheres?

Para adentrarmos nessa compreensão fundamentamo-nos no processo performativo de significação, nas marcas de estilizações de gênero e nas identidades que foram retratadas anteriormente, quando nos referimos ao gênero. Assim, partindo para a prática, podemos dizer que as mulheres ao aproximarem-se do perfil masculino, que na sociedade contemporânea se caracteriza por uma postura efêmera, que não é originalmente da ordem do feminino. Para chegarmos a essa conclusão, basta fazer um contraponto entre os valores sociais e culturais vigentes na sociedade moderna e o que a canção tenta nos repassar.

Através da interpretação da canção, as mulheres instituem que o patamar de emancipação feminina é se equiparar ao homem. E desse modo, não há progresso nesse *status* e sim uma legitimação da inferioridade da mulher, demonstrada através da tentativa de aproximação do ser masculino. Por mais lúdico que seja o propósito de tal canção, ao suscitar que a mulher se torne igual ao homem, o que acontece é um reforço a essa diferença, naturalizada como da ordem do feminino, tentando-se eliminar o machismo com o machismo.

Emancipar-se, no sentido imposto pelo discurso da canção, é disciplinar o comportamento do outro. Porém, esse outro é a própria mulher, que se enclausura, violentamente, no discurso de mulher moderna, desapegada de regras sociais, que foram constituídas ao longo de anos. Nesse ínterim, tudo que ela consegue é se aproximar cada vez mais da postura machista e do ideal masculino. Essa verdade é performativizada, quando a mulher se institui no discurso como propagadora das relações masculinas, que dominam a sociedade contemporânea, através do ato de fala de afirmação *“Eu posso te dar prazer”*. Ao enunciar o ato de fala de aconselhamento; *“Mas só não vale se apaixonar”*, colocando-se na posição de dominadora das relações afetivas, a mulher afirma que está no lugar de prestígio social.

Através dessa análise, percebemos que as identidades processadas no discurso feminino, que caracteriza a mulher como “moderna”, possuidora do seu desejo e da sua vontade afetiva, remete-a um papel socialmente atribuído ao homem, que é observado no ato de fala: *“Mas só não vale se apaixonar”*.

Ante o exposto, a linguagem se configura como elemento fundamental no conjunto das ações que garantem a identidade. As ações não linguísticas, que formam o sujeito, são descritas e, ao mesmo tempo, repetidas nos atos de fala que descrevem essas ações. Isso porque a linguagem parte do lugar social de quem fala. Daí as identidades não existirem antes da linguagem, fora dos atos de fala que as sustentam.

Por sua vez, entendemos ser o sujeito constituído em processo sendo sua identidade performativizada. Ela não existe fora da prática ou ausente na história de sua própria exibição. Este é o motivo de a identidade ser sempre múltipla, repetível, fragmentada. Estas identidades, ainda que organizadas por diferentes elementos, são, na verdade, bipolares, pois estão enraizadas no discurso da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 1999 *apud* PINTO, 2011).

5 Considerações finais

Nesse artigo, vimos que a prática discursiva do Forró constrói um gênero musical, que se remete em demasia ao sexo, seja através de suas imagens visuais geradas pelos dançarinos e cantores; seja pelas letras marcadamente dúbias; ou até mesmo pela própria sonoridade musical negociada com as letras das músicas. Segundo Alencar (2010) essa acentuação da temática sexual constrói sentidos tradicionais para o feminino.

Nesse âmbito, as operacionalizações de ideologias machistas são demarcadoras de dominação, estando presente dentro dos meios que instauram o poder e a força. Percebemos, pois, que a violência linguística, com sua força simbólica, tem servido para estabelecer relações desiguais entre homens e mulheres, naturalizando a dominação e a violência contra essas mulheres.

Neste trabalho, mais do que mostrar a linguagem como sendo uma prática social, um compromisso das diversas análises dos discursos, quer chamar atenção para o desenvolvimento de uma consciência político-linguística, como defende a Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010), que não se conforma com os modos de dizer preconceituosos, que são produzidos e reproduzidos em nossas práticas culturais. Como vimos, as mulheres, apesar de toda a conquista da cidadania, ainda é vista, nos diversos discursos de nossa cultura, como alguém inferiorizado, depreciado, que precisa buscar referências nos sentidos de uma masculinidade dominadora para sentir-se na mesma posição social de quem ocupa o lugar da dominação.

A desconsideração desses aspectos da linguagem constitutivos do social tem importantes conotações políticas, como nos mostra Rajagopalan (idem), da mesma forma “que como o tem a atitude predominante em muitas teorias tradicionais correntes na linguística de conferir um estatuto menor às bases sociais da linguagem”. É preciso combater tanto os discursos que descriminam a mulher e que se cristalizam na nossa sociedade, como também as posturas nos estudos da linguagem que tentam ignorar a constituição dos sentidos do social através dos discursos. Desse modo, a Nova Pragmática é uma ampla perspectiva, fundamental para desenvolvermos os estudos críticos da linguagem, que novas pesquisas enveredem por esse campo de investigação que se descortina na atualidade desse campo da linguagem.

Referências

- ALENCAR, C. N. (2010). As construções dos sentidos da violência nas práticas culturais do Sertão Central do Ceará. Fortaleza: Relatório de Pesquisa: Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização – FUNCAP.
- DAMASCENO, F. J. G (org.). (2008). Experiências Musicais. In: MATTOS, Márcio. *Os Conjuntos de Forró: Dos Trios às Bandas*. Fortaleza-CE: EdUECE, 2008. p.83-92.
- FAIRCLOUGH, N. (1992). *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

MONTEIRO, M.; TROTTA, F. (2008). *O novo mainstream da música regional: axé, brega, reggae e forró eletrônico no Nordeste. E-compós*. Associação Nacional dos programas de Pós-Graduação em comunicação. Brasília, v. 11. n. 2.

PEDROZA, C. J. P. Mastruz com Leite For All. (2001). In: INTERCOM. Sociedade Brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande/ MS.

PINTO, J. P. Performatividade radical: *ato de fala ou ato de corpo*. (2002). Revista Gênero. Niterói, v. 3, n.02. Disponível em:
www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-100841pinto.pdf. Acesso em: 30 Jul 2011.

PINTO, J. P. (2011). *Pragmática das identidades: estilizações de gênero*. (prelo).

RAJAGOPALAN, K. (2010). *A Nova Pragmática*. São Paulo: Parábola Editorial.

THOMPSON, J. B. (2009). *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

TROTTA, F. (2009). *Música popular, moral e sexualidade: Reflexões sobre o forró contemporâneo. Contracampo*, Belo Horizonte, n.20.

_____ (2009) O forró eletrônico no nordeste: *Um estudo de caso*. In: Intexto, v.1; n. 20, Porto Alegre: UFRGS, p. 102-116.

A EMOÇÃO COMO FORMA DE POLIDEZ EM COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Anne Carolina Festucci (UFPR)

annefestucci@yahoo.com

Gabrielle Staniszewski (UFPR)

gabe.stanisz@gmail.com

RESUMO: O ambiente organizacional sempre foi considerado tipicamente racional, pois constitui lugar de decisões estratégicas importantes e objetivas. Porém, a tendência de pensamento oriunda de uma Comunicação Organizacional Crítica, como propõe Oliveira (2012), é incluir o capital afetivo como valorativo em/para as organizações. A emoção passa, então, a ser característica desejada e admitida dentro das tradicionais “normas” de polidez corporativa, e considerada como elemento de cooperação e não de empecilho, como no modelo de outrora, no qual só se consideravam os capitais econômico, social e cultural. O presente trabalho traz uma reflexão teórica acerca da teoria da Polidez, procurando compreender como a emoção passou a estar presente no cotidiano organizacional e nas estratégias de comunicação através do exemplo de uma organização de Curitiba, e chega à conclusão de que, com a utilização da polidez e táticas do uso da emoção em comunicados institucionais, pode-se alcançar uma empatia maior entre os colaboradores, e assim, um maior engajamento por parte deles.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática; Polidez; Cooperação; Emoção; Comunicação Organizacional.

1 Introdução

A emoção sempre foi vista como característica extremamente feminina e, portanto, estranha ao ambiente organizacional, cuja presença dos homens foi dominante durante muito tempo. As atitudes polidas inerentes a uma empresa estavam sempre marcadas por uma forte característica racional, e demonstrações de cunho emocional traziam sérios danos à imagem de um indivíduo no mercado de trabalho.

Porém, com a ascensão e conquista dos direitos das mulheres, que já chegam a assumir cargos de chefia em grandes organizações, a emoção tornou-se não apenas característica admitida como polida, mas inclusive desejada dentro de uma equipe competitiva. A estratégia das organizações passou a depender da emoção dos seus integrantes, e a transmiti-las em seus valores e campanhas de comunicação.

Pode-se dizer que o presente trabalho toma emprestada a questão de Maturana:

A palavra *conversar* vem da união de duas raízes latinas: *cum*, que quer dizer com e *versare* que quer dizer “dar voltas com” o outro. Por isso é que a pergunta a se fazer é: O que ocorre no “dar voltas juntos” dos que conversam, e o que acontece aí, com as emoções, a linguagem e a razão (MATURANA, 2002, p. 167),

localizando a reflexão mais especificamente nos materiais de comunicação de uma organização de Curitiba e tomando como base a ideia de Putnam e Fairhurst (apud OLIVEIRA, 2009) de que a linguagem é base para investigação e análise de “quase tudo” o que acontece na esfera organizacional.

2 Pragmática

A pragmática é uma perspectiva acerca dos usos da linguagem e, segundo Oliveira, uma abordagem pragmática deve “voltar-se para o estudo das motivações sociais subjacentes às escolhas linguísticas, para a análise das *restrições* que os usuários encontram ao fazer uso da linguagem e, finalmente, que espécies de *efeitos* foram gerados por esses usos” (OLIVEIRA, 2005, p. 1, ênfase do autor).

Como a sociedade está produzindo textos o tempo inteiro – inclusive no contexto organizacional, como lembra Oliveira (2009) –, para analisar esses textos sob um ponto de vista pragmático, várias teorias e princípios foram desenvolvidos, como por exemplo:

O Princípio de Cooperação, de Grice (1975), com as suas máximas de modo, relevância, qualidade e quantidade;

As Máximas de Leech (apud THOMAS, 1995): tato, generosidade, aprovação, modéstia e acordo, além do Princípio de Pollyanna; entre muitas outras. O foco deste trabalho se dará nas questões acerca da teoria da Polidez.

3 A Polidez

Embora a polidez envolva “o uso de estratégias verbais e não verbais a fim de manter a interação livre de problemas” (OLIVEIRA, 2005, p. 2), ela não se trata apenas de uma necessidade de boa educação: acima de tudo, ela é uma questão política.

Como ‘norma’ social reflete o conjunto particular de prescrições explícitas que cada sociedade possui e que fixa comportamentos, estado de coisas ou maneiras de agir em determinadas situações. Há uma expectativa por parte do interlocutor de que as ações do ‘Outro’ sejam polidas, e essa motivação tem uma base social, cultural e, principalmente, política (idem).

Sendo assim, o autor ressalta que a polidez se refere a uma imagem pública dos indivíduos que está sendo monitorada o tempo inteiro, tanto pelo próprio indivíduo, quanto por seu interlocutor.

Fiorin vai à mesma direção, ao explicar a existência de mais de uma forma de polidez. De acordo com ele:

Há uma polidez positiva, em que se busca produzir e reforçar atos valorizadores da face e uma negativa, em que se busca evitar e minimizar os atos ameaçadores da face. Nela, tenta-se evitar o excesso de atos valorizadores da face, pois o falante poderia parecer hipócrita ou bajulador, bem como a falta de minimização de atos ameaçadores, pois o falante poderia parecer grosseiro. O excesso, a falta, os limites entre o percebido como valorizador ou ameaçador, tudo isso é cultural. O estudo da polidez linguística oferece dados muito preciosos para a compreensão da cultura (FIORIN, 2003, p. 175).

Essas normas que regem determinado grupo podem ser oriundas de estatutos escritos, documentados ou não. Há determinadas regras que são de senso comum dos componentes de determinada comunidade e pode ser desconhecida por alguém que não pertença a ela. O novo membro do grupo deverá se adaptar a essas regras e, embora elas geralmente sejam passíveis de negociações, o transgressor tende a ser visto como alguém que não está apto a participar dele, na medida em que desconhece os códigos de conduta em sociedade.

Na sociedade atual, em que imperam a busca por sustentabilidade e ações – inclusive linguísticas! – politicamente corretas, cada palavra proferida traz consigo determinada intencionalidade, e “afirmar que há uma intenção é afirmar que são inteligíveis o agente e a ação” (OLIVEIRA, 2009, p. 191-192). Assim, a polidez oferece uma espécie de orientação simbólica de conduta para os comportamentos (intencionais) individuais, ou seja, além do resultado das alterações subjetivas do indivíduo, ela será também o reflexo da pressão coletiva para que ele apresente um “eu” devidamente ajustado ao contrato social.

Nas organizações, até pouco tempo, era exigido que o “eu” fosse apresentado como alguém unicamente racional. As emoções deveriam permanecer do lado de fora do ambiente de trabalho, pois representavam ameaça ao bom desempenho organizacional em um mercado competitivo, como se somente a razão levasse ao êxito e como se fosse possível separar o indivíduo em dois “eus”: o racional e o emocional.

4 Emoção no ambiente organizacional

Chama a atenção o fato de que fazer política em/com uma Comunicação Organizacional Crítica requer diferentes formas de capital, pois já não bastam mais o

econômico, social e cultural, e as ideias de um capital “teórico” e um capital “afetivo” se tornam relevantes para suprir as lacunas deixadas pelos primeiros. “Os elementos emotivos, por exemplo, são traduzíveis como disposições afetivas e de engajamento indispensáveis para a manutenção e continuidade das interações” (OLIVEIRA, 2005, p. 3).

Se no atual contexto organizacional o uso da linguagem não está limitado a roteiros pré-existentes, também são necessárias novas formas de fazer política. Ou seja:

(...) uma nova ‘política do afeto’ precisa ser instituída no âmbito organizacional sem o maniqueísmo atual, onde toda a engenharia é empregada para enfatizar a emoção (afeto) como um índice de credibilidade e confiança que legitime atos/atitudes empresariais diante das regras da mídia (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Se a cobrança no ambiente organizacional era antes para que os indivíduos “controlassem suas emoções” e agissem unicamente com a razão, se comportando de acordo com as normas escolhidas por determinada organização da qual faziam parte – e como se apenas o racional fosse característica humana –, hoje é possível atentar para a posição de Maturana (2002), de que “a existência humana se realiza na linguagem e no racional *partindo do emocional*” (p. 170, grifo nosso).

Com efeito, ao convidá-los a reconhecer que as emoções são disposições corporais que especificam domínios de ações e que as diferentes emoções se distinguem precisamente porque especificam domínios de ações distintos, convido-os também a reconhecer que, devido a isso, todas as ações humanas, independentemente do espaço operacional em que se dão, se fundam no emocional porque ocorrem no espaço de ações especificado por uma emoção. O raciocinar também (idem).

Considerar a emoção como fundamental no ambiente organizacional é importante também porque, como aponta Maturana (2002, p. 172), “(...) o ser humano adquire seu emocionar no seu viver congruente com o emocionar dos outros seres, humanos ou não, com quem convive” e, “ao movermo-nos na linguagem em interações com outros, mudam nossas emoções segundo um emocionar que é função da história de interações que tenhamos vivido” (idem).

(...) todo afazer humano se dá na linguagem, e o que na vida dos seres humanos não se dá na linguagem não é afazer humano; ao mesmo tempo, como todo afazer humano se dá a partir de uma emoção, nada do que seja humano ocorre fora do entrelaçamento do linguajar com o emocionar e, portanto, o humano vive sempre num conversar (MATURANA, 2002, p. 175).

Partindo dessa ideia – de que o humano vive sempre num conversar –, o próximo item discorre sobre a estratégia de utilizar a emoção como forma de aproximar o discurso do presidente de uma organização de Curitiba dos seus colaboradores. Utilizando o afeto nos materiais de comunicação, a organização oportunizou que seu colaborador torne-se também uma espécie de interlocutor da mensagem do diretor, havendo, enfim, o diálogo tão desejado por qualquer organização.

5 Estudo de Caso

Maturana diz que:

(...) o emocionar, em cuja conservação se constitui o humano ao surgir à linguagem, centra-se no prazer da convivência, na aceitação do outro junto a nós, ou seja, no amor, que é a emoção que constitui o espaço de ações no qual aceitamos o outro na proximidade da convivência. Sendo o amor à emoção que funda a origem do humano e sendo o prazer de conversar nossa característica, resulta em que tanto nosso bem estar como nosso sofrimento dependem de nosso conversar (MATURANA, 2002, p.175).

No ambiente organizacional, quando há essa conversa, há maior empatia. Quando os materiais de comunicação são feitos nesse tom de conversação (do presidente/diretor para com os colaboradores), há maior entendimento e engajamento por parte dos colaboradores.

Na organização objeto de estudo deste trabalho, um comunicado tradicionalmente enviado em forma de texto, foi dado por meio de um vídeo com dois dos principais diretores. Resultado: 47,8% de mensagens visualizadas, mais de 18% acima da média (29,4%); e 22,7% dos links (que redirecionam para o vídeo) foram efetivamente acessados – mais de 14% acima da média, que costuma ser de apenas 8,5%¹.

O sucesso do material foi creditado ao fato de se utilizar a emoção na elaboração da mensagem. Alguns motivos como recado dos diretores em tom informal, conversa entre eles para os colaboradores e também ao fato do formato ser em vídeo, e não apenas texto e imagens, aproximaram os indivíduos que se encontram nos mais diferentes cargos.

Outro exemplo bastante significativo foi outro comunicado feito por meio de vídeo também – neste caso com a mensagem diretamente do presidente da organização –, em que os números foram ainda maiores. Avisos disparados em forma de email-marketing apenas com textos e imagem costumam ter abertura (visualização) abaixo de 30%, enquanto este comunicado em que o presidente utilizou uma linguagem mais informal, uma maneira mais

¹ Estatísticas fornecidas pela ferramenta de sistema de disparo de e-mail marketing da organização.

aberta de se colocar aos colaboradores da organização fez com que essa porcentagem subisse para mais de 85%.

Se a efetividade da comunicação realizada de forma afetiva não pode ser mensurada apenas pelos números, pode-se afirmar que as ações solicitadas por meio das mensagens em vídeo, como por exemplo, retirar cartazes de eventos que já aconteceram, de fato, foram colocadas em prática pelos colaboradores. Ou seja, a resposta deu-se de modo geral no dia-a-dia da organização, coisa que não vinha acontecendo com os informativos escritos, normalmente com linguagem de caráter impessoal.

6 Considerações finais

O exemplo desse artigo mostra que a emoção, que passou a ser vista como importante e a fazer parte das regras de polidez instituídas no dia-a-dia da organização, pode trazer também grandes benefícios quando utilizada como estratégia nos materiais de comunicação organizacional.

No momento em que colaboradores em cargos de chefia – como diretores e o próprio presidente – falam direta e abertamente com os demais colaboradores e esses respondem positivamente às mensagens, pode-se identificar uma aproximação com o que Maturana afirma: o ser humano vive um eterno conversar.

E, sendo assim, o emocionar está intrinsecamente ligado ao contexto organizacional, já que por meio do afeto há maior convivência e otimização das relações dentro do grupo. O exemplo trazido nesse texto comprovou que a emoção nas organizações também é um ato político.

Referências

- FIORIN, J. L. (2003). A linguagem em uso. In: _____. (org.) *Introdução à Linguística I*. São Paulo: Contexto.
- GRICE, H. P. (1975). Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. *Syntax and semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press. p. 41-58.
- MATURANA, H. (2002). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- OLIVEIRA, J. A. de. (2012). Comunicação Organizacional Crítica e a Teoria Crítica da Comunicação Organizacional. *XXI Encontro Anual da Compós*.

_____. (2005). Polidez e identidade: a virtude do simulacro. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. v. 1, p. 1-7. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-jair-polidez-identidade.pdf. Acesso em: 10 jul 2012.

_____.(2009). (Re) vendo a linguagem: uma análise crítica da comunicação organizacional. In: KUNSCH, M. M. K. *Comunicação Organizacional: Histórico, Fundamentos e Processos*. v.1. Saraiva. p. 189-212.

THOMAS, J. (1995). *Meaning in Interaction: an introduction to pragmatics*. Longman.

LA PRAGMÁTICA Y LOS ACTOS DE HABLA: CREACIÓN DE INTERACCIONES ACTIVAS Y REALES EN LA ENSEÑANZA DEL ESPAÑOL COMO SEGUNDA LENGUA O LENGUA EXTRANJERA ESL/ELE.

Armando González Salinas (UANL)
armandogsalinas@yahoo.com

RESUMEN: La introducción a la relación que existe entre los conceptos de Pragmática y los Actos de Habla para facilitadores del aprendizaje de lenguas modernas con conocimientos limitados sobre ellos, se complementa mediante una demostración en la que se presenten, discutan, describan, expliquen y ejemplifiquen algunos conceptos semántico-pragmáticos generales dentro de un marco de referencia de un análisis lingüístico, el cual está basado en aquello que los actos de habla pueden sustraer de la teoría propia de los Actos de Habla (AUSTIN, 1975, SEARLE, 1994) hacia la práctica de los mismos en interacciones auténticas, significativas y cotidianas. El propósito que se pretende seguir es resaltar el importante rol que esos actos comunicativos juegan en interacciones de lengua que son comunes y reales, con la consecuencia natural de encontrar su aplicación en la práctica de la enseñanza-aprendizaje del inglés y del español tanto como segundas lenguas o como lenguas extranjeras¹. Mediante el entendimiento, la práctica y la familiarización de y con dichos conceptos, los participantes podrán identificar, discutir y practicar el propósito que se encuentra detrás de actos de habla habituales y populares que ya usan, practican y pueden fácilmente reconocer para adaptarlos a su propia situación individual tanto de enseñanza como de aprendizaje en el salón de clases.

PALABRAS-CLAVE: Pragmática; Actos de habla; Auténticos; Enseñanza-Aprendizaje; Español.

1 Introducción

El presente escrito se basa en la presentación que se dedica y ofrece a los facilitadores del aprendizaje de idiomas, específicamente del español tanto como lengua extranjera como segunda lengua, como un acercamiento preliminar sobre los principios que emanan de lo que se entiende por Pragmática, así como la relación de ésta con los Actos de Habla en situaciones comunicativas que reflejan las de la vida real. Por tanto, inicia con un marco de referencia común, para que a partir de ello y mediante la ejemplificación, y en su momento, ejercitación propia de instructor y participantes sobre los mismos, se identifiquen las variaciones posibles que han de tomarse en cuenta para hacer del quehacer docente un

¹ Como este acercamiento preliminar se ofrece tanto a profesores de inglés (mayoritariamente) como de español, las fuentes

mecanismo de interacción auténtico que coadyuve a lograr convencer (les/nos) del beneficio que esta reflexión y práctica implican.

2 ¿Qué es la Pragmática?

La Pragmática se interesa principalmente en las expresiones que se forman a través de la producción de oraciones, que generalmente se dan en el contexto de conversaciones cotidianas. El estudio de la pragmática explora la habilidad que tienen los usuarios de una lengua para hacer que coincidan las expresiones que dicen / usan con el contexto situacional que les sea más apropiado.

Según Stalnaker, la pragmática es: "el estudio de los actos lingüísticos y los contextos en los que se llevan a cabo" (1972, p. 383, traducción propia) 2

En términos de la Pragmática, hay una distinción que se hace entre: el *significado de la oración* y el *significado del hablante*: El significado de la oración es el significado literal / textual de la oración, mientras que el significado del hablante, se refiere al concepto individual con el que el hablante trata de contribuir en la interacción. La habilidad para entender el significado intencional del hablante es lo que se conoce como competencia pragmática.

MORRIS, (1964, 1970), desde la perspectiva de la Semiótica, establece que la Pragmática pretende entender la relación que existe entre los signos y sus interpretaciones. La Semántica, dice, tiende a enfocarse en los objetos mismos o en las ideas que una palabra nos refiere, y La Sintáctica examina la relación entre los signos.

La Pragmática es la relación entre: lo que se dice y lo que se hace en la comunicación. Lo que se dice, se refiere a los conceptos y los significados que se comunican a través de la selección de palabras y estructuras en particular, y lo que se hace, a los efectos que lo enunciado / dicho por el hablante producen en el oyente, por ejemplo para *persuadir, informar, divertir, dirigir, rehusar, rechazar, disculpar(se)* y otros más.

Esta atención, o este enfoque, en el significado del hablante y los efectos que produce en el oyente abarcan el uso de temas lingüísticos que sirvan para la codificación del significado, como el sistema comunicativo que cada lengua posee. Es un sistema de doble-sentido en la interacción. Se dice que está basado-en-el-hablante en el sentido de que tiene

2 de referencia se basan en artículos y libros de autores que escriben en inglés. De haber y encontrarse una traducción de las misma referencias para los profesores de español, se les indica cómo acceder a ellas. <http://exchanges.state.gov/education/engteaching/pragmatics.htm>

que ver con el (los) significado(s) que él mismo escoge, la construcción de proposiciones que se derivan de conceptos, así como de las actitudes del hablante en relación con aquellas proposiciones, es decir, su efecto *illocutivo*. Esto quiere decir la *intención* del hablante al decir lo que escoge decir. También está basado-en-el-oyente en el sentido de que las proposiciones producen efectos *perlocutivos* en los oyentes. Esta es la *reacción* del oyente a la *intención* del hablante. Se trata esencialmente de una teoría de actos de habla.

En seguida se presenta un ejercicio práctico que consiste de dos opciones, primero, que propician la selección de algunas posibilidades de interacción a escoger en dos contextos situacionales descritos como punto de partida; y de dos situaciones específicas en las que se pide la reacción de los participantes para proferir la selección de comunicación-interacción solicitada para cada contexto descrito.

Opción 1.

Imagina que quieres pedirle a tu mejor amigo una importante cantidad de dinero

¿Cómo se lo pides apropiadamente? Selecciona una de las siguientes formas:

- () ¿Te puedo pedir un favor? Necesito \$5,000.00 pesos.
- () ¿Ya te pagaron? Porque te quiero pedir que me prestes \$5,000.00 pesos.
- () Préstame \$5,000.00 pesos. Por favor (porfas) (porfis)
- () Ay, fíjate que acabo de pagar los recibos, las tarjetas, y además la gasolina, la comida y otras cosas. Me quedé sin nada en efectivo. ¿Cómo ves, me puedes prestar \$5,000.00 pesos de aquí al fin de mes?

Opción 2

¿Cómo pides una hamburguesa y una coca en un restaurant de comida rápida?

Repasa todas las opciones más adecuadas que puedes usar.

- () Quisiera una hamburguesa y una coca, por favor.
- () ¿Me puede dar / traer una hamburguesa y una coca, por favor?
- () Una hamburguesa y una coca, por favor.
- () ¿Me da una hamburguesa y una coca, por favor?
- () Dame una hamburguesa y una coca, por favor.

Situación 1

Imagina que estás en el cine y unos adolescentes están platicando mientras que “ven” la película. Esto te molesta muchísimo. ¿Cómo les pides que se callen?

Situación 2

Imagina que vas en un autobús o un avión y te interesa leer la revista o el periódico que tiene tu vecino de asiento; no lo / la conoces. ¿Cómo se lo / la pides? ³

3 LOS ACTOS DE HABLA Y EL APRENDIZAJE DE LENGUAS EXTRANJERAS

Es natural que los aprendientes de cualquier lengua tenga dificultades para entender el significado intencional que comunica cada acto de habla, o bien para producir un acto de habla y emplear la lengua adecuadamente en forma, significado, e intención de acuerdo con la lengua que se está aprendiendo. Estudios al respecto han encontrado que la instrucción y la práctica de actos de habla en el salón de clase puede ayudar a los aprendientes a mejorar su producción oral de los actos de habla que ahí se ejerciten, y con ello su interacción con quienes hablan esa lengua como lengua materna.

Los facilitadores del aprendizaje de una lengua extranjera y los aprendientes avanzados deberían estar más conscientes del aspecto sociocultural de la lengua que están enseñando y aprendiendo. Pero también es importante para los aprendientes y facilitadores del aprendizaje de una segunda lengua puesto que ellos están constantemente expuestos y por ello experimentan situaciones de lengua reales.

3.1 ¿Qué es un ACTO DE HABLA?

Los actos de habla son los que producimos y actuamos cuando ofrecemos una disculpa, un saludo, una petición, una queja, una invitación, un halago, o un rechazo.

Un acto de habla es un enunciado que sirve como función o propósito de la comunicación.

Un acto de habla puede contener una palabra, como en “Perdón”, entre otras, para expresar una disculpa, o varias palabras u oraciones:

“Perdón por no llamarte. Estuve en una junta toda la tarde.”

Los actos de habla incluyen interacciones de la vida real y requieren no sólo conocimiento de la lengua sino también del uso apropiado de esa lengua de acuerdo con su cultura. El acto de habla es un concepto en la Lingüística y en la Filosofía de la lengua. Se puede describir como que “al *decir algo se hace algo*”, o “*cuando decimos algo, hacemos*

3 (Adaptado de: Pragmalinguistic Awareness in EFL Teacher Training by Cigdem Karatepe a study in the ELS Department in Bursa, Turkey. 1998 www.multilingual-matters.net Traducción propia)

algo”, como cuando un juez de paz dice: “*Los declaro marido y mujer*”, o bien una acto ejecutado por medio de la lengua meta, como:

Describir algo: “*Está lloviendo*”,

Hacer una pregunta: “*¿Está lloviendo?*”,

Hacer una petición: “*¿Me puedes llevar al súper?*”,

Dar una orden: “*Deja de hacer ruido en este instante*”, o...

Hacer una promesa: “*Te prometo no tardarme mucho*”.

Otros ejemplos comunes de acto de habla incluyen: saludar, pedir disculpas, quejarse, pedir direcciones, convencer, o hasta insultar.

Algunos ejemplos de actos de habla que usamos y escuchamos todos los días son:

Un saludo: “*Hola, Edgar. ¿Cómo estás?*”

Una petición: “*¿Me puedes alcanzar mi celular, por favor?*”

Una queja: “*Ya van tres semanas y no me ha entregado el carro que escogí. Ustedes me dijeron que en tres o cuatro días hábiles lo tenían*”

Una invitación: “*Nos vamos a juntar con unos amigos el sábado por la noche, y nos gustaría saber si quieres venir tú también*”

Un halago: “*Oye, que padre camisa traes (puesta)*”

Un rechazo: “*Ay, me encantaría ir al cine contigo, pero este fin tengo que trabajar*”

Los actos de habla no son fáciles de producir en una segunda lengua porque los aprendientes no conocen las expresiones idiomáticas o las normas culturales en esa lengua, y muchas veces transfieren las reglas y los convencionalismos de su lengua materna como parte de la segunda, al asumir que las reglas para su uso son universales. Esto se debe a la tendencia natural de los aprendientes a apoyarse en lo que ya conocen que es apropiado en su lengua materna. Por eso es importante que entiendan exactamente lo que hacen en esa propia lengua para entonces poder reconocer lo que es transferible a otras lenguas. Lo que funciona en inglés puede no ser transferible en significado al aplicarse al español.

Por ejemplo, el siguiente comentario como lo expresa espontáneamente un hablante del español podría malinterpretarse por un oyente de China:

Ing. Dorantes: *“No podría estar más de acuerdo con usted”*

Ing. Ju Ling: *“Ajá...”* (Para sí mismo: *“¿No puede estar de acuerdo conmigo? Pensé que le gustaba mi idea”*)

4 La Pragmática y Los Actos de Habla

Como podemos ver ahora, la *pragmática es un área importante* en el proceso de enseñanza-aprendizaje de lenguas segundas o extranjeras ya que describe, explica y ayuda a la comprensión del uso adecuado de la lengua, al producir *actos de habla* como son: el pedir disculpas, hacer peticiones, o dar un cumplido, rehusar / negarse, y agradecer.

Como se dijo anteriormente, los estudios en este campo han encontrado que la instrucción con base en actos de habla en el salón de clase puede ayudar a los aprendientes a mejorar su manejo de los actos de habla, y con ello su interacción con quienes hablan el español como lengua materna. Sin embargo, los libros de texto del ELE están escritos principalmente con base en la intuición natural de los autores, quienes esperan idealmente que los facilitadores del aprendizaje les expliquen a los aprendientes el uso social de la lengua para interactuar en situaciones de la vida real lo que practicaron en clase.

La verdad es que como el uso de la lengua es subconsciente, quienes la usan, si son nativos de la lengua, podrían explicar lo que ‘se puede, podría, o debería decirse’; pero tal vez no les den un panorama objetivo, integral, y preciso con respecto al uso que una persona común hace espontáneamente al interactuar con otra. Por ejemplo, los usuarios de la lengua en un libro de texto pueden aceptar un cumplido de esta manera:

Luisa: Que bonita blusa traes puesta

Sara: Gracias. Qué bueno que te gusta.

Cuando en la vida real, oímos algo como esto:

Alicia: Oye, ¿qué onda con la blusa, es nueva verdad?

Paty: ¿Te gusta? La compré en Soriana bien barata.

Paty: Eres la tercera persona que me lo dice. Me voy a ir de ligue, ja ja ja.

Otros estudios han demostrado que los latinos en general incluso los mexicanos como que no aceptan cumplidos la mayoría de las veces sin restarle méritos de alguna manera. Lo que prueba que los libros de texto pueden contener ejemplos gramaticalmente correctos; pero no muestran el uso de lengua auténtico como se da o puede dar en interacciones espontáneas con quienes hablan el español como lengua materna.¹

5 Ofrecimiento de disculpas

En el español latinoamericano la gente típicamente utiliza las disculpas por y para una variedad de motivos como:

Para expresar que lo sienten (con varios grados de intensidad)

Para dar explicaciones del porqué o cómo sucedió lo que ocasiona la disculpa

Para ofrecer algún tipo de arreglo o negociación que mantenga las buenas relaciones con la persona 'agraviada'.

Los actos de habla tan complicados como las disculpas, en realidad, consisten en un conjunto de patrones o estrategias de rutina que les son comunes a los hablantes nativos de una lengua. Existen (entre otras) cinco estrategias posibles para elaborar una disculpa. (Adaptación de COHEN&OLSHTAIN, 1981:119-125, traducción propia).

Una expresión de disculpa.

El hablante usa una palabra, una expresión, o una oración, que puede tener un verbo como: "*perdón*," "*disculpa(s)*," "*perdona (e) o disculpa (e)*,". Los idiomas tienen determinadas palabras que se usan para expresar una disculpa oral más que otros. Por ejemplo, en el español latino, "*Me disculpo... o Mil disculpas...*" es más común en el español escrito o formal que en el oral informal.

Una expresión de disculpa puede ampliarse cuando quien la ofrece lo considera necesario. La ampliación se logra a través de palabras como: "*de verdad*" o "*mucho*", "*muchísimo*" – e.g., "*Lo siento muchísimo*".

Reconocimiento de responsabilidad.

Quien comete una falta, puede aceptarlo. El grado de tal aceptación de culpa por parte de quien la comete puede ponerse dentro de una escala de intensidad. El nivel más alto es un pleno consentimiento: "Fue mi culpa, perdón"

¹Adaptación de CARLA: Center for Advance Research on Language Acquisition. University of Minnesota. Traducción propia.

- En un nivel más bajo se encuentra una expresión de auto deficiencia: *“Me confundí / estaba confundido / No me fijé/ Tienes razón”*

- Un nivel aún más abajo se encuentra la expresión de falta de intención: *“No fue mi intención”* *“No lo hice adrede”*

- En el nivel más bajo cabría una expresión de responsabilidad:

“Estaba seguro de seguir las instrucciones al pie de la letra ”

- Finalmente, quien se disculpa puede rechazar la culpa por completo, en cuyo caso se niega toda responsabilidad:

“Yo no tuve la culpa”, o aún culpar al otro: *“¿Ya ves?, por tu culpa”*

Una explicación u otra versión

El hablante describe la situación le provocó cometer la ofensa y que se usa por el hablante como una forma de disculparse. La explicación pretende poner las cosas en correcta. En algunas culturas, más que en otras, esto puede resultar en una manera aceptable de disculparse.

Por lo tanto, en aquellas culturas en las que el medio de transporte es muy poco confiable, llegar tarde a una reunión, cita o junta y dar una explicación como: *“El tren / camión no pasó a tiempo”* puede ser perfectamente aceptable.

Una oferta de negociación o compensación.

Quien se disculpa ofrece como contraparte una compensación, hasta económica, para reparar el daño, circunstancial o moral, que su falta haya causado. Por ejemplo, si alguien se le hace tarde para una cita con un amigo, puede decir algo como:

“Ay, cómo puedo lograr que me disculpes – Ya sé, te invito a comer el viernes, ¿ok?”

O alguien que no logra llegar a la cita / junta puede decir:

“¿Podríamos re-agendar la junta / nuestra cita?”

La promesa de que no vuelve a ocurrir.

El que se disculpa se compromete a que la falta no vuelva a pasar. Este caso depende de la situación específica de que se trate y es menos frecuente que las demás estrategias.

“Te prometo que no vuelve a pasar”

Las cinco estrategias más importantes que conforman el acto de habla para el ofrecimiento de una disculpa están a disposición de los hablantes en general a través de todas las lenguas; sin embargo la preferencia de una en lugar de otra, o bien la combinación de ellas depende de la situación en particular dentro de una lengua o cultura particular o de la

comunidad de habla de que se trate. Tal vez igual de importante que es conocer cuáles estrategias emplear y cuándo, es el conocer la forma de modificar estas estrategias de manera creativa de acuerdo a la situación y contexto que se viva. Los factores que pueden afectar el cómo conduces el ofrecimiento de una disculpa en tu propia lengua (e idealmente en la lengua meta también) incluyen:

- ▲ Que tan conocida o familiar es la persona a quien se ofrece la disculpa (de íntima a muy formal)
- ▲ La intensidad de la acción cometida (su gravedad, seriedad, o importancia)
- ▲ La autoridad relativa que cada participante del acto de habla tiene, su edad, el género propio y el de la otra persona, y el lugar donde se lleva a cabo la interacción.

Revisemos un ejemplo de una situación que requiere el ofrecimiento de disculpas con una cierta modificación del acto de habla en general, ya que el ‘agravio’ es más bien serio y la ‘víctima’ es un amigo:

En un sitio de café concurrido, accidentalmente tropiezas con un amigo por delante y él tiene una taza de café recién servido y muy caliente. El líquido caliente le cae por todas partes, le quema el brazo y le moja la ropa. Tu amigo grita muy sorprendido y molesto:

“Ayyyyy! Chinnnn!”⁴

Un hablante nativo del español mexicano podría adecuadamente seleccionar una estrategia de expresión de disculpas como: “*Perdón, perdón, no me fijé,...*” o “*De verdad lo siento, perdóname*” un poco como para sonar más bien sincero. Definitivamente no escogería decir sólo:

“Perdón” o “Lo siento (mucho)” aunque estas formas son las expresiones que vienen en un libro de texto. De hecho hay una diferencia entre “*perdón*”/“*disculpa*” y “*lo siento*”, “*perdón*”/“*disculpa*” implican más arrepentimiento mientras que “*lo siento*” más protocolo.

Por consiguiente, las últimas expresiones de disculpas pueden no parecerle muy sinceras a tu amigo. Tu amigo está muy probablemente esperando algo más, algo como:

“Perdón, de veras, no lo hice adrede. A ver, déjame ayudarte, ¿está muy caliente?”

Y si se trata de una amiga... (Aquí se discuten las posibilidades de interacción propias).

⁴ Cohen, Olshtain, and Rosenstein, 1986. Adaptación y traducción propia.

6 Comentarios finales

Como podemos ver hasta aquí, el camino del éxito no siempre es corto, ni lleno de flores de colores. La enseñanza-aprendizaje de la Pragmática comienza con un facilitador del aprendizaje muy bien preparado cuya conciencia pragmática está en alerta en todo momento, así como el buen manejo de una amplia variedad de actos de habla practicados en la vida real y en la lengua meta. Este facilitador debería también estar consciente del aspecto sociocultural del uso de lengua para actuar y reaccionar adecuadamente y de acuerdo con las reglas de la comunidad de habla a la que pertenece o pretende pertenecer.

No obstante, la forma en que veo, o me gusta ver, el mundo de la PRAGMÁTICA y los ACTOS DE HABLA en el medio ambiente de la enseñanza del español es ver que los actos de habla están en todas partes, en todas las conversaciones, en todas las situaciones comunicativas, en ese mundo creado por los protagonistas de cada acto dentro del mundo de la pragmática, que existe alrededor de ellos.

El español no es una lengua fácil de aprender pero tampoco es muy difícil y cada vez hay más interés por aprenderla. Lo que nos queda por hacer como facilitadores del aprendizaje del español y constantes aprendientes de una lengua es promover la práctica (semi) guiada y luego espontánea de diversos actos de habla en situaciones comunicativas, primero provocadas, después espontáneas y lo más parecido a las de la vida real, que pidan el ejercicio de los actos de habla a partir de los más simples hasta los más complejos con múltiples posibilidades de interacción, intención y reacción a los mismos. La práctica regular nos dará la confianza de interactuar con hablantes naturales de una lengua tan popular como el inglés. Todo es cuestión de aprender a reconocer lo que nos falta por aprender, y ponerse a practicar.

Referencias

- AUSTIN, J. L. (1975). *How to do things with words*. 2nd edition. Harvard University Press: Massachusetts.
- CIGDEM, K. (1998). "Pragmalinguistic Awareness in EFL Teacher Training# by a study in the ELS Department in Bursa, Turkey.
- COHEN, A. D., E. OLSHTAIN, and D. ROSENSTEIN. (1986). "Advanced EFL apologies: What remains to be learned. *International Journal of the Sociology of Language* 62 (6), 51-74. <http://exchanges.state.gov/education/engteaching/pragmatics.htm> Acceso en diferentes fechas de abril a septiembre, 2011 y de mayo a julio, 2012.



CARLA: Center for Advance Research on Language Acquisition. (1986). University of Minnesota. 119-125.

MORRIS, C. W., (1964). *Signification and Significance: A Study of the Relations of Signs and Values*. Chap. 1. MIT Press: Cambridge, Mass.

_____ (1970). *The Pragmatic Movement in American Philosophy*. George Braziller: New York.

SEARLE, J. (1994). *Actos de Habla. Ensayo de Filosofía del Lenguaje*. Editorial Planeta: Barcelona. Traducción de Luis M. Valdés Villanueva.

STALNAKER, R. (1972) "Pragmatics." In Donald Davidson and Gilbert Herman, eds., *Semantics of Natural Language*. 2nd ed. Synthese Library. Dordrecht & Boston: D. Reidel, -383.

COM LICENÇA, VAMOS FALAR DE ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ EM CONTEXTO SOCIOCULTURAL BRASILEIRO

Cibele Brandão de Oliveira (UnB)

cibelebo@uol.com.br

Erika Hoth Guerra Sathler (UnB)

erikasathler@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo investigar estratégias de polidez utilizadas por interagentes brasileiros em situações de elogio. O quadro teórico que fundamenta a pesquisa é o da Sociolinguística Interacional em combinação com a Pragmática. O estudo se baseia em teorias de Polidez, principalmente na teoria desenvolvida por Brown e Levinson (1987), nos princípios pragmáticos propostos por Leech (1983) e nos estudos sobre polidez de Kerbrat-Oreccioni (2005). Analisamos eventos com ocorrência de elogios envolvendo duas gerações, uma mais nova, entre 25 e 30 anos, e uma mais velha, acima de 45 anos. Foram analisados eventos festivos com número reduzido de participantes, realizados em restaurantes ou na casa dos colaboradores. Metodologicamente, o estudo se vale da tradição etnográfica e utiliza como técnicas de geração de dados a observação participante e o grupo focal. Os participantes foram selecionados a partir de contatos pessoais e profissionais das pesquisadoras. Foram avaliados contextos em que os elogios constituíam atos de ameaça a faces e atos de valorização de faces. A análise mostra que há diferença significativa em relação ao uso de estratégias de polidez pelas diferentes gerações envolvidas no estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégias de polidez; Situações de elogio; Contextos interacionais; Contextos socioculturais brasileiros.

1 Introdução

Nas últimas três décadas, a polidez tem sido objeto de interesse da linguística em diversas áreas. Por envolver a língua em uso, a polidez é de interesse da pragmática, e por se relacionar com linguagem e sociedade, em função de escolhas adequadas a normas sociais, é também de interesse da sociolinguística.

Podem-se observar vários aspectos relativos à polidez, como o social, o linguístico, o verbal, o não verbal, entre outros. Os aspectos linguísticos e não linguísticos devem ser analisados nas interações, pois a polidez não se define apenas em sua expressão linguística. Nessa perspectiva, Thomas (1995) afirma que a polidez constitui evento pragmático, não sendo possível estudá-la de forma puramente gramatical, pois o que determina se alguma ação é ou não polida é uma soma de fatores, que envolvem não apenas a forma linguística, mas também o contexto da enunciação, a relação entre os interlocutores, entre outros fatores.

O presente artigo tem como principal objetivo analisar estratégias utilizadas por brasileiros em situações de elogio, com base na teoria da polidez proposta inicialmente por Brown e Levinson (1987), no Princípio da Modéstia, proposto por Leech (1983) e nos estudos de Kerbrat-Orecchioni sobre o assunto (2006).

A adoção do termo polidez neste estudo segue a terminologia utilizada por Brown e Levinson no seminal artigo que serve como principal referencial teórico de suporte desta pesquisa, não obstante a preferência pelo termo cortesia por parte de outros pesquisadores, tais como Briz e Escandell, entre eles também os brasileiros, Preti e Silva.

2 Discutindo diferentes noções de polidez

No senso comum, polidez é sinônimo de boas maneiras, polidez, urbanidade, civilidade, afabilidade, equivalente a ter ou demonstrar boas maneiras e consideração por outras pessoas; é ter comportamento adequado ou apropriado.

Emergente das práticas sociais, a polidez resulta de ações constitutivamente culturais. O conjunto de regras que integram essa noção é relacionado às estruturas sociais, antigamente pautadas no modo de vida na corte ou na cidade – polidez e civilidade – e também em códigos e éticas, noções sobre o que é considerado comportamento adequado. Portanto, a polidez surge, nessa perspectiva, como determinado estilo da aristocracia, em que se atribui a seus membros certas qualidades, como boa educação, generosidade, elegância etc.

Kerbrat-Orecchioni (2006) afirma que existem duas unidades primitivas antagônicas: o *ego* e o *alter*. Portanto, há conflito constante entre o egoísmo e o altruísmo – aquele sendo uma disposição natural do ser humano e este, uma disposição secundária que visa ao equilíbrio entre essas disposições. Sob esse ponto de vista, a polidez surge como forma de conciliar a preocupação consigo e o respeito pelo outro.

Como adverte Kerbrat-Orecchioni (2006:101): “conforme a etimologia da palavra, a polidez tem a função de arredondar os ângulos e ‘polir’ as engrenagens da máquina conversacional, a fim de preservar seus usuários de graves lesões”.

Picard (*apud* COULMAS, 2005) afirma que a polidez é resultado da evolução do homem, é a resposta às inadequações de suas interações. Para ele, ela é consequência da organização civilizada da humanidade. Os gestos de submissão, de complacência, de respeito, a afirmação e reconhecimento de *status* são meios eficazes de organização social e prevenção

de conflitos. A polidez assume assim papel integrante na contextualização dialógica do discurso, considerando que os interlocutores estão sempre realizando trocas linguísticas e, para isso, selecionam estratégias para indicar e definir a relação social estabelecida entre eles.

2.1 A polidez do ponto de vista pragmático

A polidez, nessa abordagem, é vista como estratégia utilizada pelo falante para atingir metas. Entre as abordagens pragmáticas utilizadas na análise deste trabalho, destacam-se:

Máximas conversacionais (Grice, [1975] 2006)

Princípios Pragmáticos (Leech, 1983)

Noções de Face (Brown e Levinson, 1987)

3 Referenciais metodológicos

3.1 Pesquisa Qualitativa

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e apresenta metodologia que se vale da tradição etnográfica. Como técnicas de geração de dados, utiliza a observação participante e a realização de grupo focal.

3.2 Descrição dos eventos analisados

Em Brasília, os jovens costumam comemorar aniversários em bares, pizzarias, creperias e restaurantes. Em geral, convidam-se apenas amigos próximos, pois esses eventos são financiados pelos próprios convidados. Os eventos registrados com as gerações mais novas ocorreram dessa forma.

As pessoas de gerações mais velhas costumam fazer reuniões comemorativas em suas casas. Nesse caso, os aniversariantes são presenteados com mais frequência, e há mais ocorrência de elogios nesse contexto. Os eventos registrados com as gerações mais velhas ocorreram dentro dessas características.

A escolha do contexto dos eventos focalizados atendeu ao desejo de aproveitar a espontaneidade das interações ocorridas em tais situações.

Do *corpus* da pesquisa, foram selecionados três eventos festivos para fins de análise neste artigo. Um com a geração mais nova; outro com a geração mais velha; e um com

interações envolvendo as duas gerações. Pseudônimos foram utilizados com o objetivo de preservar a identidade dos colaboradores.

3.2.1 Evento com a geração mais nova

(falando sobre um convite para a inauguração de um shopping novo)
Lia: e a gente nem foi convidado para a inauguração desse shopping, credo// (?) ir prestigiar (risos).

Paulo: mas já inaugurou? (com ambas as mãos espalmadas para cima em sinal de dúvida)

Rebeca: [já:

Marta: [já. inaugurou na segunda-feira.

Rebeca: você costuma receber e[ste tipo de convite?

Lia: [pro pátio Brasil eu não sei como eu fui convidada (sinal de surpresa com a mão, esticando os dedos para cima)

Rebeca:[só pra quem pode, né, gente.

(Lia sorri e rodopia o dedo no ar)

Lia: que coisa gente//

Rebeca: a gente só é convidado para ir lá pagar as contas, né? uau//

Nessa situação, há a participação de vários interagentes presentes e acentua-se aqui a importância dos elementos cinésicos como forma de interação. A aniversariante relevou ter sido convidada para a inauguração de um shopping da cidade, o que, de acordo com Brown e Levinson (1987), poderia ser um ato de ameaça à própria face positiva, pois atos de autogratificação ferem o princípio de modéstia proposto por Leech (1983). Porém, a relação próxima entre os interagentes permitiu que tal ato não fosse considerado ameaçador.

Como resposta à revelação do recebimento do convite anterior, a aniversariante recebeu um elogio *só pra quem pode, né, gente?* O elogio sugere, com base no conhecimento cultural que envolve o contexto, que ela era uma pessoa importante, reconhecida pela sociedade, pois geralmente apenas celebridades, *socialites* e pessoas de classe econômica mais elevada são convidadas para inaugurações de *shoppings*, que são muito restritas.

A aniversariante reagiu de forma não verbal ao elogio. Ela fez um gesto com o dedo rodopiando no ar, jogou a cabeça para trás, sorriu e fez uma expressão facial que foi interpretada como uma “rejeição” ao elogio. A reação da aniversariante pode ser interpretada como algo que pode ser entendido assim: “eu não sou tão importante, simplesmente fui convidada para uma inauguração”. Tal reação segue o princípio da modéstia de Leech (1983) e reforça a ideia, culturalmente determinada, de que uma pessoa ameaça a própria face positiva se recebe elogios com prontidão em determinados contextos.

A convidada ainda reforça o elogio anterior, usando o humor *a gente só é convidado para ir lá pagar as contas, né? uau*, ratificando o elogio anterior e a ideia de que a aniversariante é importante e popular, enquanto ela mesma, pessoa comum, só é convidada pelo *shopping* para pagar o que deve. Esse ato poderia ser considerado ameaçador se não fosse pelo efeito humorístico, pois poderia ferir a face positiva da convidada, uma vez que pode sugerir que ela não costuma pagar suas contas, que precisa ser chamada para fazê-lo. O fato de a convidada ter usado a expressão inclusiva *a gente*, envolvendo os demais interlocutores, também poderia ter sido considerado um ato ameaçador.

A interjeição *uau* reforça o elogio anteriormente feito, assim como a ratificação do elogio. Apesar de não ter uma prosódia que realmente demonstrasse surpresa, com uma entonação mais aguda e/ou alta na segunda vogal, a partícula exerceu essa mesma função, uma vez que integrou o efeito de humor produzido pela convidada. O humor é a estratégia nº 8 de Polidez Positiva proposta por Brown e Levinson (1987) e serviu, nessa interação, como ato de valorização de faces.

3.2.2 Evento com a geração mais velha

(Conversando sobre o dia anterior e justificando a falta de tempo para organizar os preparativos para a festa)

Sarah: já cheguei do curso tarde. Cheguei aqui 11 e tanta, 10 horas que elas falaram. Eu vou adiantar alguma coisa. Já cheguei cansada, deixei pra fazer tudo. Eu que (.) que faço as coisas (diminuindo a voz)

Miriam: [como sempre você que faz tudo bem feito

Sarah: [A: (risos)

Sarah: não faço bem feito. (leva a mão em direção ao joelho da interlocutora que sentava à sua frente) Mas a gente e:, né? Ontem eu fiz um bolo. Fui mexer, falei, gente, vou fazer torta, não sei quantas pessoas vêm, umas dez, mas é: não vem todo mundo. Algumas disseram que não poderiam vir. Cê quer saber, vou fazer o de sempre, parece até que eu sou adolescente, vou fazer uma massa de pizza, aí eu pré-asso [...]

Miriam: (?)

Sarah: agora, uma mulher nessa idade comemorar aniversário com pizza, né? (risos)

Miriam: com bolinho, não. Com bolinho...

(risos)

Sarah: é só mesmo um: para não passar em branco.

Rebeca: [Aquele bolinho branco da mamãe (pegou na ponta da orelha, para expressar elogio)

Miriam: uma delicia

Sarah: ele tem pouco açúcar...

Primeiramente, Sarah está falando sobre o dia anterior, sobre os preparativos da festa e justificando a escolha do cardápio, pizza, cardápio pouco usual para comemorações de

aniversários de pessoas de sua faixa etária, seguindo, assim, a estratégia nº 5 proposta por Brown e Levinson (1987), diga mais do que o necessário, uma vez que Sarah estava prestando informações não solicitadas. Esse pode ser considerado um prefácio atenuador, uma estratégia de defesa de face positiva, uma vez que essa estava em risco por uma escolha de cardápio pouco usual para a geração de Sarah.

Ao justificar *Eu que (.) que faço as coisas*, observou-se uma hesitação, pois essa afirmação poderia ser considerada falta de modéstia ou exibicionismo. Ela foi interrompida por um reforço a sua face positiva.

Miriam elogiou a habilidade culinária de Sarah, uma vez que ela fez tudo o que foi servido aos convidados. Esse elogio foi reforçado pela ideia de habitualidade e recorrência desse fato, além de dar margens à interpretação de que a aniversariante possui habilidades também em outras áreas.

Mais uma vez, o riso integrou a estratégia de esquiva e serviu como um atenuante do próprio elogio e da resposta, pois se a resposta *Não faço bem feito* fosse seca e enfática, seria extremamente ameaçador à face de todos os interlocutores envolvidos. A afirmação foi feita com risos e seguida de um gesto não verbal significativo: a aniversariante leva a mão em direção ao joelho da interlocutora, como uma forma de reforçar a estratégia do riso e marcar um vínculo. O gesto não foi concluído, pois havia uma distância que não permitiu que o gesto fosse concluído com naturalidade, sem que ela se levantasse.

O elogio foi rejeitado com ênfase no primeiro momento, *não faço bem feito*, e com uma longa justificativa posterior *Mas a gente, né?* Essa justificativa serviu como um atenuante ao elogio, uma vez que banalizou o trabalho feito por ela. Como se ela não tivesse tido muito trabalho com tudo o que foi preparado, simplesmente tivesse adiantado algumas coisas.

A aniversariante usou o elogio como forma de prolongar a interação e mais uma vez justificar a escolha do cardápio, o que revelou uma certa formalidade no relacionamento entre as interagentes, uma vez que Miriam era tia avó de Sarah, uma senhora de idade. Observou-se o desconforto da aniversariante, pois ela se explicou excessivamente, não dando muitas oportunidades de mudanças de turno de fala.

A aniversariante tinha o hábito de fazer um tipo de bolo de aniversário, receita já conhecida pelas convidadas. Sem esse contexto, talvez fosse complicado identificar a construção de sentidos no evento selecionado.

A referência ao bolo constituiu o próprio elogio, que não só foi reconhecido, como também reforçado por outra interagente. A aniversariante, Sarah, ignorou o elogio e o recebeu como uma afirmação simples, dando uma resposta em que o elogio foi tratado como assunto impessoal.

Isso evidencia que Sarah percebeu que a pronta aceitação ao elogio poderia ser interpretada como arrogância por parte das convidadas. Ao perceber que sua face positiva havia sido reforçada, mas que estava em risco, utilizou estratégia de esquivar para prolongar a interação, desviando o foco do elogio.

3.2.3 Evento familiar envolvendo as duas gerações (noivado)

(as irmãs estavam se posicionando para tirar foto)

Raquel: eu não tenho um la/lado fotogênico

Débora: meu lado fotogênico é esse.

Raquel: não

Rebeca: Raquel, você [fica bonita de qualquer lado

Débora: [Você é bonita de qualquer lado

Raquel: Ra::

Sarah: Ah:

Raquel: (sorri)

As famílias começam a tirar fotos em diferentes máquinas e posições, com as diferentes pessoas do ambiente. As três irmãs se posicionam, uma delas, Rebeca, tem o hábito de tirar fotos em uma mesma posição e sempre afirma que aquele é seu lado mais fotogênico. Raquel afirma que não tem um lado fotogênico, o que inicialmente seria um ato de ameaça à própria face positiva, pois poderia ser interpretado com uma afirmação autovalorizadora ou como um ato de auto-humilhação. “Eu não tenho um lado fotogênico” poderia ter sido interpretado como “Eu não tenho apenas um, todos os meus lados são fotogênicos”, ou como “nenhum lado meu é fotogênico”. No entanto, o ato não foi considerado ameaçador pelos outros interagentes.

Débora se posiciona e afirma que aquele era seu lado fotogênico, o que poderia ter sido considerado ameaçador à sua própria face positiva, pelo mesmo motivo anterior. A relação extremamente íntima entre os interagentes permitiu que esse ato não fosse

considerado com ameaçador. Raquel reluta, tentando trocar de posição com Débora, mas Rebeca e Débora valorizam sua face positiva com um elogio, “você fica bonita de qualquer lado”, e ao mesmo tempo, ameaçam a face negativa dela, uma vez que esse mesmo elogio teve por objetivo mantê-la em posição original, evidenciando o uso de polidez como forma de alcançar metas, como menciona Thomas (1995).

Raquel responde com certo tom de ironia *Rá:*, demonstrando instintivamente ter identificado à intenção do elogio. Enquanto Sarah, mãe das três moças, expressou-se positivamente em relação ao elogio, uma vez que esse indiretamente pode beneficiá-la, como se ela fosse parcialmente responsável pelos atributos físicos de Raquel.

4 Considerações finais

Observou-se que há diferenças significantes nas escolhas e reações a elogios e nas estratégias interacionais entre as gerações estudadas. As gerações mais velhas são mais formais em suas interações, mesmo entre interagentes próximos. Isso propicia mais uso de estratégias de valorização de faces e intensificadores dessas ações, e mais uso de estratégias de esquiva como resposta a essas. As gerações mais novas, por sua vez, utilizam número menor de estratégias de valorização de faces e fazem menos uso de intensificadores, apesar de se assemelharem às gerações mais velhas no que diz respeito ao uso de estratégias de esquiva, pois ambas, a segunda mais do que a primeira, costumam seguir o Princípio da Modéstia proposto por Leech (1983) ou a Lei da Modéstia, definida por Kerbrat-Orecchioni (2006). Observou-se assim que, de um modo geral, no contexto brasileiro há uso frequente de estratégias de esquiva como reação aos elogios. Mas entre interagentes muito próximos, principalmente nas gerações mais jovens, esse uso não é tão recorrente como nas gerações mais velhas. Entre os mais novos é permitida a pronta aceitação de elogios e também atos de autogratiificação, principalmente como forma de humor entre os interagentes.

Também foi possível identificar algumas estruturas verbais e não verbais que funcionam como estratégias de polidez e/ou de esquiva, como o uso de intensificadores na produção do elogio e atenuadores na reação a esses. Entre esses intensificadores e atenuadores, é possível observar o uso de alongamento de vogais, seleção de traços prosódicos, expressões faciais e outros traços cinésicos, como gesticulação e sorriso. A principal estratégia verbal de esquiva observada foi a minimização do efeito do elogio, como se pode observar no excerto da interação com a geração mais nova.

Observou-se que muitas vezes os colaboradores utilizaram a situação do elogio como forma de prolongar a interação, seja como forma de esquivar ou como tópico ou tema para continuar a interação.

Foram observadas também algumas inferências culturais realizadas pelos colaboradores da pesquisa. Na observação participante, os elogios foram baseados nos valores culturais da comunidade, como associação de estatura física e emagrecimento ao conceito de beleza. No grupo focal, as colaboradoras identificaram a influência da cultura na manifestação da polidez, exemplificando com algumas diferenças culturais identificadas por elas em suas interações. Para elas, a classificação do que é polido ou não varia de acordo com os valores culturais de uma comunidade, o que evidencia a afirmação feita pelos autores citados de que a polidez se manifesta de forma diferente em diversas comunidades socioculturais.

Nos contextos estudados, foi possível observar ainda que a maior parte dos elogios realizados era voltada para a aparência e para a competência dos interagentes. Contudo, deve-se ressaltar que os contextos analisados favoreceram esses tipos de elogio, uma vez que se tratava de eventos festivos.

Registraram-se algumas ocorrências de elogios como atos de ameaça à face (como no excerto da interação envolvendo as duas gerações). Nesse caso, foi possível observar que, na maioria dos exemplos analisados, tais atos foram condicionados à intenção do locutor e ao atributo selecionado como alvo do elogio. Em algumas situações, o elogio poderia ter sido ameaçador, mas, principalmente, os traços prosódicos e a relação entre os interagentes foram determinantes para que tais elogios fossem recebidos como atos valorizadores da face.

Assim, espera-se que a análise interacional do tema situado no contexto escolhido possa contribuir para o desenvolvimento teórico de aspectos relativos à polidez na linguagem e aos estudos culturais. Particularmente, tendo em vista uma melhor compreensão do português do Brasil quanto à seleção de estratégias de polidez relacionadas ao contexto sociocultural.

Referências

BROWN, P.; LEVINSON, S. (1987). *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.

COULMAS, F. (2000). Politeness: cultural dimensions of linguistic choice In: *Sociolinguistics: the study of speaker's choices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p.84-103.

EELLEN, G. (2001). *A Critique of Politeness Theories*. St. Jerome Publishing: Manchester UK.

GRICE, H. P. (2006). Logic and Conversation. In: Jaworski, A. & Coupland, N. *The Discourse Reader*. 2nd ed. USA: Routledge.

HOLMES, J. (2006). Complimenting: A Positive Politeness Strategy. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G.R. *Sociolinguistics: The Essential readings*. Oxford: Blackwell Publishing.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2006). *Análise da Conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola.

LEECH, G. (1983). *Principles of Pragmatics*. London: Longman.

PRETI, D. (org). (2008). *Cortesia Verbal*. São Paulo: Humanitas.

SATHLER, E. (2011). *Estratégias de Polidez Utilizadas por Brasileiros em Situações de Elogio: Um Estudo Sociointeracional*. 2011, 116f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília (UnB).

THOMAS, J. (1999). *Meaning in interaction: an introduction to Pragmatics*. London: Longman.

YOUNG, R. (2008). *Language and Interaction: An Advanced Resource Book*. London & New York: Routledge.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE LÓGICA E PALAVRAS DE EMOÇÃO¹

Claudia Strey (PUCRS)
claudiastrey@hotmail.com

RESUMO: O seguinte artigo tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre a comunicação inferencial, tradicionalmente entendida como lógica e racional, e sua relação com as emoções. Tradicionalmente, atrela-se à racionalidade a característica da lógica, em que estados emocionais e sentimentos de qualquer ordem não interferem na passagem das premissas para a conclusão. Essa separação metodológica é extremamente útil para diversas áreas de conhecimento, como é o caso da área formal. Entretanto, em termos de Linguagem Natural, observa-se que a razão não está separada da emoção, o que faz com que muitos fenômenos complexos não sejam adequadamente explicados.

PALAVRAS-CHAVE: Lógica; Emoção; Comunicação inferencial.

1 Introdução

Busca-se analisar a relação entre lógica e emoção na comunicação inferencial da seguinte maneira: primeiramente, insere-se no debate uma posição neurocientífica sobre a importância da emoção para a racionalidade (Damasio, 2002[1994]; Evans, 2002; Pham, 2007), para, em um segundo momento, fazer-se uma retomada de alguns estudos semântico-pragmáticos que abordam a comunicação inferencial (Grice, 1956/1975 e Levinson, 2000). Por fim, constrói-se uma interface entre as abordagens e procura-se demonstrar, através de escalas de palavras de emoção, que estados emocionais podem afetar o processamento lógico. Para esse estudo ser possível, constroem-se uma interface externa, entre Linguística, Lógica e Neurociências, e uma interface interna, entre Semântica e Pragmática, Lógica Informal e Neurociências Cognitiva, de acordo com a Metateoria das Interfaces (Costa, 2007).

2 Interface razão e emoção

As emoções fazem parte do cotidiano do ser humano em praticamente todos os momentos de sua vida. Devido a essa onipresença, muitos filósofos da antiguidade, como Platão, Aristóteles, Espinosa e Descartes desenvolveram teorias relacionadas às emoções, mas, por razões metodológicas, resolveram priorizar a racionalidade humana. Essa separação

¹ Esse artigo faz parte da dissertação defendida no PPGL/PUCRS, em 2011. Referência: STREY, C. Linguagem e emoções: um estudo em interfaces. 94 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ainda hoje é assumida por teorias racionalistas, que acreditam que as emoções carregam complexidades que comprometem o olhar científico. De Souza (2010) coloca que:

So it is not surprising that most of the great classical philosophers — Plato, Aristotle, Spinoza, Descartes, Hobbes, Hume — had recognizable theories of emotion, conceived as responses to certain sorts of events of concern to a subject, triggering bodily changes and typically motivating characteristic behavior. What is surprising is that in much of the twentieth-century philosophers of mind and psychologists tended to neglect them—perhaps because the sheer variety of phenomena covered by the word “emotion” and its closest neighbors tends to discourage tidy theory.

Ultrapassada a barreira racionalista, uma das principais questões em debate atualmente está relacionada ao fato de descobrir como as emoções afetam a razão. Em relação a esse problema, Evans (2002, p. 497) afirma que:

This question has been debated since Plato, who proposed what may be called ‘the negative view of emotion’ (Evans [2001]). According to the negative view, emotions usually affect reasoning for the worse. To the extent that humans can free themselves of emotion, therefore, they can become more rational. Until recently, most philosophers and psychologists have tended to agree with Plato on this matter. (...) In the past couple of decades, however, a growing number of thinkers have challenged the traditional consensus (see, for example, de Sousa [1987]; Frank [1988]; Damasio [1994]; Elster [1999]; Evans [2001]). They argue for what may be called ‘the positive view of emotion’. According to the positive view, emotions usually affect reasoning for the better. The positive view suggests that, other things being equal, humans will be less rational to the extent that they lack emotion.

Um dos principais neurocientistas que apostam na relação positiva entre razão e emoção é Antonio Damásio, que, em seu livro *O Erro de Descartes* (2002[1994]), demonstra que pacientes que sofreram sérios danos cerebrais no córtex pré-frontal tiveram sua capacidade de experienciar emoções diminuída e apresentaram dificuldades em tomar decisões práticas, como, por exemplo, escolher, entre duas datas, qual a melhor para uma consulta médica.

Parte-se, assim, para uma revolução nos estudos científicos, em que se estabelece uma abordagem complexa da mente humana e as emoções passam a ser foco de estudo interdisciplinar, incluindo psicologia, neurociências, biologia evolucionária e até mesmo economia. É importante observar, no entanto, que as abordagens não se atêm à parte estritamente emocional, em que todas as considerações feitas em relação à parte racional perdem importância. Segundo Damasio (2002[1994], p. 252):

Conhecer a relevância das emoções nos processos de raciocínio não significa que a razão seja menos importante do que as emoções, que deve ser relegada para segundo plano ou deva ser menos cultivada. Pelo contrário, ao verificarmos a função alargada das emoções, é possível realçar seus efeitos positivos e reduzir seu potencial negativo.

Partindo desse pressuposto, Pham (2007) apresenta uma série de estudos neurocientíficos¹ que demonstram que estados emocionais interferem nos processos racionais dos seres humanos e, conseqüentemente, em sua capacidade lógica. Nesse sentido, os estados emocionais mais intensos, como a ansiedade, influenciariam a capacidade da memória de trabalho, o que traria uma série de conseqüências, tais como: diminuição na habilidade de coletar informações e organizá-las na memória; aumento no tempo de verificação da validade de inferências lógicas; seleção de opções sem considerar todas as alternativas; possibilidade de serem cometidos mais erros em problemas semânticos análogos; maior demora para processar argumentos de persuasão (PHAM, 2007, p. 157).

O autor traz evidências de que estados emocionais mais leves também influenciam no processo racional. Em comparação com estados emocionais neutros, emoções leves levam as pessoas a categorizar objetos mais amplamente; gerar respostas mais criativas e interessantes; saírem-se melhor em resolução de problemas que envolvem engenhosidade; resolver problemas que envolvam várias tarefas mais eficientemente. Segundo Phan (2007, p.158), esses achados demonstram que emoções positivas trazem resultados positivos à tomada de decisão, ao processo de raciocínio e à resolução de problemas.

Da mesma maneira, Pham (2007, p.159) coloca que as emoções positivas também podem influenciar negativamente as pessoas, que podem ter suas performances em tarefas de dedução diminuídas, apresentar preferências mais intransitivas, entre outros. O que fica claro é que, independente de serem interferências positivas ou não, as emoções influenciam de maneira pontual no raciocínio lógico.

Damasio (2002[1994]) aponta que, se por um lado, a racionalidade e o processo de decisão implicam uma estratégia lógica para produzir inferências válidas, apoiadas na atenção e na memória de trabalho (DAMASIO, 2002[1994], p.179); por outro, as emoções desempenham um papel essencial no processo de decisão e de raciocínio, funcionando como

¹Os dados apresentados no estudo foram coletados de diversas pesquisas científicas. Nesse trabalho, apresenta-se apenas as reportadas por Pham (2007). Para maiores detalhes, consultar o artigo de referência.

uma espécie de alarme para as premissas concluídas – dispositivo que o autor chama de *hipótese do marcador somático*². Segundo Damasio (2002[1994], p.185),

(..) imagine agora *antes* de aplicar qualquer análise de custos/benefícios às premissas, e antes de raciocinar com vista à solução de um problema, sucede algo de importante. Quando lhe surge um mau resultado associado a uma dada opção de resposta, por mais fugaz que seja, sente uma sensação visceral desagradável.

(...) A análise custos/benefícios e a capacidade dedutiva têm seu lugar, mas só *depois* de este processo automático reduzir drasticamente o número de opções. Os marcadores somáticos podem não ser suficientes para a tomada de decisão humana normal, dado que, em muitos casos, mas não em todos, é necessário um processo subsequente de raciocínio e de seleção final. Mas os marcadores somáticos aumentam provavelmente a precisão e a eficiência do processo de decisão.

A emoção teria, assim, um papel essencial no processo de raciocínio e de decisão, algo que só é possível porque todas as experiências de vida, sejam elas sociais ou pessoais, são acompanhadas por algum tipo de emoção (DAMASIO, 2009[2003], p. 156). Segundo o autor,

Quer a emoção responda a um estímulo escolhido pela evolução, como acontece no caso da simpatia, ou a um estímulo aprendido individualmente, como acontece no medo que podemos ter adquirido em relação a um certo objeto em consequência de o termos associado a um estímulo de medo primário, o fato é que as emoções, positivas ou negativas, bem como os sentimentos que se lhes seguem, tornam-se componentes obrigatórios das nossas experiências sociais. (DAMASIO, 2009[2003], p. 156-157).

Ou seja, a emoção, seja ela produto de estímulos aprendidos ou escolhidos pela evolução, forma uma base para ajudar na previsão das consequências futuras de uma decisão. É importante notar que Damasio (2009[2003], p. 158) afirma que tal característica das emoções pode ser algo que ocorra de forma parcial ou completa, consciente ou inconsciente. O autor mostra que, independente desses aspectos, o mecanismo funciona, pois se passa a focar atenção em determinados aspectos do problema para buscar melhorar a sua análise.

Assumindo a complexa relação entre emoção e razão, em que o processamento lógico é afetado, pode-se trazer o questionamento para a área da linguagem. Caso se aceite a premissa geral de autores como Damasio, Evans e Pham, é preciso assumir que a comunicação humana também está inserida em propriedades complexas envolvendo a parte

² Não será discutido, nesse trabalho, se mente e corpo formam uma unidade inseparável, como propõe Damasio e outros linguistas cognitivos, ou se são separáveis, como coloca a tradição cartesiana. Assume-se, aqui, somente o fato de que razão e emoção estão em uma relação complexa, não sendo possível separá-las metodologicamente.

racional e emocional. Ao transpor o questionamento para a linguagem, é preciso estabelecer a forma como as emoções afetam o processo inferencial, não no sentido de como elas são constituídas biologicamente ou como as estruturas cerebrais e hormonais funcionam, mas sim como afetam a comunicação no sentido de modificar o processamento inferencial.

O objetivo de um estudo na interface com a Linguística é desvendar qual papel as emoções desempenham na geração de inferências em termos de Linguagem Natural. Não se pode, porém, ao assumir a relevância das emoções, afastar a lógica da linguagem. Fazer isso seria continuar assumindo a visão dualista e maniqueísta que separa razão e emoção. É preciso construir interfaces que sejam relevantes para as áreas envolvidas, como postula a Metateoria das Interfaces, de Campos (2007).

3 Emoção e Razão em Comunicação

Em termos de lógica clássica, os argumentos podem ser divididos em três classes, segundo Peirce (1975): dedutivo, em que as inferências são necessárias; indutivo, em que as inferências são prováveis; e abdução, em que as inferências também são prováveis, mas são, principalmente, hipotéticas. Em relação aos argumentos dedutivos, ao contrário dos outros dois, trabalha-se com a noção de verdade das premissas, que garantem a verdade da conclusão. O cálculo inferencial é um sistema formal formado por proposições, por conectivos lógicos (e, ou, logo...) e por regras de derivação. Pode-se, assim, obter novas proposições a partir das operações lógicas de negação, conjunção, disjunção, implicação e equivalência.

Como para a Lógica o que importa é a precisão formal da passagem das premissas para a conclusão, não são relevantes os conteúdos específicos. Entretanto, caso se coloque a Lógica em interface com a Linguagem Natural (doravante LN), a percepção humana aceita conclusões que, na perspectiva lógica, parecem ser estranhas ou contra intuitivas (falácias, argumentos incompletos etc.) – e isso coloca em xeque a racionalidade humana no sentido mais estrito.

Grice (1957/1975), em seus artigos, aponta para o debate existente em sua época em relação às diferenças do processo de significação envolvendo a forma lógica de um enunciado e suas ocorrências em linguagem natural. Grice afirma que, enquanto as abordagens formais apostam em uma linguagem ideal (formal, portanto) para que se possa fazer ciência, no sentido em que só se pode garantir a verdade de uma afirmação quando se faz uma análise lógica do enunciado, as abordagens informais reconhecem que a linguagem pode ser utilizada

para outros fins que não o acadêmico. O filósofo aponta que, como na linguagem natural muitas inferências e argumentos não seguem a lógica tradicional, deve-se partir para uma lógica não-simplificada e assistemática, que é tão somente guiada pela lógica formal, e não submissa a ela. (GRICE, 1975, p. 23-24)³. Grice referia-se à lógica informal, que, segundo Groarke (2011):

It allows premises and conclusions to be any speech acts which assert the truth of a proposition (including acts like suggesting, hypothesizing, boasting, and deducing), and recognizes that arguments in natural language frequently occur without an explicit inference indicator like “since” or “therefore”. In addition, his account recognizes that arguments can incorporate drawings in a geometric proof, diagrams or pictures.

Nos estudos griceanos, o processo inferencial gera implicaturas de acordo com o Princípio da Cooperação (GRICE, 1975, p.39-40), que possuem propriedades específicas⁴, quais sejam:

- (a) são canceláveis, ou seja, caso se adicionem premissas adicionais às premissas originais, pode-se cancelar uma conclusão;
- (b) são não-separáveis, pois é necessário conhecer o conteúdo semântico da expressão, bem como o contexto em que o enunciado ocorre;
- (c) são calculáveis, pois a implicatura deve ser reconhecida a partir do significado literal e do Princípio de Cooperação e suas máximas;
- (d) são não-convencionais, pois a implicatura não está na força das palavras;
- (e) não são veiculadas pelo dito, pois o que é dito pode ser verdadeiro, mas o implicado, falso;
- (e) são indeterminadas, já que pode haver uma lista aberta de implícitos devido ao cálculo da implicatura.

A essas propriedades, Levinson (2000) adiciona:

³ Apesar de assumir a importância de uma lógica informal, Grice não aborda a parte emocional na comunicação. Sua descrição do processo comunicativo é estritamente racional.

⁴ As propriedades descritas por Grice são alvo de crítica de outros autores, como Sadock (1978) e Levinson (2007 [1983]). Entretanto, Grice, em seu trabalho, coloca que tais propriedades são alguns traços que uma implicatura pode ter, mas que não são testes decisivos.

(f) são reforçáveis, ou seja, o que está implícito pode ser explicitado sem efeito de redundância;

(g) são universais, ou seja, se as inferências são derivadas de uma cooperação racional, espera-se que sua aplicação seja universal.

Apesar de as teorias de Grice e Levinson trabalharem com propriedades das implicaturas e de inferências não-triviais, elas não observam a influência das emoções no processo inferencial, já que, aparentemente, uma conclusão pode ser alterada devido a uma determinada emoção ou sentimento. Ou seja, além de ser necessário considerar o processo inferencial como multiforme, em que diversas fontes servem como premissas, parece ser essencial dar um passo a mais no entendimento de como a comunicação humana acontece. É preciso considerar que os seres humanos não são puramente racionais e que as emoções fazem parte da natureza humana. Ou seja, se as emoções fazem parte do ser humano, logo elas devem interferir, assim como a parte lógica faz, no processo inferencial.

Um ponto importante da relação entre lógica e LN é a noção de valor de verdade, já que, logicamente, um argumento pode ser válido ou inválido. No argumento válido, a conclusão já está presente nas premissas, o que a faz ser necessária, como ocorre no exemplo abaixo (01):

Todos os namorados são felizes.	$\forall x (N(x) \rightarrow F(x))$
Pedro é namorado.	$N(p)$
Pedro é feliz.	$F(p)$

(01)

Em termos de lógica proposicional, tem-se que, qualquer que seja o x , se x é namorado, então x é feliz. Logicamente, o argumento acima é válido e aceitável, mas em (02), o argumento é inválido e inaceitável, pois a premissa diz que todos namorados são felizes, e, dessa forma, se João é um namorado, então João deve ser feliz. O fato de a conclusão ser que ele é infeliz não encontra justificativa, o que faz o argumento não ser aceitável em LN. A precisão em termos lógicos é tal que a conclusão nem poderia ser cogitada, uma vez que o predicado 'infeliz' não aparece nas premissas do argumento:

Todos os namorados são felizes.	$\forall x (N(x) \rightarrow F(x))$
Pedro é namorado.	$N(p)$
Pedro é infeliz.	

(02)

Entretanto, em LN, poder-se-ia inserir uma palavra de emoção que licenciaria a conclusão de que Pedro é infeliz, como em (03)

(03) Todos os namorados são felizes.

Pedro é namorado, *mas é ciumento*.

Logo, Pedro é infeliz.

No exemplo (03), insere-se uma palavra de emoção – *ciumento* – que faz com que a conclusão do argumento seja, ainda que inválida, aceitável em LN. Percebe-se que há uma relação entre as palavras ‘ciúmes’ e ‘feliz’ que licencia a conclusão ser *Pedro é infeliz*. Assim, tem-se que um argumento, em LN, pode ser inválido, mas aceitável, desde que haja uma palavra de emoção em que se consiga estabelecer um certo grau de aceitabilidade.

Partindo desse fenômeno, considere o exemplo abaixo.

(04)

A: *Você vai casar com Maria?*

B: *Eu amo ela.*

Inferência:

Se Pedro ama Maria, irá casar com ela.

Pedro ama Maria.

Pedro irá casar com Maria.

Em termos de lógica tradicional, ter-se-ia, por *modus ponens*, que, dado que a primeira premissa coloca que se Pedro ama Maria, deve casar com ela; e a segunda que Pedro ama Maria, a conclusão necessária é que Pedro deve casar com Maria. Entretanto, se o argumento mudar para:

(05)

A: *Você vai casar com Maria?*

B: *Eu gosto dela.*

Se Pedro ama Maria, deve casar com ela.

Pedro *gosta* de Maria.

Pedro não vai casar com Maria.

Como explicar a conclusão? Em lógica tradicional, o argumento não seria válido, pois o predicado ‘gostar’ não está relacionado com casar ou não com Maria. Em termos de LN, porém, pode-se supor que há uma diferença semântica entre ‘amar’ e ‘gostar’, que envolvem aspectos de envolvimento emocional.

Uma explicação possível para a diferença na inferência reside na escolha do verbo ligado às emoções. As implicaturas generalizadas, que dependem de uma interpretação preferencial (cf. Levinson, 2000), estariam ligadas a uma escala linguística, que pode ser definida como sendo “composta de um conjunto de alternativas linguísticas, ou expressões contrastantes da mesma categoria gramatical que podem ser dispostas numa ordem linear por grau de *informatividade* ou força semântica”. (LEVINSON, 2007 [1983], p. 164)⁵

Poder-se-ia assumir, em uma inspiração horniana, que as palavras de emoção que possuem alguma relação semântica estão agrupadas em escalas linguísticas. Levinson (2007 [1983], p. 165) propõe uma regra para derivar implicaturas escalares, qual seja:

Implicaturas escalares: dada qualquer escala da forma <e1, e2, e3 ... en>, se um falante diz A(e2), então ele veicula a implicatura de (que) ~ A(e1), se ele diz A (e3), então ele veicula a implicatura de (que) ~A (e2) e ~ A (e1), e de uma forma geral, se

⁵ É importante observar que as escalas linguísticas já são trabalhadas por outros teóricos, como o próprio Grice. Escolheu-se, no entanto, a proposta teórica de Levinson para a construção da interface.

ele diz A (en), então ele veicula a implicatura de (que) $\sim (A(en-1))$, $\sim (A(en-2))$, etc, até $\sim (A(e1))$.

Para demonstrar que as inferências escalares são implicaturas do tipo griceana, Levinson (2007 [1983], p. 167) desenvolve o seguinte argumento:

F disse *p*

Há uma expressão *q*, mais informativa que *p* (e, portanto, *q* acarreta *p*), que poderia ser desejável como contribuição para os presentes fins do intercâmbio (e, aqui, talvez haja uma referencia implícita à máxima da relevância)

q tem, grosso modo, a mesma brevidade de *p*; portanto F não disse *p* em vez de *q* simplesmente para ser breve (isto é, para conformar-se à máxima do modo)

Se F soubesse que *q* é válido, mas, não obstante, enunciasse *p*, ele estaria infringindo a injunção de tornar sua contribuição tão informativa quanto necessário, portanto, F deve querer que eu, o destinatário, infira que F sabe que não é o caso ($S \sim q$) ou, pelo menos, que não que é o caso ($\sim Sq$).

Para explicar a implicatura em (05), a de que Pedro não vai casar com Maria, seria necessário, em primeiro lugar, assumir a existência de uma escala <Amar, Adorar, Gostar, Simpatizar>, em que, caso escolhido ‘adorar’, todos os antecedentes sejam negativamente implicados, e os procedentes, acarretados. Tais escalas seriam construídas intuitivamente pelos falantes de acordo com suas experiências vividas e com a cultura na qual estão inseridos (VANIN, 2009). Assim, em (05), ter-se-ia que

Implicatura generalizada (Q): Pedro <gosta de, simpatiza com> Maria, mas não <ama, adora> Maria.

Entretanto, assumir a existência de escalas não é suficiente para explicar a diferença de implicaturas em (04) e (05). Parece que, além da noção de escala de palavras de emoção, há mais um componente determinante para o processo inferencial: dependendo da posição na escala, uma conclusão pode ou não ser implicada. No exemplo (05), o motivo pelo qual Pedro resolve não casar com Maria é que ele *apenas gosta* dela – ou seja, como ‘gostar’ não acarreta ‘amar’, a conclusão não pode ser positiva.

Ao observar o exemplo (06), em que se mudam as palavras do diálogo, pode-se observar que, se a mesma escala for aplicada <Amar, Adorar, Gostar, Simpatizar>, a conclusão será positiva, pois ‘adorar’ acarreta semanticamente ‘gostar’.

(06)

A: *Você gosta de Maria? Vai casar com ela?*

B: *Eu adoro ela.*

Se Pedro gosta Maria, deve casar com ela.

Pedro adora Maria.

Pedro vai casar com Maria.

O que parece determinar a direção do argumento parece ser algo ligado tanto às premissas quanto à escala inferencial. Assim, se na premissa há a informação de que para casar é necessário *gostar*, qualquer outra palavra utilizada na escala direcionará a conclusão: se a palavra utilizada for implicada negativamente, leva-se a conclusão para um lado; caso a palavra seja acarretada, a conclusão será outra.

Para cada grupo de emoções, construir-se-ia uma escala de palavras de emoção, que podem ser associadas a outras emoções, relacionando experiências vividas, conceitos estocados no ambiente cognitivo através da indução⁶. Tal afirmação é compatível com o argumento de Damasio (2009[2003], p.157), que afirma que as emoções são respostas a estímulos ou escolhidas pela evolução ou aprendidas individualmente – ou seja, as escalas lexicais de emoção estariam baseadas na experiência individual ou apoiadas na evolução.

Para que a inferência seja possível, as redes semânticas de emoções seriam construídas a partir da generalização baseadas em casos individuais, fazendo com que o processo inferencial dedutivo abarque suposições mais amplas, introduzidas por indução. Como as escalas são classes abertas, a construção individual pode fazer com que duas pessoas interpretem o mesmo enunciado de maneira diferente. Assim, enquanto A pode construir a

⁶ As inferências indutivas não são resultados lógicos de premissas, mas pode-se atribuir grau de probabilidade à conclusão. Assim como na dedução, pode-se observar três passos indutivos: (i) Compreensão a informação ou a observação em questão; (ii) Formação de uma hipótese que busca descrever (1) em relação ao conhecimento geral da pessoa. A conclusão resultante aumenta a informação inicial pela incorporação do conhecimento geral; (iii) Avaliação da validade da conclusão alcançada. Fonte: www.penta.ufrgs.br/edu/telelab/3/inductiv.htm

escala <adorar, gostar>, B constrói <gostar, adorar>. Nesse caso, a conclusão de (06) pode ser ‘Pedro vai casar’, para A, ou ‘Pedro não vai casar’, para B.

Entretanto, pode haver situações em que o processo inferencial envolva emoções que estão em escalas inferenciais distintas, que aparentemente não se cruzam, como no caso de palavras de emoções com sentido negativo ou positivo. Observe o exemplo (07), em que uma emoção negativa interfere na conclusão do argumento:

(07)

A1: *Você vai casar com Maria?*

B1: *Eu adoro ela.*

A2: *Então vai casar!*

B2: *Tenho medo de um relacionamento sério.*

Se Pedro gosta de Maria, deve casar com ela.

Pedro adora Maria, *mas tem medo.*

Pedro não vai casar com Maria.

Mesmo que uma possível escala de emoção – do tipo <adorar, gostar> – licencie a inferência (Q-) de que Pedro irá ficar com Maria (o que ocorre em A2), a inserção de um novo elemento, um enunciado que carrega uma palavra de emoção negativa, faz com que a argumentação seja outra. Nesse sentido, as emoções parecem ter outra propriedade essencial para interferir no processo inferencial: o grau de força, pois, em (07), a intensidade de ‘sentir medo’ parece ser maior do que a de ‘adorar’, o que faz a conclusão ser negativa ao invés de positiva.

Palavras de emoções positivas e negativas não podem ser separadas, portanto. Apesar de estarem em redes semânticas diferentes, elas podem entrar em intersecção, fazendo com que se comparem os graus de intensidade de cada conjunto envolvido. Assim, no exemplo (08), por exemplo:

(08)

A: *Você vai deixar ele falar assim? Você gosta dele?*

B: *Não, odeio.*

A: *Então vá lá tirar satisfação.*

B: *Ele é muito grosso.*

Se Pedro não gosta de João, deve tirar satisfações com ele.

Pedro odeia João, mas acha João grosso.

Pedro não vai brigar com João.

Um novo conjunto de emoções está sendo ativada, no caso a escala <odiar, detestar, não-gostar, antipatizar>, mas a conclusão é alterada pela inserção de uma emoção mais forte, que só pode ser acessada por inferência:

S1: Ser grosso implica não controlar os impulsos.

S2: Se João é grosso, ele não controla seu impulsos.

S3: Deve-se agir com cautela com quem é grosso (por memória enciclopédica)

CI: Pedro tem medo das reações de João.

Parece que nesse caso, independente da posição da palavra na escala, o medo dirige o argumento para a conclusão de não-brigar.

O que se pode observar nesses exemplos é que parece que a linguagem das emoções ocupam um lugar importante na análise racional, impedindo que uma decisão que possa trazer consequências negativas seja tomada, tal como propõe Damasio (2002[1994]) com sua hipótese do marcador somático.

4. Considerações finais

O que se pretendeu mostrar, rapidamente, foi uma exemplificação da possibilidade de construção de interfaces entre a Linguística, a Lógica e a Neurociências. Assumir que os

seres humanos são tanto seres racionais como emocionais, noções que estão em uma relação de complexidade, implica assumir que a comunicação também é afetada por tais propriedades. Nesse sentido, buscou-se apresentar uma proposta de reavaliação das teorias semântico-pragmáticas tradicionais a partir de argumentos lógico-emocionais, cujas premissas não-tradicionais afetam a conclusão do processo inferencial.

De uma maneira geral, as teorias de Grice e Levinson apresentam-se como propostas racionais para explicar a comunicação humana, em que se assume um engajamento consciente com o Princípio da Cooperação, baseado na lógica informal. Por mais que não assumam qualquer compromisso com propriedades cognitivas, as teorias se mostraram adequadas metodologicamente para uma construção de interfaces de palavras de emoção com a parte lógica do argumento. A parte emocional parece, assim como postula a Neurociência cognitiva, afetar a linguagem, mais especificamente o processo comunicativo-inferencial.

Referências

- CAMPOS, J. (2007). Ciências da Linguagem: Comunicação, Cognição & Computação - Relações Inter/Intradisciplinares. In: AUDY, J. L. N. & M. M. C. *Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- COSTA, J. C. (2005). Comunicação e inferência em linguagem natural. *Letras de Hoje*, 40, n. 1, 2005a. 107-133.
- DAMÁSIO, A. (2002) *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2009). *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DE SOUZA, R. (2010). Emotion. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. (Spring Edition). Disponível em: www.plato.stanford.edu/archives/spr2010/entries/emotion.
- EVANS, D. (2002). The Search Hypothesis of Emotion. *British Society for the Philosophy of Science*, v. 53, n. 5, p. 497-509.
- GRICE, P. Meaning. (1957). In: _____. *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989. Coletânea de artigos publicados anteriormente.
- _____. (1989). Logic and Conversation. 1975. In: _____. *Studies in the way of words*. Cambridge: Harvard University Press.
- GROARKE, L. (2011). Informal Logic. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2011 Edition)*. Disponível em: www.plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/logic-informal/. Acesso em 20 de outubro de 2011.

INDUCTIVE (pragmatic) inference. Disponível em: www.penta.ufrgs.br/edu/telelab/3/inductiv.htm. Acesso em: 12 jul. 2011.

LEVINSON, S. (2007/1983). *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2000). *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge: MIT Press.

PEIRCE, C. S. (1975). *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix.

PHAN, M. T. (2007). Emotion and Rationality: A Critical Review and Interpretations of Empirical Evidence. *Review of General Psychology*, 11, n. 2, p. 155-178.

SADOCK, J. M. (1978). On testing for conversational implicature. In: COLE, P. *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*. New York: Academic Press.

VANIN, A. A. (2009). O papel das emoções na construção de conceitos de emoção. In:

CAMPOS, J. *Inferências linguísticas nas interfaces*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

A CONSTRUÇÃO INTERSUBJETIVA DE SENTIDOS NO AMBIENTE DE UM FÓRUM ELETRÔNICO

Erika Assunção dos Santos (UECE)

ehrika.flor@gmail.com

Maria Helenice Araújo Costa (UECE)

mariahelenicearaujo@gmail.com

RESUMO: Nesta pesquisa, enfocaremos a relação linguagem, sujeitos e interação em ambiente virtual. Conscientes do lugar de importância que as trocas virtuais têm ocupado na vida das pessoas e da carência de trabalhos científicos que explorem a construção intersubjetiva de sentidos no ciberespaço, atentaremos para a maneira como usuários, participantes de um fórum de discussão autêntico, (re)elaboram e negociam objetos de discurso no decorrer de suas conversas. Como suporte teórico, assumimos o ponto de vista da referenciação, defendido por Mondada e Dubois (2003). De acordo com essa perspectiva, o ato de referir é um processo sociocognitivo, pragmático e discursivo, que se estabelece na “interação, mediada pelo outro, e na integração de nossas práticas de linguagem com nossas vivências socioculturais” (CAVALCANTE, 2011, p. 15-16). Esse entendimento pressupõe, assim, um papel ativo dos sujeitos no processo de construção de referentes sobre si mesmos, os outros e o mundo. Tais conceitos de referência e de sujeito mostram uma relação refratada entre a língua e a realidade, o que é coerente com o pensamento de importantes filósofos da linguagem, como é o caso de Austin, que segundo Cardoso (2003, p. 85), “pode ser considerado o mais eminente representante” da intitulada “pragmaticturn”. Por tratar do tema da referência, um assunto multidisciplinar e abastado, que tem instigado pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento e que está na base de questões que envolvem o funcionamento da linguagem; por lidar com usos referenciais oriundos de uma interação de fato; e por reconhecer a importância dos sujeitos e da prática sociointerativa no processo de construção de sentidos, entre outros motivos, acreditamos que nossa pesquisa possa dialogar, de perto, com os estudos da Pragmática.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Sujeitos; Interação; Construção de sentidos; Referência.

1 Introdução

Ao longo dos anos, a relação língua e mundo tem alimentado enérgicos debates entre pesquisadores e profissionais pertencentes a diferentes áreas do conhecimento.¹ Portanto, não

¹ As reflexões presentes neste artigo são uma síntese do projeto de pesquisa que desenvolvemos, por ocasião do mestrado em Linguística Aplicada na UECE, sob orientação da Profa. Dra. Maria Helenice Araújo Costa.

² De acordo com Koch (2004, p.51), a referência é “uma das questões que, através dos tempos, tem ocupado a mente de filósofos, logicistas, semanticistas, semiólogos, linguistas e demais estudiosos de questões de significação e de linguagem”.

é difícil perceber que o tema da referência é multidisciplinar, abastado, inspirador de trabalhos investigativo-reflexivos os quais buscam “águas” em várias fontes.

De modo sintético e esclarecedor, a linguista Mondada (2010, p.11) nos explica que há basicamente duas maneiras de entendermos a relação língua e mundo: uma como “um modelo de correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo”; outra como “resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores”. Esse último ponto de vista compõe o que na Linguística de Texto é chamado de fenômeno da referenciação, em uma definição eficiente e prática, “pôr a referência em ação” (CAVALCANTE, 2011, p. 16).

O ponto de vista teórico da referenciação, assimilado neste trabalho, concebe o ato de referir como um processo “intersubjetivo”, movido pelas relações entre os sujeitos³. Segundo essa visão teórica, a maneira como referimos o mundo vai sendo constantemente remodelada, sob um conjunto complexo de interferências de várias ordens: cognitivas, sociais, discursivas, culturais, situacionais. Tais interferências mostram que, nas interações, as pessoas se constroem e (re)elaboram sentidos para o mundo, a partir de suas relações e experiências.

Sob esse entendimento de que existe uma atuação dos sujeitos na construção de referentes e de sentidos sobre o mundo, chamamos atenção para uma prática comunicativa virtual. Nossas inquietações são inflamadas pela consideração de Violi (2009, p. 46): “a subjetividade e a intersubjetividade estão envolvidas em formas complexas com os sistemas de tecnologias que usamos para nos expressar e nos comunicar com o outro”. Assim, questionamo-nos sobre o processo de fazer nascer e de negociar objetos de discurso e sentidos em trocas feitas no ambiente de um fórum eletrônico.

Sabemos que, nesse espaço virtual, rico em recursos semióticos, os interlocutores podem se utilizar de múltiplas linguagens para acionar referentes e para fabricar sentidos. Acreditamos, pois, que perceber como os sujeitos se “mostram” e (re)elaboram objetos de discurso interativamente, em um ambiente virtual autêntico, tendo em vista o nosso contexto teórico, em muito pode acrescentar para um melhor entendimento de questões nucleares que envolvem a linguagem, seu funcionamento no meio eletrônico e sua relação com o sujeito.

2 Referenciação

³ Segundo Mondada e Dubois (2003, p. 17), precursoras do ponto de vista da referenciação, “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo”.

Quando nos debruçamos sobre o tema da referência, logo nos damos conta de que “a literatura científica é atravessada pela constatação de um grande número de divergências entre linguagem ou o conhecimento humano e o mundo, entre os nomes, seus sentidos comuns, seus usos, seus conceitos e as ‘coisas’” (MONDADA e DUBOIS, 2003, p.21). Contudo, tanta discordância e complexidade em torno do assunto não impede o crescimento de uma forte tendência: o olhar não representacionista da linguagem⁴. Esse olhar, admitido neste trabalho, direciona-nos, dentro da Linguística de Texto, para a chamada perspectiva da referencialização.

Adepta a esse ponto de vista da referencialização, Costa (2007) explica que, hoje em dia, o fenômeno referencial tende a ser visto como um “processo pragmático-discursivo” (p. 134). Nessa mesma linha de raciocínio, como defensora da visão teórica em foco, Cavalcante (2011, p.15) argumenta que “o ato de referir é sempre uma ação conjunta”. Sob tal entendimento, a pesquisadora afirma que, atualmente, as atividades de referencialização, dentro da Linguística de Texto, são vistas na “interação, mediada pelo outro, e na integração de nossas práticas de linguagem com nossas vivências socioculturais” (p. 15-16). É, portanto, a partir dessa percepção sociocultural e discursiva dos referentes que vemos uma porta bastante conveniente para o estudo da (inter)subjetividade.

Discorrendo de maneira mais detalhada sobre o que seria a referencialização, Cavalcante (2011) nos conta a história de como essa perspectiva surgiu:

O que se entende hoje por referencialização começou quando, bem longe daqui, na Suíça, em 1994, Lorenza Mondada propôs tratar da descrição de processos discursivos que se verificam na introdução de um objeto, nos ajustes que ele sofre quando vai participando da configuração complexa de um texto e na passagem de um objeto a outro. Falava-se, assim, não de referentes como entidades da realidade externa do mundo, mas de objetos de discurso, aqueles que emergem da elaboração discursiva de um saber compartilhado. Tais objetos de discurso intervêm nas formas estruturantes de um texto e são, ao mesmo tempo, em alguma medida, por elas condicionadas. Como dizia Mondada, as categorias cognitivas e o modo como se organizam ancoram nas formas linguísticas, que nunca se desvinculam de sua ação social. (p.9)

Como podemos apreender do texto de Cavalcante, a linguista Mondada é quem dá o “tiro de largada” no desenvolvimento dos postulados da referencialização, os quais firmam os referentes como entidades discursivas. Com Dubois, Mondada defende uma mudança significativa no modo de se lidar com os fenômenos referenciais:

⁴ Segundo Marcuschi (2007, p. 82), estaria ocorrendo a “falência do representacionismo”.

[...] no lugar de partir do pressuposto de uma segmentação *a priori* do discurso em nomes e do mundo em entidades objetivas, e, em seguida, de questionar a relação de correspondência entre uma e outra – parece-nos mais produtivo questionar os próprios processos de discretização. [...] no lugar de pressupor uma estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua, é possível reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e linguísticas, assim como de seus processos de estabilização. (MONDADA e DUBOIS, 2003, p.19)

Tal pensamento das autoras, propagador da instabilidade constitutiva das categorias referenciais, opõe-se a uma orientação representacionista, que relaciona diretamente a linguagem e o mundo; e assume uma orientação mais relativista, que concebe os referentes como objetos discursivos dinâmicos (que não são simples retratos do mundo material). No modo de ver das estudiosas, a preocupação não deve ser mais a de julgar em que medida os usos referenciais estão adequados, em termos de correspondência verdadeira com os objetos do mundo, mas a “de buscar como as atividades humanas cognitivas e linguísticas, estruturam e dão sentido ao mundo” (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 20).

Construindo e trilhando esse caminho teórico da referenciação, as pesquisadoras percebem os referentes como plásticos, dependentes de uma mistura de variados aspectos: cognitivos, sociais, culturais, pragmáticos, etc. Daí a importância de estudarmos os objetos de discurso sem perder de vista seus contornos contextuais e o papel ativo dos sujeitos na construção colaborativa desses referentes.

3 SINDICATO ou CIDCATO? Um exemplo curioso para reflexão...

Em um esforço de pôr à vista a coerência da perspectiva teórica que adotamos, consideramos conveniente, neste momento, abrir um pequeno espaço para refletirmos de modo mais prático sobre como um fenômeno referencial, produzido em uma determinada situação enunciativa, pode evidenciar essa relação indireta e refratada entre a língua e o mundo material⁵.

Sabemos que, na segunda metade de 2011, o Ceará foi palco de um dos mais significativos movimentos de greve empreendidos pelos professores estaduais, com grande repercussão nacional. Quem acompanhou atentamente os eventos realizados pelos grevistas pôde constatar que foram mais de sessenta dias de paralisação em que se tentou colocar em

⁵ Consideramos necessário esclarecer que referentes “são entidades que construímos mentalmente quando enunciamos um texto” (CAVALCANTE, 2011, p. 15). Elucidando de modo bem didático o que seriam os referentes, Cavalcante (2011, p. 15) explica que apesar de se realizarem comumente por formas referenciais, eles não são propriamente as formas, e, sim, “realidades abstratas” (p.15), objetos de discurso que se constituem sociocognitivamente na dinâmica das práticas comunicativas.

relevo as inúmeras carências do ensino público cearense, especialmente, no que diz respeito à carreira docente.

Como é interesse comum de todo movimento grevista, vimos que os professores estaduais buscaram alcançar visibilidade para que suas reivindicações fossem divulgadas, esclarecidas à sociedade e atendidas pelo governo estadual, chefiado pelo atual governador Cid Ferreira Gomes. Inclusive, frisamos que, diante da forte adesão das pessoas em geral às redes sociais, frequentemente podíamos encontrar em ambientes da mídia eletrônica discussões sobre o assunto.

Participando da categoria de professores estaduais do Ceará e mais precisamente desse movimento de greve por um período, vimos emergir em diversos contextos comunicativos presenciais e virtuais expressões muito curiosas, tais como “Cidcato”, cujo uso se tornou bastante comum, principalmente na fala de professores do ensino público estadual que se mantinham atuantes na mobilização da greve⁶.

Ao trazermos aqui essa forma curiosa, não intencionamos destacar simplesmente o seu amplo uso em situações específicas que dizem respeito à greve em foco, mas, sobretudo, queremos enfatizar a maneira como esse termo referencial evidencia a natureza discursiva e (inter)subjéctiva da linguagem e dos processos referenciais. Abaixo, disponibilizamos uma imagem que confirma o uso efetivo dessa expressão referencial em uma prática concreta.



⁶ Podemos verificar o uso dessa forma referencial em ambientes virtuais, tais como blog, fórum de discussão, twitter, facebook, comentários de notícias de jornal online, abertos ao público. Disponibilizamos aqui algumas referências de textos eletrônicos que comprovam isso: SOUZA, F. D. S. de. **Sindicato APEOC**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por www.blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/sindicato-apeoc-cobra-nomeacao-de-concursados-2009/#comment-57770 em: 29 nov. 2011. Acesso em 10 mar. 2012; CIDCATO: um dia de luto. **Blog Sindicato dos professores de Coreaú**. Coreaú, 25 nov. 2011. Disponível em: www.sindproc.blogspot.com/2011/11/cidcato-um-dia-de-luto.html. Acesso em: 10 mar. 2011; APEOC: Sindicato ou CIDcato? **Blog Vamos a luta professores**. Fortaleza, jun. 2011. Disponível em: www.vamosalutaprofessores.blogspot.com/2011/06/apeoc-sindicato-ou-cidcato.html. Acesso em: 10 mar. 2011.

Fonte: <http://www.lbiqi.org/jornal-luta-operaria/no-226-1a-quinzena-de-novembro-2011/trs-derrota-201ccidcato201d-na-assembleia-geral-que-deflagrou-a-retomada-da-greve-geral-da-categoria>.

A utilização desta forma referencial, no contexto da greve, em diferentes situações de interação, mostra a indissociável relação da linguagem, enquanto construtora de objetos de discurso, com aspectos que ultrapassam a materialidade do texto e a realidade natural do mundo. Esse uso linguístico dá razão à ideia de que “o mundo se explicita categorialmente na recorrência das relações intersubjetivas e não se acha discretizado de uma vez por todas” (MARCUSCHI, 2007, p. 41). No uso da forma “CIDCATO”, podemos perceber a atuação de sujeitos que dão sentido às suas experiências no mundo.

Temos, em poucas palavras, que o termo referencial “CIDCATO” é resultado basicamente da mobilização de dois objetos de discurso, duas entidades mentais, uma que diz respeito ao atual governador do Ceará, Cid Ferreira Gomes; e outra ao atual sindicato dos professores estaduais cearenses, APEOC. Esses dois objetos de discurso se unem para gerar um terceiro, que se manifesta na expressão “CIDCATO”; e essa expressão só tem sentido quando olhamos para a posição que ocupam os sujeitos enunciadore, para as especificidades da situação enunciativa e para seu contexto social e histórico motivador mais abrangente.

Com o conhecimento prévio de que tanto o governador Cid Ferreira Gomes quanto o sindicato APEOC não correspondem às expectativas dos docentes sobre a valorização da carreira do magistério, podemos inferir a crítica severa que o termo referencial “CIDCATO” engendra. Essa expressão rompe com a ideia comum de que sindicato não se submete à vontade do governo, mas à vontade do grupo de quem é representante; e marca o ponto de vista de um grupo social que se vê como vítima de quem deveria representá-lo. Percebemos, assim, que houve uma recategorização da realidade, como resultado da ação de sujeitos sociais, que defendem um ponto de vista e assumem propósitos comunicativos.

A pergunta lançada pelos produtores da faixa, “SINDICATO OU CIDCATO?”, parece colocar lado a lado dois sentidos opostos: o que faz parte do senso comum, a ideia de que todo sindicato representa os interesses de uma coletividade; e o novo, surgido no contexto da greve, de que o sindicato dos professores não representa os interesses da categoria e, sim, os do governador Cid Ferreira Gomes. A maneira como o enunciado se apresenta, em forma de pergunta retórica e dando destaque (em vermelho) ao primeiro nome do governador, “CID”, parece aumentar o tom de crítica do enunciado ao colocar em dúvida quem o sindicato

APEOC está de fato defendendo e ao, simultaneamente, responder que quem está sendo beneficiado com as atitudes do sindicato é o governador do Estado.

4 Uma ideia inicial de como pretendemos proceder...

Reiterando o que temos dito, assumimos, junto à Mondada e Dubois (2003), que as categorias pelas quais nos referimos ao mundo são plásticas e adaptativas⁷. Em virtude de o nosso interesse estar centrado na maneira como os participantes de um fórum eletrônico apresentam e vão transformando referentes (sobre si mesmos, os outros, o mundo) ao longo das interações, procederemos da seguinte forma:

Primeiro, identificaremos, em cada tópico selecionado, a partir do conteúdo do título e da mensagem inicial (sem perder de vista o entorno contextual maior), os referentes mais salientes, aqueles que são apresentados pelo proponente do tópico como o motivo central, como o foco propulsor da interação. Sabemos que, no fórum eletrônico, os participantes sugerem tópicos para impulsionar conversas e discussões, o que nos leva a crer que, na proposição de um tópico, há uma intenção do autor de “puxar” a interação centrando-se em algo que desperte a atenção do grupo. Uma vez que esse participante produz essa mensagem inicial, seu texto passa a ser domínio do grupo.

Depois, veremos, nas mensagens subsequentes, as facetas que esses referentes vão assumindo, a partir de como os outros participantes vão alimentando o diálogo (será que os referentes mobilizados pela primeira mensagem são fixados ou vão se transformando no curso da interação? Será que esses referentes continuarão salientes no transcorrer dos diálogos ou os outros participantes se desviarão desses referentes?). Para realizarmos essa investigação, levaremos em conta o conteúdo verbal (não apenas uma possível menção referencial) e não verbal da mensagem na construção e transformação desses referentes.

Atentando para o fato de as interações estarem ambientadas no meio digital, sob as especificidades do fórum eletrônico, analisaremos se a aparência de diálogo e a assincronia, características desse gênero emergente, interferem nessa elaboração da realidade (os participantes levam em consideração o que os outros dizem, eles retomam as ideias do outro para, a partir delas, expressar as próprias? Os participantes - por não dividirem o mesmo espaço e não interagirem ao mesmo tempo - utilizam-se de elementos que funcionam como

⁷ De acordo com as autoras (idem): as categorias referenciais são “evolutivas” e “podem ser vistas como recursos que asseguram uma plasticidade linguística e cognitiva e uma garantia de adequação contextual e adaptativa” (p. 25).

“gestos na escrita”⁸ Esses elementos contribuem na construção da referência?). Ainda enfocando aspectos particulares da interação em fórum eletrônico, outro alvo da nossa análise será perceber se o modo como os sujeitos constroem e negociam esses referentes denuncia alto conhecimento partilhado entre eles, já que os usuários fazem parte de um mesmo grupo e de uma mesma comunidade virtual.

Procuraremos nos concentrar no discurso dos membros mais atuantes de cada tópico. Nas mensagens produzidas por eles, veremos se, a partir do conteúdo de suas mensagens e do modo como eles utilizam determinados recursos semióticos, em detrimento de outros, podemos construir referentes para tais membros mais notórios (visto que o jeito padrão como eles produzem as mensagens e se pronunciam sobre determinados assuntos nos possibilita prever quem está falando). Verificaremos se os outros membros “taxam” e constroem referentes sobre esses usuários mais assíduos e de produções mais personalizadas. Atentaremos para o modo como esses sujeitos mais atuantes se autorreferenciam simbolicamente (avatar/ nicknames) e para o modo como eles são referenciados pelos outros, a partir dessa auto apresentação. Também verificaremos se esse fenômeno de autorreferenciação se modifica ao longo das interações. Caso isso seja identificado, tentaremos explicar os possíveis motivos que justificam essa mudança, dentro do nosso contexto teórico.

5 Considerações finais

Acreditamos que o exemplo sobre o qual refletimos, a exposição da faixa de protesto com a forma referencial “CIDCATO”, mostra bem como o uso de uma palavra é muito mais que uma escolha apenas linguística, o que nos leva a concordar com Marcuschi (2007, p. 41), quando ele diz que: “as significações são produzidas, nas línguas naturais, mediante processos inferenciais que unem mais conhecimentos do que aqueles diretamente implicados pela soma dos elementos linguísticos”.

Fazendo essa reflexão mais prática, pudemos constatar o quanto uma recategorização referencial está vinculada ao seu contexto e aos seus enunciadores. Um olhar apenas para a materialidade linguística não daria conta da interpretação do discurso da faixa. Ousamos dizer que uma pessoa que não tenha nenhum conhecimento a respeito da greve de professores ocorrida no Ceará em 2011, das posturas do sindicato APEOC e do atual governador do

⁸ Marcuschi declara que “quase nunca nos damos conta de que assim como há o gesto e a mímica na fala, também há certos aspectos na escrita que funcionam como ‘gestos’” (p. 59).

Ceará, frente às reivindicações dos docentes, dificilmente construiria uma compreensão razoável a respeito do texto da faixa. Daí a importância de entendermos a referenciação como um processo pragmático-discursivo e intersubjetivo, que depende de locutores e que varia de acordo com as demandas contextuais.

Sobre a opção de investigarmos uma interação mediada por computador, nos contornos de um fórum eletrônico, ressaltamos as nossas expectativas de que os aspectos da situação de produção/recepção e do funcionamento desse gênero possam enriquecer bastante o nosso estudo, principalmente no tocante a um melhor entendimento de como a negociação de referentes (e de sentidos) é afetada pelo contexto da cibercomunicação.

Referências

APEOC: Sindicato ou CIDcato? *Blog Vamos à luta professores*. Fortaleza, jun. 2011. Disponível em: <<http://vamosalutaprofessores.blogspot.com/2011/06/apeoc-sindicato-ou-cidcato.html>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

BAKHTIN, M./ VOLOCHÍNOV, V. N. (2010). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 14 ed. São Paulo: Hucitec.

CARDOSO, S. H. B. (2003). *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas, SP: Autores Associados.

CAVALCANTE, M. M. (2011). *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: UFC Edições.

CIDCATO: um dia de luto. *Blog Sindicato dos professores de Coreaú*. Coreaú, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://sindproc.blogspot.com/2011/11/cidcato-um-dia-de-luto.html>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

[CIDCATO]. Altura: 226 pixels. Largura: 409 pixels. 30,9 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <www.lbiqi.org/jornal-luta-operaria/no-226-1a-quinzena-de-novembro-2011/trs-derrota-201ccidcato201d-na-assembleia-geral-que-deflagrou-a-retomada-da-greve-geral-da-categoria>. Acesso em: 10 mar. 2011.

COSTA, M. H. A. (2007). *Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão*. Fortaleza, 2007. 176p. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE.

KOCH, I. G. V. (2004). *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes.

MARCUSCHI, L. A. (2007). *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna.

MONDADA, L. (2010). A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, p. 11-32.



_____. ; DUBOIS, D. (2003). A construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M., BIASI-RODRIGUES, B. & CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, p.17-52.

SOUZA, F. D. S. de. (2012). *Sindicato APEOC*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/sindicato-apeoc-cobra-nomeacao-de-concursados-2009/#comment-57770>> em: 29 nov. 2011. Acesso em 10 mar. 2012.

VIOLI, P. (2009). O diálogo eletrônico entre a oralidade e a escrita: uma abordagem semiótica. Tradução de Maria Helenice Araújo Costa. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009, p. 45-60

VALOR ILOCUCIONÁRIO E DISCURSO SUICIDA: POTENCIALIDADES ARGUMENTATIVAS EM TEXTOS PRODUZIDOS POR SUICIDAS

Evandro de Melo Catelão (UFPR)

evandrocatelao@yahoo.com.br

RESUMO: Textual e discursivamente, percebe-se que a argumentação (sequencialidade argumentativa), está presente na maioria dos discursos ou atividades de linguagem, com e entre os sujeitos, tomadas como ações que materializam um ato em uma entidade empírica que é o texto, organizado em gêneros de discurso. Determinados gêneros, principalmente os produzidos em ações que resvalam em alguma conduta contra a vida humana, apesar de recorrentes, são pouco estudados em decorrência do tipo de situação sociocultural e discursiva em que são produzidos, nos quais se encontra muita resistência, ou delimitações éticas, sociais e jurídicas que dificultam seu estudo, como é o caso dos documentos produzidos por suicidas. O presente estudo é parte integrante de tese de doutorado em estudos linguísticos, que alia uma perspectiva textual/discursiva a conceitos da Retórica em um *corpus* de produções suicidas. Junto aos tópicos discursivos são discutidos dados da responsabilidade enunciativa, representação discursiva e valor ilocucionário. O valor ilocucionário compreende um aspecto pragmático do discurso e de redirecionamento das proposições segundo as intenções do produtor, norte que se acredita ser de importante valia nos textos em análise. Corresponde também, grosso modo, às intenções discursivas pretendidas e à transmissão de intenções inseridas na língua denominadas atos de fala, atos de linguagem ou atos de discurso. A argumentação suicida pode ser tomada como uma forma de composição elementar expressa sob representações relativas a um esquema argumentativo, presente na memória discursiva dos sujeitos, tornando-se importante seu estudo. Para o discurso suicida, as análises preliminares sugerem que os termos e condições sob os quais são inseridos os elementos que compõem a sequência argumentativa estão sub-relacionados a elementos sob os quais estarão expressas intenções discursivas direcionadas por uma ação assertiva/constativa (força ilocucionária) a um co-enunciador e envolve o compartilhamento do ponto de vista do suicida.

PALAVRAS-CHAVE: Documentos produzidos por suicidas; Análise textual/discursiva e retórica; Valor ilocucionário.

1 Introdução

As ações que envolvem argumentação/persuasão são parte de outras atividades de linguagem que podem ser tomadas como um fator psicológico de uma ação, proveniente de um agente, sujeito da ação, que materializa seu ato em formatos textuais que também expõem seu ponto de vista. Nos textos, são expressas atitudes, sentimentos e intenções que apelam para relações de interação entre um **eu** e um **tu**, exteriorizadas por meio de variados recursos de linguagem que mobilizam determinadas ações/reações. Estas ações/reações são parte do

conhecimento humano, de seu ser e do outro. São formas individualizadas que se destacam à medida que se tornam recorrentes em cada situação sociocultural em que ocorrem, formando grupos de ações de linguagem com objetivos e formatos próprios, entre os quais os gêneros discursivos.

O presente artigo é parte de uma pesquisa de doutorado em Letras em que se busca estudar a argumentação suicida sob uma perspectiva textual/discursiva e Retórica, utilizando-se como principais referências Adam (2008; 2005; 1994; 1997; 2010), Reboul (2004), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), Amossy (2005), entre outros. Nos limites da análise textual/discursiva traça-se junto aos fundamentos relativos à argumentação e análise textual e do plano composicional um tipo de discussão que Adam (2008; 2010) chama de processo de esquematização discursiva. Trata-se de um tipo de análise em que são identificados dados da situação sociodiscursiva, inclusive a identificação a unidade textual elementar que traz elementos como representação discursiva, responsabilidade enunciativa e o valor ilocucionário. Esse trabalho traz uma análise que relaciona o valor ilocucionário a uma série de outros elementos, traçando o que se denomina de análise textual/discursiva e Retórica¹.

2 Síntese entre o plano composicional e discursivo e o processo de esquematização discursiva

A definição de proposição-enunciado como uma unidade de análise elementar no modelo de análise textual/discursivo de Adam (2008) pretende deixar claro seu papel no interior da situação de produção na qual estão presentes tanto um eu enunciativo, quanto um tu co-enunciativo ou a quem se destina o discurso. Segundo Adam (2008), além dessa relação outros elementos devem ser considerados no momento de descrição de dados, principalmente quando se tem em mente uma situação de produção argumentativa, na qual a disposição e escolha dos dados e estrutura composicional podem indicar traços definidores do próprio gênero ou subgênero do discurso. Nesse sentido, com a intenção de dissecar o plano composicional e discursivo, Adam (2008) entrecruza outros conceitos inerentes a toda proposição-enunciado e indispensáveis na observação de dados em um estudo mais aprofundado entre os quais: a impossibilidade de existir enunciados desprovidos de uma **responsabilidade enunciativa** – PdV – (ponto de vista enunciativo marcado por um grau de

1 O *corpus* a ser analisado neste artigo e que é utilizado na pesquisa foi coletado em inquéritos policiais arquivados no Arquivo Nacional da cidade do Rio de Janeiro e uma ocorrência no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Dentre os inquéritos, apenas encontrou-se disponíveis para consulta e divulgação processos abertos entre os anos de 1890 e 1940.

responsabilidade²). A responsabilidade enunciativa ou fonte do saber complementa qualquer análise à medida que vislumbra a quem pertence o ponto de vista enunciado - PdV. O mais das vezes, o grau de PdV é claramente marcado em unidades da língua seja por expressões que claramente definem o PdV (de acordo, segundo, para), ou por expressões que assinalam um PdV anônimo (parece).

Além da responsabilidade enunciativa, os discursos comportam uma referência como representação discursiva (Rd) construída pelo conteúdo proposicional (ponto de vista semântico, tema, objeto de discurso, predicação). A representação discursiva entenderia o processo de reconstrução das referências que a proposição-enunciado suscita. Nas palavras de Adam (2008, p.114,) “todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditório ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd”. Em outras palavras a Rd corresponde ao sentido atribuído aos enunciados em relação ao mundo e às condições de recepção (quem? o quê? quando? por quê? e como?) a ele circundados e que contribuem ao reconhecimento da situação de produção, co-ocorrência e recorrência da situação ou de partes dela.

Por fim, um valor ilocucionário resultante das potencialidades argumentativas dos enunciados (orientação ou valor argumentativo que incitam determinada ação). O valor ilocucionário corresponderia, grosso modo, às intenções discursivas pretendidas e transmissão de intenções inseridas na língua denominadas atos de fala, atos de linguagem ou atos de discurso. Trata-se de uma questão muito complexa em sua própria área de abrangência, uma vez que a interpretação e a utilização dos termos sempre serão provenientes de valores subjetivos. Esse fato faz com que seja difícil afirmar em uma análise que dado enunciado apresenta este ou aquele valor ou intenção de forma exata, sendo então sempre uma descrição aproximada e com base em um efeito pragmático.

A esse respeito, é possível afirmar que os termos e condições sob os quais são inseridos os elementos que compõem a sequência argumentativa estão sub-relacionados a elementos sob os quais estarão expressas intenções discursivas. Estas intenções podem ser demarcadas nos dados ou proposições que são utilizadas para que com base em inferências levem à tese propriamente dita. Entretanto, o conceito de intenção discursiva parece ser bem mais abrangente e pode ser decomposto no que é intencionalmente consciente do que não é dentro da argumentação, assim como o valor que pode assumir o termo intencionalidade dentro de um discurso e sob os quais estão inseridos outros fatores. Essas são questões que permeiam os

2 Podem aparecer marcadas com índices de pessoas (meu, teu); dêiticos espaciais e temporais; tempos verbais, entre outros.

trabalhos de Austin e Searle e que são rediscutidas por Adam (2008) que aborda a orientação argumentativa dos enunciados dentro das categorias de análise dos textos.

Dentre as discussões a respeito dos atos de fala, o trabalho de Austin na década de 1960 é tido como uma das primeiras obras a tratar do assunto, principalmente pela introdução realizada pelo autor do conceito de performatividade. Austin (1997) assume a noção de que ao proferirmos qualquer enunciado de imediato também admitimos uma série de efeitos ou atos, como de pedir, aconselhar ou agradecer que ficam impressos no interior dos enunciados e nos limites do discurso. Essa ideia leva o autor a falar de enunciados constativos que seguiriam princípios lógicos da admissão de uma informação como verdadeira ou falsa, e de enunciados performativos que, diferentemente dos constativos, não descrevem nada, mas aparecem como forma de realização de uma ação. Segundo os princípios que envolvem os enunciados performativos, a partir do momento em que um enunciado é proferido na primeira pessoa do singular do presente do indicativo transmitiria uma noção, como em “eu te abençô”. Os enunciados performativos apresentam uma forte ligação com a pragmática do discurso, uma vez que apenas precisam de garantias para que assumam um real efeito ou atinjam seu objetivo. Essas garantias ficam expressas nas chamadas condições de felicidade, por exemplo, a mesma frase “eu te abençô” não apresenta forças ilocucionárias que faça distinção da pessoa que a profere, um sacerdote e um cidadão comum. Neste caso, para que os enunciados performativos obtenham êxito é necessário também observar aspectos envolvendo autoridade, local e circunstâncias do enunciado.

A ideia geral dessa teoria foi posteriormente retomada e sistematizada por Searle em seus trabalhos (1981 e 1995), admitindo uma série de postulados ao tecer uma representação dos atos de fala. Seu estudo consistia na classificação de tipos ou ordens semânticas prototípicas que assumiriam determinadas funções nos enunciados.

O processo que seguiremos consistirá em enunciar um conjunto de condições necessárias e suficientes para a execução de certos tipos particulares de actos de fala para, então, extrair destas condições conjuntos de regras semânticas que governam a utilização dos processos linguísticos, os quais indicam a que tipos de fala pertencem as enunciações (SEARLE, 1981, p.33).

Essa observação regeu todo o trabalho de Searle (1981 e 1995) em sua organização e revisão do trabalho de Austin disposto em: a) atos ilocucionários ou as ações realizáveis pela linguagem (pedir, asseverar/declarar/afirmar, perguntar, agradecer, aconselhar, avisar, cumprimentar, congratular); b) forças ou valores ilocucionais – elementos do enunciado que permitem que ele apresente um valor particular em sua combinação com o conteúdo

proposicional e c) verbos ilocucionais – ou componentes empíricos da língua que permitem a designação dos diferentes atos.

A complexidade da classificação de Searle é destacada por Adam (2008, p.127) e exemplificada com base no enunciado “cão bravo”. Para o autor, “a atribuição de um valor ilocucionário impreciso a um enunciado (predicação, recomendação, ordem, advertência e ameaça) não é anormal, em absoluto, não é causada por uma inadequação da descrição teórica: é, simplesmente, a realidade do discurso e da produção/interpretação do sentido pelos seres humanos” que não funcionam como máquinas ou por princípios lógicos que levam a sugestão de abandono da concepção mais clássica, assumindo uma visão ligada à semântica de protótipo³ .

Conforme sugere Adam (2008), a admissão da teoria dos atos de discurso como forma de análise requer que os enunciados sejam interpretados com critério de imparcialidade, ou nas palavras de autor, de se admitir um “**mais ou menos**” uma categoria de ato ou outra, de acordo com o conjunto de atributos concernentes ao enunciado. Em outras palavras, na análise há de se considerar um grau de prototipicidade forte ou fraco quando o enunciado se situa no que se pode chamar de fronteira de categorias de atos.

Dentro desses limites, o trabalho de Adam (2008, p.129) apresenta uma reorganização que traz uma classificação dos atos de discurso e valores ilocucionários dos enunciados seguindo critérios que apresentam delimitações quanto a sua abrangência na análise, nas palavras do autor, “a classificação vale apenas pelas grandes distinções que põe em evidência”. Optou-se por trazer essa descrição de Adam pelo fato de aproximar-se mais do tipo de análise que se pretende realizar.

Em sua organização Adam (2008, p.129) traz uma distinção entre forças ilocucionárias ditas primitivas (classificação de VANDERVEKEN, 1988 *apud* ADAM, 2008) por ser parte da ação mais elementar do ato, identificáveis sintaticamente e forças nomeadas por um verbo performativo. No primeiro grupo estariam:

a) DIRETIVA – realizada por enunciados imperativos cuja função maior seria exprimir uma ordem ou um desejo, ex: *proibido entrar*; lave isso, seja feliz;

b) EXPRESSIVA – realizada no tipo de enunciados expressivos pelos quais exprimimos sentimentos e atitudes, ex: *bravo!*, *obrigado!*, *valeu!*.

E no segundo grupo:

a) ENGAJANTES – pelos quais nos engajamos a fazer alguma coisa. Divididas em PROMISSIVAS (prometer) como “*amanhã, ao amanhecer [...] eu partirei*” e

3 Essa distinção é também elaborada por Eleanor Rosh, ao tratar de critérios e manutenção de protótipos.

METADISCURSIVAS (concluir, resumir, definir) como “*Mas esta carta está longa, Sr. Presidente, e está na hora de concluir*”.

b) DECLARATIVAS – função de ao ser declarado o enunciado provoca mudanças relacionadas ao mundo, valendo-se nos verbos declarar, condenar, acusar “eu o acuso”, “eu o condeno”.

c) ASSERTIVOS/CONSTATIVOS – têm função de afirmação sobre predicções verdadeiras ou falsas em relação a como são ou serão os fatos proferidos “Existe, há três dias, um estado de guerra”.

Adam (2008) acrescenta que os atos diretivos e expressivos podem também assumir a forma sintática dos enunciados performativos como em “eu lhes ordeno sair” e “eu o felicito”. Atos expressivos de conteúdo proposicional marcado como verdadeiro exteriorizam o estado mental do enunciador mais do que o estado de coisa.

O autor enfatiza também a necessidade apresentada por alguns autores (EDDY ROULET e DIETER VIEHWEGER) de observação não dos atos isoladamente, mas da estrutura de atos discursivos ligados entre si, em que seria possível visualizar hierarquias ilocucionárias com um ato dominante sustentado por outros atos a ele sub-relacionados, gerando uma cadeia de atos de discurso. Dessas ligações e hierarquias seria possível traçar e visualizar objetivos discursivos complexos e que também apresentariam ligação com estruturas textuais, como a argumentativa, a narrativa entre outras, bem próximas as sequências textuais discutidas por Adam. Esse fator faz com que Adam (2008) aproxime suas análises ao trabalho realizado por Viehweger no que diz respeito às relações hierárquicas e composicionais dos atos de discurso. As análises de Adam (2008) integram um plano esquemático de texto aos atos discursivos, realizando uma espécie de mapeamento segundo intenções discursivas observadas.

3 Análise - uma carta de suicídio na qual os argumentos se referem a desgostos na família: a argumentação por ênfase inferencial

Em alguns contextos de produção suicida, os motivos para o suicídio são apresentados junto à tese principal reforçada por meio de dados que farão parte da proposição argumentativa que levarão a conclusão ou tese principal. Em outros casos, como em T13, documento em análise, os dados que fazem parte da tese não são apresentados e a argumentação guia-se exclusivamente pela tese principal, no caso “desgostos na família,

portanto, suicídio”. T13 é um caso interessante que acusa o processo de inferenciação em função dos motivos que teriam levado aos desgostos e em consequência ao suicídio.

Nesse tipo de argumentação o discurso volta-se para uma **asserção argumentativa** como também para um ato performativo declarativo. O caso em questão, não traz a defesa de um ponto de vista por meio de dados, como “suicídio, portanto, vida com Deus”, encontrado em algumas análises da pesquisa, mas fixa a proposição no regime do não discutível à medida que não é revelado, podendo apenas ser inferido pelos destinatários diretos ou indiretos do documento. Nesse sentido, tem-se um alinhavar de atos ilocucionários por meio da asserção e da declaração e que, seguindo a proposta de descrição segundo Adam (2008), faz com que também se abandone a descrição clássica dos atos e se admita uma aproximação ao que se tem discutido na semântica de protótipos (RORCH, 2004), ou seja, considera “um mais ou menos” no grau de pertencimento entre um ato e outro.

Ainda em relação a uma apresentação geral de T13, já se questionou em outros trabalhos se as tentativas de suicídio poderiam apresentar um tipo de discurso diferente das de suicídio consumado. Contudo, ao se pensar na tentativa de suicídio como uma ação suicida mal sucedida e que, sim, poderia ter causado a morte, uma análise diferenciada poderia ser facilmente combatida à medida que não haveria como conter uma variável tão delicada. Em outras palavras, no tipo de coleta realizada não há uma forma precisa de diferenciar tentativa de suicídio mal sucedida, das tentativas de suicídio apenas ensaiadas, ou seja, que não fossem necessariamente voluntárias, mas uma forma de expressar raiva, rancor ou outro sentimento em outra pessoa em uma ação que não desencadearia em morte, uma falsa tentativa de suicídio. Nesses limites, mantém-se a análise de T13 com os mesmos princípios das análises realizadas na tese de doutorado⁴.

T13 14ª pretoria 7G 296 – 1903 – Tentativa de Suicídio. Carta escrita pelo telegrafista da estação da Penha Ernesto Soares Sodré, 19 anos de idade, solteiro, brasileiro, encontrada junto à vítima entre outros pertences. A carta é dirigida a sua noiva e refere-se a sua intenção de suicídio. No inquérito consta que a vítima deu um tiro de revólver em seu ouvido direito, permanecendo em estado grave no hospital. O encerramento do inquérito refere que a vítima afirmou que os motivos seriam desgostos na família, não tencionando repetir o ato.

<ABERTURA> Minha Avelina

<EXÓRDIO>

<NARRAÇÃO/CORPO DA ARGUMENTAÇÃO>[1]Estou muito aborrecido e parece-me que você não me [vê] mais pois os desgostos e a resolução que estou vou deixar de existir estou convicto que é o meu socego eterno. [2]Leva-me a este acto de desespero não por causa

⁴ Tese ainda sem referência, para mais informações buscar sobre o trabalho no *curriculum lattes* do autor ou no endereço eletrônico.

de você e sim por questões de minha família comigo. [3]Não posso contar-las porque não tenho coragem.

<CONFIRMAÇÃO>[4]Desde o último dia que aqui estive até hoje não apresentei-me ao serviço cheguei a embarcar no trem das 9 horas e arrependeu-me seguindo para casa.

[4]O agente devia parte ao Inspetor de Tráfego que abandonei o serviço pois não abandonei-o tal simplesmente pedi 4 horas de licença; porém tinha tentões de apresentar-me no dia 10 o resultado disto foi uma suspensão porém não sei até quando já sei que sou demitido.

<PERORAÇÃO>[6]De uns 4 meses para cá tenho sido o homem mais infeliz que exista você havia de notar pela minhas feições o meu pouco agrado e riso eram todas essas perturbações.

<FECHAMENTO>[7]Venho despedir-me de você dando o último adeus e pedindo desculpas se algum dia fui ou fiz alguma ingratidão e a todos muitas lembranças d'este infeliz.

[8]E. Soares

Detalhe da primeira página da carta da vítima

Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro 14ª pretoria 7G 296 – 1903

a) A construção do contexto de produção e sequencialidade

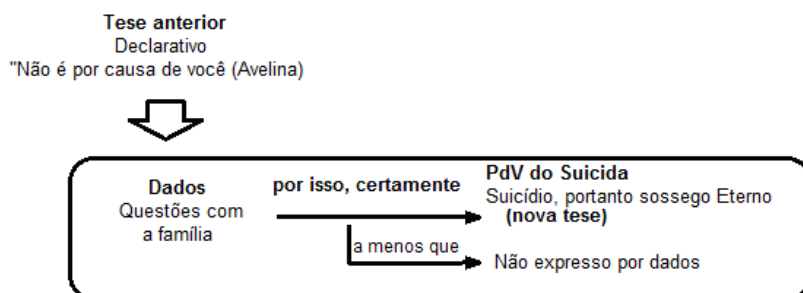
T13, como pode ser observado do detalhe original da carta acima, caracteriza-se estruturalmente disposto nos limites do que se entende como um plano de texto clássico de carta pessoal, apresentando como diferencial o tipo de papel com desenho floral na parte superior da primeira página (único exemplar encontrado), tipo papel carta tradicional. Esse tipo de característica sugere cuidado do sujeito empírico na composição da carta, escolha do papel e caligrafia. A reconstrução do universo sociodiscursivo é possível afirmar que o documento revela uma situação de produção ordenada, organizada e planejada.

Nas condições de produção, o autor discursivo expõe uma imagem de *éthos* que se traduz em um indivíduo consciente e seguro de seus atos e que se diz “perturbado”, ao mesmo tempo receoso em trazer os motivos para o suicídio, declarando apenas “desgostos com a família”. O PdV do suicida é marcado pela declaração (valor ilocucionário declarativo) ao co-enunciador das inquietações que culminaram na escolha pela morte voluntária “[2]Leva-me a este acto de desespero não por causa de você e sim por questões de minha família comigo. [3]Não posso contar-las porque não tenho coragem”. Esse PdV junto a apresentação da imagem de si suscita a validação da tese de “suicídio, portanto descanso eterno” do microuniverso semântico criado (representação discursiva - RD).

Nas condições de recepção o discurso mostra-se conciso e direto, não trazendo os dados de composição da tese de “desgostos com a família, portanto suicídio” e “suicídio, portanto sossego eterno”, mas em contrapartida revela momentos de angústia, inquietação e infelicidade. O autor discursivo apresenta uma descrição detalhada da rotina e problemas no trabalho e uma indicação temporal que reforçam a tese de “suicídio portando descanso eterno” defendida. O direcionamento da tese acontece junto à construção da imagem de si que vem sempre relacionada à desistência da vida em razão do sentimento de infelicidade. O enunciador se autodescreve muito aborrecido, convicto, desgostoso, sem coragem, infeliz, perturbado. A imagem de *páthos* é pouco explorada, o enunciador limita-se a demonstrar apreço pelo co-enunciador tanto pelo pedido de desculpas ao fim da carta, quanto não o responsabilizando por sua escolha pela morte voluntária, ele é o ouvinte das queixas, uma pessoa querida.

Como dito anteriormente, o plano de texto caracteriza-se como fixo, estando transcrito de seu suporte original, carta pessoal (epistolar) com contato inicial, apresentação do conteúdo e seção de despedida, assim como marcado no modelo aristotélico apresentado acima (abertura, exórdio, narração, etc). O documento apresenta uma estrutura predominantemente argumentativa (sequência argumentativa) delineado pelo ato declarativo de um ser ou estado certeza em razão de tese principal que se desdobra do dado principal apresentado (desgostos na família) e a tese (suicídio, portanto, descanso eterno). Não há preocupação efetiva e mostrada com o PdV do interlocutor expresso (Avelina), o discurso marca-se apenas pela declaração e descrição e exemplificação das consequências da infelicidade vivida “os desgostos e a resolução que estou vou deixar de existir estou convicto que é o meu socego eterno”.

Esquema T13: Resumo da sequencialidade argumentativa



Fonte: o autor

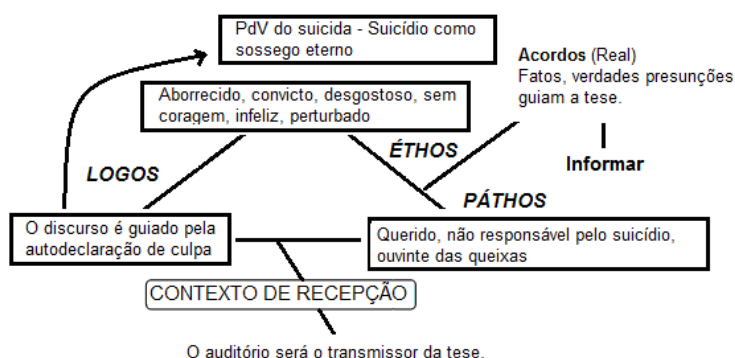
b) Projeções do quadro retórico e dos tipos de argumentos

O quadro retórico de T13 permite uma aproximação em função das intenções do discurso com o gênero judiciário, exposição/declaração de que os atos cometidos são de responsabilidade própria, mobilização dos afetos pela ênfase do discurso no *pathos* e principalmente no *éthos*. As formas retóricas aristotélicas são bem evidentes e próprias do discurso epistolar com suas constantes composicionais (termos de abertura e fechamento, corpo argumentativo, etc).

O entendimento das relações entre orador e auditório é expresso por acordos com o real, predileção pela apresentação de fatos a respeito dos motivos para a opção pelo suicídio (questões com a família), apresentação das inquietações, problemas para trabalhar, testemunhas do descontentamento e infelicidade (ligação com o concreto em função de um sentimento interior do orador), apresentação de uma escrita firme, bem estruturada e que demonstra planejamento. Os dados que fazem parte da proposição argumentativa aproximam-se dos tipos de argumentos baseados na estrutura do real, especialmente direcionados para as ligações de coexistência, a pessoa e seus atos e os argumentos de autoridade, quem sou e o que faço como prova da boa conduta e que é ciente da ação suicida pretendida e afirmada como já concretizada.

Outro dado perceptível entre os argumentos selecionados para fazer parte da proposição está principalmente ligado pela intenção de construção de uma realidade, a realidade do suicida. Essa realidade aparece na utilização dos princípios de contradição e incompatibilidade da tese defendida com o que é socialmente admitido como “aconselhável” no caso da morte voluntária, argumentos quase-lógicos. O suicida constrói sua realidade pela superação da contradição do suicídio como um ato condenável, causador de inquietações e condenação da alma pelas doutrinas religiosas. A tese apresentada uniria suicídio a uma espécie de descanso, exposição da morte como fim dos tormentos sofridos, término das inquietações, “sossego eterno”. A realidade construída não vislumbra uma paz com Deus, ou outra vida junto de Deus, como se observou em outros textos, mas apenas o término das angústias. Nesse sentido, o enunciador não faz nenhum desdobramento para o perdão de Deus, ou indicações da condenação da alma. A crença aqui estaria relacionada apenas no fim da vida, sem comprometimento ou intenção em prolongamento em outra forma de existência espiritual.

Um resumo dessa exposição pode ser visualizado no esquema retórico de T13, abaixo:



Fonte: o autor.

4 Considerações finais e questões pontuais

Apesar de curto, o documento em questão não deixa de apresentar algumas características que já foram apontadas em outras descrições do *corpus* coletado anteriormente. No caso em questão, apesar da tese principal ser construída em outra direção (problemas na família, portanto, suicídio e suicídio, portanto, sossego eterno), alguns elementos são recorrentes em seu plano argumentativo, e talvez, o mais marcante até agora seja o uso da negação como acionamento de uma polifonia (a voz do co-enunciador no texto), além de proposições assertivas/constativas como marcas desse tipo de discurso. A proposição inserida em [2] “Leva-me a este acto de desespero não por causa de você e sim por questões de minha família comigo”, expressa em uma asserção a necessidade de “apaziguar” a consciência do interlocutor no sentido que atribuir-se toda a culpa do ato. Trata-se da demonstração/afirmação (valor ilocucionário assertivo/declarativo) da causa principal da morte auto-infligida, que não poderia ser pensada ou imaginada de outra maneira.

Por outro lado, o sentido atribuído à vida direciona-se ao que é descrito como tortura, desgosto, infelicidade. Contudo, o real motivo e causa dessa infelicidade acaba por restringir-se ao campo inferencial, em seu sentido mais restrito, isto é, um discurso velado, emblemático. O autor-discursivo apresenta-se como receoso, sem coragem de trazer os fatos em detalhes ([3] Não posso contar-as porque não tenho coragem). Esse recurso acaba por poupar acusações que poderiam redirecionar a imagem de si criada, e do próprio *páthos* indireto (o da família que apesar de não ser o interlocutor direto, apresentar-se-ia como um possível conhecedor do teor do documento). Essa escolha argumentativa é muitas vezes

suscitada por meio do efeito do discurso suicida de uma maneira geral, o texto e seus co-enunciadores indiretos.

Finalizando pelo regime das crenças de Agrest (2010), tem-se uma aproximação do suicídio em função de um transtorno mental ou psicológico em sujeito do sexo masculino, ambas entre as crenças fundadas, que, pela análise do documento, poderia ser acrescida da crença no suicídio como término de inquietações sentidas (o sossego eterno). Mais particularmente, essas características remetem a uma auto-cobrança em função talvez da realidade vivida pelo sujeito em que a morte seria uma forma de escapismo das cobranças sociais.

Referências

ADAM, J. M. (2008). *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.

_____. (2005). Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do éthos*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.93.

_____. (1997). *Les textes: types e prototypes, récit, description, argumentation, explication, et dialogue*. Paris: Nathan.

_____. (2004). Une approche textuelle de l'argumentation: "schéma", séquence et phrase périodique. In: DOURY M, MOIRAND S (eds.) *L'Argumentation aujourd'hui*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, pp.77-102.

_____. (1999). *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris, Nathan.

ADAM, J. M. & BONHOMME. (2010). *L'argumentation publicitaire*. Paris: Armand Colin.

AGREST, D. C. (2010). *Por mano propia: estudio sobre las prácticas suicidas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

AMOSSY, R. (2005). O éthos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do éthos*. São Paulo: Editora Contexto, p.93-117.

AUSTIN, J. L. (1997). *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press.

PERELMAN, C. TYTECA, L. O. (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

REBOUL, O. (2004). *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes.



ROSCH, E. (2004). Principles of categorization. In: ARTS, B. ; DENISON, D.; KEIZER, E. et al., *Fuzzy grammar: a reader*. Oxford University Press, 2004. Disponível em <<http://books.google.com>>. Acesso em: 23 jan. 2006.

SEARLE, J. R. (1981). *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEARLE, J. R. (1981). *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina.

SIGNIFICADO MUSICAL E SIGNIFICADO LINGUÍSTICO: VANTAGENS METODOLÓGICAS NA COMPARAÇÃO

Fabio Mesquita (UFPR)
fabio_mesq@yahoo.com.br

RESUMO: A pergunta “música tem significado?” nada tem de trivial. Muitos estudiosos, incluindo musicólogos e filósofos, parecem favoráveis a uma resposta afirmativa à questão, o que reflete uma intuição relativamente sensata de que uma peça musical pode provocar algum tipo de alteração cognitiva ou apontar para alguma referência extra-musical no mundo, e isto poderia ser descrito como uma forma de significação. No entanto, muitos linguistas, principalmente os de orientação formalista, tendem a negar que música tenha significado, o que provavelmente se explica pelo paradigma linguístico de significado amplamente adotado em estudos de semântica, baseado em conceitos como referência, condições de verdade e composicionalidade. Realmente, é difícil visualizar como os conceitos de significado proposicional e lexical da Linguística se aplicariam à música. Ambos os pontos de vista são razoáveis, e o problema maior parece ser de incomensurabilidade entre os conceitos adotados na Linguística e na Musicologia. Mesmo assim, o presente estudo pretende mostrar que a divisão de trabalho entre semântica e pragmática assumida na Linguística pode ser, de forma análoga ou mesmo metafórica, uma ferramenta metodológica interessante para o estudo do significado musical. Algumas características estruturais da música podem ser correspondentes ao que chamamos de *semântica*, enquanto que outros componentes do significado, que poderiam ser classificados como *significados atribuídos*, fariam parte de uma possível *pragmática musical*. Além disso, critérios já conhecidos de estudos linguísticos como intencionalidade, arbitrariedade e a distinção entre significado natural e não-natural podem fornecer uma classificação de *tipos de significado* que permita visualizar as diferenças teóricas entre significado musical e linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Significado musical, Divisão semântica-pragmática.

1 Significado musical?

A pergunta “música tem significado?” parece provocar diferentes reações nas pessoas, mas existem somente algumas poucas que respondem com um categórico “não” a ela. Com alguma familiaridade na área, pode-se supor que essas pessoas devem ser linguistas de orientação formalista, ou, pelo menos, simpatizantes desta percepção. Esta posição particular não deveria surpreender. Uma parte considerável dos linguistas concebe *significado* em termos de paradigmas próprios da semântica formalista, ou seja, eles se valem de conceitos como *referência*, *valores de verdade* e *composicionalidade* para constituir uma noção

sistemática de significado, e isto realmente torna difícil visualizar, em termos teóricos, como a música poderia significar alguma coisa.

Um bom exemplo desta visão associada à linguística formal é dada por Lerdahl & Jackendoff (1983, p. 5): "...o que quer que seja que a música "signifique", não é em nenhum sentido comparável ao significado linguístico. Não há fenômeno musical comparável a sentido e referência em linguagem, ou a julgamentos semânticos como sinonímia, analiticidade ou acarretamento¹."

Os autores acima argumentam que os conceitos utilizados em teorias linguísticas sobre o significado são de alguma forma incomensuráveis com uma possível teoria de significado musical. Tomemos o conceito de *acarretamento*, por exemplo. Diz-se em cursos de semântica básica que entender uma sentença depende do entendimento de seus acarretamentos, que são consequências lógicas decorrentes da proposição expressa por aquela sentença. A sentença "O computador do Pedro teve um problema de memória" é corretamente interpretada quando os acarretamentos "Pedro tem um computador", "Computadores tem memória", "Memórias podem ter problemas" etc. também são interpretados corretamente². Não é difícil perceber, portanto, que a aplicação destes conceitos semânticos à música seria, para dizer o mínimo, improdutiva.

A maioria das pessoas, no entanto, sejam elas leigos ou especialistas em música, tendem a dizer que sim, uma peça musical, mesmo que desprovida de "letra", pode estar associada a algo no mundo, ou na mente, o que seria uma das formas mais básicas de se pensar em significado. Esta concepção parece refletir uma intuição sensata: ouvir música deve com certeza causar alguma alteração cognitiva, e conseqüentemente estabelecer associações com coisas extra-musicais na mente do ouvinte. Também é possível pensar que uma determinada peça musical aponta para algo no mundo, como uma marca de jeans, por exemplo.

Há visões muito distintas sobre a questão de como (ou se) a música significa, mas, na verdade, o conflito é aparente. No que diz respeito a significado, Linguística e Musicologia estão falando de coisas diferentes. É óbvio que música não denota algo verdadeiro ou falso, por exemplo, o que pode facilmente ser concebido teoricamente em relação à linguagem humana. Línguas naturais possuem *léxico*, um repertório de itens vocabulares que, de alguma forma, "armazenam" algum significado. Por este motivo, as línguas são capazes de apresentar

1 As citações em português de referências bibliográficas em inglês são traduções minhas.

2 Alguns teóricos chamariam algumas destas inferências de *pressuposições*. Não importa. Neste caso, a interpretação das pressuposições também faria parte da interpretação da proposição.

sutilezas semânticas como a distinção entre *manteiga* e *margarina*, ou *matar* e *causar a morte*, por exemplo, o que parece não ser o caso da música.

O linguista José Borges Neto argumenta que música se diferencia da linguagem principalmente pela questão semântica, decorrente também da dificuldade de se conceber um léxico para a música:

Não é claro que a música possua algo equivalente ao morfema ou à palavra das línguas naturais. Na medida em que morfemas e palavras são unidades significativas, talvez a sua ausência na música (ou a ausência de algo que a elas equivaleria) esteja ligada ao problema de se estabelecer uma semântica para a música. Não é clara, portanto, a existência de um léxico na música. (BORGES NETO 2005)

Por *léxico* podemos conceber (generalizadamente) uma definição mais técnica para a ideia de *vocabulário*. Os *itens lexicais* constituem um repertório de elementos da língua que pareiam palavras ou morfemas com significados ou conceitos. O morfema *-ed* do inglês, por exemplo, poderia ser considerado um elemento que, ao compor morfologicamente verbos como *'walked'*, denota *passado*, ou *aspecto perfectivo*, dependendo do caso.

Alguns estudiosos poderiam argumentar que há algo semelhante a uma morfologia (no sentido linguístico) na música. Termos como *frase* e *tema* são comuns em teoria musical, e alguém poderia associar à ideia linguística de morfema certos padrões recorrentes como, por exemplo, os *motivos*, pequenos fragmentos reconhecíveis dentro de uma composição. As sequências de três notas curtas seguidas de uma longa repetidas ao longo de todo o primeiro movimento na Quinta Sinfonia de Beethoven são um bom exemplo de motivo.

Existem casos em que fragmentos musicais recorrentes são associados a pessoas ou ideias: são os chamados *leitmotifs*. Richard Wagner os utilizava em suas óperas para se referir a personagens, por exemplo. Este seria um bom argumento para se defender a presença de significado musical em forma de *palavras ou expressões musicais*, que ainda poderiam formar *sentenças*, e assim por diante.

Estes argumentos, no entanto, não necessariamente convenceriam a maioria dos linguistas. Mesmo que alguns elementos musicais pudessem se associar a algo externo, como é o caso dos *leitmotifs*, esta convencionalização poderia ainda ser considerada *acidental*, no sentido de que não se poderia *generalizar* este conceito de associação, ou seja, ele não pode ser estendido a todas as sequências de notas musicais, ou progressão de acordes, ou ainda ritmos presentes em uma peça musical.

O fato de um motivo estar associado, por exemplo, ao personagem Siegfried de Wagner, pode ser encarado como uma contingência histórica, se compararmos com o tipo de convencionalização recorrente que ocorre com o léxico na linguagem. As palavras e expressões linguísticas são criadas para carregar algum significado. Não existiria um bom motivo para se criar um novo item lexical se ele não estivesse imediatamente associado a algum conceito, enquanto que a criação de padrões musicais parece obedecer prioritariamente a um critério estético.

2 Sugestões para uma possível teoria de significado musical

O que se deseja realmente salientar neste trabalho é que, apesar da diferença intrínseca entre os objetos teóricos próprios da linguagem e da música, a aplicação por analogia de certos conceitos, assim como de divisões de trabalho já estabelecidas na Linguística, pode ser útil ao estudo do significado musical.

O filósofo H. P. Grice, por exemplo, fez uma distinção interessante entre o que pode ser considerado *significado do falante* e o *significado linguístico*. O primeiro pode ser pensado como o que uma pessoa quer comunicar à outra usando a língua como meio, e o segundo, como o significado que pode ser extraído da língua pelo que já está convencionalizado.

Um bom exemplo pode ser visto através do diálogo:

- (1) A: Que horas são?
- (2) B: A novela já acabou.

A resposta de B pode ser interpretada considerando-se que ele teve a *intenção* de comunicar algo além do simples significado dado pela proposição contida na sentença “a novela já acabou”. O *significado do falante* proposto por Grice nos diz que, no caso do exemplo acima, é possível para A inferir aproximadamente as horas baseados no fato de que a novela acabou.

A *intencionalidade* é um conceito que rende muitas discussões entre os estudos linguísticos. Muitos dizem que ela deve ser abstraída, outros que ela deve ser central no processo de significação. De qualquer maneira, a distinção parece clara e acaba servindo para separar os estudos linguísticos entre os que consideram a intenção do falante, como as teorias de *atos de fala*, por exemplo, e as que a desconsideram, como a maioria dos estudos formalistas.

Peças musicais são compostas com alguma intenção. Algumas são feitas exclusivamente com vistas à performance, direcionadas a uma audiência em particular, e isto indubitavelmente pode transparecer na forma da peça musical. A escolha de certas progressões de acordes em função do gênero musical serve como exemplo. Por outro lado, há elementos nesta mesma estrutura que devem ser independentes da intenção do compositor: elementos que seriam inerentes à música e a maneira como ela é interpretada cognitivamente, como por exemplo, o fato de que alguns intervalos musicais “resolvem” uma tensão criada por outros intervalos.

É possível que o compositor se valha destes elementos inerentes, que poderíamos julgar *universais*, para atingir seus propósitos, mas o que queremos apontar é o fato de que, independente da intenção, a escala maior sempre soaria mais alegre do que a escala menor, por motivos quaisquer associados à cognição humana.

Poderíamos conceber, portanto, generalizações que separassem teoricamente o significado musical entre aquele *decorrente* da intencionalidade e outro *independente* dela, assim como ocorre em teorias linguísticas.

Significados expressos através de alguma forma de símbolo também possuem uma característica que pode definir o tipo de significado de que estamos tratando: a *arbitrariedade*. Grice também apresenta uma distinção interessante neste sentido: entre *significado natural* e *não-natural* (GRICE, 1957). Vejamos o exemplo abaixo:

(3) Fumaça significa fogo

Há uma relação de causalidade entre dois fenômenos naturais que realmente não corresponde ao tipo de significado que vemos na linguagem. A relação entre fumaça e fogo não representa o que podemos chamar de significado em termos simbólicos, e, portanto, não interessaria aos estudos de significado. A relação entre um elemento simbólico e algo no mundo (ou na mente) presente nas línguas naturais pode, então, ser considerada não-natural, ou sob um prisma de uma linguística estrutural, *arbitrária*.

A arbitrariedade é parte intrínseca do significado linguístico, portanto. Mas e quanto à música? O tema do personagem Darth Vader, por exemplo, estaria associado a ele por ser musicalmente “pesado” e “obscuro”, o que relacionaria propriedades estruturais da música ao seu referente, ou simplesmente por que esta foi a intenção da equipe cinematográfica do filme Guerra nas Estrelas?

Sugerimos aqui que a resposta deve ser: *as duas coisas*.

3 A divisão entre Semântica e Pragmática

Os estudos de significado linguístico geralmente se valem de uma proveitosa divisão de trabalho: a distinção entre Semântica e Pragmática. A fronteira destas áreas é um eterno campo de batalha teórico; no entanto, tentaremos mostrar como esta abstração clássica dentro da Linguística ajuda a visualizar como o significado pode ser sistematizado.

Pode-se estabelecer esta fronteira de várias formas. Uma delas é a distinção entre o significado que é sensível ao contexto e o que pode ser abstraído do contexto. Vejamos o exemplo novamente:

(1) A: Que horas são?

B: A novela já acabou.

A interpretação dada à enunciação de B de que é possível para A inferir aproximadamente as horas através da informação sobre o fim da novela só é possível em contextos como este dado pelo diálogo acima. A interpretação é *sensível ao contexto*, ou seja, de âmbito *pragmático*.

Já o significado convencionalizado da sentença “A novela já acabou” é assumido dentro da *semântica* como tendo uma certa estabilidade, e assim pode ser tratado sob a forma de significado proposicional, e isto permite o uso de uma série de ferramentas lógicas ou matemáticas para o tratamento das condições de verdade desta sentença.

Uma dos critérios metodológicos que pode ser aplicado neste caso - dada esta assunção de estabilidade do significado - é o da *composicionalidade*. Através dela, pode-se afirmar que, basicamente, o significado de uma proposição é função exclusiva dos significados de suas partes e da maneira como elas são combinadas.

Em outras palavras, a proposição expressa por “A novela já acabou” depende do significado das partes “a”, “novela”, “já” e “acabou”, assim como suas características sintáticas (imaginemos os diferentes arranjos “A novela já acabou”, “Acabou já a novela”, “Novela acabou a já” etc.).

Alguns autores afirmam que a divisão entre semântica e pragmática pode ser definida em termos de *significado composicional versus significado pós-composicional*, o que também

poderia ser aplicado ao exemplo. A interpretação pragmática seria então aquela dada após a interpretação dada pelo significado composicional de “A novela já acabou”.

Abaixo estão algumas das dicotomias que podem ser associadas à divisão entre Semântica e Pragmática:

- ♣ *significado estrutural vs. significado do falante*
- ♣ *significado abstraído do contexto vs. significado sensível ao contexto*
- ♣ *significado composicional vs. significado pós-composicional*

Quaisquer que sejam os problemas de fronteira dados por estes critérios (e eles são muitos), a separação tem a vantagem de nos fazer visualizar a delimitação de conceitos fundamentais nos estudos de significado, como a já mencionada *intencionalidade*, por exemplo, que claramente se colocaria no campo da Pragmática.

A questão que se coloca agora é: como utilizar uma divisão de trabalho análoga a dos estudos linguísticos para o estudo do significado musical?

Vejam, como exemplo, o caso da tensão criada por certos intervalos entre duas notas. Este seria um caso emblemático de significado inerente à *estrutura* da peça musical. Outro exemplo: há na teoria musical o conceito de *cadência*, que sinaliza como se dá a conclusão de uma sequência de intervalos ou acordes. Poderia-se dizer, baseado na suposta universalidade com que a cadência ocorre na música tonal ocidental, que ela pertence também à estrutura deste tipo de música.

Katz & Pesetsky (2011) trazem uma tese interessante de que a estrutura sintática da língua possui propriedades idênticas à estrutura da música tonal. Os autores afirmam que cadência e tonalidade são propriedades intrínsecas da música da mesma maneira que hierarquias sintáticas e movimentos de sintagmas ocorrem na língua. Este, portanto, poderia ser classificado como um típico estudo de uma possível *semântica musical*.

Vejam como exemplo o já citado tema de Darth Vader. A dramaticidade intrínseca, decorrente de características estruturais como a sequência de intervalos “pesados”, seria considerada o componente semântico da peça musical. Esta semântica se diferenciaria essencialmente de uma *pragmática musical* pelo fato de que o significado a ela associado

seria independente de significados atribuídos, como é o caso da associação histórica do tema com o personagem devido à *intenção* da equipe cinematográfica.

A intencionalidade do compositor, ou do responsável pela atribuição de significado à peça musical, portanto, seria do escopo desta pragmática. A arbitrariedade também, embora pudesse ser mais controverso determinar o quanto as características dramáticas do tema de Darth Vader pudessem ser consideradas arbitrárias em relação à aura de personagem obscuro e maligno construído pelo filme.

As características semânticas do significado musical, portanto, seriam de natureza *inerente* e, portanto, *universais*, independentes do significado atribuído. A divisão pode ser melhor esquematizada assim:

“Semântica musical” - Significado estrutural

- ♣ Tensão vs. relaxamento dos intervalos
- ♣ Alegria vs. tristeza das escalas maiores e menores
- ♣ Ritmo
- ♣ Motivos
- ♣ etc.

“Pragmática musical” - Significados atribuídos

- ♣ Associação entre peças musicais e personagens de filmes, marcas de cigarro, fim da missa etc.
- ♣ Convencionalizações acidentais
- ♣ Intenção do compositor
- ♣ etc.

A fronteira entre essas duas possíveis áreas do conhecimento certamente não seria pacífica, como acontece em todas as fronteiras. Na linguística, por exemplo, os significados semântico e pragmático costumam interagir de forma que um não poderia prescindir do outro, o que torna a visualização categorizada difícil.

No exemplo (1), por exemplo, é possível afirmar que o significado do elemento “acabou” na proposição “a novela já acabou” também depende intrinsecamente do contexto. A expressão “já acabou” tanto pode significar “acabou recentemente” quanto “acabou há algum tempo”, ou ainda “está acabando”. Desta forma, as condições de verdade da proposição

dependeria de se assumir uma dessas interpretações, e, portanto, o conceito de *significado estável* poderia ser considerado pobre, teoricamente falando.

O mesmo poderia ser dito a respeito da atribuição de algum significado “triste”, como a cena de um funeral, por exemplo, a uma escala de Lá menor. Esta atribuição seria arbitrária? Isto dependeria de uma boa concepção de arbitrariedade, o que pode ser complexo de se fazer.

De qualquer forma, é interessante notar que algumas características próprias da música nos fazem perceber coisas interessantes sobre significado em geral, coisas que talvez não notássemos se estivéssemos somente focados apenas em significado linguístico. A ausência de um léxico na música, por exemplo, pode nos fazer perceber como ele é mais relevante do que parece na composição do significado linguístico. A comparação entre linguagem e música, portanto, traz vantagens epistêmicas para ambos os lados.

Referências

- BORGES NETO, J. (2005) Música é Linguagem? *Revista Eletrônica de Musicologia*, vol IX, outubro <http://www.rem.ufpr.br/_REM/REMr9-1/borges.html>
- GRICE, H. P. (1957) Meaning. *Philosophical Review*, 67.
- KATZ, J. & PESETSKY, D. (2011, January) Identity Thesis for Language and Music. *LingBuzz*. <<http://ling.auf.net/lingBuzz/000959>>
- LERDAHL, F. & JACKENDOFF, R. (1983) *A Generative Theory of Tonal Music*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

A PROGRESSÃO DE *VOCÊS/USTEDES* E A PERDA DE *VÓS/VOSOTROS*: UM ESTUDO COMPARATIVO DESDE A PRAGMÁTICA

Francisco Javier Calvo del Olmo (UFPR)
franciscoctl@gmail.com

RESUMO: As mudanças acontecidas no paradigma dos pronomes pessoais e as formas de tratamento nas línguas iberorromânicas foram objeto de inúmeros estudos; entretanto, estes se voltaram preferentemente à 2ª pessoa do singular. A partir do marco teórico fornecido pela pragmática e o estudo da cortesia, o presente artigo aborda de maneira monográfica a 2ª pessoa do plural em português e em espanhol procurando explicar os fatos documentados no plural como mudanças específicas e não como simples analogias. Primeiramente, expõe-se a evolução diacrônica do pronome de 2ª pessoa do plural, *vós/vosotros*, no âmbito das línguas românicas; observando-se que o pronome herdado do latim foi substituído por *ustedes* em toda Hispano América e que o português substituiu *vós* por *vocês* tanto no Brasil como na norma culta europeia. Os pronomes *vocês* e *ustedes* procedem da gramaticalização do plural de uma fórmula honorífica de tratamento, *vossa mercê/vuestra merced*, surgida na Península Ibérica entre os séculos XV e XVI. Assim, comparam-se as causas pragmáticas que motivaram a mudança durante os séculos XVII e XVIII e demarcam-se as áreas de difusão das novas formas. Igualmente, examinam-se os paralelismos, as divergências e as possíveis influências mútuas no processo de reestruturação pronominal que a substituição de *vós/vosotros* por *vocês/ustedes* acarretou em português e espanhol. Conclui-se que a variação morfológica da 2ª pessoa do plural constitui um problema central tanto no eixo diacrônico quanto na sua configuração sincrônica das línguas iberorromânicas.

PALAVRAS-CHAVE: Pronomes de tratamento; Vocês; Ustedes; Gramaticalização.

1 A 2ª pessoa do plural em português e espanhol: criação e a progressão de um novo pronome

Desde a Idade Média até a atualidade, tanto em português como em espanhol, aconteceram uma série de mudanças e reajustes que afetaram os pronomes pessoais. O presente artigo dedica-se de forma monográfica a analisar o pronome de 2ª pessoa de plural (2ª p. p.) *vocês/ustedes* que em amplíssimas áreas dos territórios linguísticos das línguas iberorromânicas, e principalmente nas variedades americanas, substituiu a *vós/vosotros* durante os séculos XVII e XVIII¹. A esse fim, busca-se uma interface entre as mudanças morfológicas e certas causas pragmáticas que puderam ter intervindo no processo de acordo

¹A substituição de *vosotros* por *ustedes* não pode ter acontecido antes de século XVII, pois *usted* e *ustedes* não se estabelecem definitivamente até o final desse século na Espanha e em América (DE JONGE & NIEUWENHUIJSEN, 2009, p.1652).

com as propostas de Brown e Gilman (1960) sobre os pronomes de poder – **power**, na **terminologia dos autores** – e solidariedade – **solidarity** – e, em geral, com a parte da pragmática que estuda a cortesia na linguagem e dos pronomes e tratamento. No caso das línguas neolatinas, essas teorias colocaram o foco da pesquisa nas formas singulares dos tratamentos e parecem ter ignorado que “la 4.^a y 5.^a personas se comportan de forma sorprendente en varias lenguas [románicas].” (POSNER, 1998, p. 77). Assim Carricaburo (1997) define com o termo *voseo* o uso de *vos* por *tú* no trato não cortês e demarca as áreas geográficas que conhecem tal fenômeno (espanhol do Rio da Plata, do Chile, de centro-américa etc.), chama *tuteo* ao uso de *tú* não interação não cortês (caso do espanhol de Espanha, do México, antilhano etc.) e ainda nomeia *ustedeo* o emprego do pronome de tratamento cortês *usted* que algumas regiões colombianas e venezuelanas fazem no trato informal ou não cortês. Ou seja, se serve de termos específicos para definir a variação nesta parte da gramática espanhola. Ora, ainda que o uso de *ustedes* ou *vosotros* seja um dos fatos que separam o espanhol falado a cada lado do Atlântico, a linguística hispânica não se dotou de uma palavra que defina o uso de *vosotros* (talvez poderia se propor *vosotreo*) nem de uma palavra que defina o uso de *ustedes* (que poderia ser chamado de *ustedeo plural*). A linguística portuguesa tampouco conta com termos específicos que indiquem o uso de *tu* no trato não cortês (vigente em Portugal e nos PALOPs assim como ainda presente em certas regiões do Brasil), nem para o uso exclusivo de *você* no trato não cortês (geral no Brasil e em progressão em outras áreas como na Angola) ou ainda para se referir ao uso do pronome plural *vocês* (geral na língua padrão às duas margens do Atlântico) ou ao uso do pronome plural *vós* (que sobrevive dialetalmente em Portugal e em alguns crioulos, mas que é a forma usual na norma galega). Ao nosso ver, a falta de uma terminologia específica para a variação dos pronomes de 2^a p. p. prova a insuficiência de estudos focados na descrição desta parte da morfologia de nossas línguas.

Tanto o português como o espanhol herdaram um pronome de 2^a p. p. *vós/vos* procedente do latim UŌS como testemunham os textos medievais das duas línguas. No obstante, nos últimos séculos do Medievo se localiza já a origem das mudanças nesse paradigma. De acordo com Koch (2008), a fórmula honorífica *vuestra merced* foi introduzida no romance castelhano a través da tradição diplomática ocidental, transmitida pelos *dictatores*, profissionais da redação da *ars ditaminis* que trabalhavam nas chancelarias europeias. As cortes y os hábitos de una sociedade fortemente hierarquizada contribuíram para o sucesso das novas formas de tratamento. Mais tarde, no século XVI, o adtrato

espanhol e as *Leyes de las cortesías*, promulgadas por Felipe II e com vigor em todos os reinos sob seu mandato, favoreceram a difusão de *vossa mercê* em Portugal.

O uso massivo de *vossa mercê* e *vuestra merced* nos respectivos idiomas durante o século XVI e XVII teve como consequência uma erosão tanto no significado como no significante. Em ambos os casos, a fonética do pronome, tendente à progressiva abreviação e fusão dos elementos do sintagma nominal, foi acompanhada da perda do valor cortês e honorífico que originalmente possuía. Ademais o processo de gramaticalização implicou uma mudança semântica para um significado puramente gramatical; ou seja, a fórmula perdeu o seu valor inicial composicional e passou a ser interpretada como um único elemento opaco. Nascentes (1956) apontou para o português os estádios *vossa mercê* > *vossemecê* > *vossecê* > *você*, entretanto outras formas reduzidas² se documentam em textos desses séculos, entre as quais pôde existir variação social e geográfica. A forma *você*, que a língua culta terminará impondo sobre as outras, aparece por primeira vez em 1666: “na obra de Francisco Manuel de Melo (1608-1666), *Feira de Anexins*, aparece, pela primeira vez o novo pronome, grafado *vossê*” (MENON, 2006, p. 129-130).

Por sua vez, a história da língua espanhola documenta *usted* a partir da terceira década do século XVII³, forma que terminará triunfando sobre outras variações. Uma vez que as duas línguas desenvolveram uma forma reduzida dissílaba no singular foi possível a formação do plural seguindo os padrões regulares de flexão tanto do português (*você* ~ *vocês* como *purê* ~ *purês* ou *bebê* ~ *bebês*) quanto do espanhol (*usted* ~ *ustedes*, como *pared* ~ *paredes* ou *red* ~ *redes*). Certamente, também existiu um plural não reduzido *vossas mercês*/ *vuestras mercedes* para aludir honorificamente a um grupo de pessoas que individualmente deveriam receber o trato de *vossa mercê*/ *vuestra merced*, segundo as regras da cortesia que vigoravam na época. Em todo caso, o resultado foi um pronome de 2ª p. p. cortês; *vocês/ustedes*, recurso do qual não dispunham anteriormente as línguas iberorromânicas (como de fato não dispõem dele nem o francês nem o italiano contemporâneos). O novo pronome de tratamento, tanto na sua forma singular como plural, foi transplantado às colônias portuguesas e espanholas do Novo Mundo e adotado pelas incipientes sociedades americanas, onde terminaria

² Em peças de teatro portuguesas dos séculos XVIII y XIX foram localizadas representações gráficas como *vossé(s)*, *você(s)*, *boixê(s)*, *vossa(s) mercê(s)*, *V.M.*, *Boxa Mercê*. Enquanto outras variações documentam-se em registros dialetais nas duas margens do Atlântico; *voazé*, *vuezé*, *suncê*, *vossuncê*, *vassuncê*, *mecê*, *vancê*, *vacê*, *vosmincê* etc.

³ Cf. Pla Cárceles (1923). O CORDE oferece formas reduzidas como *vustedes*, *voarcedes*, etc. documentadas entre 1600 a 1700. Sáez Rivera (2006) traz novos dados e perspectivas sobre a evolução fonética de *vuestra merced*.

provocando uma profunda reestruturação do sistema pronominal de 2ª p. A seguir, serão analisadas as causas pragmáticas subjacentes a essa mudança morfossintática; a esse fim, faz-se necessária uma breve aproximação às colônias portuguesas e espanholas durante os séculos XVII e XVIII para contextualizar melhor a marco social em que se desenvolveu a mudança.

Graças à assinatura do tratado de Lisboa em 1668, Portugal recuperou a sua plena independência junto com a posse das suas colônias na África e na América do Sul. O fim da dominação política da Espanha espelhou-se numa presença cultural espanhola cada vez mais enfraquecida na sociedade portuguesa. Doravante a fórmula honorária *vossa mercê* seguirá as tendências endógenas, próprias do português que estava gramaticalizando grupos nominais como pronomes pessoais⁴. Por outro lado, o tratamento cortês de *vós* encontrava-se já em franca decadência; em Portugal estava relegado à fala provinciana e arcaizante. Lindley Cintra (1972, p. 35-38) explica que espaço que *vós* deixava vago no sistema foi ocupado por *você*, como tratamento geral tanto entre a aristocracia como também entre as classes burguesas às quais pertenciam os colonos. Segundo as palavras de Nascentes (1956, p. 116): “*vossa mercê* agradava todo mundo. A classe humilde não tardou a apoderar-se da fórmula nova para uso próprio”. A metrópole lusa, onde sediava a corte deveu manter escrupulosamente as diferenças de tratamentos enquanto a sociedade colonial em formação tendeu a privilegiar o tratamento de respeito. Lapesa (1996), em referência ao espanhol de América, postula um processo comum entre os colonos de igualação social *hacia arriba*, de enobrecimento ou *hidalguización*⁵. Ou seja, longe da Península, o valor social dos povoadores ibéricos aumentava nas incipientes sociedades coloniais; fato que se refletia na primazia de usos linguísticos mais cortesões, próprios das camadas sociais superiores. Consideramos que esses argumentos são igualmente válidos para o Brasil e que tanto na órbita hispânica quanto lusa houve a mesma *voluntad de nivelación cohesiva* que fez com que terminasse se impondo *você/ustedes* sobre *vós/vosotros* nessas amplíssimas áreas americanas da *România Nova*.

Para concluir a exposição dos fatos do português, a generalização de *você/s* acarretou inevitavelmente a perda do seu valor cortês original e gerou a necessidade de introduzir um novo pronome de tratamento. Segundo Lindley Cintra (1972, p. 38) *o/a/os/as senhor/a/es/as*

4 A incorporação dos pronomes *você/s* coincide no eixo diacrônico com a de *a gente*; a gramaticalização de *você/s*, *a gente* supõe a passagem de uma categoria lexical, aberta, para uma classe gramatical, fechada. Entretanto, Bagno (2011, p. 737) propõe “não considerar os pronomes como uma classe gramatical, mas sim como uma função que palavras de diferentes classes podem exercer a função anafórica”. Escolha que admite classificações mais flexíveis.

5 Lapesa (1996) sustenta a sua argumentação nos trabalhos de Páez (1981) e Rosenblat (1964) que ele mesmo cita.

já estava bem difundido a finais do século XVIII como fórmula respeitosa e tinha a vantagem de coincidir com *você/s* na concordância verbal, 3ª p. singular e plural; assim como na referência anafórica, tomando os pronomes de 3ª p. Desse modo, chega-se ao estado atual e tanto a variante europeia quanto brasileira possui um pronome de 2ª p. p. cortês: *senhores/as*.

A história da língua espanhola coincide em datar a substituição do pronome *vosotros* pelo pronome *ustedes* em América, as Ilhas Canárias e o sul da Península Ibérica durante o século XVIII. Nessa centúria a forma singular, *usted*, havia ocupado progressivamente um amplo espaço na dêixis pessoal; havia poucas situações e poucas pessoas que aceitassem um tratamento diferente. Assim, ao se dirigir a mais de um interlocutor, é lógico que se preferisse o pronome de respeito *ustedes* a *vosotros/as* em deferência às pessoas desse grupo que mereciam tal cortesia, mesmo podendo conter o grupo membros que em singular receberiam o tratamento de *tú* ou de *vos*. É provável que, durante o século XVIII, *vosotros/as* se usasse apenas na interação verbal com grupos de subordinados e, portanto, fosse empregado no trato com os escravos⁶; fato que necessariamente provocou a rápida perda de prestígio e a queda da sua produtividade. Uma descrição do estado da língua espanhola na época das independências dos Vice-Reinos mostra que:

La preferencia por *ustedes* sobre *vosotros*, que, si no había triunfado definitivamente en América, debía de estar próxima al estado de cosas actual. Es cierto que con alguna frecuencia ambas formas se combinan, pudiendo dar la idea de que eran situaciones de neutralización o indicadoras de un cambio en marcha, y también hay textos muy formales en los que *vosotros* se emplea regularmente, por su carácter ritual y por el peso literario de este pronombre. Sin embargo, la combinación de *vosotros* y *ustedes* en cierta medida quizá se deba al problema de acomodar la lengua hablada a la lengua escrita. (FRAGO, 2011, p. 184)

Contrastando com essa situação e de acordo Fontanella de Weinberg (2000, p. 1416), os falares septentrionais da Península Ibérica, habitualmente mais conservadores, mantiveram *vosotros/as* até o final do século XVIII quando os ventos começaram a soprar em sentido inverso e *tú* recuperou parte terreno perdido na interação verbal. Ausência de *vos* e a conservação de *vosotros/as* em espanhol peninsular contemporâneo contrasta com a vigência do *voseo* na interação verbal de muitos países hispano-americanos e a total ausência de *vosotros/as* na América Hispânica. Pesquisadores como De Jonge e Nieuwenhuijsen (2009, p.1653) sugeriram uma relação entre os dois fenômenos: os pronomes *vos* e *vosotros* eram morfologicamente idênticos em parte de seus paradigmas (forma átona *os*, possessivo *vuestro*), mas semanticamente diferentes. Em todo caso, a superposição das formas de *vos*

⁶ A existência de (*a*)*boso* (<*vosotros/as*) em crioulo papiamento seria uma prova desse estágio da língua.

com as de *vosotros* deveu contribuir a desgastar os usos de *vosotros* e favorecer a generalização de *ustedes* como única forma de tratamento plural; é igualmente possível que em regiões onde modernamente se impôs *tú* e também foi eliminado *vosotros*, *vos* tenha se mantido tempo suficiente para causar a perda de *vosotros*, como defendia Fontanella de Weinberg (2000, p. 1414).

Porém essa explicação mal casa com os fatos do português, língua na qual *vós* não concorreu com outro pronome de 2ª p. p. do tipo *vós outros*. Como pronome de tratamento, parece que *vós* sobrevivia de maneira residual em alguns enclaves a ambas as margens do Atlântico ainda no século XX e se manteve em certos registros litúrgicos e formulísticos até a atualidade. Igualmente a ausência de *voseo* no português brasileiro e europeu contrasta com a 2º p. s. dos atuais crioulos de base portuguesa, formada sobre esse pronome⁷, fato talvez devido a que esses idiomas se formaram no século XV quando *vós* ocupava uma posição privilegiada na dêixis pessoal. Como pronome de 2ª p. p., *vós* mantém-se com certa vitalidade em algumas regiões de Portugal; principalmente nos dialetos do Norte e d'A Beira que, de maneira geral, são mais conservadores que os dialetos meridionais, situação análoga ao espanhol peninsular. Lisboa, a capital, pertence aos falares meridionais pela sua localização geográfica. Durante os séculos XVIII e XIX, desde Sevilha e a Andaluzia, sul da Espanha, *ustedes* expandiu-se; mas tal inovação não atingiu Madri, que pertence ao castelhano septentrional. Por esse motivo, o espanhol peninsular padrão mantém hoje *vosotros/as* (em contraste com os vários padrões americanos) enquanto o português contemporâneo substituiu *vós* por *vocês* às duas margens do Atlântico ficando o uso do pronome tônico de 2ª p. p. (*vós*), do reflexivo (*vos*) e das formas verbais conjugadas em tal pessoa relegado apenas a registros dialetais. Consequentemente a posição geográfica da capital atuou como elemento decisivo na perda de *vós*, no caso português, e no freio para a progressão de *ustedes*, no caso do espanhol.

2 O paradigma de 2ª pessoa do plural em português e espanhol: paralelismos e convergências no eixo sincrônico

Sem dúvida, uma das mudanças morfossintáticas mais transcendentais do português brasileiro contemporâneo (PB) é a reorganização do sistema pronominal. No caso do espanhol, a variação morfossintática na 2ª p. p. marca uma falha entre o padrão peninsular e a língua falada e escrita em toda a América Hispânica. A presente seção dedica-se a expor

⁷ Cabo-verdiano *bô*, crioulo da Guiné Bissau *abo/bu*, crioulo de São Tomé e Príncipe *bo*. Chama a atenção que outros crioulos de base lexical românica também sejam voseantes; papiamento *abo/bo*, haitiano *ou/w*, etc.

alguns dos efeitos que as mudanças históricas apresentadas na seção precedente tiveram no paradigma pronominal das línguas iberorromânicas.

Em primeiro lugar, o pronome *vós*, herdado do latim e ainda presente em português clássico, saiu do uso nos séculos XVIII y XIX e foi substituído por *vocês*: a forma tônica “*vós* (reflexo do latim *uos*) ficou restringido à língua escrita, sem correspondência com o uso falado, tanto em Portugal como no Brasil” (MATTOSO CÂMARA, 2004, p. 95). A 2ª p. p. do português europeu (PE) pode ser esquematizada no quadro 1 no qual *vocês* se usa para o trato familiar e *os senhores/ as senhoras* para o tratamento de respeito:

Paradigma da 2ª pessoa do plural em PE

SUJEITO	OBJETO	REFLEJO	TÉRMINO	POSESIVO
<i>vocês</i>	<i>vos</i>	<i>se</i>	<i>vocês/</i> <i>(convosco)</i>	<i>vosso/a/os/as</i>
<i>os/as</i> <i>senhores/as</i>	<i>os/as/lhe</i> <i>s</i>	<i>se</i>	<i>os/as</i> <i>senhores/as</i>	<i>seu/s, sua/s</i>

O paradigma atual de *vocês* em PE é misto já que as formas átonas *vos* tem plena vigência na língua oral escrita, o pronome sintético *convosco* pode empregar-se nalguns registros como variante de *com vocês* e o possessivo *vosso/a/os/as* continua sendo empregado. Duas causas formais podem ter contribuído para que *vosso/a/os /as* se mantivera no paradigma dos possessivos em PE a pesar da perda do pronome tônico *vós*; por um lado o uso de *vosso/a/os /as* evita as ambiguidades que *seu/s, sua/s*, (formalmente possessivos de 3ª p. de singular e de plural) poderia causar e a similitude formal deste pronome com o possessivo da 1ª p. p. *nosso/a/os/as*. Sorte bem diferente teve no PB o paradigma de *vós* está ausente da língua falada. Assim fez-se necessário criar novos mecanismos para indicar a posse na 2ª p. p. e evitar a ambiguidade de *seu/s, sua/s*. Adotou-se uma construção *de+* pronome pessoal; *de vocês*, considera vulgar em PE. Vê-se então que a reestruturação que a perda de *vós* acarretou não produziu as mesmas soluções em PB onde a forma tônica, *vocês*, aparece em todas as posições (menos como reflexivo):

Paradigma da 2ª pessoa do plural em PB

SUJETO	OBJETO	REFLEJO	TÉRMINO	POSESIVO
vocês	vocês/lhes	se	vocês	de vocês
os/as senhores/as	o/a senhor/a, lhes	se	os/as senhores/as	seu/s, sua/s dos/das sres/as

A norma padrão do espanhol peninsular (EP), formada sobre os falares septentrionais, possui um sistema pronominal que mantém a oposição entre confiança e formalidade tanto em singular (*tú/usted*) como em plural (*vosotros/ustedes*), frente aos restantes sistemas do mundo hispânico que a neutralizam em plural (FONTANELLA DE WEINBERG, 2000). A tendência a estender o *tú* de confiança em todas as situações comunicativas é um traço de EP contemporâneo e faz com que se venha falando da *muerte de usted* nas últimas décadas. Na atualidade, em EP, o pronome cortês *usted* emprega-se só em certos entornos formais ou laborais e fora deles pode segregar como ancião ao interlocutor. A mesma tendência se documenta em outras línguas europeias; as relações simétricas predominam sobre as assimétricas e dentro dessas últimas as relações recíprocas informais habitualmente prevalecem sobre as formais, como Bown e Gilman (1960) já apontaram. Em consequência o seu plural, *ustedes*, também caiu em desuso, ainda mais se cabe porque dificilmente todos os membros de um grupo aceitarão o trato de *usted* (situação diametralmente oposta à descrita para o século XVIII na seção precedente) excetuando situações de grande formalidade, como nas que se empregam fórmulas vocativas de tipo *damas y caballeros* ou *señoras y señores*. “Más allá de tales contextos el uso de este pronombre puede sonar hoy en día, a oídos peninsulares, más como una marca dialectal hispanoamericana, canaria o andaluza que como una marca con valor pragmático” (OLMO, 2012, p. 82). A 2ª p. p. do EP aparece sintetizada no quadro 3.

3- Paradigma da 2ª pessoa do plural em EP

SUJETO	OBJETO	REFLEJO	TÉRMINO	POSESIVOS
vosotros/as	os	os	vosotros/as	vuestro/a/os/as
ustedes	los/las/les	se	ustedes	su/s ~ suyo/a/os/as de ustedes

A substituição de *vosotros/as* por *ustedes* como plural único tanto para a forma de confiança como para a forma de cortesia sobre o território do espanhol americano (EA) em sua totalidade (e também nos dialetos andaluzes e canários) separa as duas normas¹: EP *vosotros/as* ~ EA *ustedes*.

À luz dos dados expostos, cremos que existe certa *specularitas lingüística* entre as evoluções que a 2ª p. p. teve em o espanhol e o português desde a situação medieval até o paradigma moderno e tanto em solo peninsular como em território americano. As línguas iberorromânicas faladas no Velho Mundo, sede das metrópoles dos antigos impérios coloniais, mostram-se mais conservadoras nesse ponto de sua gramática já que, em geral, a gramaticalização de pronomes de tratamento não alterou profundamente seus paradigmas pronominais. Em contraste, as línguas iberorromânicas transplantadas a território americano seguiram derivas internas e, assim, o PB e o EA participam de certas evoluções, em oposição às normas europeias. Segundo a nossa argumentação, o contexto social das colônias e a formação das jovens nações repercutiram nas estratégias da cortesia que os falantes empregavam; de maneira geral, tanto o EA como o PB simplificaram os tratamentos dando preferência às formas mais produtivas e regulares sobre aquelas que resultassem ambíguas. Igualmente os tratamentos permearam a estrutura morfossintática das duas línguas iberorromânicas e, se as formas que a 2ª p. do singular adota (*voseo*, *tuteo* e *ustedeo* em espanhol, emprego de *você*, *tu* e *o senhor* em PB) ainda apresentam variação pragmática e de outros valores (diatópicos, diastráticos etc.), o plural e hoje morfológico, está gramaticalizado. Ou seja, *vocês/ustedes* não concorrem mais com *vós/vosotros* nem em EA nem em PB.

Por fim, o estudo da 2ª p. p. demonstra como as tendências internas, próprias de cada idioma, coadjuvam os fatores sociolinguísticos nos processos de mudança linguística. E resultaria muito difícil explicar as mudanças acontecidas na 2ª p. p. nas línguas iberorromânicas sem considerar as necessidades comunicacionais e as normas da cortesia das sociedades onde elas se originaram e se desenvolveram. Desse modo, comprova-se que a pragmática é uma ferramenta útil para esclarecer esse capítulo da história de nossas línguas.

Referências

BAGNO, M. (2011). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

¹Em Hispanoamérica as formas *vosotros/as* e o pronome átono *os* podem aparecer na oratória ainda que se considerem *afectados* ou pedantes.

- BROWN, R; GILMAN, A. (1960). The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. A. (ed.). *Style in Language*. Cambridge: MIT press.
- CARRICABURO, N. (1997). *Las fórmulas de tratamiento en el español actual*. Madrid: Arco-Libros.
- DE JONGE, B.; NIEUWENHUIJSEN, D. (2009). Formación del paradigma pronominal de las formas de tratamiento. In: COMPANY COMPANY C. (dir.). *Sintaxis histórica de la lengua española, Segunda parte: La frase nominal*. vol 2. México: FCE, UNAM.
- FARACO, C. A. (1996). *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. *Fragmenta*, 13. 1996, 51-82.
- FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. (2000). Sistemas pronominales de tratamiento usados en el mundo hispánico. In BOSQUE, I; DEMONTE, V. (dir.) *Gramática descriptiva de la lengua española. Sintaxis básica de las clases de palabras*. Madrid: Espasa Calpe.
- FRAGO, J. A. G. (2011). El español de América en la época de las Independencias. In: *El español en el mundo. Anuario del Instituto Cervantes 2010-2011*. Madrid: Imprenta Nacional del BOE.
- KOCH, P. (2008). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABARTEK J. (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana.
- LAPESA, R. (1996). *El español moderno y contemporáneo. Estudioslingüísticos*. Barcelona: Crítica Grijalbo Mondadori.
- LINDLEY CINTRA, L. F. L. (1972): *Sobre "Formas de Tratamiento" na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATTOSO CAMARA Jr., J. (2004). *História e estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MENON, O. P. S. (2006). A história de você. In: GUEDES, M; BERLINCK, R; MURAKAWA, C. A. A. (orgs.). *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: UNESP.
- NASCENTES, A. (1956). O tratamento de você no Brasil. *Letras*, v. 6, n. 05. 1956, 114-122.
- OLMO, F. J. C. (2012). *De la creación de "vuestra merced" a la desaparición de "tú"*. Saarbrücken: Editorial Académica Española.
- PLA CÁRCERES, J. La evolución del tratamiento "vuestra merced". *Revista de Filología Española*, vol. X. 1923, 245-280.
- POSNER, R. (1998). *Las lenguas romances*. Madrid: Cátedra.
- SÁEZ, D. M. (2006). Vuestra merced > usted: nuevos datos y perspectivas. In: BUSTOS TOVAR, J. J; GIRÓN ALCONCHEL, J. L. (eds.). *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*, vol. III. Madrid: Arco-Libros.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: (CORDE) [en línea]. *Corpus diacrónico del español*. Disponível em <http://www.rae.es>>. Acesso em 11 set. 2012.

ATOS DE FALA E RETÓRICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Guida Fernanda P. Bittencourt (UFPR)
guidabittencourt@gmail.com

RESUMO: Austin (1962) propõe que as enunciações realizam coisas no mundo, que as palavras mudam um estado de coisas. Searle (1969) dá continuidade às análises relativas aos atos de fala, e, ambos, demonstram que os atos de fala operam em três níveis distintos, sendo: 1) os atos locucionários (relativos aos sons articulados à sintaxe e à semântica – um ato proposicional) como capaz de uma produção de sentido, oposto a 2) ato ilocucionário (realização de uma ação por meio de um enunciado – cabe ao interlocutor *reconhecer*) como capaz de uma produção de força e o 3) ato perlocucionário capaz de uma produção de um efeito sobre o interlocutor, ou seja, trata-se do modo como as pessoas recebem os atos e determinam as consequências deste ato. A convergência do efeito perlocucionário com sua intenção subjacente ilocucionária depende da satisfação de condições de felicidade, de modo que os ouvintes (relevantes) aceitem a enunciação e que esta produza efeitos. Muito antes, a retórica clássica aristotélica introduziu a noção de *pathos* (ao lado de *ethos* e *logos*) como basilar para as estratégias persuasivas, por ser um mecanismo ocupado em produzir um efeito sobre o auditório, e, por meio da causação de emoções no ouvinte, obter a sua adesão. Por outro viés, o *ethos* retórico, que diz respeito à imagem do sujeito do/no discurso, pode estar relacionado à satisfação das condições de felicidade para que se produzam coisas pelo discurso. É a partir da observação da (possível) recepção de um enunciado que propomos articular o ato de fala perlocucionário ao *pathos* retórico, assim como o *ethos* do enunciador às condições de felicidade para a efetiva realização de coisas pela enunciação. A partir da discussão teórica proposta, olharemos para a sentença condenatória do casal Nardoni, buscando confirmar as hipóteses aventadas pela articulação de ambos os quadros.

PALAVRAS-CHAVE: Atos de fala; Retórica; *Pathos*; Perlocucionariedade.

1 Introdução

Trataremos inicialmente da teoria dos atos de fala, passando à retórica clássica aristotélica, em ambos os casos, tratando de modo breve e focando nos aspectos que nos permitirão, no terceiro passo, propor um diálogo entre ambas as abordagens.

Para ilustrar as considerações teóricas feitas, analisaremos o *corpus* em pequenos excertos exemplificativos, sem o fim de esgotar, por óbvio, o tratamento possível para esse corpo de análise. Cumpre dizer que o objeto de análise é a sentença condenatória do casal Nardoni, pelo qual marido e mulher são condenados pelo assassinato da filha (dele e enteada dela) de 7 anos de idade, defenestrada após agressões físicas.

Na derradeira seção demonstraremos os resultados da pesquisa, destacando questões pontuais tratadas ao longo do estudo.

2 Da teoria dos atos de fala

A base da teoria dos atos de fala remonta doze conferências proferidas por Austin, em 1955, em Harvard, e que foram compiladas e publicadas postumamente, em 1962, sob o título *How to do things with words*. Nessas conferências de filosofia da linguagem, a tese principal defendida por Austin é a de que a linguagem é uma forma de ação porque *todo dizer é um fazer*. Tal asserção se opõe à ideia até então dominante de que os enunciados descrevem coisas do mundo, estando sujeitos a um juízo de verdade x falsidade sobre seu conteúdo proposicional.

Sendo assim, o primeiro passo dado por Austin (1962) foi a proposta de que os enunciados dividem-se em dois grandes grupos: os constativos e os performativos. Os constativos descrevem ou relatam coisas ou estado de coisas, submetendo-se à verificabilidade, sendo, portanto, verdadeiros ou falsos. Os performativos, por sua vez, não descrevem, não relatam e não se sujeitam a verificabilidade. Não se pode dizer deles que sejam verdadeiros ou falsos, mas o que os difere é a capacidade de, quando de sua enunciação, produzirem coisas no mundo, realizarem uma ação (*to perform*). A ação denotada pelo verbo enunciado se realiza no exato momento da enunciação (em dadas circunstâncias), como por exemplo, o ato de batizar que se realiza pela enunciação da fórmula *eu te batizo, em nome do pai, do filho (...)*, desde que proferidas por pessoa legítima para o batizado, como um padre, em dadas condições.

Austin (1962) afirma que ao enunciar *eu te batizo*, o padre não está descrevendo um estado de coisas, mas está efetivamente batizando pela enunciação. Assim também como no clássico exemplo em que o reitor da universidade enuncia *declaro aberta a sessão*, não faz outra coisa senão efetivamente abrir a sessão pela enunciação.

No *corpus* sob análise, vemos a dimensão performativa consubstanciada por enunciados como: “[...] passo a decidir sobre a pena a ser imposta a cada um dos acusados em relação a este crime de homicídio pelo qual foram considerados culpados”; “[...] frente a todas essas considerações, majoro a pena-base para cada um dos réus”; “[...] torno definitivas as reprimendas fixadas”; “[...] por todas essas razões, ficam mantidas as prisões preventivas dos réus que haviam sido decretadas” (FOSSSEN, 2010, s/p).

Dissemos que para a efetivação do ato performativo a enunciação deve se dar em *dadas circunstâncias*. Austin chama a atenção para o fato de que a eficácia performativa do enunciado depende de circunstâncias adequadas de proferimento, ou seja, é necessário que um padre enuncie o batizado para que ele importe efetivamente em um batismo; ou que o reitor (ou quem de direito) declare aberta a sessão para que ela seja aberta pelo proferimento. No *corpus* de análise, vemos ao final da sentença judicial a assinatura do orador seguida da expressão “juiz de direito”, o que garante, entre outras coisas, que as condições de felicidade foram observadas, e a enunciação produza efeitos. Caso as circunstâncias do proferimento de enunciados não sejam adequadas, o ato no mundo não se realiza, de tal sorte que sua eficácia performativa seja nula. Não se trata, contudo, de submeter a um julgamento de falsidade x verdade, mas de não ter *efeitos*. O batizado realizado por um policial não produz efeitos de batismo, posto que é nulo. A tais circunstâncias que garantem a eficiência da enunciação em *fazer coisas* Austin chama de *condições de felicidade*, e trata especialmente na “2ª conferência”. São condições de felicidade de um enunciado performativo, de modo resumido, que 1) o procedimento de enunciação seja aceito (proferimento de certas palavras, por certas pessoas, em certas circunstâncias); 2) que as pessoas e as circunstâncias sejam adequadas ao procedimento; 3) que o procedimento seja correto e completo; 4) que aquele que participa do procedimento tenha, de fato, tais pensamentos ou sentimentos (sinceridade); 5) que os participantes tenham intenção adequada e se conduzam de maneira adequada. Vê-se que as condições de felicidade dizem respeito à combinação de elementos intencionais e convencionais.

Destacamos, por hora, a convencionalidade dos elementos, dizendo que o fato de serem convencionais refere-se a um conhecimento de mundo partilhado por falante e ouvinte, cujas regras de funcionamento são comuns a ambos.

Desenvolvendo sua teoria, Austin investiga a hipótese de existência de performativos explícitos e implícitos. Nos primeiros haveria explicitamente no enunciado um conteúdo performativo (eu ordeno, eu declaro, eu prometo); ao passo que no segundo tipo, uma espécie de forma reduzida, este conteúdo poderia ser elíptico, como em “[eu ordeno que você] Saia!¹”. Contudo, nessas investigações Austin se dá conta que em enunciados constativos poderia haver uma força performativa, dado o contexto de uso. A partir de então se vê obrigado a abandonar a oposição constativos/performativos para reelaborar sua teoria,

¹ Destacamos o conteúdo performativo implícito entre colchetes, com o fim de demonstrar a existência elíptica do conteúdo.

partindo da ideia de que qualquer enunciado pode ser performativo já que tem uma força performativa potencial.

Salienta-se que embora Austin tenha abandonado a oposição constativos/performativos, essa primeira incursão aos enunciados que fazem coisas no mundo importou em uma grande repercussão para a filosofia da linguagem, sendo apontada mesmo como uma guinada nas abordagens linguístico-filosóficas da linguagem ordinária. Além disso, é partir daí que Austin reformula a teoria em novas bases, que são, depois, retomadas e buriladas por Searle ([1969]1981).

O que Austin propõe é que os enunciados — todo ato de fala — são compostos simultaneamente por três dimensões integradas: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. O primeiro diz respeito à enunciação dos elementos de língua, ou seja, são relativos aos sons articulados à sintaxe e à semântica. Trata-se de um ato proposicional que produz um sentido. O ato ilocucionário é o performativo propriamente dito, a própria realização de uma ação por meio de um enunciado. É dotado, pois, de uma capacidade de produzir uma força (desde que observadas as condições de felicidade). Dependendo, então, do *reconhecimento* do interlocutor desta capacidade potencial. E o último, o ato perlocucionário é a contraparte do ato ilocucionário, já que é o ato capaz de uma produção de um efeito sobre o interlocutor, ou seja, trata-se do modo como as pessoas recebem os atos e determinam as consequências deste ato.

A dimensão perlocucionária, portanto, caracteriza-se pelas “consequências do ato em relação aos sentimentos, pensamentos e ações da audiência, ou do falante, ou de outras pessoas, e pode ter sido realizado com o objetivo, intenção ou propósito de gerar essas consequências” (AUSTIN, 1962, p. 101). Searle, por sua vez, ao tratar da dimensão perlocucionária, a apresenta como consequência direta da dimensão ilocucionária, como sua contraparte:

Se considerarmos a existência do ato ilocucional, é preciso também considerar as consequências ou *efeitos* que estes têm sobre as ações, pensamentos e crenças dos ouvintes. Por exemplo, ao sustentar um argumento podemos *persuadir* ou *convencer* alguém; se o aviso de qualquer coisa, posso assustá-lo ou alarmá-lo, pedindo alguma coisa, posso leva-lo a fazê-la; informando-o posso *convencê-lo* (*esclarecê-lo*, *edificá-lo*, *inspirá-lo*). As expressões em itálico designam atos perlocucionais (SEARLE, [1969]1981, p. 37).

Austin postula que os três atos podem ser simultâneos e independentes. Isso significa que ao enunciar a frase *Eu prometo que revisarei sua lição* a vertente da locucionariedade se dá pela própria enunciação de itens lexicais regulados por regras sintáticas e semânticas; realiza um ato no mundo, faz-se uma promessa (atendidas as condições de felicidade) que

responsabiliza o falante com a obrigação assumida e se realiza na linguagem, por fim, produz um efeito (expectativa, ameaça, agrado, desagrado) no interlocutor, realizando-se pela linguagem. É justamente esse o ponto que mais nos interessa no presente estudo: verificar o modo como a dimensão perlocucionária se dá, propondo um diálogo com os efeitos patêmicos da retórica clássica.

Passemos à introdução das noções retóricas para, adiante, pensarmos nas confluências e divergências entre ambos.

3 Da retórica clássica

Para Aristóteles ([1355]2011, p. 46) a retórica é um ramo da dialética e do estudo dos costumes, constituindo-se um método de operação e construção de argumentos, por meio de um sistema de regras práticas, cujo objetivo é convencer uma plateia.

Na parte inicial da *Retórica*, Aristóteles ([1355]2011, p. 44) se ocupa em definir minimamente do que trata a retórica, afirmando que “[...] pode-se definir a Retórica como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão”, e complementa, subdividindo os meios de persuasão pela fala em três tipos: “O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso” (ARISTÓTELES, [1355]2011, p. 45). Trata-se das dimensões do *ethos*, do *pathos* e do *logos*.

Na retórica aristotélica², parte do efeito persuasivo depende, portanto, do crédito outorgado ao orador, de tal maneira que há mais chances de se construir um discurso persuasivo “quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito” (ARISTÓTELES, [1355]2011, p. 45). Por outro lado, a “[...] persuasão pode ser obtida *através dos ouvintes* quando o discurso afeta suas emoções” (*ib.*, p. 45). Ressalte-se que não se deve pensar nessas duas dimensões isoladamente, vez que o crédito conferido ao orador é, já, parte das disposições de espírito da plateia. São, portanto, elementos ou dimensões complementares que moldam o julgamento que emitimos acerca do discurso, “[...] conforme experimentamos sentimentos de angústia ou de júbilo, amizade ou hostilidade” (*ib.*, p. 46).

² Destaque-se que nos concentramos nas dimensões úteis para o presente estudo, passando ao largo das diferenças entre os discursos deliberativo, forense e demonstrativo (epidídico) (basicamente apresentados no Livro I), eis que irrelevantes para as discussões aqui propostas. Assim como não discutiremos os tipos de argumentos, tópicos, máximas e entimemas (concentrados no Livro II). Todas as menções à obra ARISTÓTELES ([1355]2011).

E para que a plateia experiencie tais ou tais disposições de espírito é necessário que ela creia que o orador também tenha essas experiências, que se crie uma esfera em que orador e plateia comunguem das mesmas sensações. Como dissemos, é a complementariedade entre o *ethos* e o *pathos* que eficientemente cria a ambiência da persuasão. Mas relaciona-se com os costumes, a comunhão entre orador e plateia de valores socialmente constituídos, os quais estão na gênese da própria criação de argumentos que afetam afetivamente o interlocutor. Isso significa dizer que cabe ao orador conhecer os valores sociais da plateia para direcionar sua argumentação no sentido de lhes produzir emoções.

E é a partir da existência desta identidade que os efeitos patêmicos podem ser ou não articulados no discurso, porque o caminho necessário para que o sujeito possa *sentir* algo passa pela percepção que se articula a um saber, que, por sua vez, ficará suscetível a uma avaliação subjetiva (ou seja, que o sujeito possa ajuizar algo), e como produto do ajuizamento, seja afetado. É, pois, uma verdade do sujeito e não externa a ele que causa sensação, que é capaz de desencadear um estado emocional.

Ou seja, ainda que não haja aparência de verdade ou lógica nos argumentos, ainda que a fala seja falaciosa, ainda que o caráter do orador seja questionável, se o orador for capaz de dialogar com as emoções do ouvinte, sua chance de sucesso persuasivo é, ainda sim, mais forte.

4 O efeito patêmico e o efeito perlocucionário

Para ilustrar as considerações teóricas até o momento articuladas, passemos à análise do *corpus* buscando verificar a ocorrência dos fenômenos da força perlocucionária e do *pathos*, esclarecendo, antes, que tratamos ambos os fenômenos em termos de efeito – efeito patêmico e efeito perlocucionário, porque em ambos os casos a natureza do fenômeno é em termos de efeitos produzidos no interlocutor. Explicamos: não pode se tratar de outra coisa senão de um efeito, já que se trata de um produto, o resultado de uma ação, uma consequência das opções de fala do orador/falante.

Abaixo elencamos citações diretas à Sentença Condenatória do casal Nardoni, proferida em 27 de março de 2010, pelo juiz de direito, Dr. Maurício Fossen, disponível em vários meios de comunicação, eis que teve sua prolação transmitida ao vivo por vários canais de rádio e televisão:

Com efeito, as circunstâncias específicas que envolveram a prática do crime ora em exame demonstram a presença de uma frieza emocional e uma insensibilidade acentuada por parte dos réus, os quais após terem passado um dia relativamente

tranquilo ao lado da vítima, passeando com ela pela cidade e visitando parentes, teriam, ao final do dia, investido de forma covarde contra a mesma, como se não possuíssem qualquer vínculo afetivo ou emocional com ela, o que choca o sentimento e a sensibilidade do homem médio, ainda mais porque o conjunto probatório trazido aos autos deixou bem caracterizado que esse desequilíbrio emocional demonstrado pelos réus constituiu a mola propulsora para a prática do homicídio (FOSSSEN, 2010, s/p).

Em (1) o orador constrói um cenário para alojar os fatos criminosos. Aponta para a natureza fria e insensível dos criminosos e os insere em uma narrativa, em que aparecem elementos como *dia tranquilo, passeio, visitando parentes* para em seguida, como num corte, fazer surgir, dar azo a uma investida covarde, que desconsidera os laços afetivos entre vítima e algoz.

O efeito perlocucionário da enunciação decorre da criação de um cenário *tranquilo* que se opõe à investida *covarde* dos réus, de modo que o ouvinte tende a se colocar num estado de espírito tal que corrobora e adere aos julgamentos de valor enunciados pelo orador, concordando com a asserção de qual estado de coisas *choca o sentimento e a sensibilidade*. Destacamos que o efeito aludido é possível em decorrência dos conhecimentos e valores partilhados por orador e plateia. Em outras palavras, trata-se daquilo que Austin chama de convenção.

Encontramos, pois, um ponto de convergência fundamental: tanto para a criação de efeitos patêmicos, quando para o efeito perlocucionário, necessário que falante e ouvinte / orador e plateia comunguem do mesmo quadro referencial, compartilhem conhecimentos de mundo e as regras convencionais de funcionamento de dado corpo social.

Iguais considerações podemos fazer para o trecho em (1) em que o orador destaca a importância dos laços afetivos e emocionais que, em tese, impediriam um ataque violento. Só há reverberação nesta afirmação se considerarmos uma sociedade em que vínculos afetivos e emocionais entre as pessoas impliquem em um impedimento ético-moral limitador de uma ataque violento, e que o contrário disso, ou seja, a agressão àquele a quem se liga por vínculos afetivos e emocionais seja um fator que cause comoção no ouvinte, e que o faça aderir à tese do falante. Em um grupo social hipotético (mas possível) em que os vínculos afetivos entre as pessoas não são um impedimento para investidas violentas, tal asserção não implicaria em uma alteração no estado de espírito do ouvinte/plateia.

Neste ato de fala – a decisão judicial – a força ilocucionária se vincula à dimensão perlocucionária, vez que para que essa enunciação *condene* os acusados e produza com a sua enunciação a *condenação* dos réus, os ouvintes devem ser levados a tal estado de espírito que

a condenação seja a única hipótese plausível, conferindo legitimidade e outorgando ao falante a adequação de forma e conteúdo de sua enunciação.

Do ponto de vista da retórica, por sua vez, a construção dos argumentos por arte do orador é que depende a efetiva adesão da plateia, fazendo-se mover os mecanismos de cumprimento da decisão que *condena*, para a consequente manutenção das custódias dos réus.

É exatamente a estratégia retórica que vemos em (2), abaixo, que busca na plateia a concordância, que afina os discursos, para, com isso, produzir efeitos no ouvinte, quais sejam, de partícipe da decisão. Esclarecemos que usamos a expressão afina os discursos, pensando em um discurso necessário e prévio da plateia, que não é expresso, mas que decorre do conhecimento de mundo compartilhado por orador e plateia: espera-se que por sobre a plateia paire tal discurso e é só com a consonância entre esse discurso prévio e necessário que o discurso do orador pode dialogar e criar vínculos.

O orador, por obra de um construto mental elaborada, inclui a plateia oferecendo a ela a posição de co-autor, como estratégia retórica, como meio de criar uma empatia (patemização) com a plateia, alçando-a ficcionalmente a efetivo juiz de modo que o orador se coloca a serviço dela, vejamos:

E, por aqui, todos haverão de concordar que o delito de que se trata, por sua gravidade e característica chocante, teve incomum repercussão, causou intensa indignação e gerou na população incontrolável e ansiosa expectativa de uma justa contraprestação jurisdicional (FOSSEN, 2010, s/p).

Em ambos os casos, como vimos, tanto na produção dos efeitos patêmicos (caros à retórica) como na dimensão perlocucionária do ato de fala estamos diante de efeitos visados pelo falante, ou seja, em ambos os casos os efeitos são fruto da intenção consciente do falante, o que nos aponta para mais uma coincidência entre as abordagens.

Tendemos a afirmar que o projeto do orador foi exitoso pela observação das reações da plateia. No caso da condenação do casal Nardoni, por exemplo, a sentença judicial foi lida e transmitida, em tempo rela, por uma série de meio de comunicação de massa. Além disso, foi acompanhada por uma multidão de pessoas que foram especialmente às portas do Fórum para acompanhar o desfecho da trama. A plateia anuiu ao discurso, colou-se ao conteúdo do orador, de tal sorte que suas estratégias retóricas obtiveram sucesso.

5 Considerações finais

Queremos destacar nessa seção final que pelo tratamento dado à dimensão perlocucionária do ato de fala e ao *phatos* retórico encontramos coincidências marcantes entre ambos.

Destaque-se o fato de que em ambos os casos vimos tratar-se de um *efeito* produto de um construto racional e intencional do falante, objetivados pela enunciação para fins de adesão do ouvinte. Para a retórica, contudo, este objetivo é primeiro, isso significa dizer que a produção e enunciação do discurso são pensadas para atingir esse objetivo final, qual seja, que a plateia anua com o conteúdo da argumentação, sendo, ao fim, persuadida pelo orador. No ato de fala com dimensão perlocucionária, o fim último não é *necessariamente* a persuasão, mas o lugar desta ocorrência é a comunicação ordinária, que pode ou não ter como objetivo final convencer o ouvinte, não sendo essa uma alternativa plausível na retórica, que, como dissemos, surge na intenção primeira de convencer. Vale lembrar que a retórica é também um método de construção de discurso, ao passo que a teoria pragmática dos atos de fala observa a linguagem ordinária, os falantes em interação.

Em qualquer caso, contudo, estamos diante de cenários em que a convencionalidade é requerida como pressuposto. Há que se ter um quadro de referências compartilhado pelos falantes, de conhecimento comum para que se dê a possibilidade de que, pela enunciação, um estado de espírito favorável seja provocado no ouvinte.

Ressaltamos ainda que supomos o êxito na persuasão pelo discurso, de modo geral, eis que, observando-se as reações da plateia quando do proferimento, viu-se a adesão do ouvinte ao conteúdo da enunciação do orador.

Esperamos que com os apontamentos do presente estudo tenhamos demonstrado que é possível pensar na teoria dos atos de fala como assemelhada à teoria retórica, destacando que embora as naturezas dos objetos de observação sejam diferentes – no primeiro caso a fala ordinária e no segundo discursos persuasivos –, há certa similaridade ao valorizar os efeitos da fala/discurso naquele que ouve, naquele que é seu destinatário.

Referências

ARISTÓTELES. ([1355] 2011). *Retórica*. São Paulo: Edipro.

AUSTIN, J. L. (1962). *How to do Things with Words: The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*. Ed. [J. O. Urmson](#), Oxford: Clarendon.

_____. (1998). Performativo – Constativo. In: OTTONI, P. *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 111-144.

FOSSEN, M. (2010). Sentença. Autos 274/2008. In: *Julgamento dos réus Alexandre Nardoni e Ana Carolina Trota P. Jatobá*, 2º Tribunal do Júri da Comarca da Capital Fórum Regional de Santana. São Paulo. Disponível em www.conjur.com.br/dl/sentenca-nardoni.pdf. Acesso em agosto 2012.

SEARLE, J. R. ([1969]1981). *Os actos de fala*: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Livraria Almedina.

ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO NA PRODUÇÃO DE HUMOR

Krícia Helena Barreto (UFJF)
kriciabarreto@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho busca investigar como o envolvimento, a solidariedade e o vínculo entre os participantes de um dado evento comunicativo são sustentados através do uso do humor na interação. À luz de uma perspectiva interacional da linguagem (Couper-Kuhlen & Selting, 2001; Silveira, 2007), a partir da qual as expressões linguísticas são entendidas como co-construídas pelos interlocutores, emergentes do uso, situadas, sensíveis ao contexto e adaptáveis às exigências interacionais (Duranti & Goodwin, 1992), analisou-se uma entrevista realizada no *talk show* “Programa do Jô”, comandado pelo humorista e apresentador Jô Soares, exibido pela Rede Globo. A produção do discurso humorístico foi entendida como uma construção conjunta (Clark, 1996) realizada de forma coordenada pelos interlocutores, tomando como base o modelo de geração do humor desenvolvido por Beeman (2000). Como resultado, verificou-se, nesta entrevista, que o humor foi capaz de gerar envolvimento relacional através do emprego de estratégias de envolvimento (Tannen, 1989), tais como repetição, indiretividade, diálogo construído, representações imagéticas, narrativas e marcadores discursivos. Além disso, verificou-se, ainda, que a própria natureza co-constitutiva do humor o faz funcionar, por si só, como uma macro-estratégia de envolvimento, ajudando a estabelecer e desenvolver as relações interpessoais entre os participantes de uma dada interação, considerando-se as metas comunicativas de todos os seus membros.

PALAVRAS-CHAVE: Humor; Interação; Envolvimento; Ação conjunta; *Talk show*.

1 Introdução

O fenômeno humorístico é um tema que vem intrigando pesquisadores nas mais variadas vertentes acadêmicas ao longo dos séculos. Desde os estudos de Platão e Aristóteles acerca da retórica do humor e da comédia, passando por estudos de gêneros literários, sociológicos, antropológicos, psicológicos, linguísticos, e vários outros, estudiosos vêm tentando encontrar uma definição a respeito da natureza do humor.

Na literatura, o tema tem sido tratado a partir de três grandes grupos de teorias: (1) teorias cognitivas, cujo foco geralmente é a incongruência verbal, estrategicamente produzida, e sua resolução; (2) teorias sociais, que apontam para a importância da agressão, depreciação e demonstração de superioridade no uso do humor; e (3) modelos psicanalíticos que focalizam o papel do humor no alívio da tensão, inspirados, principalmente, pelos trabalhos de Freud (1905).

Acreditando na relevância de uma abordagem interdisciplinar dos estudos humorísticos, afiliamo-nos, neste trabalho, às teorias cognitivas, assumindo que a produção do humor é realizada a partir de enquadres e reenquadres que apontem para o paradoxo necessário para a geração do humor (Beeman, 2000), e às teorias sociais, focalizando, especialmente, no aspecto interpessoal e social do humor.

Assumindo uma perspectiva interacional em Linguística (cf. Couper-Kuhlen & Selting, 2001; Silveira, 2007), a partir da qual as expressões linguísticas são entendidas como co-construídas pelos interlocutores, emergentes do uso, situadas, sensíveis ao contexto e adaptáveis às exigências interacionais (Duranti & Goodwin, 1992), buscamos, com esta pesquisa, compreender como o envolvimento, a solidariedade e o vínculo entre os participantes de um dado evento comunicativo são sustentados através do uso do humor na interação.

Para isso, utilizaremos a gravação em vídeo do “*Programa do Jô*”, *talk show* comandado pelo humorista e apresentador Jô Soares, exibido pela Rede Globo de segunda à sexta-feira, às 0:20h. Nossos dados serão compostos pela entrevista, exibida pela Rede Globo no dia 25/07/2009, na qual o apresentador Jô Soares recebe o também apresentador e humorista Marcelo Adnet.

Acreditamos, assim, que o estudo da interação humorística como forma de ação conjunta (Clark, 1996) realizada entre os participantes de um evento comunicativo seja relevante aos estudos sociais do discurso e, mais precisamente, do humor, na medida em que é capaz de demonstrar como esse fenômeno é usado no desenvolvimento interpessoal de conexão, solidariedade e, mais amplamente, envolvimento entre os participantes de uma interação, entendendo sua produção como dependente do contexto, no qual se consideram as metas comunicativas de todos os seus membros.

2 As teorias sobre humor

O humor é um fenômeno multifacetado. E, embora intuitivamente conhecido e utilizado no dia-a-dia por todos os seres humanos, tal fenômeno ainda causa divergências e questionamentos entre os estudiosos. O que desencadeia uma elocução humorística e suas reações, como, quando e por que ele ocorre e qual a sua relevância para as relações humanas são apenas algumas das questões que vêm intrigando pesquisadores das mais diversas áreas de estudo ao longo do tempo.

Na vasta literatura sobre humor, é usual dividir as teorias em três grandes grupos: (a) teorias de incongruência; (b) teorias de hostilidade; (c) teorias de liberação.

(a) As *teorias de incongruência* focalizam na noção do “desencontro” entre duas ideias. Também consideradas *teorias cognitivas*, seus estudos apontam para a realização do humor a partir da quebra de expectativas em relação a conceitos, objetos, eventos e ideias. Attardo (1994) lembra que os primeiros autores associados a essa teoria são Kant (1724-1804), o qual afirma que “o riso é um afeto resultante da transformação repentina de uma tensa expectativa em nada” (Kant, na obra “*Critique of Judgment*”, 1790, p. 177 apud MORREALL, 1987, p. 47), e Schopenhauer (1788-1860), que define o riso da seguinte forma:

A razão do riso em todo caso é simplesmente a repentina percepção da incongruência entre um conceito e os objetos reais que foram pensados através dele em alguma relação, e o riso por si só é apenas a expressão dessa incongruência (Schopenhauer, na obra “*The world as will and idea*”, 1819 apud MORREALL, 1987, p. 52).

(b) As *teorias da hostilidade* vêm desde a antiguidade com Platão e Aristóteles, reforçando o lado agressivo do humor. O autor mais influente dentro dessas teorias, segundo Attardo (op. cit.), é Bergson (1901), para quem o humor funcionaria como um corretivo social. Muitas vezes chamadas de *teorias da superioridade*, remetendo à superioridade daquele(s) que ri(em) em relação ao objeto ou alvo do humor, tais teorias possuem grande relevância por focalizarem o aspecto interpessoal e social do humor.

(c) O terceiro conjunto de teorias do humor foi nomeado *teorias de liberação*. Centralizadas nos trabalhos de Freud (1905) na psicanálise, tais teorias entendem o humor como forma de liberação das tensões, das inibições, das convenções e das regras. Linguisticamente, tais teorias são relevantes na medida em que dizem respeito à “liberação”, propiciada pelo humor, das regras da língua, como em trocadilhos e outros jogos de linguagem, além da liberação do Princípio da Cooperação (Grice, 1975, 1989). Tal aspecto linguístico do uso do humor foi chamado de “desfuncionalização” (Attardo, op. cit., p. 50).

3 Os quatro estágios do humor

Beeman realiza importantes discussões, ainda que breves, em seu prefácio intitulado “Humor” (2000). O antropólogo da Universidade Brown discorre sobre a produção humorística utilizando tanto as teorias cognitivas de incongruência, reconhecendo e

sinalizando a presença do elemento surpresa na quebra de expectativa, com as questões sociais e interpessoais representadas nas teorias de hostilidade.

Beeman (2000) realiza uma revisão da noção da oposição de scripts (Raskin, 1979; 1985), trazendo à tona questões pragmáticas e interacionais dentro do tema.

Segundo o autor, o humor geralmente é realizado em quatro estágios: (1) a construção, comumente chamada de *setup*; (2) o paradoxo; (3) o desfecho; (4) a liberação ou alívio.

Inicialmente, o falante cria o *setup*, ou seja, constrói e apresenta uma determinada mensagem, contextualizada em um enquadre cognitivo que Beeman (op. cit.) chama de “primeiro enquadre interpretativo”. A partir desse primeiro enquadre, o falante cria o paradoxo, ou seja, enquadres ou reenquadres interpretativos adicionais. O desfecho se dá com a criação da tensão através da coexistência dos enquadres iniciais e subsequentes, ou seja, a justaposição dos enquadres interpretativos, de modo que a audiência seja capaz de enxergar a existência de ambos. Por fim, se as etapas anteriores forem bem sucedidas, o divertimento da audiência resultará no alívio da tensão, registrado primordialmente através do riso. Beeman (op. cit.) afirma, ainda, que esse alívio pode ser genuíno ou simulado:

Piadas são estruturas comunicativas tão bem conhecidas na maioria das sociedades que os membros de uma audiência irão sorrir, rir, ou expressar sua apreciação como um reflexo comunicativo, mesmo quando não acharem a piada engraçada (p. 99-100).

Ao analisarmos os dados a seguir a partir desse modelo, percebemos que os participantes fizeram uso diferenciado do modelo de Beeman (op. cit) para atingir o objetivo comunicativo da produção bem sucedida do humor: nem sempre as quatro etapas foram realizadas pelo mesmo locutor; muitas vezes um participante introduzia a etapa de *setup*, por exemplo, e era um outro membro da interação que prosseguia criando enquadres interpretativos adicionais para a realização do paradoxo. De qualquer modo, porém, observamos que, para que o humor fosse bem sucedido, podendo ser observado através de turnos de risos, os quatro estágios estiveram presentes.

Beeman (op. cit.) ainda nos chama atenção para a necessidade de se avaliar o conhecimento compartilhado pela audiência que irá participar da realização do humor. A mensagem presente no primeiro enquadre interpretativo, criado na etapa de *setup*, deve fazer parte do conhecimento cultural da audiência. Dessa forma, o efeito cômico da situação se dará justamente com a quebra de expectativa da audiência em relação ao desenvolvimento (culturalmente) esperado do/projetado pelo enquadre inicial. Caso o paradoxo não se mostre suficientemente surpreendente ou inesperado para uma determinada audiência, a tensão entre

os enquadres, necessária para a comicidade, não será criada. Da mesma maneira, se o novo quadro interpretativo criado parecer obscuro para a audiência, estando desconectado do primeiro quadro, será difícil perceber exatamente qual é a parte cômica do discurso.

A importância de se conhecer a audiência, bem como os valores sociais e culturais compartilhados pelos seus membros, pode representar o sucesso ou fracasso de uma tentativa de realização do humor. Beeman (op. cit.) nos lembra que o humor que ultrapassa limites, seja por se apresentar como demasiadamente agressivo, obsceno ou provocativo, pode ser considerado engraçado por algumas audiências, mas parecer ofensivo e imoral para outras.

Pesquisadores como Norrick (1994) defendem que nem sempre a meta-mensagem “isso é brincadeira”, criada pela elocução humorística, é aceita pelos ouvintes. Fazer uso do humor significa dizer que é adequado colocar um determinado tópico ou situação em um quadro humorístico. Vangelisti (1994) acrescenta que diferenças na natureza ou seriedade dos tópicos com os quais se realizam comentários cômicos têm impacto na maneira como os recipientes irão interpretar a mensagem.

O humor é uma experiência subjetiva, na medida em que a ideia das pessoas sobre o que constitui o “humor” ou o que é “engraçado” depende de uma variedade de fatores, tais como sua personalidade, seu desenvolvimento cognitivo e sua relação para com o objeto do humor (Young & Bippus, 2001, p. 49).

4 Humor e envolvimento

Haugh (2009), baseando-se em trabalhos recentes da análise da conversa, observou que através da realização interacional do humor os participantes podem indexar posturas afiliativas e/ou desafiativas em suas relações, como uma ação na interação. Dessa forma, o humor pode representar tanto uma co-construção conjunta de separação relacional (quando todos os interlocutores tomam uma posição não-alinhada, desafiativa com o alvo do humor) quanto uma co-construção conjunta de conexão relacional (quando os participantes assumem uma posição afiliativa com o humor no curso da interação).

Haugh (op. cit.) afirma a importância daquilo que está principalmente em jogo em uma interação humorística: avaliações co-constituídas da *relação* entre os participantes. Ele defende a reconceitualização de face como sendo um fenômeno fundamentalmente *relacional*. Boxer & Cortés-Conde (1997) também defendem que uma parte importante do humor em falas cotidianas é não somente a apresentação, mas também o desenvolvimento de uma identidade relacional entre os participantes.

As autoras, então, verificam que as funções mais importantes do humor no discurso podem ser: (1) a apresentação de identidade individual; e/ou (2) a negociação de uma identidade relacional com outros e *através* de outros. “Os participantes não apenas mostram suas identidades, mas eles criam novas identidades baseadas em seus relacionamentos passados, presentes e futuros” (p. 282).

Haugh (op. cit.) percebe que o humor pode envolver combinações específicas de ameaça à face (como por exemplo, provocação ou agressão) e sustentação da face (*rappport* ou solidariedade) direcionadas a uma parte co-presente, incluindo o self. A análise do trabalho de face do discurso humorístico de outros ou do self ainda pode, por vezes, dar origem ao que Tannen (1986) chama de “paradoxo de poder e solidariedade”, através do qual um aparente ataque verbal pode, por vezes, sinalizar solidariedade e demonstrar que os interlocutores provocam uns aos outros não para criar uma relação de distância ou hierarquia, mas sim para reforçar o vínculo, a relação de intimidade que existe entre eles. Logo, podemos perceber que um modelo dualístico de face, como nos é proposto por Brown & Levinson (1987 [1978]), não acomoda situações nas quais uma ação particular, como o uso do humor, da ironia ou do sarcasmo, simultaneamente ameaça e sustenta a face em uma relação que englobe ambos o self e o outro.

A partir daí, Tannen (op. cit.) observou a existência de estilos de humor conversacionais, que demonstram a preferência individual para a produção e percepção do humor. Norrick (1993) acrescenta que tais hábitos comunicativos relacionados à realização de interações humorísticas são desenvolvidos nas relações entre indivíduos específicos ao longo do tempo. Em nossos dados, por exemplo, percebemos que a relação estabelecida entre o apresentador do *talk show* e a sua audiência já vem de longa data, de modo que os telespectadores já possuem expectativas sobre o modo como o programa será conduzido, permitindo que o apresentador brinque com isso e crie, por exemplo, alguns tipos de “piadas internas” que são prontamente captadas por aqueles que acompanham com frequência as exibições do *talk show*.

Tal demonstração do grau de relação e intimidade apresentado pelos interlocutores ao longo de uma interação liga-se à noção de *envolvimento conversacional* desenvolvida por autores como Tannen (1989), Gumperz (1982) e Chafe (1985).

Para Gumperz (op. cit.), o envolvimento conversacional é a base de todo entendimento linguístico. Tannen (op. cit.) lembra que o autor focaliza o envolvimento entre os participantes como sendo o resultado de inferências conversacionais, ou seja, a habilidade que todos os participantes possuem de inferir, globalmente, a natureza da interação, a expectativa

de participação dos membros dessa interação e, localmente, o significado de cada elocução. Dessa forma, Gumperz mostra que o entendimento nunca se dá de forma passiva, mas sim através da participação ativa de todos os membros de uma interação.

Tomando como base a perspectiva teórica de que o uso da linguagem é uma produção conjunta (Clark, 1996) realizada entre todos os interlocutores, o conceito de envolvimento enfatiza a natureza interativa de um encontro conversacional. Sob esse ponto de vista, Tannen (op. cit.) descreve o envolvimento como sendo “uma conexão interna, até mesmo emotiva, que os indivíduos sentem e a qual os liga a outras pessoas, bem como a lugares, coisas, atividades, ideias, memórias e palavras” (p. 12). Assim, a autora descreve algumas estratégias discursivas utilizadas pelos seres humanos para modelar o que se diz, comunicar sentido e criar envolvimento. Usando o termo de Bateson (1972), as estratégias de envolvimento contribuem para se chegar à meta-mensagem, ou seja, ao nível no qual são negociados os tipos e graus de relação que o falante possui com o tópico de seu discurso e com os outros participantes da interação (ou o *footing*, nos termos de Goffman (1981)).

Dentre as estratégias de envolvimento listadas por Tannen (op. cit.), selecionamos abaixo aquelas que se mostraram mais relevantes em nossos dados:

(a) **Repetição:** a repetição de sentenças tem uma função avaliativa, demonstrando, por exemplo, que o interlocutor quer contribuir com a fala do outro (mostrando suporte) ou questionar sua veracidade (mostrando afastamento).

Um exemplo do uso da repetição em nossos dados ocorre no excerto 1, abaixo, através da repetição enfática que o convidado faz do verbo utilizado por Jô Soares (“sapecar”):

EXCERTO 1:

20 ADNET Só na internet > né, < que nos proporciona esses momentos
8 : gostosos.
→ 20 JÔ: Você já fez alguma dessas coisas, já sapecou na internet > °ou não?°
9 <
→ 21 ADNET < Sapequei? > Como assim > sapecuei na ° internet? ° <
0 :
21 ((risos da plateia))
1
21 JÔ: Colocou-
2
21 ADNET Sapequei na=
3 :
21 JÔ: [Colocou-]
4
→ 21 ADNET [= ↑todo adolescente já] sapecou na internet, Jô. > ° isso é- ° <
5 :
21 ((risos da plateia))

6
21 ADNET Sim. Diga.
7 :

Adnet reconhece na pergunta de Jô Soares um aspecto potencialmente cômico a partir do sentido vago do verbo “sapecar”. Na linha 210, em resposta ao apresentador, Marcelo Adnet brinca com a conotação sexual trazida pelo verbo escolhido por Jô Soares e o provoca, pedindo maiores esclarecimentos do sentido de tal verbo.

Ainda que essa sequência conversacional não tivesse sido uma fonte de humor a priori, Jô Soares acaba criando um primeiro enquadre (Beeman, 2000), a partir do qual Adnet prossegue para explicitar o paradoxo. A plateia, por sua vez, entende esse jogo de repetições e responde com risos, demonstrando que o humor co-produzido pelos dois foi bem sucedido.

(b) Indiretividade: o discurso indireto, além de servir a desejos de face (como salvá-la, no caso de elocuições que não são bem aceitas, por exemplo), também funciona como um recurso de envolvimento de duas maneiras. A primeira ocorre quando o entendimento é alcançado por todos os participantes mesmo sem se dizer todo o conteúdo proposicional de forma direta. Além disso, ao exigir que o ouvinte preencha as lacunas do “não-dito” no discurso indireto, ele contribui para a criação de envolvimento através da participação mútua para a geração de sentido.

Um exemplo do uso da indiretividade ocorre no excerto 2, no qual o convidado comenta sobre sua curiosidade pelo jogo do bicho, afirmando que chegou até mesmo a se aprofundar nesse assunto, utilizando-o como tema de uma monografia:

EXCERTO 2:

2 ADNET e: ↑várias manias, tive mania de jogo do bi:cho, tive ma [nia de:
5 :]
2 JÔ: [Como
6 as] sim de jog- jogava no bicho?
→ 2 ADNET Si:m, e aí com- fiz uma monografia (.) sobre isso, me formei com
7 : dez (.) sobre isso, não digo quem é o professor pra não queimar o
filme dele °né? ((risos))
2 ((risos da plateia))
8

Adnet, ao evitar dizer o nome do professor que o ajudou a se aprofundar no estudo sobre o jogo do bicho, demonstra entender que essa é uma atividade ilegal e resolve brincar com o fato, como se, ao estudar sobre o assunto, ele também tivesse realizado, de alguma maneira, um ato tão ilícito quanto o de quem joga no bicho. A plateia demonstra ter inferido a piada pretendida pelo falante através do riso final.

(c) **Diálogo construído:** vários estudiosos demonstraram que um discurso direto é um recurso discursivo mais efetivo do que a narração de falas através do discurso reportado, por exemplo. Tannen (op. cit.) acredita que isso se dá pela maior vivacidade possibilitada pela criação do diálogo. As mudanças prosódicas, a criação de vozes, etc. permitem que o ouvinte recrie em sua imaginação a cena narrada com personagens que reproduzam, naquelas vozes, o diálogo sendo contado.

(d) **Representações imagéticas:** o uso de representações imagéticas no discurso auxilia na criação de envolvimento ao transformar um evento específico em uma cena cheia de detalhes, desencadeando, durante a interação, as ideias e sentimentos associados com tais cenas.

(e) **Narrativas:** o uso de histórias no discurso engloba todas as outras estratégias de envolvimento. Porém, Tannen (op. cit.) afirma que narrar uma história pode, por si só, ser uma estratégia de envolvimento, principalmente se forem narradas histórias de experiências pessoais, com descrições do que o falante sentiu quando passou por tais eventos.

Além dessas cinco estratégias exemplificadas no trabalho de Tannen (op. cit.), pudemos verificar, em nossos dados, a existência uma sexta estratégia de envolvimento:

(f) **Marcadores Discursivos:** essas partículas, além de representar a individualidade e demonstrar conexão entre os interlocutores, são capazes de exprimir emotividade, expressividade e sensações experienciadas pelos falantes. Tannen (op. cit.) afirma que, embora emotividade não seja por si só sinônimo de envolvimento conversacional, ela é uma fonte significativa do poder de envolvimento da linguagem, através da habilidade de desencadear a imaginação do indivíduo, aumentando seu envolvimento com o outro, assim como com o tópico de fala em curso.

O excerto 3 abaixo traz um exemplo do uso do discurso construído através da criação de diálogos, representações imagéticas, marcadores discursivos e narrativa da história ocorrida com o entrevistado:

EXCERTO 3:

- 8 ADNET =já dormi em alto de mo:rrro porque eu me perdi ligando pros
4 : bombeiros e tal, (0.7) e os bombeiros iam salvar a gente °(e aí fa-)°
(imitando a voz dos bombeiros) “estão ouvindo o- os apitos dos
>bombeiros?< ” e a gente “si:m” e eles ((onomatopeia)) fiii fiii, a
trilha complica[díssima ()]
8 JÔ: [Sim sim] o que que
5 é? É-
[é:]
8 ADNET [Não, é] pi pi. É o apito. [É o-] ((imita o

- 6 : som de apito))
8 JÔ: [> Não,<] [mas
7 você-
]
8 ADNET [((imita o
8 : som de apito))] °é um api[to.º]
8 JÔ: [Vo] cê com um celular? [Como é que é o apito?
9]
9 ADNET [Eu com celular.
0 :] ((imita o som de apito)) [>Eles apita:ndo=
9 JÔ: [Você já com celular.]
1
→ 9 ADNET =e a gente com celular lá em cima, aí os apitos foram ficando ↑mais
2 : longe mais longe, (0.3) ↓aí ligaram e disseram ((imitando a voz dos
 bombeiros)) “ >olha< os bombeiros (.) tavam quase se perdendo
 também e decidiram voltar. ”
9 ((risos da plateia))
3
→ 9 ADNET (1.7) ↑Aí no dia seguinte s- nascendo o sol, a gente emociona::do >
4 : né,< fizemos (.) muito assim, bebendo um golinho d’água a cada
 meia hora pra num acabar, (0.5) aí quando a gente < desceu >,
 >quando< a gente chegou no fim da trilha, a gente pegou o carro, ↓o
 bombeiro ligou ((imitando a voz do bombeiro)) “ < estamos
 subindo. > ”
9 ((risos da plateia))
5
9 JÔ: Ah ((risos)) [Então tchau.]
6
→ 9 ADNET [>Falei< bom pas] seio pra vocês.
7 :
9 ((risos da plateia))
8

Nossos dados foram retirados da gravação em vídeo, de modo que pudemos explorar, além dos aspectos linguísticos, os aspectos visuais do discurso dos participantes. Portanto, verificamos que os gestos que Adnet faz ao criar o diálogo entre ele e os bombeiros (tais como levar a mão à boca ao imitar o apito utilizado pelos bombeiros, ou à orelha, imitando a fala ao telefone – ver imagens 1, 2, 3 e 4, abaixo) e a mudança prosódica e no tom de voz ao imitar a fala dos bombeiros desempenharam um grande papel na criação do seu diálogo.



Imagem 1: Marcelo Adnet imitando o som do apito dos bombeiros.



Imagem 2: Marcelo Adnet fazendo o gesto ao narrar a conversa entre ele e os bombeiros ao telefone.



Imagem 3: Referente ao turno de fala 94, o convidado utiliza a caneca para demonstrar a pouca quantidade de água que ele e seus amigos podiam beber em sua narrativa.



Imagem 4: O convidado ilustra, com o gesto, a parte da narrativa na qual ele e seus amigos saem de carro.

Tais recursos visuais auxiliaram não apenas na geração de entendimento por parte de todos os presentes, mas principalmente na geração de afiliação dos ouvintes com a situação pela qual o convidado passou. Essa afiliação foi marcada através do riso, mostrando que a plateia percebeu a incongruência na ação dos bombeiros, cujo papel esperado era o de agentes preparados para resgatar grupos como o de Adnet e seus amigos, que se perdem em trilhas. Porém, ao relatar, através de diálogos “vivazes” (para usar o termo de Tannen, op. cit.), que os próprios bombeiros “*tavam quase se perdendo também e decidiram voltar*” (linha 47), deixando os garotos sozinhos no alto do morro e que, apenas quando eles conseguiram encontrar o caminho de volta por conta própria, os bombeiros decidiram retornar às buscas, o convidado faz com que a audiência envolva-se em sua história, captando a contradição na ação dos bombeiros.

Parte do impacto produzido pela criação de diálogo, pelo uso de detalhes ou imagens no discurso, tem efeito nos estilos conversacionais pessoais de cada participante (Tannen, 1984). Chafe (1984) afirma que as particularidades de cada indivíduo (tais como sua preferência pelo uso de narrativa, da repetição, da indiretividade, etc. em seu discurso) são um aspecto capaz de gerar envolvimento, uma vez que cria nos ouvintes um sentimento de

familiaridade com o “jeito de o falante se expressar”, realçando o vínculo entre ambos. Porém, os efeitos desses estilos conversacionais “só podem ser compreendidos na observação, e não previstos pela teoria” (Gould, 1987 apud TANNEN, 1989, p. 35).

5 Considerações finais

O modelo de produção de humor desenvolvido por Beeman (2000) ajudou-nos a verificar a natureza do discurso humorístico, que é realizado através da ação conjunta (Clark, 1996) de seus interlocutores. Essa co-produção da construção do humor foi explicitada em nossos dados através do revezamento na realização de enquadres, reenquadres, na criação do paradoxo e incongruências, essenciais para o sucesso de uma piada, realizado entre os interlocutores (incluindo a plateia do programa em vários momentos). Enquanto um participante iniciava um tópico potencialmente cômico, o outro captava essa potencialidade e finalizava a produção do humor, sendo seguido pelo riso dos ouvintes, que indicavam o término bem sucedido do processo. Essa evidência da co-produção do humor nos é relevante para a análise do envolvimento que o discurso cômico é capaz de gerar entre os interlocutores de uma interação.

Neste trabalho, o humor nos apareceu como uma *macro-estratégia de envolvimento* que engloba outras (micro-)estratégias discursivas que geram envolvimento (Tannen, op. cit.), mas não se restringe a elas. Realizamos nossa análise a partir de cinco (micro-)estratégias citadas por Tannen: a repetição, a indiretividade, o diálogo construído, as representações imagéticas e a narrativa; além da estratégia dos marcadores discursivos observada em nossos dados. Tais recursos, ao serem usados no discurso, trazem em si a possibilidade de gerar envolvimento e intimidade relacional entre os participantes de uma determinada interação.

E é exatamente por isso que Tannen (op. cit.) os define como “estratégias”. Quando nos referimos, neste trabalho, a tais recursos como “(micro-)estratégias”, o fazemos considerando que, em nossa análise, eles fazem parte de uma macro-estratégia de envolvimento ainda maior, mais ampla, capaz de incitar respostas e reações imediatas nos interlocutores, diminuir distâncias sociais, manter faces e unir os participantes de um evento comunicativo em um só grupo que compartilha das pressuposições contextuais necessárias para se chegar à compreensão do sentido.

Tais estratégias de envolvimento foram tão bem sucedidas que a plateia, por diversas vezes, mostrou seu vínculo com o discurso humorístico co-produzido por Jô Soares e Marcelo Adnet ao sair do papel de mera observadora a quem é permitido somente aplaudir e rir, e

participou de forma ativa de diversas ocasiões nas quais o humor foi realizado (através de provocações, brincadeiras e imitações dos gestos realizados pelo entrevistado), fornecendo algumas vezes, inclusive, o *setup* (Beeman, op. cit.) a partir do qual a piada foi desenvolvida pelos outros participantes.

O humor em nossos dados foi, por fim, realmente uma co-produção entre apresentador, convidado e plateia, que serviu como uma macro-estratégia de envolvimento entre todas as partes através da realização bem sucedida de diversas micro-estratégias, verbais e não verbais, geradoras de envolvimento relacional.

Referências

- ATTARDO, S. (1994). *Linguistic Theories of Humor*. Berlin/New York: Mouton.
- BATESON, G. (1972). A theory of play and fantasy. In: Bateson, G. (Ed.). *Steps to an Ecology of Mind*. Chandler, San Francisco, p. 177–193.
- BEEMAN, W. O. (2000). Humor. In: DURANTI, Alessandro (ed). *Linguistic Lexicon for the Millenium*. *Journal of Linguistic Anthropology*. 9:2.
- BERGSON, H. (1964). *Le rire. Essai sur la signification du comique*. Paris Presses Universitaires de France. 203.
- BOXER, D.; CORTÉS-CONDE, F. (1997). From bonding to biting: conversational joking and identity display. *Journal of Pragmatics* 27, p. 275–294.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. C. (1987). *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHAFE, W. L. (1984). Integration and involvement in spoken and written language. In: BORBE, Tarso (ed). *Semiotics unfolding*. Berlin: Mouton. p. 1095-1102.
- _____. (1985). Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, David R.; TORANCE, Nancy & HILDYARD, Angela (eds). *Literacy, language and learning: The nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 105-23.
- CLARK, H. H. (1996). *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.
- COUPER-KUHLEN, E.; SELTING, M. (2001). Introducing Interactional Linguistics. In: _____. *Studies in Interactional Linguistics*. John Benjamins Publishing Co.
- DURANTI, A.; GOODWIN, C. (1992). (eds). *Rethinking Context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge University Press.
- FREUD, S. (1905). *Jokes and their Relation to the Unconscious*. trans. by J. Strachey. New York: Norton.
- GAGO, P. C. (2002). *Questões de transcrição em Análise da Conversa*. Veredas, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 89-113.

GRICE, H. P. (1975). Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (eds). *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. Academic Press, New York. p. 41–58.

_____. (1989). *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

GUMPERZ, J. J. (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.

HAUGH, M. (2008). Face and Interaction. In: BARGIELA-CHIAPPINI, F. ; _____. *Face, Communication and Social Interaction*. London, Oakville: Equinox, p. 1-30.

_____. (2009). Intention(ality) and Conceptualization of Communication in Pragmatics. *Australian Journal of Linguistics*, 29: 1. p. 91-113.

MORREALL, J. (1987). *The Philosophy of Laughter and Humor*. Albany, NY: State University of New York.

NORRICK, N. R. (1993). *Conversational Joking*. Indiana University Press: Bloomington.

_____. (1994). Involvement and joking in conversation. *Journal of Pragmatics* 22 (3/4), p. 409-430.

RASKIN, V. (1979). Semantic mechanisms of humor. In C. Chiarello et al. (eds.) *Proceedings of the Fifth Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*. 325-335.

_____. (1985). *Semantic Mechanisms of Humor*. Dordrecht: D. Reidel.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. (1974). A simplest systematic for the organization of turn-talking for conversation. *Language*, v. 50, p. 696-735.

SILVEIRA, S. B. (2007). Uma perspectiva interacional em linguística. *Linguagem, Teoria, Análise e Aplicações* (3). Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, p. 8-17.

TANNEN, D. (1984). *Conversational Style*. Norwood, NJ: Ablex.

_____. (1986). *That's not what I meant!* Morrow, New York.

_____. (1989). *Talking voices: repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.

VANGELISTI, A. L. (1994). Messages that hurt. In: CUPACH, W. R. & SPITZBERG, B. H. (Eds). *The dark side of interpersonal communication*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum, p. 53-82.

YOUNG, S. L.; BIPPUS, A. M. (2001). Does it make a difference if they hurt you in a funny way? Humorously and non-humorously phrased hurtful messages in personal relationships. *Communication Quarterly*, Vol. 49, No. 1, p. 35-52.

A SEMÂNTICA DA TEORIA DA RELEVÂNCIA: UMA ABORDAGEM COGNITIVO-EVOLUTIVA PARA A INTERFACE SEMÂNTICO- PRAGMÁTICA

Maurício Fernandes Neves Benfatti (UFPR)

mfbenfatti@yahoo.com.br

RESUMO: Sob a confusa alcunha de ‘Pragmática Radical’, a Teoria da Relevância tem sido criticada por supostamente negligenciar um papel semântico em sua abordagem para a comunicação verbal. No entanto, embora uma delimitação entre fenômenos semânticos e pragmáticos seja notavelmente uma tarefa controversa, o viés relevantista oferece uma clara distinção destes fenômenos baseando-se na ideia de que os módulos especializados a estas tarefas possuem regras operacionais distintas, porém complementares no que tange a comunicação verbal. Com este trabalho, busco evidenciar que a abordagem relevantista oferece uma visão biológica de semântica que não relaciona esta capacidade necessariamente à comunicação. Desta forma, a evolução da comunicação humana estaria intimamente associada à evolução de mecanismos cognitivos especializados em lidar com estados mentais alheios. A partir de tal viés é possível conceber um funcionalismo evolutivo para a distinção entre fenômenos semânticos e pragmáticos. De um lado, a interface entre sintaxe e semântica, da qual emerge a linguagem, é concebida como uma adaptação envolvida na memorização e organização interna de representações, de outro, a interface entre forma lógica linguisticamente codificada e relevância, da qual emerge a comunicação verbal, é concebida como uma adaptação à esfera social de atuação individual. Por fim, evidencio que a abordagem relevantista clama para si a responsabilidade de explicar o dinamismo significativo observável no escrutínio da linguagem em uso. Reconheço nesta faceta da abordagem teórica o ponto de conflito com concepções que advogam que tal dinamismo deva ser concebido exclusivamente dentro de tradições semânticas.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica; Pragmática; Teoria da relevância; Cognição; Evolução.

1 Introdução

O título do texto talvez sugira que o leitor irá aqui encontrar uma descrição detalhada dos fenômenos tradicionalmente descritos em vieses semânticos à luz da Teoria da Relevância (TR, daqui por diante), a abordagem pragmática desenvolvida por Sperber e Wilson (1985/1995; 2004; WILSON e SPERBER, 2012) e colaboradores (BLAKEMORE, 1987; CARSTON, 2002; NOVECK e SPERBER, 2007; WHARTON, 2009). Embora seja possível apontar para uma vasta gama de fenômenos para os quais a TR oferece uma abordagem alternativa aos modelos que concentram o foco nas propriedades semânticas,¹ meu intuito

¹A metáfora parece ser o exemplo mais claro quanto a isso. Desde o advento da semântica gerativa, a metáfora tem sido tratada com especial atenção por aqueles que parecem comprometidos com a naturalização da semântica em um nível cognitivo. De forma que um mecanismo cognitivo especializado em produzir e interpretar metáforas poderia ser concebido como um produtor natural de significados e representações. De

aqui é outro. Se por um lado evidenciarei que a TR pressupõe uma ruptura entre comunicação inferencial e linguagem, por outro, pretendo demonstrar que o uso comunicativo da linguagem não é trivial para a teoria. Assim, não se exclui a possibilidade de a linguagem desempenhar um papel constitutivo tanto em nossos pensamentos, tal como apontado por Franchi (1977), quanto na comunicação verbal, como apontado por muitos que não estão comprometidos com a noção chomskiana de centralidade da sintaxe. No entanto, duvida-se que a linguagem se explique em si mesma sem a devida menção ao fato de que a premência comunicativa de nossa espécie nos lança em um eterno estado de reavaliação das representações mentais que possuímos. De maneira mais objetiva, as dúvidas que aqui desenvolvo se voltam à possibilidade de explicar o conceito de referência em termos puramente linguísticos.

Pinker (2008) notabilizou um dos principais argumentos das ciências cognitivas: o de que o estudo da mente se faz possível por meio do estudo das características de seus produtos. A ideia básica é a de que tais produções possuem em suas características evidências dos desafios que a mente deve ser capaz de transpor para que elas existam como fenômenos naturais, fornecendo, assim, um acesso indireto aos processos cognitivos. Embora a TR considere o argumento geral genuíno, pois também considera o comportamento como evidência do pensamento, ela duvida da ideia de que a linguagem possa ser assumida como uma ferramenta minimamente adequada de transmissão de pensamentos, sem que se considere uma capacidade inferencial tipicamente pragmática como gatilho metarrepresentativo inerente às lacunas referenciais.

De maneira geral, não está em discussão se os comportamentos comunicativos são efetivas ferramentas de estudo da cognição, porém, é a concepção de uma natureza semântica independente de uma natureza pragmática intrínseca que me parece demasiadamente ingênuo. Afinal, a ideia de Pinker de que a linguagem é uma janela para a mente parece ignorar que a linguagem não é um meio transparente de transmissão de pensamentos. Dascal (1983/2011), por exemplo, já se questionava dentro de um viés semântico-pragmático sobre quão transparente aos pensamentos as estruturas linguísticas são.

modo geral, a chamada linguística cognitiva aposta alto nesta hipótese, e trabalhos como os de Lakoff e Johnson (1980/2002); Feldman (2006) e Lakoff (2008) são representativos desta visão. A TR explicitamente oferece uma abordagem alternativa a estes modelos, visto que não considera existir um mecanismo especificamente voltado ao processamento metafórico. Ao contrário disso, os mesmos mecanismos envolvidos na comunicação ordinária estariam envolvidos no processamento de metáforas e de todas as outras figuras de linguagem. Sobre esta abordagem, veja Vega Moreno (2007) e Sperber e Wilson (2008). Para tentativas de unificar os dois vieses apontados, veja Tendahl e Gibbs (2008).

No entanto, curiosamente, Pinker, em alguns de seus mais notórios textos (PINKER e BLOOM, 1990; PINKER; 2003; PINKER e JACKENDOFF, 2005) considera importante salientar a comunicação como fonte de pressões evolutivas para a origem da linguagem. Porém, Pinker (2008) parece subjugar o papel das inferências pragmáticas na comunicação verbal. Meu intuito não é o de demonstrar a concepção deste autor para a evolução das línguas naturais (embora eventualmente eu vá fazê-lo), minha intenção é a de desconstruir o espantoso teórico sugerido por este autor ao expor a abordagem relevantista para a significação. No entanto, quero deixar claro que embora eu esteja claramente ‘comprando’ um lado dentro desta pseudo-controvérsia, não estou disposto a descrever os argumentos de Pinker como se fossem um boneco de palha vestido de paletó no meio da plantação. A importância do trabalho deste autor para a consolidação das ciências cognitivas é inegável e mereceria por si só um volume inteiro. O que me interessa realmente neste debate é ajudar a desfazer a errônea ideia de que o viés relevantista ignora o papel de uma semântica autêntica em seu modelo de comunicação. Esta ideia é nociva à teoria nestes tempos de incertezas visto que parece subjugar toda uma área de estudos.

2 Código ou comportamento ostensivo? Delimitando o debate cognitivo sobre a significação

A significação, por mais que tenha sido deixada de lado pela maioria das abordagens científicas para a linguagem, sempre foi vista como inerente às estruturas linguísticas. Desde o recorte proposto por Saussure, as tradições aconselham a tomar a linguagem como a lua e as suas duas faces: a estrutural e a significativa. No entanto, essas mesmas tradições aconselham a considerar de maneira assimétrica a cada uma destas faces. Enquanto a face estrutural tende a ser concebida como limpidamente observável à luz de métodos científicos, a significação tende a ser concebida como uma face misteriosa, que nunca se nos mostra.

Sperber e Wilson (1995) argumentam fortemente contra a ideia amplamente difundida de que a linguagem serve para transportar pensamentos. De certa forma, o que eles de fato argumentam é que a ideia de que a estrutura linguística possui significados intrínsecos é errônea, visto que “não é legítimo ignorar as diferenças entre as representações semânticas de sentenças e os pensamentos que enunciados são usados para transmitir” (p. 9).² Talvez por esse tipo de posicionamento, seja comum a ideia de que a TR ignora a semântica. No entanto, como pretendo deixar claro até o fim do texto, os pressupostos teóricos assumidos pela TR

² As traduções aqui apresentadas são minhas.

são integralmente compatíveis com a distinção entre sentido e referência proposta por Frege (2009). Com a ressalva de que a referência, tal como entendida pela TR, não é tida como um objeto intangível (como parecem supor aqueles que ceticamente adotam esta divisão de maneira a excluir a possibilidade de uma pragmática de cunho científico), e deve ser entendida exclusivamente dentro do escopo da pragmática, não obedecendo, portanto, às mesmas operações que devem reger os fenômenos de escopo semântico. As naturezas destas operações também são distintas, visto que os procedimentos heurísticos aos quais as operações pragmáticas estão atreladas são de ordem probabilística, e os procedimentos semânticos operam dentro de regras de cálculo que determinam seus produtos.

Uma característica importante aqui é a de que a TR concebe ao menos dois níveis de significação: um processual e outro conceitual (BLAKEMORE, 1987). O primeiro dentro do escopo da semântica vericondicional, o segundo, da pragmática cognitiva. Esta divisão suplementa a ideia original por trás da teoria: proporcionar uma alternativa aos modelos de código de interpretação comunicativa, sem apelar para modelos exclusivamente inferenciais. Isso porque a comunicação pode ser alcançada tanto pela manipulação autêntica de códigos (como o Morse, por exemplo), quanto como com um pigarreado ostensivo (estrutura que, ao mesmo tempo em que pode ser usada para transmitir uma infinidade de pensamentos, não possui propriedades estruturais para parear uma informação a um sinal, característica básica de um código). Desta forma, um modelo comunicativo baseado na ideia de código pode servir aos propósitos de descrição de eventos comunicativos por meio de códigos, e um modelo inferencial de comunicação pode ser útil à descrição de eventos que não utilizam códigos como meio de efetivação. Mas, no entanto, nenhum dos modelos pode dar conta de eventos que demandem simultaneamente tanto a codificação/decodificação quanto a inferência de informações potencialmente comunicativas.

No caso da linguagem em uso, décadas de descrições semânticas foram eficientes em demonstrar que a comunicação envolve tanto a capacidade de utilizar sinais pareados a significados, quanto a capacidade de inferir os itens significativos que compõem estes sinais e o que a manifestação deles podem vir a querer dizer. Vejamos os seguintes exemplos linguísticos:

1. Volto logo.
2. Paulo bateu o seu carro.

3. Joana tem um gosto musical míope.
4. Esta roupa é estrambótica.
5. Eu adoro quando o Corinthians ganha!

Embora linguistas, treinados que são, costumem facilmente detectar problemas relacionados aos significados destas sentenças, os usuários da língua não parecem ter dificuldades para interpretar estes enunciados. Em (1) e (5) temos a ocorrência do dêitico ‘eu’. Em (1), o fato de o termo não estar evidenciado é uma questão de natureza sintática, e, portanto, a natureza significativa nada tem a dizer sobre isso. Não obstante, os dêiticos se constituem em uma classe de palavras que, por definição, parecem se situar exatamente no âmago da questão entre significado processual e conceitual. Se, por um lado, possuem um significado razoavelmente estável, por outro, só assumem efetivamente uma referência no uso. O termo ‘eu’, por exemplo, sempre se refere à primeira pessoa do discurso (caráter estável do significado do termo), mas a definição da referência – o indivíduo que enunciou a sentença portadora do dêitico em questão (fator que só pode ser determinado no uso) – é uma tarefa também de processamento contextual.

Já em (2), ocorre uma situação bem conhecida de linguistas brasileiros. O pronome ‘seu’, além de ser um dêitico (pois só assume referência no uso), é uma forma cristalizada para a terceira pessoa que, no entanto, cada vez mais é utilizada como de segunda. Desta forma, a sentença poderia tanto expressar a ideia de que Paulo bateu o seu próprio carro, quanto a ideia de que Paulo bateu o carro que é de uma pessoa que não é ele mesmo e que está conversando com o indivíduo que enunciou (2). As razões pelas quais uma sentença como essa nunca é interpretada como ambígua numa conversação ordinária é evidentemente de natureza pragmática: em qualquer uma das situações possíveis de interpretação, os interlocutores estarão cientes de antemão se o ouvinte de (2) emprestou o carro para Paulo, ou se o carro do ouvinte (se ele tiver um) não estava sendo (ou mesmo nunca foi) dirigido por Paulo. Essas informações são contextuais, pois fazem parte de um ambiente cognitivo comum aos interlocutores, mas não estão explícitas na sentença.

A analogia entre audição e visão em (3) é obviamente falsa, de um ponto de vista semântico, de forma que sua enunciação demanda uma interpretação inferencial para o termo ‘míope’. Da mesma forma que a utilização do termo pouco usual ‘estrambótico’ em (4) pode esbarrar em questões de desconhecimento do item lexical. No entanto, mais uma vez, graças

às nossas habilidades inferenciais, quando enunciadas, (3) e (4) não são eventos comunicativos que demandam alto grau de elucubração hermenêutica de seus ouvintes. Esta situação de dependência funcional de uma capacidade de **processamento inferencial rápido e frugal**, nos termos de Allot (2002), demarca, na comunicação verbal, ao menos, uma relação não condizente com concepções que julgam a sensibilidade ao contexto como uma ação secundária aos atos de processamento de significados linguísticos.

Por fim, em (5), mesmo que suponhamos que o nome próprio ‘Corinthians’ não se submeta a ambiguidades (assumindo assim, que só exista uma coisa no mundo a qual dois interlocutores reconheçam por meio da etiqueta linguística ‘Corinthians’), o conhecimento de informações contextuais claramente guia a interpretação do ouvinte. Suponha, por exemplo, que a informação de que o falante de (5) torça pelo Palmeiras esteja disponível aos ambientes cognitivos de todos os interlocutores. Será que é necessário que os ouvintes de (5) produzam sentenças alternativas para o enunciado, para, a partir desta etapa semântica de processamento, utilizarem o contexto para escolher a melhor interpretação de (5)? Como veremos a seguir, para a TR, a resposta a esta questão é negativa.

3 Paul Grice, A navalha de Occam modificada e a semântica mínima da abordagem relevantista

Dentro da abordagem delineada até aqui, sentenças possuem apenas sentido, ou seja, informações significativas apenas em um nível processual. No entanto, quando sentenças são enunciadas, por serem gestos ostensivos de linguagem, carregam em si a presunção máxima de sua ótima relevância. Quer dizer, um falante, ao produzir enunciados como os exemplos de (1) a (5), presume que as informações linguísticas codificadas por ele são as melhores evidências para produzir os efeitos comunicativos em uma audiência específica. O reconhecimento das intenções comunicativas é, portanto, possível não pela capacidade de parear informações comunicativas a códigos linguísticos, tampouco pelo conhecimento tácito de princípios conversacionais, como proposto por Grice (1975), mas sim pela ativa exploração de uma característica generalizada da cognição: a maximização das expectativas de relevância.

Assim, a TR formula seu modelo de mente a partir de pressupostos evolutivos amplamente aceitos nas ciências cognitivas contemporâneas: o de que a evolução biológica moldou a cognição humana de modo a possibilitar o máximo de eficiência com a maior economia possível de processamentos cognitivos. Desta forma, a TR recorre a uma versão

radical do argumento que Grice (1978/1989, p. 47) chamou de ‘navalha de Occam modificada’, segundo o qual, “sentidos não devem ser multiplicados além da necessidade”. Em (1), por exemplo, os elementos linguísticos limitam a interpretação de maneira tão vaga, que um ouvinte minimamente competente comunicativamente pode, de maneira fácil, construir inúmeros contextos mentais diferentes para interpretar semanticamente esta sentença. Do mesmo modo, em sua cabeça, ele pode produzir inúmeras sentenças alternativas ao enunciado.

Pensemos em dois casos dramaticamente opostos relacionados à identificação referencial do dêitico ‘eu’. Na situação (1a), o termo se refere a um etnógrafo que está a enunciar (1) para sua esposa no momento de embarcar para uma viagem de coleta de dados em um povoado ermo. Já em (1b), ‘eu’ se refere ao atendente de um quiosque que faz cópias de chaves, e que deixou um cartaz com o enunciado (1) pendurado no quiosque vazio. Como vemos, o termo ‘logo’ pode vir a significar infinitas coisas, dada a plasticidade de sentidos que termos referentes a tempo podem vir assumir, no caso em questão, porque o termo ‘eu’ pode se referir a indivíduos que enunciam (1) em circunstâncias contextuais diferentes. Um processo interpretativo guiado pela sensibilidade ao contexto tem o benefício de evitar que o ouvinte formule as hipóteses plausíveis em (1b), quando ele se depara com (1a) e precisar decidir se espera o chaveiro voltar ao quiosque ou se deixa para fazer as cópias que precisa em um momento mais oportuno.

Ao clamar para si a responsabilidade de explicar os fenômenos significativos conceituais, a Pragmática proposta pela TR entra diretamente em choque com posturas que consideram as questões conceituais relacionadas ao conhecimento semântico que falantes e ouvintes possuem. No entanto, a fala ocupa lugar de destaque no desenvolvimento da TR (que se pretende uma teoria geral da comunicação), visto que a comunicação verbal geralmente consegue os efeitos alcançados pela comunicação puramente inferencial (aquela que não utiliza a manipulação de elementos codificados em um sinal) de maneira muito mais direta. Assim, a economia de processamentos pragmáticos também é prezada. Afinal, a comunicação puramente inferencial demanda um alto grau de ativação dos processamentos pragmáticos. Considere, por exemplo, a diferença um olhar ostensivamente direcionado a alguém e que insinue um possível flerte ou reprovação. Um olhar ostensivo é uma evidência de uma atitude proposicional mental, ou seja, de um pensamento. Em vez de utilizar o olhar como gesto ostensivo, um interlocutor pode preferir evidenciar estes pensamentos com sentenças como as seguintes:

6. Achei você muito atraente.

7. Conversaremos melhor quando chegarmos em casa.

Os graus de diretividade sugeridos por tais enunciados podem representar problemas de ordem sócio-pragmática aos seus enunciadores. Se a proposição em (6) pode, em um momento de flerte, ser direta demais aos propósitos do falante, em (7), ainda que a sentença apresente um maior abismo entre a forma semanticamente codificada e os efeitos comunicativos que ela pode sugerir em uma reprovação a um cônjuge perante outras pessoas, sua enunciação pode tornar a reprovação pública não apenas ao cônjuge, mas a todos os envolvidos direta ou indiretamente na conversação. Assim, as escolhas entre uma forma de comunicação mais ou menos dependente de processamentos inferenciais também é uma escolha de ordem pragmática e não de diretividade ou transparência. Obviamente, os exemplos apresentados são casos simples de comunicação, nos quais se pode optar por uma menor transparência ostensiva. No entanto, imagine como seria tentar dar uma aula sem se utilizar das facilidades que a diretividade linguística proporciona. É impossível!

Portanto, para a TR, processos pragmáticos são necessários tanto no processamento da proposição (visto que a sensibilidade aos contextos guia os interlocutores nos processos de referenciação), quanto no reconhecimento das intenções comunicativas por trás da enunciação. A sensibilidade aos contextos é compreendida como resultante de uma habilidade especificamente pragmática: a Teoria da Mente (HAPPÉ, 1992). Ou seja, a capacidade de atribuir estados mentais adequados como causas dos comportamentos comunicativos alheios. Assim, parece adequada a divisão de trabalhos proposta por Pires de Oliveira e Basso (2007), para quem: “a pragmática “envolve” a semântica nesse sentido específico: aposto para chegar à proposição (pragmática), da proposição (semântica) faço outras apostas (pragmática).” Com a ressalva de que para a TR, um mesmo mecanismo inferencial é responsável por apostar nas ações comunicativas em todos os níveis (no lexical, pré-proposição, e no do enunciado, pós-proposição). Em vez de construirmos sentenças alternativas aos enunciados que somos expostos, para então utilizarmos o contexto para que escolhamos a mais adequada, somos guiados ao longo do processo de interpretação a formular o menor número de sentenças alternativas quanto for possível.

Até agora vimos como a TR fornece um modelo geral de comunicação que fornece uma alternativa ostensivo-inferencial para a interpretação de sentenças. Como complementação, faremos uma brevíssima introdução à ideia de que a TR e suas implicações

abrem margem ao desenvolvimento de uma **pragmática lexical**. Começaremos esta exposição considerando recentes desdobramentos dos modelos cognitivos da TR sobre a concepção de razão. A principal delas nos parece a de que a comunicação ostensiva se faz possível por meio de um mecanismo cognitivo de constante reavaliação de nossos pensamentos frente às nossas demandas interativas. Este mecanismo de **vigilância epistêmica** (SPERBER ET AL., 2010) se justifica dado o fato de sermos massivamente dependentes da comunicação. Por isso, estamos sempre diante da possibilidade de interpretarmos erroneamente os fatos culturais ao nosso redor e aos nossos interlocutores (seja acidentalmente ou propositadamente, como no caso daquilo que popularmente chamamos de mentira).

Este estado de permanente revisão de representações mentais é de cunho pragmático: esta dependência comunicativa faz como que tenhamos que apostar a todo instante. A ideia por trás de uma pragmática lexical de cunho cognitivo reside em conceber esta base cognitiva de vigília do conhecimento como uma fonte das pressões tanto para a construção mental de conceitos *ad hoc*, que quando linguisticamente mapeados são considerados itens lexicais, quanto para a revisão de tais conceitos via enriquecimento ou enfraquecimento pragmático, ou seja, pelo acréscimo ou exclusão de informações à rede causal de informações que compõe um conceito, que pode até mesmo vir a ser totalmente cancelado dadas as condições contextuais para isso.

Desta forma, a TR assume para si a responsabilidade de explicar o dinamismo conceitual e metarrepresentativo que é possível observarmos ao nos depararmos com a linguagem humana. Não se trata de conceber que o significado semântico seja pragmático, mas sim que a criatividade inerente à significação linguística é indissociável da base cognitiva que também nos proporciona o uso da linguagem, ou seja, de mecanismos cognitivos pragmáticos. Se por um lado, esta divisão de trabalhos concebe os limites da semântica nos termos da semântica mais formal possível, que não supõe uma ‘pragmatização’ da lógica, tampouco uma ‘semantização’ do contexto, por outro, garante a hipótese de que o significado semântico possui uma base inata e natural. Isso não me parece trivial, visto que notoriamente é controversa a ideia de que a base conceitual da linguagem possa ser inata. No caso, o modelo que busquei evidenciar não pressupõe um atomismo semântico do estilo ‘uma caixinha para cada significado’. Isso porque os significados semânticos que são observáveis na linguagem não são a demonstração direta destes conceitos inatos, visto que módulos

pragmáticos garantem, desde sempre, a reformulação constante destes conceitos via inferência.

Pode ser que, dentro do panorama aqui traçado, reste algum ressentimento acerca da condição artefactual da semântica. No entanto, vale ressaltar, que esta condição não é secundária, visto que a estrutura sintática não é capaz de proporcionar sozinha a ferramenta adequada para a comunicação ostensivo-inferencial que a manifestação dos mecanismos de vigilância epistêmica tanto necessita. A evolução das línguas naturais não só tornou mais eficaz a comunicação de nossa espécie, como também deve ter proporcionado a explosão cultural que redundou na extraordinária, porém típica da nossa espécie, diversidade de significados e formas simbólicas e culturais. Assim, o que a TR busca estabelecer não apenas uma interface semântico-pragmática para os fenômenos interativos, mas também para os mecanismos constitutivos da cognição humana.

Referências

- BLAKEMORE, Diane. (1987). *Semantic constraints on relevance*. Oxford: Blackwell.
- FELDMAN, Gerald. (2006). *From Molecules to Metaphor: A Neural Theory of Language*. MIT Press, Cambridge, MA.
- FREGE, Gottlob. (2009). Sobre sentido e a referência. In: _____ *Lógica e Filosofia da Linguagem*, 2ª ed. amp. e rev. São Paulo: Edusp.
- GRICE, H. P. (1989a). Logic and conversation. In: *Studies in the way of words* (22-40). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- GRICE, H. P. (1989b). Further notes on logic and conversation. In: *Studies in the way of words* (41-57). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HAPPÉ, Francesca. (1993). Communicative competence and theory of mind in autism: A test of relevance theory. In: *Cognition*, 48: 101-19
- LAKOFF, G. (2008). In: GIBBS R. *The Metaphor Handbook*, Cambridge University Press.
- PINKER, S. e BLOOM, P. (1990). Natural Language and Natural Selection. *Behavioral and Brain Sciences*, 13, 707-784.
- PINKER, S. (2003). Language as an adaptation to the cognitive niche. CHRISTIANSEN M. H. e KIRBY, S. (eds.), *Language Evolution: The States of the Art*. Oxford University Press.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. (2007). A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, Ano 5, n. 8, mar.

SPERBER, D.; CLÉMENT, F.; HEINTZ, C.; MASCARO, O.; MERCIER, H. ORIGGI, G & WILSON, D. (2010). Epistemic Vigilance. *Mind and Language*, 25 (4):359-393.

SPERBER, D. e WILSON, D. (2008). A deflationary account of metaphors. In: GIBBS R. (ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*, 84-105. Cambridge University Press.

TENDAHL, M. e GIBBS, R. 2008. Complementary perspectives on metaphor: Cognitive linguistics and relevance theory. *Journal of Pragmatics*, 40: 1823-1864.

VEGA MORENO, R. (2007). *Creativity and Convention: The Pragmatics of Everyday Figurative Speech*. Amsterdam: John Benjamins.

ESTUDO PRAGMÁTICO DA ENTOAÇÃO EM DUAS VARIEDADES DO ESPAÑHOL ARGENTINO: AS ATITUDES PROPOSICIONAIS EM ENUNCIADOS ASSERTIVOS E INTERROGATIVOS TOTAIS DE BUENOS AIRES E DE CÓRDOBA

Natalia dos Santos Figueiredo (UFRJ)

nataliaufrj@yahoo.es

Leticia Rebollo Couto (UFRJ)

rebollocouto@yahoo.fr

RESUMO: Análise pragmática dos contornos melódicos de enunciados assertivos e interrogativos totais em diferentes contextos de atitudes proposicionais de duas variedades do espanhol argentino: Buenos Aires e Córdoba. A partir da interação do entrevistador com o entrevistado, obtiveram-se dados de fala atuada de oito participantes, entre 20 e 30 anos, dois homens e duas mulheres de cada cidade, que reproduziram o enunciado *Marcela cenaba* em nove diferentes contextos pragmáticos, divididos nas modalidades assertivas e interrogativas totais. Os enunciados gravados foram analisados com o auxílio do programa de análise acústica PRAAT, com o objetivo de se observar contrastes no comportamento entonacional das duas variedades do espanhol, para cada situação atitudinal. Foram analisados cinco atitudes proposicionais assertivas: (a) Neutra, (b) Contrastiva, (c), Evidência, (d) Incrédula, (e) Irônica. Y 4 interrogativas totais: (a) Neutra / Pedido de Informação, (b) Confirmativa, (c) Incrédula, (d) Retórica. Obtiveram-se os seguintes resultados: entre os enunciados assertivos, quatro são os padrões contrastantes; e entre os interrogativos, três são os padrões contrastantes, com relação ao contorno melódico. As características contrastivas também foram obtidas por outros parâmetros, como a variação da duração de sílabas para demarcar as diferenças de atitudes em relação às proposições.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática; Prosódia; Entoação; Atitudes proposicionais; Língua espanhola.

1 Introdução

Este trabalho consiste na análise dos contornos melódicos de enunciados assertivos e interrogativos totais em contextos atitudinais de duas variedades do espanhol argentino: de Buenos Aires e de Córdoba. Segundo Escandell Vidal (1999), a entoação compreende a interação de características prosódicas que os falantes de uma língua ou dialeto empregam com finalidades comunicativas. A função básica da entoação é a de transformar unidades linguísticas em unidades discursivas e comunicativas: enunciados, produções, diálogos, monólogos. Característica esta definida como uma função pré-linguística. Além dessa função, a entoação compreende duas outras mais: uma função linguística, controlada pelo falante, usada para enunciar, perguntar, etc, e outra paralinguística, expressiva, espontânea, em que comunica a atitude e o estado de ânimo do falante.

Segundo Fónagy (1993), as atitudes proposicionais, denotam um estado mental em relação a uma proposição. O falante pode considerar uma proposição de diversas maneiras, seja do ponto de vista da perspectiva cognitivista, seja volitiva ou ainda emotiva (Moraes 2008b). Para o estudo de contextos expressivos, Moraes (2008b) propõe a análise de atitudes nas expressões assertivas e interrogativas totais a partir da relação do falante com o conteúdo proposicional (CP) desses enunciados, num eixo atitudinal que varia de acordo com o grau de mais a menos certeza expresso com relação ao CP.

Para as assertivas, foram descritos 5 padrões, que correspondem aos de Correção, Evidência, Asserção neutra, Descrédito e Ironia. Nesse eixo os padrões variam de acordo com a atitude que denota maior certeza por parte do enunciador com relação ao conteúdo proposicional do enunciado (Correção, Evidência), a atitude neutra ou atitudes de menor certeza, dúvida (Descrédito) ou certeza negativa (Ironia). Como se observa no esquema a seguir:

Asserções: eixo das atitudes certeza/dúvida

Correção – Evidência - A. Neutra - Descrédito - Ironia

[+] Certeza CP

Dúvida [+] Certeza ~ CP

Para as interrogativas, foram descritos 4 padrões: confirmativo, neutro, de estranheza e retórico. Todos esses padrões variam do eixo de maior certeza (confirmativo) ao de certeza de uma resposta negativa (retórico), passando pelo enunciado neutro e o de dúvida (estranheza):

Interrogações: eixo das atitudes certeza/dúvida

Confirmativo - Neutro - Estranheza - Retórico

[+] Certeza CP

Dúvida

[+] Certeza ~ CP

Ao analisar as atitudes em espanhol interessa-nos verificar se também encontramos nessa língua um padrão distinto para cada contexto atitudinal, e se as diferenças recaem mais no nível fonético ou ao fonológico. Além desse objetivo, outra proposta deste trabalho é

analisar os contextos atitudinais em língua espanhola a partir do contraste entre duas variedades argentinas: de Buenos Aires e de Córdoba. A intenção da pesquisa é verificar como se comportam essas variedades em diferentes contextos de atitudes proposicionais pré-selecionados, visando destacar os contrastes existentes e se os mesmos encontram-se mais no nível fonético ou ao fonológico.

A partir de contextos pragmáticos de interação, nos quais cada informante interpreta diferentes papéis comunicativos, gravamos o mesmo enunciado *Marcela cenaba*, nas modalidades assertivas e interrogativas, dentro dos contextos propostos por Moraes (2008b). Os enunciados foram produzidos por oito informantes, entre 20 e 30 anos de idade, sendo quatro de Buenos Aires – 2 homens e 2 mulheres – e quatro de Córdoba – 2 homens e 2 mulheres. A escolha deste enunciado deve-se a que se obtivesse uma mesma estrutura a ser utilizada em diferentes contextos, contendo um pré-núcleo e um núcleo composto por palavras de três sílabas e que apresentasse como tônica a segunda sílaba (paroxítona).

Para cada modalidade, foram gravados enunciados em seis contextos de atitudes proposicionais distintos. Cada informante foi exposto a fichas contendo a situação solicitada dentro de um contexto. Por meio da interação entre o entrevistador e o entrevistado, foram representadas as situações de perguntas e respostas solicitadas. Para a realização deste estudo levamos em conta um contínuo de atitudes que variam de uma situação de maior certeza positiva à menor certeza positiva (certeza negativa), passando pela dúvida (Moraes, 2008b). Os enunciados selecionados foram analisados pelo programa PRAAT (www.fon.hum.uva.nl/praat/), um software destinado a análise da fala, criado por Paul Boersma e David Weenink e projetado no *Institute of Phonetic Sciences* da Holanda.

2 Resultados e discussões: Enunciados Assertivos

2.1 Asserção contrastiva com foco no pré-núcleo do enunciado

O contorno melódico dos enunciados assertivos contrastivos com foco no pré-núcleo de Buenos Aires e de Córdoba analisados caracteriza-se por um movimento circunflexo no pré-núcleo, ou seja, a *f0* encontra-se em tom baixo na sílaba pré-tônica, com pico na sílaba tônica e movimento de queda na sílaba pós-tônica. Devido a que o elemento focalizado encontra-se em posição pré-nuclear – *Marcela* – os pontos de maior frequência fundamental localizam-se também nessa posição.

Em posição nuclear, a curva de frequência fundamental possui movimento descendente desde a sílaba pré-tônica, como podemos observar nas figuras 1 e 2 a seguir:

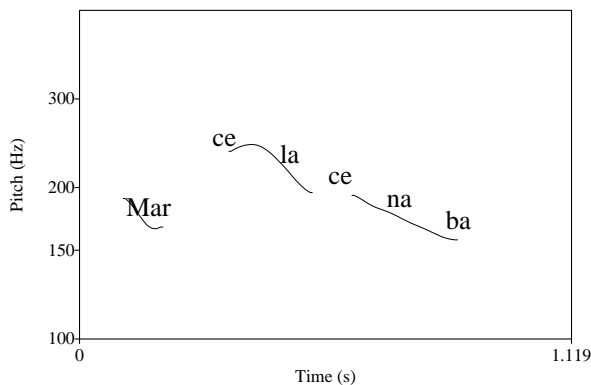


Fig.1: Asserção contrastiva com foco no pré-núcleo produzida por informante 1 do sexo feminino de Buenos Aires.

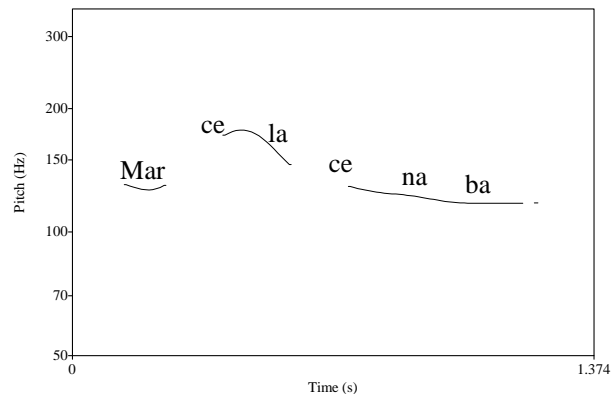


Fig.2: Asserção contrastiva com foco no pré-núcleo produzida por informante 1 do sexo masculino de Córdoba.

2.2 Asserção contrastiva com foco no núcleo do enunciado

O contorno de f_0 dos enunciados assertivos contrastivos com foco no núcleo de Buenos Aires e de Córdoba analisados caracterizam-se por apresentar um movimento ascendente em posição pré-nuclear. Esse movimento apresenta a sílaba: pré-tônica baixa, a tônica em posição de subida e pico na pós-tônica. Em posição nuclear observamos um contorno circunflexo, com pré-tônica baixa, tônica alta e pós-tônica baixa. Verificamos esses contornos nas figuras 3 e 4 a seguir:

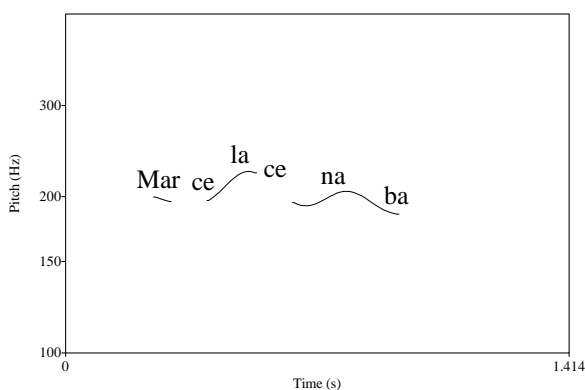


Fig.3: Asserção contrastiva com foco no núcleo produzida por informante 1 do sexo feminino de Buenos Aires.

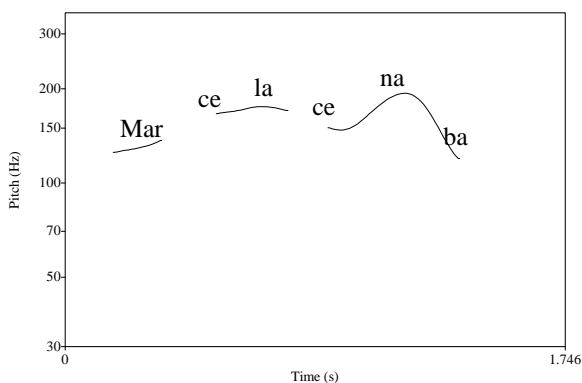


Fig.4: Asserção contrastiva com foco no núcleo produzida por informante 1 do sexo feminino de Córdoba

Sendo os enunciados focalizados em posição nuclear, observamos no exemplo de Córdoba um pico mais alto de f_0 nessa posição. Porém, no enunciado de Buenos Aires, o pico nuclear não é o mais alto. A hipótese que explicaria esse valor mais baixo de f_0 seria que para realizar a focalização os informantes recorreram a outro recurso como a duração mais longa na sílaba tônica. Verificaremos esse dado a seguir.

2.3 Asserção Evidente

Analisando a curva entonacional dos enunciados assertivos evidentes observamos que tanto em Buenos Aires quanto em Córdoba, os enunciados se caracterizam por um movimento ascendente em posição pré-nuclear e circunflexo em posição nuclear, como podemos observar nas figuras 5 e 6 de uma informante do sexo feminino de Buenos Aires e um informante do sexo masculino de Córdoba.

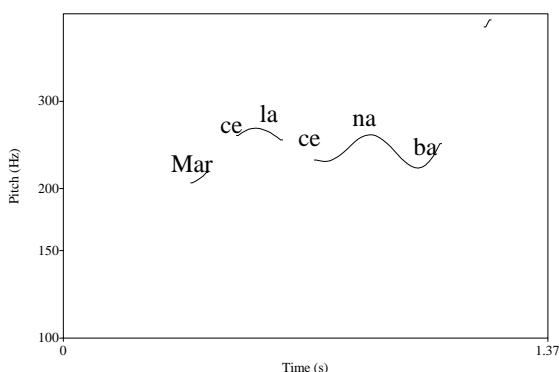


Fig.5: Asserção evidente produzida por informante 1 do sexo feminino de Buenos Aires.

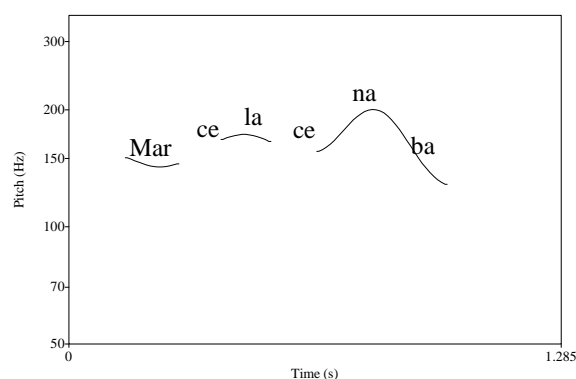


Fig.6: Asserção evidente produzida por informante 1 do sexo masculino de Córdoba

2.4 Asserção neutra:

Observando a curva entonacional dos enunciados assertivos neutros de Buenos Aires e de Córdoba, encontramos características similares. Nas duas variedades verificamos um movimento ascendente em posição pré-nuclear e descendente em posição nuclear, como se vê nas figuras 7 e 8:

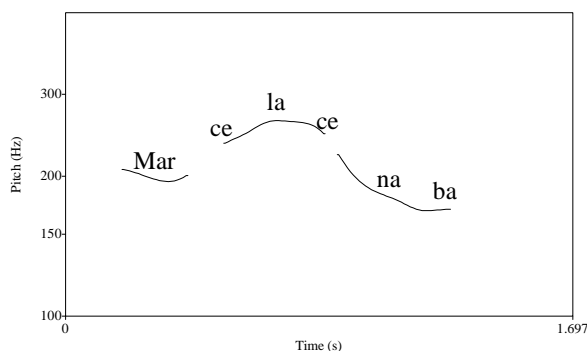


Fig.7: Asserção neutra produzida por informante 2 do sexo feminino de Buenos Aires.

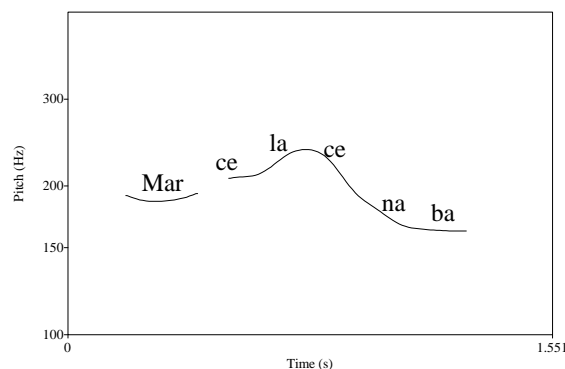


Fig.8: Asserção neutra produzida por informante 2 do sexo feminino de Córdoba.

Através da análise fonética, o único parâmetro contrastante observado entre os enunciados analisados de Buenos Aires e de Córdoba é o da duração em que constantemente verificamos o alongamento das pré-tônicas cordobesas diante das tônicas. E em Buenos Aires frequentemente se mantêm as tônicas mais longas que as pré-tônicas. As sílabas pós-tônicas até o momento caracterizam-se por serem as sílabas mais curtas dos enunciados analisados, sendo as de Buenos Aires ainda mais curtas que as de Córdoba.

2.5 Asserção Incrédula

Os enunciados assertivos incrédulos caracterizam-se por apresentar pouca modulação em sua curva entonacional. Há um movimento descendente constante que começa na tônica do pré-núcleo, em posição pré-nuclear e se estende até o final, em posição nuclear. Não observamos grandes diferenças entre os enunciados de Buenos Aires e Córdoba somente pela variação de f_0 , como observamos nas figuras 9 e 10:

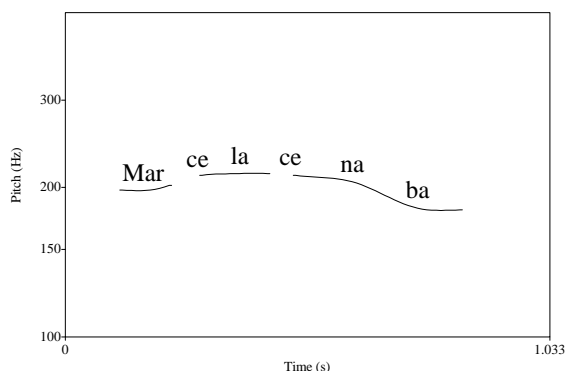


Fig.9: Asserção Incrédula produzida por informante 1 do sexo feminino de Buenos Aires.

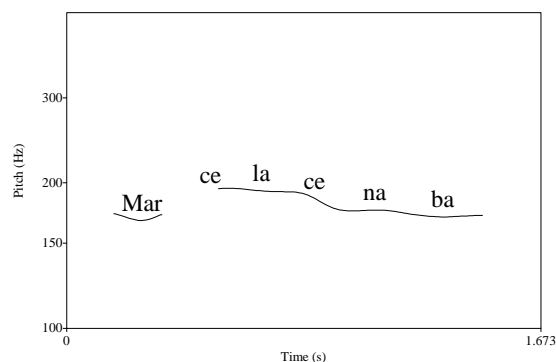


Fig.10: Asserção incrívelula produzida por informante 2 do sexo feminino de Córdoba

Os enunciados assertivos incrédulos contrastam com os demais contextos de atitudes proposicionais através das características de sua curva melódica, sempre em tom baixo, comum para Buenos Aires e Córdoba. As diferenças entre as variedades estudadas neste trabalho encontram-se na análise dos valores de duração das sílabas, com alongamento das pré-tônicas cordobesas em posição nuclear e maior duração de todas as sílabas em comparação com Buenos Aires.

2.6 Asserção Irônica

O último contexto a ser analisado neste capítulo sobre as assertivas é o irônico que de algum modo se assemelha ao contexto incrédulo no sentido em que o falante produz um enunciado que sabe que é falso. A diferença é que neste contexto acrescenta um tom de “gozação” ao conteúdo proposicional, enquanto que no incrédulo o enunciado é produzido em tom mais sério.

Por conta dessa proximidade entre os dois contextos, podemos observar também algumas semelhanças em suas curvas melódicas. Os enunciados assertivos irônicos também apresentam um movimento descendente progressivo que se inicia no pré-núcleo e se prolonga até o final do enunciado em posição nuclear. A diferença encontra-se em posição pré nuclear, enquanto os enunciados incrédulos quase não apresentam oscilações no contorno de f_0 , nos enunciados irônicos observamos a formação de um pico na sílaba tônica. Podemos verificar nas figuras 11 e 12:

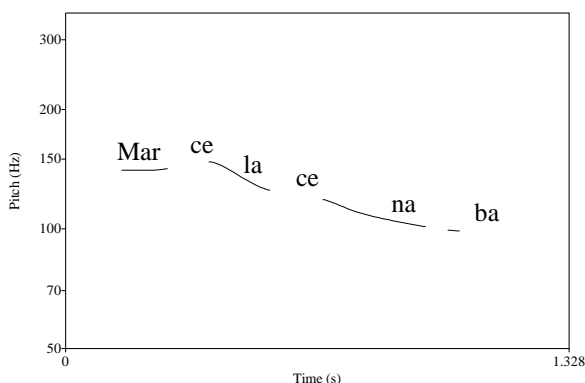


Fig.11: *Asserção Irônica produzida por informante 1 do sexo masculino de Buenos Aires.*

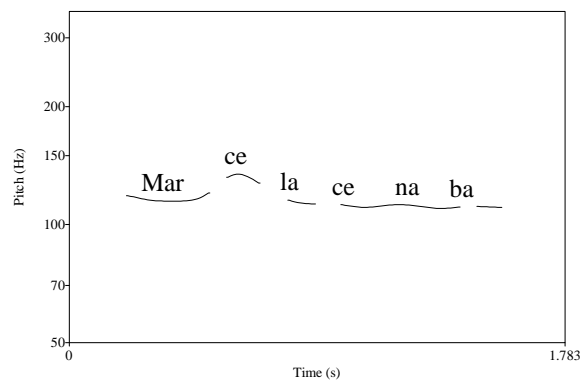


Fig.12: *Asserção Irônica produzida por informante 2 do sexo masculino de Córdoba.*

3 Resultados e discussões: Enunciados Interrogativos totais

3.1 Pergunta confirmativa

Os enunciados analisados que representam uma pergunta confirmativa possuem características semelhantes em seu contorno melódico. Em posição pré-nuclear, observa-se um movimento ascendente de f_0 , com a sílaba pré-tônica baixa, a tônica ascendente e pico localizado na sílaba pós-tônica. Em posição nuclear, a curva melódica possui movimento circunflexo, ou seja, pré-tônica baixa, tônica alta e pós-tônica baixa. Observamos as figuras 13 e 14, correspondentes a um enunciado de Buenos Aires, produzido por uma informante do sexo feminino e um enunciado de Córdoba, produzido por um informante do sexo masculino.

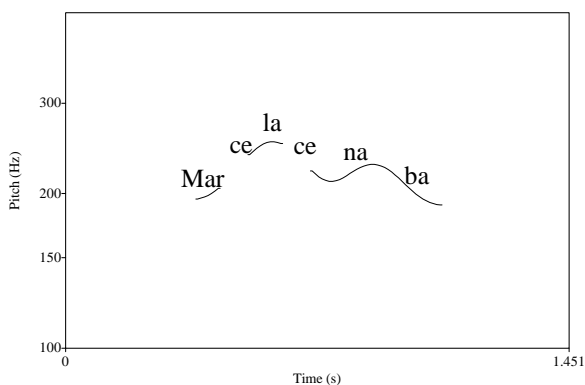


Fig.13: *Pergunta confirmativa de Buenos Aires produzida por informante 1 do sexo feminino.*

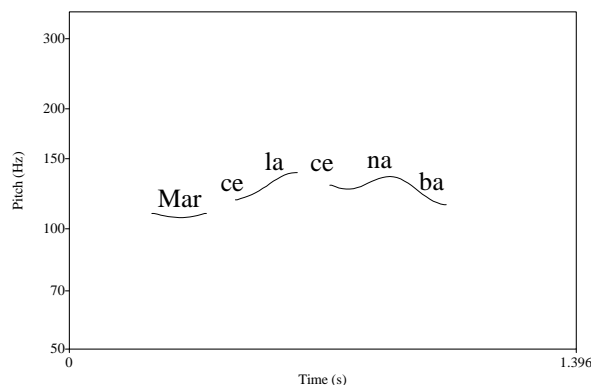


Fig.14: *Pergunta confirmativa de Córdoba produzida por informante 2 do sexo masculino*

Os enunciados de Buenos Aires destacam-se por possuírem as sílabas tônicas mais longas que as pré e pós-tônicas. Desta forma, verificamos que em contexto de Pergunta confirmativa, as variedades de Buenos Aires de Córdoba se diferenciam foneticamente pela duração de suas sílabas. Mas essa característica também será verificada nos demais contextos analisados neste trabalho.

3.2 Pedido de informação

Nos enunciados de pedido de informação de Buenos Aires e de Córdoba, observamos que os contornos analisados apresentaram em posição pré-nuclear uma curva melódica ascendente, como verificada também entre os confirmativos. A sílaba pré-tônica possui tom de f_0 baixo, a tônica encontra-se em movimento ascendente com pico deslocado para a pós-tônica.

Em posição nuclear, observamos um contraste entre os enunciados de Buenos Aires e de Córdoba. Nos pedidos de informação de Buenos Aires, temos um movimento circunflexo, com a sílaba pré-tônica em posição baixa, a tônica em movimento de subida e pico de f_0 no início da pós-tônica. O movimento final da curva melódica é descendente.

Nos enunciados de Córdoba verificamos que a sílaba pré-tônica encontra-se em posição descendente, a tônica é mais baixa e o movimento ascendente se inicia na sílaba pós-tônica. O final do enunciado apresenta tom alto. Vejamos as figuras 15 e 16, que representam os enunciados produzidos por uma informante do sexo feminino de Buenos Aires e um informante do sexo masculino de Córdoba.

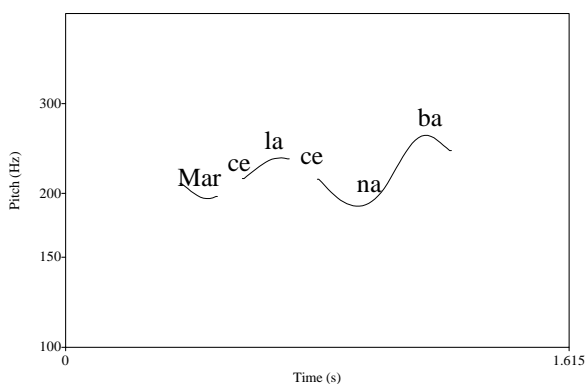


Fig.15: *Pedido de Informação de Buenos Aires produzido por informante 1 do sexo feminino.*

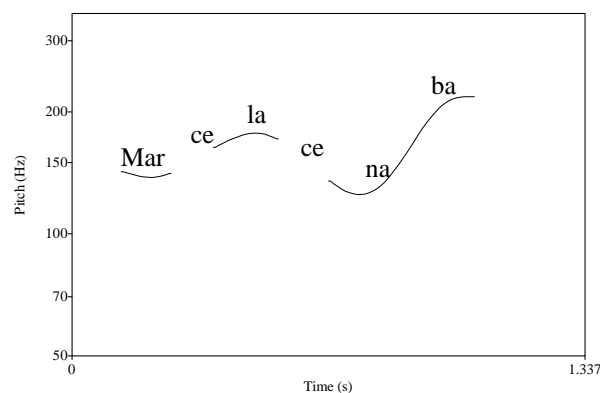


Fig.16: *Pedido de Informação de Córdoba produzido por informante 1 do sexo masculino.*

3.3 Pergunta Incrédula

Nos enunciados de incredulidade com foco amplo, ou seja, aquele com foco estendido a todo o enunciado, observamos que o contorno da f_0 no pré-núcleo e no núcleo são semelhantes tanto em Buenos Aires como em Córdoba. Na produção de todos os informantes encontramos as sílabas pré-tônicas baixas, com o movimento de subida na tônica, culminando com um pico de f_0 no começo da pós-tônica (com alinhamento tardio).

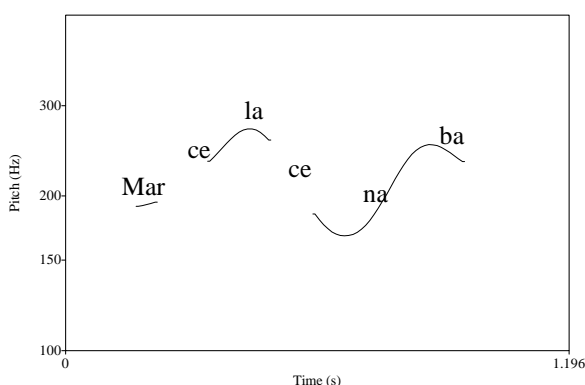


Fig.17: Pergunta incrívelula com foco amplo de Buenos Aires produzido por informante 1 do sexo feminino.

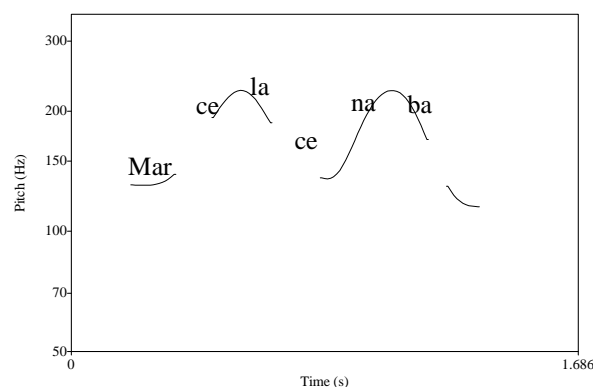


Fig.18: Pergunta incrívelula com foco amplo de Córdoba produzido por informante 1 do sexo masculino.

Nas pós-tônicas, tanto do pré-núcleo quanto do núcleo ocorre um movimento de queda no valor de f_0 após o pico. Vejamos as figuras 17 e 18, que representam os enunciados produzidos por uma informante do sexo feminino de Buenos Aires e um informante do sexo masculino de Córdoba.

3.4 Pergunta Retórica

Os enunciados que representam uma pergunta retórica caracterizam-se por apresentar em posição pré-nuclear um movimento circunflexo, com pré-tônica baixa, tônica alta e pós-tônica baixa. Diferentemente dos demais contextos observados nesta seção esse tipo de pergunta possui o pico de f_0 centralizado na sílaba tônica.

Em posição nuclear, também observamos um movimento circunflexo, com a sílaba tônica mais alta que as pré e pós-tônicas. Nesta posição, o pico de f_0 é menos proeminente que o da posição pré-nuclear, como observamos nas figuras 19 e 20:

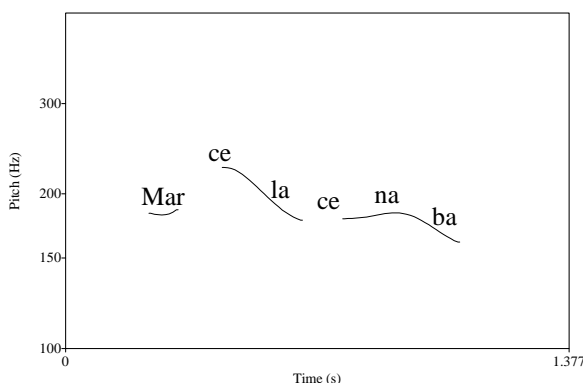


Fig.19: Pergunta Retórica de Buenos Aires produzido por informante 1 do sexo feminino.

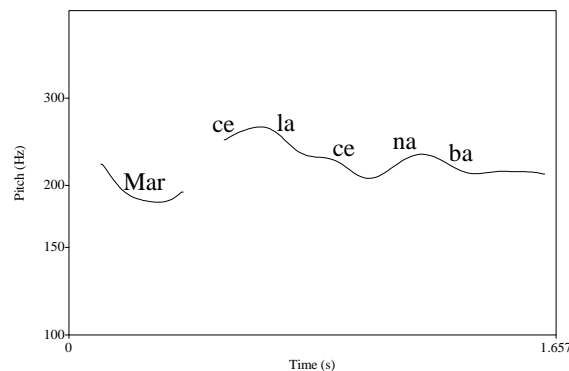


Fig.20: Pergunta Retórica de Córdoba produzido por informante 2 do sexo feminino.

4 Considerações finais

A proposta deste trabalho é descrever os possíveis contrastes entonacionais considerando diferentes atitudes proposicionais, a partir da análise dos dados obtidos pela produção dos informantes em fala atuada, representada ou dramatizada. Por depender da performance de nossos sujeitos, os resultados preliminares que apresentamos aqui devem posteriormente ser submetidos a testes de percepção e de avaliação da fala por pelo menos 10 sujeitos para cada plano. Um tratamento estatístico dos dados também seria necessário numa etapa futura para consolidar os resultados preliminares, ainda em estado bruto.

Como resultado desta pesquisa, podemos constatar que entre Buenos Aires e Córdoba há diferenças entonacionais tanto no nível fonético como fonológico. Essas particularidades se revelaram sobretudo na análise fonética do parâmetro de duração das sílabas, em que é constante uma maior duração média das sílabas cordobesas em comparação às sílabas de Buenos Aires, tanto em posição pré-nuclear como em posição nuclear, o que poderia explicar a sensação de fala mais lenta ou “arrastada”, como é percebida a “tonada cordobesa” na Argentina.

Outra característica refere-se ao alongamento das sílabas pré-tônicas. Em quase todas as médias de duração observamos as sílabas pré-tônicas mais longas que as tônicas, e nos casos em que as tônicas apresentaram médias mais longas, a diferença entre essas e as pré-tônicas é pequena. Com esses resultados, podemos afirmar com relação aos enunciados analisados que as pré-tônicas de Córdoba nem sempre são mais longas que as tônicas, mas possuem um alongamento considerável, medido e perceptível, em comparação às pré-tônicas

de Buenos Aires. Nos enunciados de Buenos Aires é constante o padrão de sílabas tônicas mais longas que as pré-tônicas.

Entre os enunciados assertivos, podemos indentificar parte dos contextos de atitudes proposicionais descritos nesta pesquisa apenas pela atribuição fonológica de tons: assertivas neutras e as incrédulas. Os contextos contrastivos com foco em posição nuclear e as assertivas evidentes apresentam-se com a mesma descrição, porém diferem-se nas medidas duração de sílabas, observadas no capítulo V. Entre as contrastivas com foco no pré-núcleo e as irônicas, as diferenças encontram-se nas médias de f_0 , mais altas entre as contrastivas com foco pré-nuclear que entre as irônicas.

Observamos que uma parte dos contextos atitudinais difere-se através da atribuição fonológica de tons nos enunciados, é o caso das interrogativas neutras (pedido de informação) e das interrogativas retóricas. Nos demais casos, encontramos a mesma descrição fonológica, porém há diferenças referentes a altura máxima de valores de f_0 e as médias de duração de sílabas. Na modalidade interrogativa total, a descrição encontrada apresenta um contorno circunflexo final, ou seja, com tom de fronteira final em queda. As interrogativas neutras de Córdoba apresentam um contexto bastante diverso do encontrado em Buenos Aires: temos nesse caso, um contorno final ascendente.

Referências

- BOERSMA, P., WEENINK, D. (2006). <http://www.fon.hum.uva.nl/praat> visited 28- Jan-07 .
- ESCANDELL VIDAL, M. V. (1999). Los enunciados interrogativos. Aspectos semánticos y pragmáticos. In: BOSQUE, Ignacio & DEMONTE, Violeta. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid, Espasa.
- FÓNAGY, I. (1993). As funções modais da entoação. Trad.: João Antônio de Moraes. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos 25*, Campinas, UNICAMP.
- MORAES, J. A. (2008). The Pitch Accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis. *The Fourth International Conference in Speech Prosody*. Campinas: IEL.
- MORAES, J. A. (2008). A entoação dita expressiva: fenômeno discreto ou contínuo. (comunicação) Congresso Nacional de Fonética e de Fonologia. Niterói: UFF.

POÉTICA COGNITIVA: A PRAGMÁTICA NA COMUNICAÇÃO LITERÁRIA

Rodrigo Bueno Ferreira (UFPR)
ruod_rik@ymail.com
Elena Godoi (UFPR)
elenag@ufpr.br

RESUMO: Ao longo das últimas décadas, o fenômeno literário foi amplamente investigado sob o pensamento das teorias sociais (GAMBOA, 2008). Com o avanço das ciências cognitivas e da psicologia evolucionista, foram apresentados contra-argumentos que resultaram em consideráveis progressos na compreensão das artes, dentre as quais a literária (BARKOW, COSMIDES E TOOBY, 1992; PINKER, 1997/2004/2007; WILSON, 1999). Porém, o fascínio pelo neodarwinismo levou alguns teóricos a reduzirem a explicação das narrativas literárias à causalidade genética. Assim, se por um lado os estudos ortodoxos explicam a literatura como um construto social, por outro, a influência da psicologia evolucionista a condiciona às predisposições enraizadas na natureza humana (BARASH E BARASH, 2006; CHELINI E OTTA, 2009; BOYD, 1998); se a primeira privilegia a macro-estrutura social, a segunda privilegia a micro-estrutura genética, o que as equipara em um critério: a negligência à subjetividade humana. Após expor ambas as ideias, este trabalho supõe dois objetivos: o primeiro é o de sugerir que um olhar epistemológico pode evitar tais equívocos, ao esclarecer a distinção entre ‘teoria científica’ e ‘método interpretativo’ (POPPER, 1980; FURLONG, 2007); o segundo é advogar em favor de que, ao evidenciar a psicologia do indivíduo frente a eventos comunicativos, a pragmática cognitiva (SPERBER&WILSON, 1995/2001; WILSON, 2011) permite escrutinar os processos adjacentes ao objeto literário, ao invés de seus significados, os quais se reservam aos seus produtores.

PALAVRAS-CHAVE: Poética Cognitiva; Pragmática; Epistemologia; Relevância.

1 Introdução

Diante dos inúmeros esforços investidos na literatura, o século XX registrou a aproximação dos estudos literários ao pensamento social, sobretudo à crítica cultural. Por meio dessa nova abordagem, os estudos literários incorporaram não só o pensamento social, mas também sua metodologia, passando a ser central a preocupação do investigador em empenhar-se no esgotamento descritivo do fenômeno observado para posteriormente interpretar os dados de sua pesquisa.

Mais recentemente, com o advento da ‘Revolução Cognitiva’, com a ênfase da mente humana como um lugar privilegiado para a compreensão poética, foram feitos outros esforços, buscando dessa vez não só a explanação descritiva, mas algum poder explicativo

acerca dos fenômenos literários. Dessas tentativas ascendeu o movimento denominado darwinismo literário, com a ambição de enquadrar a pesquisa literária no programa de investigação da Psicologia Evolucionista, inaugurado na repercutida obra *The Adapted Mind* (BARKOW, TOOBY E COSMIDES, 1992).

Como é possível consultar ao longo da obra anteriormente citada, em Geertz (2001) e em Pinker (1997/2004), a antropologia social/cultural e a psicologia evolucionista se posicionam em extremos opostos a respeito dos limites em que a natureza e/ou cultura influenciam o comportamento humano. Mais especificamente, a oposição surge da negação dos pensadores sociais e culturalistas à ideia de que os humanos são afetados por resquícios antepassados de uma natureza humana primitiva, sendo a biologia do comportamento suplantada pela aquisição da cultura. Já os psicólogos evolucionistas negam a máxima do mundo como um “construto social”, alegando que as características biológicas evoluídas via seleção natural podem ajudar no intento explicativo acerca da mente humana, sendo incluídos os comportamentos artísticos, tais como a literatura.

Em certo sentido, esse embate teórico foi favorável ao aumento da diversidade epistemológica, abrindo uma nova leva de argumentos e reflexões, bem como novos leques de pesquisa. Enquanto os estudos sociais descrevem a literatura como um construto social e seus fenômenos como fruto histórico, o darwinismo literário passou a invocar as predisposições genéticas para hipotetizar as causas da literatura como um fenômeno *cross-cultural* e da recorrência de alguns enredos, personagens, eventos e mitos, supostamente universais.

Em outro sentido, a insistência dos teóricos em postular interpretações, ao invés de ferramentas que expliquem as interpretações, continua a conduzir os estudos literários ao insucesso metodológico. Se a primeira perspectiva evidencia a macro-estrutura social, a segunda privilegia a micro-estrutura genética, sendo equiparáveis em um critério: a negligência quanto à subjetividade humana. Tal negligência é constatável pela contínua demanda de trabalhos que visam interpretar, ou, para usar um jargão, expor as “leituras possíveis” que uma dada obra ou autor podem fornecer.

Nós defendemos uma abordagem investigativa que não se ocupe em prescrever interpretações literárias, mas que se concentre na observação daquilo que propicia tais interpretações, considerando que constituem hipóteses testáveis por se concentrarem na descrição dos fenômenos e na postulação de mecanismos explicativos. Assim, neste trabalho nós chamamos a atenção para a distinção epistemológica entre ‘teoria científica’ e ‘método interpretativo’ (POPPER, 1980; FURLONG, 2007), o que, cremos, pode evitar alguns equívocos metodológicos. Também buscaremos evidenciar a psicologia do indivíduo frente

aos eventos comunicativos, apresentando a pragmática cognitiva (SPERBER & WILSON, 1995/2001; WILSON, 2011) como um viés favorável ao estudo dos processos adjacentes à interpretação literária, ao invés de seus significados, os quais se reservam aqueles que produzem tais significados.

2 Ciências Naturais *versus* Sociais na Literatura – dois caminhos para o mesmo lugar

Segundo o trabalho de Gamboa (2008), o ponto comum entre as correntes de estudos literários previstas pelos manuais de literatura é a demarcação nos limites das Ciências Sociais e Humanas. O procedimento metodológico padrão assumido pelas Sociais difere das ciências chamadas positivas. Enquanto as Ciências Naturais, por exemplo, se atém a mecanismos causais, explicativos e/ou formais, os quais acarretam algum poder de previsibilidade, é comum entre as Ciências Sociais a assunção de que o comportamento humano é muito mais complexo que os fenômenos naturais, merecendo, portanto, uma ontologia própria.

Geertz (2001), por exemplo, afirmou a improbabilidade de qualquer tentativa de elaboração de uma ciência positiva sobre temas como a cultura e a psicologia. Em oposição, o trabalho de Werner (1999) expôs que pensadores de visão social, como Geertz, supõem a ‘compreensão’ de seu objeto de estudo, ao invés da ‘explicação’, considerando, assim, a possibilidade explicativa inviável. Conseqüentemente, a aproximação dos estudos literários à ontologia das Ciências Sociais se volta para a compreensão dos mais diversos temas, como estudos de gênero, ideológico-discursivos, etc.

Os psicólogos evolucionistas (BARKOW, COSMIDES E TOOBY, 1992; PINKER, 1997/2004; WERNER, 1999) romperam com o paradigma social, cuja afirmação era a de que o comportamento e a cultura são objetos não passíveis de explicação. Esses psicólogos propõem que a aproximação da psicologia ao campo da biologia evolutiva permite obter maior poder explicativo sobre o processo constituinte da arquitetura mental humana, de onde emergem a cultura e o comportamento. Pinker, nas referidas obras, contestou algumas ideias enraizadas no pensamento social, afirmando que a crítica cultural culminou na postulação de modelos interpretativos implausíveis e contraditórios aos avanços obtidos nas pesquisas em psicologia e cognição.

Sob a influência dos psicólogos evolucionistas, o darwinismo literário surgiu como uma alternativa ao método social para o estudo da literatura. Conforme a explicação de Joseph Carroll, o surgimento do pensamento literário darwinista ocorreu do seguinte modo:

In the past decade or so, a small but rapidly growing band of literary scholars, theorists, and critics has been working to integrate literary study with Darwinian social science. These scholars can be identified as the members of a distinct school in the sense that they share a certain broad set of basic ideas. They all take “the adapted mind” as an organizing principle, and their work is thus continuous with that of the “adaptationist program” in the social sciences. Adaptationist thinking is grounded in Darwinian conceptions of human nature (2004, p. 6).

De acordo com Carrol, estes teóricos acreditam na premissa de que todos os organismos evoluíram por meio de um processo adaptativo por seleção natural, e que a estrutura funcional complexa do desenvolvimento orgânico fornece evidências de algumas restrições impostas por estas adaptações. Surge a partir disso o argumento de que a mente humana e os sistemas motivacionais de comportamento exibem estruturas funcionais complexas, cabendo ao pesquisador identificar os elementos constitutivos da natureza humana, incluindo os sistemas neurológicos e hormonais que regulam diretamente a percepção, o pensamento e o sentimento.

Portanto, o empreendimento do darwinismo literário vem sendo o de explicar os possíveis fatores causais e genéticos manifestos na arte literária, de maneira que, se algum comportamento é *cross-cultural*, então é possível e conveniente uma explicação darwinista. Como reforçou o filósofo Denis Dutton (2010, p. 13): “uma natureza humana inata, aplicada interculturalmente, aponta para uma definição naturalista e intercultural do conceito de arte”.

Em seu *Arte e Instinto* (2010), Dutton também defendeu que a força atrativa da arte sobre os seres humanos é uma característica evolucionista modelada via seleção natural. Para Dutton, em acordo com Carrol (2004) e Boyd (1998), a arte é um produto evolutivo desde o período pleistocênico, em que os seres humanos passaram por diversas adaptações nas savanas africanas. Para esses autores, a arte, tal como a linguagem, emerge espontânea e universalmente de maneiras idênticas entre as culturas, constituindo aptidões imaginativas e intelectuais que possuíram um claro valor de sobrevivência na Pré-História.

Assim, pode-se reconhecer que o darwinismo literário constitui, ainda que de modo contestável, um avanço na formulação explicativa a respeito da natureza literária. Ao integrarem os avanços dos estudos evolucionistas com as ciências cognitivas, os autores acima propõem hipóteses de como a seleção natural modelou a mente humana para a produção e atração às narrativas literárias.

Todavia, estes mesmos autores têm se deixado levar pela tentação que a literatura parece exercer sobre os demais estudiosos de literatura. Apelando às mesmas práticas dos pesquisadores de linha social, os darwinistas não se deram por satisfeitos com a adequação

explicativa dos mecanismos adjacentes à cognição humana, tornando às análises interpretativas de obras e autores.

Os biólogos David e Nanelle Barash (2006), por exemplo, se esforçaram em descrever as influências genéticas exibidas em comportamentos de alguns personagens da literatura canônica. Tomando como caso exemplar o enredo de *Madame Bovary*, de Flaubert, os autores apresentaram uma convincente explicação do por quê da infidelidade conjugal humana. Conforme os Barash, o impulso para a traição é um traço encontrado em toda a espécie humana, por esse motivo, *Madame Bovary* se tornou uma leitura universal da condição humana. Semelhantemente, Carrol (2004), Boyd (1998) e, mais recentemente, Chelini e Otta (2009) apresentaram análises literárias que se estendem de Shakespeare, passando por Jane Austen, até Machado de Assis, caracterizando as personagens pelos possíveis traços evolutivos dos humanos.

O problema visto nestas análises é que, como na análise dos Barash, podemos supor a existência de fatores contextuais que poderiam levar uma mulher ao adultério, como a vingança, a paixão ou a carência. Tais fatores são alguns possíveis exemplos que na dimensão do comportamento podem desencadear um ato de traição, sem, no entanto, estar fixado em um gene do adultério. Como exposto por Foley (2002), embora relevantes, os genes ocorrem num nível de especificidade muito baixo, não havendo um “gene de agressividade” ou um “gene de altruísmo”, mas sim a existência de genes que controlem características muito gerais, como aprendizado, observação, ou capacidade de alterar reações.

Por argumentos semelhantes, ao revisar a recente produção dos teóricos darwinistas, Pinker (2007, p. 167) considerou que “para um cético, algumas das temáticas das narrativas são muito mais de cunho das demandas culturais do que de impulsos evolutivos, e nestes casos Darwin seria mais interessante para explicar *Sex and City* do que *Orgulho e Preconceito*”

De outro modo, propor hipóteses evolutivas constitui, em princípio, um interessante esforço para a promoção do debate sobre a origem das artes. Contudo, usar o argumento evolutivo para justificar o interpretativismo, com a finalidade de propor melhores leituras do que aquelas já praticadas pelos modelos do pensamento social, constitui o que os especialistas em evolução denominam a ‘falácia naturalista’, sob a qual aquilo que supostamente pertence à ordem da natureza é mais virtuoso. Talvez por este motivo Harold From (2003, p.13), em sua revisão sobre os trabalhos do darwinismo literário, concluiu que “os darwinistas parecem mais religiosos do que as religiões convencionais”.

O problema da incessante prática interpretativa como método de pesquisa tem sido ressaltado desde que Popper (1980) delineou o critério que demarca algumas ideias no campo das teorias científicas, por atenderem aos critérios de falseabilidade e reprodutibilidade, em oposição àquelas que normalmente atendem aos critérios de segunda ordem, isto é, parcimônia, produtividade e exaustividade.

3 A dimensão pragmática da comunicação literária

Se até aqui temos criticado os modelos teóricos que se apropriam do interpretativismo, convém apresentarmos uma alternativa a este método. Para tanto, assumimos que a capacidade de fazer interpretações e atribuir significado às intenções comunicativas dos outros pode ser entendida como inerente aos seres humanos (GRICE, 1975; SPERBER e WILSON, 1995; TOMASELLO, 2008) incluindo o processo de apreciação artística (FERREIRA, MAZUROSKI e BENFATTI, 2011).

Assumimos também que a atribuição de significado não é restrita ao discurso social, tampouco vem embalada em um pacote evolutivo, predisposto na mente. Ela depende de fatores contextuais, permanecendo passível de manipulação situacional. Em acordo com Foley (2002), concebemos que no processo humano não foram selecionados comportamentos específicos, mas sim a capacidade de responder de maneira apropriada às condições contextuais apresentadas. Portanto, nos concentramos em pesquisar quais mecanismos cognitivos nos permitem corresponder a tais situações de modo adequado.

Especificamente sobre a arte literária, nos convém demonstrar como a comunicação entre autor e leitor é possível, considerando o aparente caos que a produção literária apresenta à pesquisa lingüística. Nossa sugestão é a de serem priorizados os mecanismos que propiciam as interpretações, ao invés das próprias interpretações. O trabalho de Wilson (2011) é uma contribuição para esta noção. Wilson explica que a compreensão heurística proposta pela Teoria da Relevância não é um procedimento de descoberta projetado para se analisar como um texto ou enunciado produzem uma interpretação em que todas as ambiguidades ou indeterminações lingüísticas são resolvidas conforme pretendia o comunicador. O ponto de partida para abordagens da pragmática inferencial é a demonstração de que não há tal procedimento: as intenções informativas do comunicador não podem ser decodificadas, mas somente inferidas demonstrativamente, de modo que na compreensão há necessariamente um risco. Conforme ressaltado por Wilson, a Teoria da Relevância não se pretende à produção de

melhores interpretações do que aquelas que os ouvintes ou leitores já fazem, mas sim explica como eles chegam às interpretações que fazem, construindo-as com ou sem sucesso.

Para elucidar a dimensão contextual que o significado literário assume, pode-se invocar o trabalho de Eagleton (1997). O autor propõe que uma das razões pelas quais certas narrativas parecem conservar seu valor através dos séculos é o fato de interpretarmos as obras literárias, em certa medida, à luz de nossos interesses próprios. Ainda que conservemos algumas das preocupações inerentes às da própria obra, é possível que não estejamos valorizando exatamente a "mesma" obra. O Homero de hoje não é o Homero da Idade Média, nem o Shakespeare atual é o do passado, considerando que os períodos históricos reconstruíram estes personagens. Em outras palavras, as obras literárias são "reescritas", atualizadas pelas sociedades que as lêem, de modo que não há releitura de uma obra que não seja também uma "reescritura".

Essa ideia é compatível com a afirmação de Sperber (1985) e, posteriormente, de Jablonka e Lamb (2010), elucidativas de que o processo comunicativo se trata de uma ação de reconstrução no qual o receptor adquire e transforma a informação que recebe de acordo com seus próprios vieses cognitivos e culturais, tal como na ilustração de Eagleton:

Imaginemos que, graças a alguma hábil pesquisa arqueológica, descobríssemos muito mais sobre o que a antiga tragédia grega realmente significava para seu público original, se reconhecêssemos que tais interesses estão muito distantes dos nossos, e começássemos a reler esta peça à luz desse novo conhecimento. Como consequência, poderíamos deixar de apreciá-las. Poderíamos passar a ver que delas gostávamos por que involuntariamente as líamos à luz de nossas próprias preocupações; quando tal interpretação tornou-se menos possível, o drama deixou de ter significado para nós (EAGLETON, 1997, p. 13).

O que ocorre, portanto, é que em uma fruição literária o leitor significa a obra por atribuição de relevância, conforme seus próprios valores e motivações. O modo como o leitor interpreta uma obra pode ser explicado através de um conjunto adequado de suposições contextuais (com base em informações obtidas a partir de memória ou percepção), e a capacidade de derivar a partir delas as implicações através de um baixo custo cognitivo, desde que suficiente para satisfazer as expectativas daquilo que se considera relevante. Esse processo, denomina-se heurística de Relevância.

O modo, então, de concebermos a comunicação literária é tal que diante das ostensões apresentadas por um autor em sua obra, a tarefa do leitor é a construção de hipóteses interpretativas viáveis sobre aquele conjunto de conteúdo e escolher a hipótese mais coerente. Um dos fatores que torna algumas interpretações mais relevantes do que outras é o seu menor

esforço de processamento. Assim, a efetividade da interpretação só será possível se as informações disponibilizadas pelo autor forem compatíveis com a memória enciclopédica do leitor e se as informações forem manifestas a ambos.

Considerando que o trabalho literário não atende às máximas griceanas, de informatividade, veracidade e objetividade e de pertinência – contrariamente às exigências estruturais dos demais gêneros textuais não destinados à função deleitativa – ela se aprecia sob exigência de um alto investimento cognitivo. Através da exploração de figuras de linguagem, ambiguidade, polissemia, vagueza e da ausência referencial, a literatura estabelece a infração das propriedades semânticas. Por isso a literatura apresenta a tarefa interpretativa condicionada pelo esforço de processamento, empregado com a finalidade de satisfazer nossas próprias expectativas de relevância sobre o que a obra exige. Contudo, embora o conteúdo semântico não encerre as possíveis interpretações literárias, ele determina quais interpretações não são compatíveis com a obra, impondo as devidas restrições aos cálculos cognitivos.

4 Considerações finais

Se a interpretação dos possíveis significados literários não é construída pelos aspectos sociais e genéticos, mas pela subjetividade psicológica, como defendemos até aqui, parece que se torna inescrutável o objeto da interpretação literária, como, de certo modo, cremos que é. As interpretações possíveis no contexto literário estão situadas na dimensão da aposta pragmática, para emprestar o termo de Oliveira e Basso (2007), uma vez que só podem ser explicadas a *posteriori*. Como afirmou Dascal (2006), a interpretação não é redutível a qualquer campo do conhecimento, mas exige uma gama disciplinar extensa, incluindo-se aí a semântica, a pragmática e a hermenêutica, entre outras.

Todavia, se retirarmos a atenção das interpretações e a concentrarmos naquilo que viabiliza tais interpretações, a pragmática nos permite evidenciar a psicologia do indivíduo frente à comunicação literária, propiciando uma ferramenta de como tratar objetivamente fenômenos subjetivos. A vantagem vista neste tipo de abordagem é a da superação do limite descritivo rumo a um maior poder explicativo, uma vez que podem ser adequadas as explicações linguísticas para os dados literários; a dificuldade encontrada neste tipo de trabalho é a da necessidade de um grande arsenal de formulações, já que a literatura fornece elementos desafiadores ao campo da linguística, como metáforas, anáforas, ironias, etc.

A conclusão a que chegou Furlong (2007) nos parece sensata, já não se trata da inexistência de um modelo para lidar com os fenômenos literários, mas sim da disposição em repensar os modelos vigentes para tais fenômenos e a investida em uma tarefa não pouco árdua.

5 Referências

- BARASH, D. P.; BARASH, N. R. (2006). *Os Ovários de Madame Bovary: uma visão darwiniana da literatura*. Rio de Janeiro: Dumará.
- BOYD, B. (1998). *Jane meet Charles: Literature, evolution, and human nature*. *Philosophy and Literature*, 22, p. 01–30.
- CARROL, J. (2004). *A Literary Darwinism: Evolution, Human Nature, and Literature*. New York, NY: Routledge.
- DASCAL, M. (2006). *Interpretação e Compreensão*. São Leopoldo: Unisinos.
- DUTTON, D. (2010). *Arte e Instinto*. Lisboa: Temas & Debates.
- FURLONG, A. (2007). *A modest proposal: Linguistics and literary studies*. *Canadian Journal of Applied Linguistics*. Vol. 10, No 3.
- GAMBOA, R. M. POÉTICA COGNITIVA: ciencias naturales vs. ciencias sociales en teoría literária. Disponível em http://www.aparte.cl/poetica_cognitiva.html. Acesso em 23/10/2012
- GEERTZ, C. (2001). *Nova Luz Sobre a Antropologia* (2001). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- JABLONKA, E.; LAMB, M. (2010). *Evolução em quatro dimensões: DNA, comportamento e a história da vida*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PINKER, S. (1998). *Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. (2004). *Tábula Rasa. A negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2007). *Toward a Consilient Study of Literature* (Review). In: *Philosophy and Literature*, v. 31, n. 1, pp. 162-178.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. (2007). A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Ano 5, n. 8.
- POPPER, K. R. (1980). *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB.
- SPERBER, D.; WILSON, D. (2001). *Relevância: Comunicação e Cognição*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- EAGLETON, T. (1997). *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes.
- TOOBY, J.; COSMIDES, L. (1992). The psychological foundations of culture. In J. H. Barkow, L. Cosmides, and J. Tooby (eds.), *The Adapted Mind: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture* (pp. 19–136). New York: Oxford University Press.



WILSON, D. (2011). *Relevance and the interpretation of literary works*. UCLWPL.

WILSON, E.; O. Wilson. (1999). *A Unidade do Conhecimento - Consiliência* - Rio de Janeiro: Editora Campus.

LINGUAGEM E COGNIÇÃO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DOS PROCESSOS DE INTERPRETAÇÃO HUMANA

Sebastião Lourenço dos Santos (UEPG)

lorecutp@hotmail.com

RESUMO: A principal característica da comunicação verbal humana é que, na maioria das vezes, ela é subjetiva e deixa encoberto o significado que o falante tenciona transmitir e espera que o ouvinte o infira. O objetivo deste trabalho é apresentar o esboço de um sistema formal do processamento cognitivo da linguagem humana. A proposta não versa sobre a descrição de uma análise formal das línguas naturais, mas se centra no credenciamento de certas propriedades mentais mais gerais que constituem o complexo fenômeno que comanda os processos da interpretação humana. A concreção do estudo se dá pela hipótese do autômato biológico, aparato mental responsável pela computação biolinguística humana. A fundamentação teórica integra um conjunto fecundo de abordagens interdisciplinares concernentes aos paradigmas das ciências emergentes da segunda metade do século XX, em particular a neurociência, a psicologia e a pragmática. O resultado é a composição pormenorizada de uma modelo que sintetiza como interagem os principais estados mentais responsáveis pelo processamento da linguagem verbal.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Cognição; Processamento; Neurociência; Pragmática.

1 Introdução

A habilidade de produzir, compreender e interpretar o que os falantes comunicam diz respeito à relação de competência cognitivo-psico-pragmática que temos da língua que falamos. Nessa relação entram em cena elementos linguísticos, tais como código linguístico, prosódia, léxico, estrutura das orações, variações regionais, etc., conhecimentos extralinguísticos, tais como polidez (distância, status e poder), conhecimentos culturais, explícitos e implícitos, tais como crenças, convenções, saberes, valores e psicológicos, como intenções, emoções e sentimentos, etc. que temos de nós mesmos e de nossos interlocutores.

Este artigo é resultado da observação empírica de um enunciado espontâneo produzido numa interação real durante uma visita fiz a um casal, Miguel e Maria, em 2012. Enquanto conversava com Miguel, Maria foi à cozinha. Pouco tempo depois ela pôs sobre a mesa duas xícaras de café. Entretidos na conversa Miguel e eu esquecemos a bebida. Passados alguns minutos ouvimos o seguinte enunciado de Maria:

(1) O café vai esfriar!

É com base nesse enunciado que apresento uma hipótese genérica sobre o processamento da linguagem conversacional. Como o foco central deste artigo trata dos processos cognitivo-mentais mais gerais da linguagem, acredito que o modelo proposto é suficientemente abrangente para explicar se não todos pelo menos alguns dos principais processos inferenciais de interpretação oriundos da percepção sensorial. Nesse sentido, devido à amplitude e complexidade do tema esclareço que não tenho a pretensão de esgotar o assunto neste curto espaço, mas tenho sim a esperança de que as ideias aqui apresentadas se abram, ainda que minimamente, a debates mais amplos, visto que a mente não processa nem interpreta as informações isoladamente.

A metodologia é relativa à tipologia do objeto e como se dá a partir da observação de um fato empírico, colhido da comunicação espontânea, não há registros de dados em áudio, nem em laboratório de experimentos. O artigo é, em termos gerais, um estudo de caso. Partindo da premissa que a interpretação da linguagem verbal é subalterna aos processos e estados mentais, o objetivo é descrever formalmente uma hipótese interpretativa do processamento cognitivo humano. Como os processos e estados mentais de interpretação são objetos abstratos e subjetivos, as ciências cognitivas contemporâneas – pragmática, neurociência e psicologia – subsidiarão o estudo.

2 A linguagem verbal como jogo conversacional

O interesse pelo estudo do uso da linguagem verbal remonta aos gregos e jamais saiu das discussões acadêmicas. No entanto, foi com Ludwig Wittgenstein (1939) que esses estudos ganharam relevância, haja vista o status de “jogo” (IF §§ 23 a 35) que o filósofo postula às diferentes formas de ação da linguagem, tais como andar, comer, beber, jogar, etc. Nessa perspectiva, a multiplicidade do uso da linguagem é sua práxis, porque na práxis tudo é vago e inexato, isto é, na conversação não há regras fixas.

Em efeito, as ideias wittgensteineanas subsidiaram os estudos pragmáticos sobre conversações espontâneas, posto que, como sabemos, no jogo interacional tudo flui graças às formas de vida das estratégias conversacionais, nem sempre normativas e quase nunca absolutamente exatas, que falantes e ouvintes mantêm e negociam entre si. No entanto, para que o jogo conversacional seja realmente jogado é necessário que se estabeleçam algumas (muitas) regras e convenções, além de ser necessário haver pessoas que, por razões diversas,

aceitem essas regras e convenções, aceitem jogar o jogo conversacional e realmente o joguem, segundo as regras e convenções estabelecidas. No caso do jogo conversacional do enunciado (1), sua interpretação tem, no mínimo, duas hipóteses: uma semântica e outra pragmática.

A interpretação semântica é, por um lado, a asserção da informação do próprio enunciado, isto é, o reconhecimento e crédito veritativo dos interlocutores de que o café vai realmente esfriar, seja por que motivo for. Por outro lado, se Maria tinha a intenção manifesta de comunicar “uma informação”, e não asseverar a variação térmica do café, a interpretação do enunciado (1) é um pouco mais complexa e a hipótese semântica está descartada.

Considerando a situação em que se deu o enunciado, uma hipótese interpretativa forte é que o enunciado de Maria evidencia um pedido para que tomássemos o café e não a simples constatação da mudança de temperatura. Se assim for, Maria comunicou sua intenção informativa ao dizer o que disse. Em conversações espontâneas, para interpretar significados não ditos, mas comunicados em enunciados como o de Maria acima, fazemos uso de inferências pragmáticas – processos cognitivos que permitem operações dedutivas sobre estados de coisas e eventos no mundo. Em efeito, a interpretação do significado deduzido por inferências pragmáticas é uma interpretação pragmática.

3 A abordagem pragmático-cognitiva da linguagem

O estudo desse jogo de comunicar “mais” sem dizê-lo explicitamente iniciou-se com Grice (1975/1982), que postulou o Princípio de Cooperação e as Máximas Conversacionais e conceituou o processo de implicar e inferir significados como “implicatura”. O jogo conversacional consiste, então, no falante implicar significados e o ouvinte inferi-los. Segundo Grice, o significado intencionalmente implicado, ou implicitado, pelo falante e inferido pelo ouvinte está ancorado nos saberes e convenções partilhados, até certo ponto, por ambos os interlocutores.

A partir dos postulados conversacionais griceanos, Sperber e Wilson (1986/1995) propõem que nas conversações espontâneas os interlocutores submetem a interpretação às valorações proposicionais dos enunciados, nas quais a verdade das premissas das elocuições torna as conclusões deduzidas inferencialmente apenas prováveis, já que não há uma única verdade de interpretação, mas tantas quantas forem as probabilidades dedutivo-inferenciais do(s) ouvinte(s).

Para Sperber e Wilson a interpretação ocorre em função da avaliação que os indivíduos fazem da “relevância” da informação, isto é, da possibilidade de um enunciado valer ou não a pena ser mentalmente processado, por seus efeitos cognitivos e esforços de processamento. Em outras palavras, uma informação relevante é aquela que causa maior efeito cognitivo e exige menor esforço de processamento. Na concepção relevantista, portanto, figura a ideia de que o ouvinte é dotado de um critério geral para avaliar as informações recebidas, critério esse suficientemente capaz de excluir todas as interpretações processadas, exceto uma: a que será aceita como a mais relevante. Esse critério é nomeado por Sperber e Wilson de “Princípio de Relevância”.

4 Os domínios da linguagem

No modelo relevantista de Sperber e Wilson a interpretação humana ocorre via sistemas de entradas e sistema central (FODOR, 1983). Como se verá mais adiante, os sistemas de entrada são responsáveis pelas entradas dos inputs sensoriais que serão processados pelo sistema central. É no estágio de entrada que são computados, além dos dados linguísticos (morfo-sintático-fonológicos) das elocuições ostensivamente proferidas pelo falante, as informações contextuais situacionais, tais como tempo e espaço da elocução, características elocutivas, gestos, comportamentos e atitudes do falante no momento em que o enunciado é proferido. Como os sistemas de entradas humanos são sistemas especializados responsáveis pela percepção sensorial, eles atuam como massa de estímulos sensoriais na formação das hipóteses de suposições relevantes a serem processadas pelo sistema central.

No paradigma relevantista o mecanismo dedutivo-inferencial humano está estruturado em quatro níveis mentais de processamento: a) percepção sensorial, b) decodificação linguística; c) memória conceitual e c) memória operacional. No entanto, as informações provenientes das representações conceituais (RCs) captadas pelos sistemas de entrada, para serem cognitivamente processadas deverão estar em uma linguagem computacional, um código mental, visto que não é a mesma coisa a mente processar a informação proveniente do estímulo linguístico de entrada e a representação desse estímulo.

Nessa perspectiva, a unidade mental de processamento operacional dedutivo-inferencial é a memória operacional, elemento que processa não o input linguístico, mas o código mental da representação conceitual do input trazido pelos sistemas de entrada. Por sua vez, além da reorganização procedimental mental inicial prevista pelo sistema de processamento dedutivo-inferencial, o fornecimento do material conceitual a ser processado pela memória operacional

é proveniente da memória conceitual, mecanismo responsável pelo armazenamento enciclopédico do conhecimento humano. Tanto a memória operacional quanto a conceitual são mecanismos especializados de processamento de informações.

Em efeito, para analisar como efetivamente ocorre o processo de interpretação do enunciado (1) é necessário considerar que a aceitação do significado inferido pelos interlocutores não se dá isoladamente, mas sua validação se processa concomitante com outros estados mentais mais gerais, como o psicológico. Portanto, a interpretação do enunciado (1) deverá também ser explicitada na estância psicológica, haja vista que nesse domínio ocorre a avaliação sensitivo-emotiva dos interlocutores. Considero que nesse domínio o sistema de interpretação humano opera em dois níveis: a) faz a seleção das expectativas de relevância dos *inputs* linguísticos e não linguísticos que entraram no cérebro e b) avalia (válida ou não) os efeitos processados pelo mecanismo dedutivo-inferencial da mente¹.

5 Uma proposta de computação inferencial

Diante da proposta de formalizar sistematicamente como ocorre o processo de interpretação do enunciado (1), é bem provável que muitos dos aspectos empíricos tratados pelas modernas ciências cognitivas fiquem aquém das explicações a que me propus fazer neste artigo, até porque esta explanação teórica não é nenhum tratado de filosofia da ciência, de semântica, de psicolinguística, de neurolinguística ou de psicologia, ainda que eu me valha de muitos termos técnicos dessas disciplinas para demonstrar minha hipótese.

No entanto, é possível postular que o enunciado de Maria tem domínio no mesmo nível representacional do pensamento. Isso nos leva à concepção de que a interpretação do enunciado (1) ocorre nesse nível representacional, uma vez que cognitivamente as formas proposicionais das suposições factuais não são diretamente observáveis². Sendo assim, as ideias aqui apresentadas se ancoram em uma visão sistêmica da mente, isto é, a mente biologicamente integrada e ao mesmo tempo integradora dos processos inferenciais (GAZZANIGA, IVRY & MANGUN, 2006). Nessa perspectiva, a mente é concebida como um sistema multifuncional que integra operações computacionais e estados mentais, tal que

¹ Minha concepção sobre a dicotomia mente/cérebro é que o cérebro realiza o processamento neurofisiológico do estímulo sensorial transformando-o em linguagem neuronal; a mente, por meio de processos inferenciais cognitivos, atribui à linguagem neuronal um sentido e um significado.

² GAZZANIGA, IVRY & MANGUN (2006) salientam que os recursos computacionais modernos, como o diagnóstico por imagens, permitem avaliar visualmente as variações mentais geradas por estímulos sensoriais.

no processo de interpretação da linguagem as conclusões deduzidas por inferências são capazes de modificar, de alguma maneira, o ambiente cognitivo dos ouvintes (SPERBER e WILSON, 1986).

O mecanismo dedutivo idealizado para explicar o processamento cognitivo do enunciado (1) é um autômato biológico finito³. Formalmente um autômato finito é representado por uma expressão matemática definida como quintupla: $AF = (Q, \Sigma, \delta, E0, Ef)$. De acordo com Russel e Norvig (2004) e Kovács (1997) nessa relação, Q representa um conjunto possível de estados finitos não vazios na entrada do processador; Σ é a linguagem de entrada; δ é uma função de transição de um estado sobre um input em que $\delta: Q \times \Sigma \rightarrow Q$, isto é, para cada estado possível de Q haverá uma computação de Σ , tal que para cada par “estado anterior da linguagem” é fornecido um novo estado para o qual o sistema deverá mover-se); $E0$ é o estado inicial em que se encontra o sistema computacional quando nenhuma operação foi requisitada ($E0 \in Q$); Ef é um subconjunto que representa as cadeias de entradas do conjunto de estados finais de Q . Nessa perspectiva, a interpretação do enunciado “O café vai esfriar!” é arquitetada por um tripé de processos cognitivos, emocionais e conativos (disposição para a ação mental). A figura 1 abaixo representa o algoritmo do autômato biológico humano para a interpretação do enunciado “O café vai esfriar!”

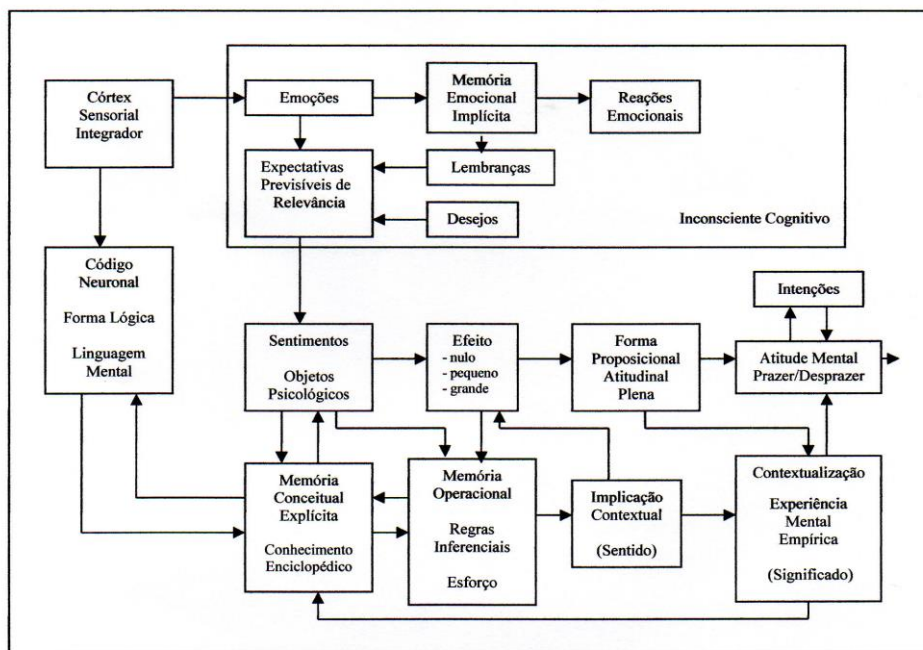


Figura 1 – O autômato biológico humano (fonte: criação do autor)

³ Autômato é o termo usado em Informática para referir-se ao tratamento das linguagens e gramáticas de programação. O termo biológico neste texto se refere ao processamento orgânico da linguagem: captação auricular lingüística, casamento da impedância da sequência sonora com a frequência excitatória da cadeia de neurônios transmissores e conversão dessa frequência em código neuronal, isto é, em linguagem mental e processamento cognitivo/computacional dessa linguagem.

O argumento relevantista em favor da concepção de tal mecanismo se dá a partir da hipótese desse artefato mental constituir para os indivíduos: a) uma grande economia no armazenamento de representações conceituais do mundo, as quais não são armazenadas separadamente e sim recuperáveis por meio de regras de dedução; b) uma poderosa ferramenta para o refinamento das representações conceituais (RCs), ou seja, as RCs serão tanto mais precisas quanto mais precisas forem as premissas envolvidas no cálculo dedutivo, do qual tais RCs são conclusões, e c) uma poderosa ferramenta para revelar inconsistências, incompatibilidades e imprecisões nas RCs do mundo dos indivíduos.

Ressalte-se que o autômato proposto possui quatro níveis de processamento: a) Interface cérebro-mente constituída pelo Córtex Sensorial e Forma Lógica; b) Inconsciente Cognitivo⁴ ; c) Módulo Psicológico, e d) Cognição Inferencial. É com base na hipótese computacional sugerida pelo autômato biológico que descrevo a seguir os procedimentos sobre os processos e estados mentais de interpretação do enunciado tenho boas razões para crer que a interpretação do enunciado “O café vai esfriar!” ocorre da seguinte maneira⁵ :

1) Processamento orgânico da linguagem⁶

- No tempo t a concha da orelha dos interlocutores capta o estímulo sonoro pronunciado por Maria e o envia, via canal ressonante do ouvido, ao tímpano;
- O tímpano, juntamente com o martelo, a bigorna e o estribo, faz o acoplamento da cadeia sonora do enunciado à membrana da janela oval da cóclea.
- A cóclea processa as vibrações da cadeia sonora do enunciado numa frequência tal que excitam as membranas dos neurônios receptores dos núcleos cocleares do sistema nervoso, isto é, a frequência excitatória determina os disparo dos pulsos elétricos no interior das membranas dos neurônios transmissores dos núcleos cocleares;
- Os pulsos elétricos neuronais dos núcleos cocleares determinam o código neuronal do enunciado “O café vai esfriar!” – o código neuronal é a representação conceitual abstrata (RC) do enunciado, isto é, sua linguagem mental.

4 O Inconsciente Cognitivo representa, para as ciências cognitivas, o primeiro estágio do processamento mental. O termo foi cunhado por John Kihlstrom em 1987 (cf. Ledoux, 1996).

5 A explicação do processo em duas etapas tem um caráter meramente didático. Concebo que na comunicação espontânea o processamento cognitivo de interpretação humana ocorre de forma integrada e integradora.

6 Esta exposição está baseada em Kovács (1997, p. 70).

- A RC do enunciado é avaliada pelo mecanismo de decodificação linguística, mecanismo que pelas propriedades lexicais-sintático-semânticas do enunciado atribui à RC uma forma lógica (FL).

2) Processamento psico-cognitivo da linguagem⁷

- A FL é enviada à memória conceitual e ao Inconsciente Cognitivo.
- No Inconsciente Cognitivo a FL se combina com a reação da emoção⁸ gerada pelo enunciado e dispara Expectativas de Relevância sobre o mesmo, processo esse que norteia o Princípio de Relevância.
- Na memória conceitual, a FL se combina com outras formas lógicas completas e incompletas armazenadas como conhecimento enciclopédico. A memória conceitual parametriza, seleciona e categoriza os referentes constituintes do enunciado de modo que a FL, enriquecida pelos conceitos e formas lógicas dos referentes, se converte em uma forma proposicional (FP).
- Concomitante, o módulo psicológico, orientado pelo Princípio de Relevância, gera expectativas de significado sobre uma base de estados de sentimentos relativos à emoção. Em efeito, qualquer que seja o tom do enunciado de Maria (carinhoso, ríspido, ameaçador, irônico, etc.), o módulo psicológico modula a percepção dos ouvintes tal que a FP oriunda da memória conceitual se reveste de uma representação subjetiva do input. Nesse estágio, temos a FP revestida do sentimento do enunciado.
- Se as expectativas de relevância forem favoráveis a uma, e apenas uma, hipótese contextual, a FP enriquecida da emoção e do sentimento é então encaminhada à memória operacional e ao módulo “Efeito”.
- A memória operacional, por meio de inferências dedutivas não-triviais, combina a FP com massas de conhecimento enciclopédico de suposições e esquemas de suposições advindos da memória enciclopédica e, via dedução inferencial, gera uma implicação contextual. Nesse estágio, a FP do enunciado é avaliada em termos de adequação ao estado de coisas do mundo, isto é, a FP adquire um sentido.

⁷ Com base em Sperber e Wilson (1995)

⁸ Conceituamos emoção como um conjunto de reações e experiências talhadas por determinadas situações (Ledoux, 1996), ou ainda, uma reação cerebral adaptativa a uma mudança situacional, constituindo o sistema de defesa (Gazzaniga et al, 2002). De acordo com Ledoux, a interação entre o sistema de defesa e a consciência resulta na representação subjetiva da emoção, que é o sentimento.

- O sentido da FP resultante dessa implicação contextual é submetida ao crivo do módulo psicológico “Efeito” que, pela sujeição dos interesses, crenças e convenções dos interlocutores, gera expectativas de uma plausível força de verdade para a FP.
- A força da FP é avaliada pelo módulo psicológico em termos de efeito provocado nos interlocutores, da seguinte forma: a) se o efeito for nulo – o input não for relevante – o módulo psicológico invalida a hipótese inicial e interrompe o processo; b) se o efeito for pequeno, mas o input for relevante, a plausibilidade de verdade da proposição – sua força proposicional – poderá ser enriquecida com informações novas de modo que essas informações, se submetidas às regras de dedução, aumentem ou reduzam o efeito cognitivo; e c) se o efeito for grande, o módulo psicológico confirma a expectativa da hipótese inicial como sendo a suposição (mais) relevante para o input e atribui à FP uma Forma Proposicional Atitudinal Plena (FPAP). É nesse nível que se concretiza a relevância do input linguístico “O café vai esfriar!”.
- A FPAP é enviada ao módulo “Contextualização Mental”, que a representa como sendo o “significado” do enunciado de Maria. A contextualização mental do enunciado “O café vai esfriar!” é a abstração de uma (e apenas uma) hipótese aos domínios conexos do conhecimento. Cognitivamente o significado é uma experiência empírica⁹.
- O significado ganha dois segmentos: a) se for informação nova, ele se integra à memória conceitual para ser armazenado como representação de informação no formato de conhecimento enciclopédico, e b) é enviado ao módulo “Atitude Mental”.
- O módulo “Atitude Mental” sinaliza o alívio das excitações geradas pela computação das regras dedutivas-inferenciais e converte o efeito da FPAP em prazer/desprazer que os interlocutores o explicitam na forma de ação externa em resposta ao enunciado (1) de Maria, isto, é: tomem o café antes que esfrie.

9 A experiência empírica (termo emprestado de Russel e Norvig, 1995/2004) resultante das deduções inferenciais não corresponde ao *a posteriori* kantiano. O *a posteriori* kantiano seria, em última instância, a própria memória conceitual (enciclopédica), a qual passaria a denominar-se “memória de experiências empíricas”. No entanto, as experiências empíricas deduzidas inferencialmente formam o conjunto de conhecimentos armazenados como informações disponíveis para futuros processamentos tanto *a priori* quanto *a posteriori*.

6 Considerações finais

Complementando as considerações que fiz nos parágrafos anteriores – tenho bons motivos para acreditar que é dessa forma que a interpretação da linguagem humana ocorre – a intenção-tentativa de sumarizar em um estudo interdisciplinar a análise dos processos mentais de interpretação de enunciados verbalizados é uma relevante contribuição, não só aos estudos da linguagem, mas também aos estudos cognitivos da interpretação humana em geral.

O estudo aqui apresentado se presta à comunidade científica, principalmente, pela sua originalidade. Mensurar formalmente como o estímulo linguístico se transforma em código da linguagem mental a partir de um enunciado real é de considerável interesse para o estudo das ciências humanas e biológicas, tais como a psicologia, a psicopedagogia, a filosofia da mente, a inteligência artificial, entre outras. Mas, o artigo se torna relevante na medida em que oferece uma razoável contribuição para as diversas áreas do conhecimento que lidam com a compreensão da linguagem, porque a sistematização proposta permite discernir com exatidão a integração total do processamento dedutivo-inferencial da linguagem verbal. Nesse sentido, o estudo interessa principalmente à linguística cognitiva, e sobremaneira aos estudos pragmáticos, pois explora os processos de estados mentais que ainda são bastante obscuros, ou ignorados, nos estudos dessa disciplina.

O estudo poderá afiançar também pesquisas que tratam dos aspectos cognitivos envolvidos na aprendizagem de segundas línguas e/ou línguas estrangeiras, bem como pode servir de material para quem se interessa pelos estudos da tradução nas suas diversas modalidades. Este estudo pode servir ainda de subsídio aos estudos de aplicação clínica, como a neuropsicologia e a neurolinguística, principalmente no trato dos distúrbios relacionados aos déficits de aprendizagem.

Referências

- DAMÁSIO, A. R. (2007). *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia da Letras.
- DEL NERO, H. S. (2002). *O sitio da mente: pensamento, emoção e vontade no cérebro humano*. 4ª Ed. São Paulo: Collegium Cognitio.
- FODOR, J. A. (1983). *The modularity of mind: an essay on faculty psychology*. MIT: Massachusetts.

- GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R. B.; MAGNUM, G. R. (2006). *Neurociência Cognitiva: a biologia da mente*. (Tradução de vários autores). 2ª Ed. São Paulo: Artmed-Bookman.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação (1975). (Trad. João Wanderlei Geraldi). In Marcelo Dascal (1982). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas, vol. IV, pp. 81-103.
- KOVÁCS, Z. L. (1997). *O cérebro e a sua mente: uma introdução à neurociência computacional*. São Paulo: Acadêmica.
- LEDOUX, J. (1996). *O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- RUSSERL, S. e NORVIG, P. (2004). *Inteligência Artificial*. (Trad. Vandenberg D. Souza). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.
- SPERBER, D. e WILSON, D. (1986/1995). *Relevance: communication and Cognition*. Oxford: Blackwell.
- WITTGENSTEIN, L. (1953/1996). *Investigações Filosóficas*. (Trad. José Carlos Bruni). Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.

DO LAPSO DA FALA E MODELOS INTERPRETATIVOS: UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA TRICOTÔMICA

Selmo Ribeiro Figueiredo Junior (UFPR)

selmojunior@gmail.com

RESUMO: Em 2011, Dascal ratifica sua proposta de divisão da pragmática — a pragmática que ele teoriza e pratica — em três domínios complementares com relativa autonomia entre si: a sociopragmática, voltada ao uso da linguagem (qualquer que seja) para propósitos comunicativos ou sociais; a psicopragmática, a se ocupar com o uso cognitivo associal da linguagem; e a ontopragmática, interessada nos fundamentos existenciais da e na linguagem. No particular da interpretação de linguagem, além de apresentar o modelo pragmático, Dascal ([1988]2006) elabora um “mapa” em que inclui outros, indicando a possibilidade de colaboração entre eles sobretudo quando o significado da elocução é tomado como composto por camadas (‘cebola de significância’), modelos que são o criptográfico, o hermenêutico, o superpragmático, o radical e os causais de estrutura profunda. Tendo em conta a sócio, a psico e a ontopragmática, bem como diferentes modelos interpretativos, abordamos o ‘lapso da fala’ freudiano. A partir de alguns exemplos, os principais resultados produzidos apresentam: uma proposta sociopragmática da existência de um mecanismo cognitivo-pragmático que confere valor comunicativo a elementos do cotexto que não “nasceram” sob propósitos comunicativos; uma indicação de que a abordagem psicopragmática a um objeto teórico freudiano é presumivelmente improdutiva; um reconhecimento ontopragmático de que o estado mental característico do lapso da fala e a contraparte linguística expressa do lapso são existencialmente coprimordiais.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática; Lapso da fala; Modelos de interpretação.

1 Introdução

Nosso objetivo é abordar o ‘lapso da fala’ freudiano pela pragmática dascalina. Especificamente, abordar o lapso da fala pela sócio, pela psico e pela ontopragmática, estabelecendo relação com diferentes modelos de interpretação de que Dascal ([1988]2006) faz um “mapa”. Para relacionar tais modelos ao lapso da fala, o construto teórico da ‘cebola de significância’ do autor será evocado para suporte.

Em linhas gerais, a seção a seguir apresenta considerações acerca da pragmática a ser utilizada, introduzindo a sócio, a psico e a ontopragmática, bem como os modelos interpretativos e a cebola de significância. Na seção posterior, a concepção de lapso da fala com que lidaremos será exposta e a abordagem perseguindo o objetivo mencionado será realizada, e o artigo se encerrará com uma recapitulação concisa do trabalho.

2 Da pragmática utilizada

Borges Neto (2012) indicou que é possível que haja mais de uma pragmática sendo tratada frequentemente como apenas uma. A nosso ver, um dos problemas que dão sentido a essa indicação está ligado ao emprego que se faz do termo *pragmática*. (a) É uma disciplina? (b) Um programa de pesquisa? (c) Um aparato teórico particular de um programa de pesquisa? Para Dascal ([1999]2006, p. 6), a pragmática que ele faz — e que adotamos aqui — é uma disciplina¹, embora não propriamente autônoma:

[a pragmática] desenvolveu-se em associação com as disciplinas voltadas para a linguagem: linguística, filosofia da linguagem, retórica e teoria da literatura. Mas ela superou esses limites [...], estendendo-se, entre outras coisas, à prática legal, à inteligência artificial, à psicanálise, à antropologia, à arte e à política (DASCAL, [1999]2006, p. 6).²

Os problemas centrais sobre os quais essa pragmática (doravante, PD) incide são a interpretação e a compreensão na comunicação humana. A PD defende a “tese ontológica” de que tem um domínio bem definido e específico de objetos a investigar: as intenções comunicativas (não só no âmbito verbal). Contudo, como veremos adiante por ensejo da tripartição da PD em três domínios, a PD se volta também a processos mentais e linguísticos fora de propósitos comunicativos. Sua orientação explanatória baseia-se essencialmente em hipóteses heurísticas, criando ‘soluções satisfatórias’ para problemas pragmáticos, entre os quais está a determinação de componentes implícitos que o uso da linguagem possibilita e que o falante tem à disposição. O procedimento metodológico da PD, i.e., o *como* promove as análises dos objetos, se realiza pela consideração nocional principalmente da elocução, dos usuários da linguagem e do contexto.

A divisão que Dascal (cf. p. ex. DASCAL, [1992]2006, esp. p. 432) institui na PD faz surgir a sociopragmática, a psicopragmática e a ontopragmática: por economia socio-PD, psico-PD e onto-PD, respectivamente (cf. ratificação dessa tricotomia em DASCAL, 2011). Estudar, investigar, abordar: a linguagem (qualquer que seja) em uso comunicativo (ou social)

1 * UFPR/PGLetras/Estudos Linguísticos. Orientadora: Dra. Lígia Negri. Bolsista CAPES. Participante do GP ‘Linguagem e cultura’ (CNPq/UFPR). Membro da BFC: Centro de Trabalho em Psicanálise.

Nosso interesse neste momento não inclui a problematização do que Dascal entende por “disciplina”, tampouco a defesa ou crítica da resposta afirmativa à questão (a).

2 Uma consequência da “associação” e da “extensão” que caracterizam essa pragmática é que esta “transgride” limites ontológicos e “compra” epistemologias diversas que as áreas citadas implicam. Um modo de amenizar essa consequência é dizer que a pragmática é dada à interdisciplinaridade.

— tarefa da socio-PD; o uso cognitivo associal da linguagem — campo da psico-PD; e a linguagem na existência e a existência na linguagem — alçada da onto-PD.

Para os nossos propósitos, outro ponto importante a introduzir é o que se refere aos diferentes *modelos de interpretação* “mapeados” por Dascal ([1988]2006). São os modelos: (i) criptográfico, (ii) hermenêutico, (iii) superpragmático, (iv) radical, (v) pragmático, (vi) causais de estrutura profunda.³

Para (i), o significado está no *elemento semiótico* (palavra, frase etc.⁴) e o acesso a esse significado se dá por um processo de “descoberta”. No (ii), o significado está no *intérprete*, e o processo é de “criação” ou atribuição com base inteiramente nos interesses e informações do *background* do intérprete, processo no qual o intérprete é contexto-sensível. O (iii) concebe o significado como exclusivamente dado pelo *contexto*, de modo que o chamado “nível semântico de interpretação” — do qual exclusivamente se trata em (i) — se torna irrelevante. No (iv), o significado é produto do preenchimento de variáveis de uma equação (variáveis como ‘ambiente’, ‘ato comunicativo’, ‘estado mental’), de maneira que parte do “zero” e por isso tende a ser inviável em comunicação real.

O modelo (v), próprio da PD, reconhece o significado no elemento semiótico mas, por um lado, como contexto-sensível e, de outro, como dando pistas do chamado *significado do falante*. Este é efeito imediato da *intenção comunicativa* do falante. O intérprete precisa inferencialmente chegar ao significado do falante a partir do significado do elemento semiótico.⁵

Incidindo em uma região “profunda”, o interesse de (vi) está no significado que o falante “produz” sem dele se dar conta. Na terminologia de Dascal ([1988]2006, p. 230), esse significado pode ser infra ou supraindividual. Infraindividual quando o significado é de origem inconsciente (na acepção freudiana), que se supõe de “domínio privado”.

3 Há ainda outro modelo de interpretação indicado por Dascal, chamado de modelo experiencial. Todavia, por tal modelo não compartilhar com (i)-(vi) a característica de incidir na linguagem, mas sim no comportamento global, o deixamos de fora. Sobre ele, v. Dascal ([1993]2006).

4 Estamos aqui privilegiando, ainda que implicitamente, a linguagem verbal, mas os elementos semióticos, *mutatis mutandis*, podem ser de diferentes “sistemas”.

5 Na linguagem verbal, a terminologia da PD ao significado do elemento semiótico corresponde ao *significado da(s) sentença(s)*, que, “exposto” ao contexto, por este sendo ou não alterado (por conta da “contexto-sensibilidade”), chama-se *significado da elocução*. Acerca de uma proposta de sistematização das etapas do processo de (v), v. Dascal ([1992]2006, esp. p. 439).

Supraindividual quando o significado é de cunho ideológico (na acepção marxista) e se estabelece em “domínio público”.⁶

Dascal ([1988]2006, p. 232) sugere que os modelos de interpretação “[...] deveriam, quem sabe, ser vistos como complementares, dedicando-se às diversas porções do vasto mundo do ‘significado’.” Mais tarde, dirá que é criticável tomar “imperialisticamente” um modelo em detrimento de outros, ainda mais se de maneira apriorística (cf. DASCAL, [1993]2006).

O construto teórico da *cebola de significância* do autor representa “as diversas porções” do significado, cujas camadas, sob formulação teórica não-conclusiva, seriam (cf. DASCAL, [1981-99]2006, [1977]2006): (A) o conteúdo proposicional da sentença; (B) a razão da elocução (o tópico de uma conversação ou uma motivação que origine um tópico); (C) a força ilocucionária (ref. a uma ordem, ou a um pedido etc.); (D) o caráter nêustico da elocução (o grau de compromisso que o falante “dá a entender”); (E) a eventual implicatura conversacional (dizer *p* para comunicar *q*); (F) o componente de significado inconsciente (segundo indicação dada acima ref. ao infra e supraindividual); (G) o efeito da interferência do registro conversacional (familiar, ordinário, formal) adotado; (H) o componente emotivo de significado (ref. ao componente que expressa uma atitude subjetiva); (I) as pressuposições semânticas; (J) a modalidade; (K) as condições de felicidade do ato de fala; (L) a força perlocucionária (ref. aos efeitos pretendidos sobre o interlocutor).⁷

Se, de fato, os modelos de interpretação puderem ser vistos como complementares entre si a respeito das diferentes porções do significado — abstração feita à mistura de postulados ontológicos (subjacentes aos modelos) que uma combinação dessa natureza facilmente resultará —, presumimos que seria algo como, por exemplo: (A) para o modelo criptográfico; (B) para o hermenêutico; (D) para o superpragmático; (H) para o radical; (E) para o pragmático; (F) para os causais de estrutura profunda. Certamente as escolhas entre (A)-(L) por parte dos modelos (i)-(vi) não são excludentes.

6 Textos de Dascal com detalhes dos modelos (i)-(vi): [1988]2006. Adicionalmente dos (i), (ii), (v) e (vi): [1989]2006 e [1993]2006.

7 V. os textos indicados de Dascal para detalhes das noções envolvidas na cebola de significância. Diga-se ao menos que as noções em (A), (I), (J) são tomadas à “tradição” semântica e lógica; as em (C), (D), (K) e (L), mais de perto à teoria dos atos de fala — de Austin ([1962]1975, e.g.), Searle (1969, e.g.) e Hare ([1970]1971); (E) é proveniente de Grice ([1975]1982); (H) vem de Stevenson (1944).

3 Da porção “profunda” do significado e lapso da fala

Dascal ([1985]2006) aborda a porção profunda do significado do chiste e do sonho freudianos, além da porção “superficial” (de valor comunicativo) do chiste. Nesse trabalho, o autor então tem ocasião de demonstrar o escopo da socio-PD (sociopragmática) e da psico-PD (psicopragmática). Pensamos que a aplicação da psico-PD e da socio-PD a outro objeto teórico freudiano, o lapso da fala, retorne resultados não triviais à PD. Adicionalmente, dispusemos algumas observações pela onto-PD (ontopragmática) em relação a tal objeto.

Do ponto de vista da teoria freudiana, o lapso da fala é uma especificidade do chamado ato falho (ou parapraxia)⁸. O lapso da fala se caracteriza fundamentalmente por uma perturbação que uma *intenção consciente* que pretende ser enunciada sofre pela interferência de um *pensamento inconsciente*. No plano da expressão, o lapso da fala apresenta sons de (partes de) palavras no lugar de outras, resultando-se palavras existentes ou não. O pensamento inconsciente em questão, pela análise do elemento linguístico que o indica, pode estar relacionado (ou associado) a algum elemento da intenção consciente, a algum elemento do contexto ou ainda não estar em relação nem com a intenção consciente, nem com o contexto. Seja a seguinte conversação (sem o itálico é o elemento interferente de proveniência inconsciente, no exemplo abaixo e nos subsequentes):

(1)

A: *O que você vai fazer depois de terminar a pós-graduação?*

B: *Vou fazer vestibular... quer dizer, concurso.*

Alternativamente, a elocução de B em (1) poderia ser:

(1')

B: *Vou fazer vestibular.*

Uma variável saliente em casos de lapso da fala é a “tomada de consciência” ou não por parte do falante do lapso, por si — caso em (1) — ou não — caso em (1') e também em (2):

(2)

⁸ Em sua formulação a respeito do tema do lapso da fala, Freud ([1901]1996) parte de MERINGER, R.; MAYER, C. (1895). *Versprechen und Verlesen, eine psychologisch-linguistische Studie*. Stuttgart: G. J. Göschen; MERINGER, R. (1900). *Wie man sich versprechen kann*. *Neue Freie Presse*, 12931, 6-7. Para saber dos outros tipos de ato falho, v. a obra de Freud citada.

A: *O que você vai fazer depois de terminar a pós-graduação?*

B: *Vou fazer vestibular.*

A: *Vestibular?* [risos]

B: *Opa!* [risos] *Quis dizer: concurso.*

Um dos casos de lapso da fala que Freud ([1901]1996) expõe e analisa é:

Disse um jovem a sua irmã: “Rompi completamente as relações com os D., já nem os cumprimento mais.” “Pois é”, respondeu ela, “eles são uma bela *Lippschaft* [palavra inexistente].” Pretendia dizer “*Sippschaft* [corja, ralé]”, mas, no lapso, comprimiu duas idéias: a de que o próprio irmão certa vez começara um flerte com uma jovem dessa família, e a de que se comentava que esta se envolvera recentemente numa *Liebschaft* [relação amorosa] séria e irregular. (FREUD, [1901]1996, p. 82-83).⁹

A elucidação de um lapso da fala pode ser autoexplicativa — como (2) sugere — ou surgir só com um trabalho psicanalítico específico — como o exemplo de Freud acima remete. D’Agord, Binkowski e Chittoni (2008, p. 52) apontam que a situação clínica busca a “abertura de sentido”, e um lapso da fala favorece exemplarmente esse trabalho. Abertura que pressupõe antes a tomada de consciência do falante de que o lapso aconteceu. Abertura que é o falante considerar o significado da interferência inconsciente como tendo “sentido”. Adicionalmente, essa abertura está sujeita na conversação ordinária e de modo “espontâneo” (por motivos de facilidade de remissão/recuperação, T_x indica a sequência dos *turnos de fala de A*):

(3) A: *Está encerrada a reunião... não, não: está aberta a reunião.* (T₁),

após o que, A se senta à mesa, e B a seu lado diz discretamente:

(3)

B: *Acho que você não gostaria de estar aqui, hein, amigão?* [risos]

A: *Acho que é bem verdade: minha filha chegou hoje da Europa e, querendo muito vê-la, ainda não a vi.* (T₂)

Thá (1997) trata do lapso de modo proposicional, de maneira que a intenção consciente que pretende ser enunciada é uma proposição e a interferência inconsciente é reduzida a outra

⁹ A semelhança fonética implicada (e aludida) nesse exemplo de Freud não é a *causa* do lapso. Tendo em vista os mecanismos do lapso da fala, a semelhança é um *efeito* contingente (cf. FREUD ([1901]1996)).

proposição. *De agora em diante*, digamos para a primeira p e, para a segunda, q . Aplicando esse tratamento a (1'), teríamos:

(1'a)

p : vou fazer concurso.

q : vou fazer vestibular.

Por essa ótica, a expressão que encerra o lapso da fala se representa ($p \wedge q$).

Para abordarmos o lapso da fala pela PD, na visão da cebola de significância q é o componente de significado de proveniência inconsciente, ou seja, (F). Como intenção consciente que o falante pretende enunciar, p é o conteúdo proposicional, (A). Foquemos nessas duas camadas, deixando de fora as demais.

Consoante ao que apontamos em seção anterior, (A) pode ser objeto do modelo de interpretação criptográfico (que o modelo pragmático subsume, como vimos) e (F), do causal de estrutura profunda em que o psicanalítico se constitui (no qual o significado é infraindividual). Essa é uma de outras combinações presumidas entre modelos de interpretação para casos específicos.

É compatível em (3), suposta comunicação real e ordinária, que B, antes de enunciar, tenha “intuitivamente” considerado o modelo hermenêutico de interpretação. Nesse cenário — a nosso ver, fortemente plausível —, ainda mais se B não tivesse enunciado (e consequentemente não houvesse T_2), a confirmação de que seria o caso do significado que B inferiu abduktivamente a partir de T_1 (o qual a elocução de B reflete) seria inviabilizada; não havendo nenhum “elemento fenomênico” a corroborar o significado inferido por B a partir de T_1 . Nessas condições, é o modelo hermenêutico que explica a plausibilidade da inferência de que B foi agente, e inferência essa que embasa a (e se reflete na) própria elocução de B, que por sua vez evidentemente embasa T_2 (no cenário “atual” de (3)).

Não havendo, por óbvio, nenhuma razão para desqualificar (3) como sendo uma conversação autêntica, surge, no entanto, um problema que consiste na relação entre, de um lado, o fato de que B em (3) considerou um significado não-intencional de A (em T_1) como condição de sua enunciação (enunciação de B) e, de outro, a concepção de comunicação da PD baseada nas ‘intenções comunicativas’ dos interactantes. Isso porque q (ref. aqui à interferência inconsciente) enquanto proposição originada de T_1 em (3) não obedeceu a

propósitos comunicativos como condição de emergência na conversação, mas, a despeito desse fato, B a situou em tal conversação (o que contou com o reconhecimento de A) e, portanto, seu estatuto passou a ser (consensualmente) comunicativo. Como resolver esse impasse (se é que existe)?

Pelo menos em casos análogos a (3), um caminho pelo qual parece pertinente resolver o impasse hipotético é ter em consideração em primeiro lugar, não a *origem* ou motivação “profunda” do elemento que surge na conversação e que — pelo menos *a posteriori* — recebe estatuto comunicativo, mas sim o *uso* comunicativo de tal elemento, dimensão do uso comunicativo que está sob o escopo da PD, mais especificamente da socio-PD. Sob esse ângulo, que tende a atribuir validade ao pressuposto de um mecanismo que podemos chamar de *mecanismo de valoração comunicativa retroativa* (MVCR) a elementos do cotexto da comunicação¹⁰, o impasse se dissolve, e (3) assim está eminentemente sob escopo da socio-PD. Se, contudo, não for válido admitir a existência e atuação do MVCR — que dá valor comunicativo a algo que não “nasceu” sob propósitos comunicativos —, (3) essencialmente não pode ser objeto de análise da socio-PD. Por essa alternativa, (3) tenderia, por implicação, a ser tomada como uma não-conversação, e assim outras razões que não o valor comunicativo de *q* teriam de explicar o desenvolvimento com “aparência de conversação” de (3).

À psico-PD caberia dizer sobre a origem, a motivação “profunda” de *q* nos lapsos da fala, porquanto a origem ou a motivação do lapso se situa do lado do conjunto de processos mentais (com ou sem linguagem) fora de propósitos comunicativos. A psico-PD voltando-se ao lapso da fala, o modelo interpretativo relevante é o psicanalítico (um causal de estrutura profunda). Isso posto, e tendo-se em conta a concepção de lapso da fala com que estamos lidando — concepção metapsicológica da psicanálise freudiana —, considerações psicopragmáticas acerca do lapso da fala a partir do modelo psicanalítico de interpretação nos levaria a resultados muito próximos aos que já foram obtidos por trabalhos teóricos psicanalíticos. O trabalho já mencionado de Dascal a propósito do chiste e do sonho freudianos o corrobora (cf. DASCAL, [1985]2006).

De seu lado, o que a onto-PD teria a dizer do lapso da fala? Vejamos antes que, na caracterização que Dascal ([1992]2006) faz do domínio da onto-PD, o autor evoca o seguinte

10 O que queremos dizer com MVCR é o que (3) exemplifica: por ensejo de B, A em T₂ retroativamente inscreve *q* no jogo comunicativo. Por esse mecanismo, o *significado do pensador* — rubrica aos significados que estão fora de propósitos comunicativos (cf. DASCAL ([1983]2011) — se converte em (parte do) *significado do falante*.

pensamento de Heidegger (1927¹¹, p. 161, *apud* DASCAL, [1992]2006, p. 425): “O Discurso é existencialmente co-primordial com estado mental e compreensão” (digamos que essa seja a tese-1 da onto-PD). Ao adotar essa visão, estado mental e compreensão são indissociáveis da linguagem. Ainda: “[...] *nada existe, a não ser através da linguagem*” (WINOGRAD e FLORES, 1987¹², p. 68, grifo dos autores, *apud* DASCAL, [1992]2006, p. 449) é outra tese (tese-2) a filosoficamente caracterizar a onto-PD. Tentemos observar o que a onto-PD, mediante a tese-1 e a tese-2, diz a respeito do lapso da fala.

Uma relação de mútua constituição (ou de coprimordialidade) — uma relação entre: (α) o ‘estado mental’ envolvido no lapso da fala e especificamente (β) o ‘elemento linguístico’ que é a contraparte expressa do lapso — está presente. O estado mental em questão se resume a um conflito psíquico (interferência inconsciente vs. intenção consciente). α não é concebível sem β e β não existe sem α , *para efeitos de lapso da fala*. Ou seja, não podemos supor a existência de β sem a existência de α , assim como, *se é lapso da fala*, não dá para supor a existência de α sem a existência de β . Uma consequência disso é que α não causa β nem β causa α . O lapso da fala é simultaneamente mental e linguístico. Essa coprimordialidade só tem sentido se o Ser é o ‘lapso da fala’ (não o ‘homem’) sob *condição pragmática de existência*¹³.

Essa concepção “ontoprágmatica” que apresentamos acerca do lapso da fala (tendo em conta a tese-1, as ressalvas mencionadas e o enfoque realizado) já contém, de certa forma, o que se pode dizer tendo-se em conta a tese-2: no particular do lapso da fala, *prima facie* ele não existe senão mediante a linguagem.

4 Considerações finais: recapitulando

Vimos que a pragmática que Dascal teoriza e pratica, da qual fizemos uso, investiga a linguagem utilizada de diferentes maneiras, seja comunicativamente (escopo da socioprágmatica), seja só mentalmente (psicoprágmatica), seja existencialmente (ontoprágmatica). A discussão sobre os diferentes modelos interpretativos nos apresentou explicitamente como a “procura pelos significados” pode se realizar de maneiras alternativas

11 HEIDEGGER, M. (1927). *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer. [(2006). *Ser e tempo*. Petrópolis/RJ: Vozes.]

12 WINOGRAD, T.; FLORES, F. (1987). *Understanding Computers and Cognition: a new Foundation for Design*. Reading/MA: Addison-Wesley.

13 Se tomamos o lapso da fala, diversamente, sob *condição teórica de existência*, somos subjugados a conceber α como precondição de β . E faria sentido pensar em ‘compreensão’ neste momento se o Ser focalizado fosse o ‘homem’, não o ‘lapso da fala’.

e colaborativas. Com isso em conta e o construto teórico da cebola de significância, que representa as diversas “porções” do significado, fizemos escolhas metodológicas restritas — operar sob focalização: dos modelos criptográfico e psicanalítico (e, em alguma medida, hermenêutico e pragmático); das camadas do significado do conteúdo proposicional e do componente de significado infraindividual — para abordar o lapso da fala freudiano e, por essas escolhas, pudemos produzir alguns resultados. Houve indicações de que a complementaridade entre os modelos de interpretação é de fato justificável. A partir de casos de lapso da fala, fizemos uma proposta dedutiva sociopragmática de um mecanismo cognitivo-pragmático de existência pressuposta na conversação que retroativamente confere valor comunicativo a um elemento linguístico “nascido” sem propósitos comunicativos. Dissemos que uma abordagem psicopragmática ao objeto freudiano de lapso da fala é presumivelmente improdutiva, uma vez que os resultados tenderiam francamente a se aproximar dos que são obtidos por estudos psicanalíticos (uma mostra disso é o trabalho acerca do sonho e do chiste freudianos pela psicopragmática que Dascal propõe ([1985]2006) ao qual remetemos o leitor). Por fim, apresentamos um reconhecimento ontopragmático de que o estado mental próprio do lapso da fala e a contraparte linguística expressa do lapso são existencialmente coprimordiais, desde que consideremos o lapso da fala sob condição pragmática de existência, isto é, desde que não o analisemos abstraído da atividade real (que o funda) inscrita numa situação de fala real.

Referências

AUSTIN, J. ([1962]1975). *How to do Things with Words*. URMSON, J.; SBISÀ, M. (eds.) Cambridge/Mass.: Harvard University Press.

BORGES NETO, J. (2012). De que trata a pragmática? In: *I Workshop Internacional de Pragmática: teorias, perspectivas, diálogos e aplicações*. Curitiba/PR. (Conferência.)

D’AGORD, M. R. de L.; BINKOWSKI, G. I.; CHITTONI, F. B. (2008). Psicanálise e pragmatismo: aproximações e possibilidades. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte/MG, v. 14, n. 1, 47-62.

DASCAL, M. ([1999]2006). À guisa de introdução. In: *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo/RS: Unisinos.

_____. ([1977]2006). Como funciona um conectivo? – entre semântica e pragmática: os dois tipos de *mas* – ‘aval’ e ‘ela’. In: *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo/RS: Unisinos.

_____. ([1985]2006). Compreendendo chistes e sonhos: sociopragmática versus psicopragmática. In: *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo/RS: Unisinos.

_____ ([1981-99]2006). Compreendendo os mal-entendidos: um estudo sobre a coerência conversacional. In: *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo/RS: Unisinos.

_____ ([1989]2006). Interpretação hermenêutica e interpretação pragmática. In: *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo/RS: Unisinos.

_____ ([1988]2006). Modelos de interpretação. In: *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo/RS: Unisinos.

_____ ([1993]2006). Os limites da interpretação. In: *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo/RS: Unisinos.

_____ (2011). Prefácio à edição brasileira. In: *Pragmática e filosofia da mente I: o pensamento na linguagem*. Curitiba/PR: Ed. UFPR.

_____ ([1992]2006). Qual a importância da linguagem na inteligência artificial? In: *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo/RS: Unisinos.

_____ ([1983]2011). Sociopragmática, psicopragmática e filosofia da mente. In: *Pragmática e filosofia da mente I: o pensamento na linguagem*. Curitiba/PR: Ed. UFPR.

FREUD, S. ([1901]1996). Lapsos da fala. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*, Vol. VI. Rio de Janeiro/RJ: Imago.

GRICE, H. P. ([1975]1982). Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. Vol. IV. Campinas/SP: Unicamp.

HARE, R. M. ([1970]1971). Meaning and Speech Acts. In: *Practical Inferences*. London: MacMillan Press.

SEARLE, S. (1969). *Speech Acts: an Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge/Cambs.: Cambridge University Press.

STEVENSON, C. L. (1944). *Ethics and Language*. New Haven/CT: Yale University Press.

THÁ, F. (1997). *Uma semântica para o ato falho*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR.

FROM ASSUMPTIONS TO ACTIONS AND VICE VERSA: THE DIALOGIC RATIONALITY AND THE EXPRESSIVE DIALOGUE AS A FORM OF MEDIATION*

Stéphane Dias (PUCRS)
stephanerdias@gmail.com

But the fact remains that if conflicts are one day to be solved, they are only going to be solved by contact between the warring parties.

(...)

I believe that in cultural matters – with literature and, even better, with music, because it doesn't have to do with explicit ideas – if we foster this kind of a contact, it can only help people feel nearer to each other, and this is all.

(Daniel Barenboim in Parallels and Paradoxes)

Summary: this paper presents some arguments that are part of my Ph.D. research, which aims to explore two related aspects: a description-explanation of some aspects of human dialogic rationality (related to the *exchange* of ideas towards justified decision-makings, in the relation between thinking, talking – seen as an action committed to acts –, acting, feeling and deciding) and the development of a proposal of conflict mediation involving the language of Art, and the artists as special dialoguers. Some of the arguments are assumptions presented in the history of the areas involved; some others are contextualized in the research program in Logic and Natural Language (LNL – Linguistics, PUCRS), and others represent my own contribution regarding a potential application of not so well-known assumptions to the dialogic arena. In order to organize the discussion, the paper will be divided into metatheoretical, theoretical and potential application claims.

Keywords: Dialogue. Relevance Theory. Semantics/Pragmatics. Rationality. Art

Metatheoretical assumptions

As this topic is of interest of activists and people who work in the professional political activity, it is imperative to assume some position regarding the theoretical contribution. It is assumed that our contribution, as theorists, is precisely in terms of providing elements for a relevant comprehension of the *generality* of the phenomenon under discussion. The phenomenon itself is understood as a complex object of analyses, in the sense

* I would like to thank Francisco Yus for valuable comments on the earlier draft of this paper.

that there are different properties involved in its description-explanation. By the umbrella of the Metatheory of Interfaces (COSTA, 2007), complex objects are taken as generalizations that involve different disciplines. And to construct an interdisciplinary perspective, we will need to create relations among areas by means of their sub disciplines (COSTA, 2007).

In this paper, from a linguistic perspective¹, the sub disciplines in interface are the ones that deal with *meaning* and its properties operating with context-dependency and/or with generalizations about human cognition (human language use/interpretation), Semantics and Pragmatics, essentially committed with a socio-cognitive perspective. However, this approach is compatible with proposals related to formal Discourse Pragmatics, especially with the work of Vanderveken and Searle regarding Illocutionary Logic. A proposal of compatibility between these approaches will be presented in Dias (forthcoming).

Theoretical assumptions

Inside a model of complex rationality relations, the Linguistic Theory of Dialogue (COSTA, 2004, 2012) addresses *dialogue* as the most elementary communicative piece – instantiation of a basic natural-social tendency. In natural terms, it is advocated an innate tendency for connection, a biocognitive orientation towards communicative interaction, expressed in the principle of non-trivial connectivity (COSTA, 2004). Dialogues, thus, as part of our *social nature*, are the proper forms of instantiation of general communicative patterns. It is claimed, under this view, that communication is instantiated by a dialogic process, the result of interactions between biocognitive properties of the mind-brain and of cultural properties of human relations. In other terms, the dialogic *process* is seen as having innate properties in the mind-brain as well as cultural type-properties (basic dialogic structure – types, forms and contents), and cultural token-properties (context-specific properties). This scenario is not designed as a Cartesian model, since it is assumed cause-effect relations among these properties.

The dialogic framework addressed here, so, is a set of properties underlying all dialogic types. Dialogue is understood as a the most basic and sophisticated form of human connection through language. In terms of *dialogic practices*, we have a chain of *dialogic acts* – composed by speech acts. According to this view, each *dialogic act* represents a *dialogic instance* of a wider communicative design. Analogous to the natural direction expressed by

¹ It is advocated that an interdisciplinary theoretical research presents the perspective of the main area by which the researcher is oriented, in the sense that an academic interdisciplinary research is not symmetrically interdisciplinary, at least until the present moment.

the principle of non-trivial connection, we assume a rational direction expressed by the principle of relevance (SPERBER and WILSON, 1986, 1995, 2012). These two principles are complementary, since the former accounts on the first level of communicative approximation among human beings – at the level of contact – , and the latter provides an explanatory account on the communicative process of information exchange (in the sense of representations of the world) – at the level of content.

The socially and biologically determined acts of communication – dialogic units – are designed as being guided by general properties. One of the main properties we assume is the (EDC): the *expectation of dialogic consistency*, that is, people are *expected to think, talk (communicate) and act* in a coherent direction (DIAS, 2012b)² . The degree of expectation, though, can vary according to cultural-token parameters. So, this consistency among beliefs, statements/implicated content, decision-makings and actions is understood as an articulation among (i) assumptions and (implicated) statements; (ii) dialogic units themselves (each dialogic exchange of a chain is expected to be consistent with each other – taking into consideration the whole process); (iii) what is communicated and the decision-making process assumed (made mutually manifest to the dialoguers), and, finally, (iv) it is expected a coherence among the decisions (communicated) and the actions (performed). So, it is advocated that the three major rational dimensions (to think, to communicate and to act) are *expected* to be dialogically integrated and consistent³.

Thus, the dialogic process, i.e., the history of dialogic exchanges, is a sequence of dialogic events (not isolated events), which are expected to be communicatively credible and internally consistent among them, resulting in what the political common sense understand as a coherent dialogue. Inside this theoretical picture, the dialogic architecture is regulated by inferences, which are taken as a natural communicative property. Accordingly, we assume that in all dialogues we have explicit/implicit contents involved in varying degrees and forms (GRICE, 1989; SPERBER & WILSON, 1995, LEVINSON, 2000). Explicitly and implicitly communicated information are understood as parts of a continuum (SPERBER & WILSON, 2008, among others). Following this vein, the speakers' intentions are established before what is said as well as can be constructed and changed on line, i.e., in the course of communication. The degree of intentions' explicitness, however, can be a point of tension (as, for example, in dialogues in context of conflict as in the political scenario of the international relations), since

2 I'll further develop a relation between this idea and Asa Kasher's (1976) principle of rationality (Kasher, A. "Conversational maxims and rationality." Boston Studies XLIII: 197-216).

3 This *expectation* is not understood as a maxim or a convention. It is assumed as a natural-social tendency related to the principle of relevance.

the participants want to infer the others' beliefs, passing necessarily by a cost-benefit computation as stated by a relevance principle (SPERBER & WILSON, 1986, 1995)⁴.

In this scenario, we deal with some types of dialogue. *Conflictual dialogues* refer to a wider dialogic structure that embraces dialogic events that have as their ultimate goal the resolution (or at least the accommodation) of a conflict. *Political dialogues*, as a conflictual subtype, have as their main concern a decision-making process. This dialogic game is characterized by the manipulation of inferences for two main reasons: to check out intentions and to make justified decisions (COSTA, 2012⁵). Some *conflictual dialogues* – especially dialogues in context of *occupation* and *invasion* – have particular *rhetoric properties*, as, for example, banners, (car) speakers, slogans; *rhetoric acts*, as protest marches, invasions and occupations. In addition, they are built in a context of opposition and asymmetry of *force* – a *dialogic force*. The *force* in dialogic conditions guided by relevance is more than a conjunction of illocutionary forces, taking into consideration a chain of *mutually manifest assumptions* (regarding the position of the dialoguers in the process), *intentions* and *rhetoric force* (regarding the form that the content is presented). This game, however, is at the same time natural and conscious, in a way that the speaker and the audience are aware of the nature of the process and of the basic assumptions involved in the negotiation table, since it is the base of its history of dialogic exchanges. As a consequence, we assume that the human cognition goes from assumptions to act(ion)s and from act(ion)s to (re)constructing assumptions⁶, since one is input to the other.

Inside the mapping offered by the Linguistic Theory of Dialogue (COSTA, 2004, 2012), *dialogue* represents a naturally and socially oriented instance, in the sense it is directed towards human *connection* and human *content-sharing*. In a first moment, a dialogue is observed as a connector of human minds (and also bodies, in the case of non-technological mediated communication); that is, humans are mentally connected by dialogues, regardless any content interest. In a second moment, humans are connected by their beliefs; that is, *dialogue* is a hyper relevant medium of connection and content-sharing in support to decision-makings and act(ion)s. Thus, assuming an inferential approach of dialogue is a fruitful way to describe and explain dialogic properties related to the linguistic behavior.

4 We also assume an approach of Rhetoric (Costa, in this volume), which deals with the impact of the form on the content of the dialogic exchanges.

5 According to discussions inside the research program in Logic and Natural Language at PUCRS.

6 The concept of speech act will be explored in a further work, considering the works of Nicolle (2000) and Vanderveken (2013).

Dialogue, thereby, can be regulated by some constrains or patterns⁷. For example, the act of *rejecting* can be seen in this biosocial interface. By a social perspective, inside Psychology, *rejection* may refer to an interpersonal relation set in a social relationship, when an individual is excluded by other(s) from a group. At the same time, in Zoology we have an analogous concept. In Zoology, *rejection* can make reference to the segregation of one or more individuals in a group. As observed, it is possible to map both scopes. When an individual does not communicate a belief – or, properly saying, he does not engage himself in a dialogue – in the virtue of fearing rejection, we are dealing with a situation that has its origin in a natural-social background, since we need to consider the pattern that makes one individual rejects aversion – ultimately, a natural argument.

In this sense, the definition of *dialogue* presented is apt to deal with properties such as *emotional constrains* and *power relations*, in that interface. One possible argument that can be used to defend this view is that by this perspective we can deal more properly with concepts such as *intuition*, *impulse* and *feeling*. The rational system that can be described by such design is inserted inside the scope of natural human behavior, that is, it is a complex rationality. Added to the above-mentioned three major dimensions of a rational being, another one has a particular role in this discussion: *to feel*.

Regarding the types of dialogue, each type expresses a goal of the proponents of the dialogue. And related to the last dimension that was pointed out, there is a particular type of dialogue associated: the *Expressive dialogue*, which has *expression* as its main objective. Inside this type, we have the dialogue between *artists-audience* by means of Art.

It is central to consider that Art is taken as the most genuine form of expression. It is synthesis of emotions, feelings and thoughts, in a way that it represents the highest level of human expressiveness. People's need of expressing themselves is noticed among different cultures and it regards to the way people live, as input and output of their creativity, sensibility (emotional architecture) and meta consciousness. Even if people use aesthetic forms to distract themselves, Art is only understood as such when it reaches an audience, when there is the perception of the artistic expression by a public that should "look at it," "admire it." It would be strange that the relationship among people were not linked to a

⁷ It is also important to point out that the predictive scope here is restricted to the class of humans, even though some rules can be extended to other classes of entities. As we do not dispose of relevant evidence to support that claim, though, it is preferable to restrict the general scope of predictions to the class of humans.

tendency towards a communicative connectivity, to which *language* is here assumed to be related. Further, artistic forms prove to be as plural as all possible forms of language, as old as these, and evolving concurrently with the evolution of cultures; in addition, more than the arbitrary signs, they have the ability to be means of connection among people away in time, in culture, in space (DIAS, 2012a).

At the same time cause and consequence, Art and artists have an extremely powerful appeal for connectivity with their audience. This dialogue, however, is asymmetric and mediated. The media can be their own body, a channel or the external medium that carries the content of expression, or the artwork itself, which is the language of contact. The important point here is the effect of this kind of dialogue. Art itself does not solve political-diplomatic conflicts, but Art itself connect people. That is precisely the role of this type of dialogue. Soares (2010) advocates that artists' leadership is central in the process of pacification, since they can establish a dialogue without frontiers all over the world. What follows of this connection – that is, objectives, etc. – is another point. The potential of appeal of this kind of communication is something that seems to deserve a careful attention.

Potential application

It is assumed that, in the context of the Sciences of Language, a relevant approach of political dialogues, and specially of dialogues under occupation⁸, has a practical potential application: helping specific dialogic processes to evolve by the means of the dialoguers' (politicians, actors of International Relations and of the Media, etc.) comprehension of the dialogic phenomenon. As advocated in the VI Dialogue under Occupation Conference (2012), we can use a specific dialogic strategy as a form of mediation in the context of conflicts. By the use of the *Expressive dialogue* (DIAS, 2011), and specifically of one of its subtype⁹, the dialogue between artists and the audience, whose medium and language are art itself, we can establish a channel of contact among conflicting parts. Whenever we see an artistic discourse we like, it overrides religious and political boundaries, establishing a dialogic contact between a great group of dialoguers, people grouped by and because of a common discourse. This follows Soares' (2010) claim for the artist's leadership in the process of urging people to act

8 See <http://dialogueunderoccupation.org/>.

9 Taking into consideration the possibility of exploring other (sub)types of Expressive Dialogue, such as trivial dialogues in which people aim *expressive goals* (see Vanderveken 2013). Though, I assume that the subtype under discussion is the highest-order type of *expressive dialogue*.

and to be united. This dialogue between artists and their audience is unique, because it is asymmetric in such a way that it is built up by the artists' art, by their expression. It implies that in a complex rational panorama, we have a central emotional element, since the appeal of connectivity is first of all an emotional appeal. This type of dialogue can mediate conflicts, I repeat, just in the sense that it can bring people together. It is a possibility, if we assume its universal communicative-cognitive appeal.

Conclusion

We are able to state that the engagement in a *dialogue* implies a complex dialogical game. In this context, *dialogue* is, paradoxically, on the one hand, the most democratic form of solving problems, and, at the same time, it is used as a mediation to accommodate them, problematically. In contexts of negotiation, however, a solution is expected through dialogues, considering that it is by them that the necessary decision-making is possible. Contrary to that general expectation, though, there are conflicts that remain unsolved, despite dialogic efforts. Maybe a possible solution is precisely in the improvement of the understanding of dialogic elements and in the use of particular expressive dialogues as a form of mediation.

An interdisciplinary approach of the dialogic process will possibly permit a less limited perspective in comparison to a disciplinary one, since the second assumes essentially a descriptive position in order to delve into a particular theory or into a very detailed aspect of the wider phenomenon. The perspective assumed, though, permits us to construct a broader theoretical picture. Following this vein, a proposal by interfaces precisely contributes in terms of a theoretical counterpart to all areas involved. At the same time, it is difficult to intend a theoretical explanation of multifaceted objects (i.e., theoretical constructions that assume a perspective of complexity) without mentioning different proprieties described by complex models. In this sense, a disciplinary analysis will help to describe specific aspects of the object, and an interdisciplinary proposal will help us to construct a broader picture compatible to the aim of explaining it. The Metatheory of Interfaces, in this sense, contributes as an organizational instrument to guide us on how to construct an object of research that can be compatible with the modern interdisciplinary context. Moreover, such proposal would be engaged in potentially prove itself applicable to token problems.

References

- COSTA, J.C. da. (2011). *A estrutura inferencial da comunicação dialógica*. [recurso digital] 2004. Disponível em:
<http://www.jcamposc.com.br/projetos_e_pesquisas/a_estrutura_inferencial_da_comunicacao_dialogica.pdf> Acesso em: 27 ago. 2011.
- _____. (2012). *Diálogo: questões interdisciplinares*. Tubarão.
- _____. (2007) *The sciences of language: communication, cognition and computation*. In AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). *Innovation and interdisciplinarity in the university* (Inovação e interdisciplinariedade na universidade). Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 345-376.
- DIAS, S. (2012a). *Resolution of Occupation: The Expressive Dialogue as a Form of Mediation*. In: *Dialogue Under Occupation*, 2012, Beirute. Dialogue Under Occupation (DUO VI - Beirut) *Book of Abstracts*. Beirute, 2012.
- _____. (2012b). From assumptions to actions and vice versa: the dialogical rationality and the expressive dialogue as a form of mediation. In: Caderno de Programação e resumos do I Workshop Internacional de Pragmática: teorias, perspectivas, diálogos e aplicações. Paraná, 2012, p. 18.
- _____. (2011). *A Metáfora no Diálogo Expressivo*. In: V Congresso Internacional da Metáfora na Linguagem e no Pensamento, 2011, Porto Alegre. *Caderno de Resumos*. Porto Alegre, 2011.
- GRICE, H. P. (1967). *Logic and Conversation*. In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.
- LEVINSON, S. C. (2000). *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA and London: MIT Press.
- NICOLLE, S. (2000). *Communicated and non-communicated acts in relevance theory*. In: *Pragmatics*10(2): 233-245. Available [here](#) (pdf format). [link added 7-10-2008]
- SOARES, P. (2010). *O Padre Delator*. Porto Alegre.
- SPERBER, D.; WILSON, D. (1995). *Relevance: Communication & cognition*. 2nd ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- _____; _____. (1986). *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell.
- _____; _____. (2005). Teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 221-269.



_____; _____. (2008). *A deflationary account of metaphor*. In GIBBS, R. (Ed.) *Handbook of metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press.

VANDERVEKEN, D. (2013). *Towards a Formal Pragmatics of Discourse*. In: *International Review of Pragmatics*. v.5, n°1, p.34-69.

INDIRETIVIDADE E POLIDEZ: UMA RELAÇÃO SEMPRE POSSÍVEL?

Luzia Schalkoski Dias (PUCPR/UNINTER)

luzia.schal@gmail.com

RESUMO

O fenômeno da indiretividade linguística tem sido um aspecto amplamente estudado em áreas como a psicologia, a pragmática cognitiva e, sobretudo, a pragmática sociocultural e intercultural. No entanto, abordagens mais recentes têm questionado o pressuposto de algumas teorias (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983, BROWN e LEVINSON, 1987) de que a polidez seria a motivação primária para o uso da indiretividade pelos falantes. Dessa forma, este artigo pretende, inicialmente, evidenciar os postulados dessas teorias, as quais, tradicionalmente, têm considerado a existência de uma correlação entre indiretividade linguística e polidez. Além disso, objetiva-se discutir essa suposta correlação a partir de evidências apresentadas em diferentes estudos interculturais e também a partir da análise de um *corpus* obtido por meio da metodologia do *DCT* (*Discourse Completion Test*). Considerando-se propostas mais recentes acerca do tema, observa-se a necessidade de se ampliar a compreensão das possíveis motivações, além da polidez, para o uso de enunciados indiretos em situações em que os falantes poderiam optar por enunciados mais diretos.

Palavras-chave: Indiretividade. Polidez. Estudos interculturais.

1 Introdução

O tema da indiretividade tem ocupado estudiosos da linguagem há, pelo menos, meio século, ou seja, desde as primeiras elaborações da Teoria dos Atos de Fala. A pergunta que se tem feito desde então é a seguinte: Dada a possibilidade de comunicar uma mensagem de forma clara e direta, aderindo ao princípio de cooperação e atendendo às máximas conversacionais postuladas por Grice (1975), por que as pessoas optariam em comunicar a mesma mensagem de uma forma mais complicada, que requer mais esforço tanto por parte do falante, para produzir, como por parte do ouvinte, para compreender? Searle (1975, p. 74), no artigo *Indirect Speech Acts*, já havia proposto uma solução para esse quebra-cabeça, identificando a polidez como a principal motivação para o falante escolher realizar um ato de fala indiretamente.

A indiretividade linguística tem sido um aspecto amplamente estudado em áreas como a psicologia, a pragmática cognitiva e, sobretudo, a pragmática sociocultural e intercultural. No entanto, abordagens mais recentes têm questionado o pressuposto tradicionalmente adotado por algumas teorias pragmáticas de que a polidez seria a motivação primária para o uso da indiretividade pelos falantes. Com isso, neste artigo, busca-se evidenciar os postulados dessas teorias, as quais têm considerado a existência de uma correlação entre indiretividade

linguística e polidez. Na sequência, discute-se essa suposta correlação a partir de evidências apresentadas em diferentes estudos interculturais e também a partir da análise de um *corpus* obtido por meio da metodologia do *DCT* (*discourse completion test*).

2 A visão tradicional da relação entre indiretividade e polidez

Os pressupostos teóricos de Lakoff (1973), de Leech (1983) e de Brown e Levinson (1987), baseados no princípio de cooperação griceano, sugerem uma forte correlação entre a indiretividade linguística e a polidez.

Robin Lakoff, tomando como referência as máximas griceanas, propõe duas normas de competência pragmática: seja claro e seja polido. Entre essas duas normas, a polidez teria um lugar privilegiado na comunicação, sendo preferida em caso de dúvida. Esta última norma é desdobrada em outras (sub)normas de polidez: (a) não se imponha; (b) dê opções; (c) faça com que o interlocutor se sinta bem, seja amigável. Assim, observa-se que a subnorma (b) tem na indiretividade uma de suas formas de realização.

Leech argumenta que, enquanto o conteúdo proposicional é mantido constante, o uso de formas mais indiretas geralmente resulta em mais polidez. Segundo o autor, uma razão para o uso da indiretividade é o aumento da opcionalidade dada ao ouvinte. Outra razão consiste em que quanto maior o grau de indiretividade de uma ilocução, menor e mais hesitante tenderá a ser sua força. Nessa perspectiva, um enunciado como “atenda a porta” é percebido como menos polido do que “será que você poderia atender a porta?”. Leech parte da suposição de que quanto maior a opcionalidade dada ao ouvinte, maior é a facilidade para ele dizer não e, conseqüentemente, o enunciado é percebido como mais polido.

Brown e Levinson propõem que há uma gradação intrínseca das estratégias de polidez em termos de indiretividade, ou seja, quanto mais indireto, mais polido seria um enunciado. Ao se referirem à noção de face, de Goffman, eles argumentam que, como é do interesse mútuo dos interlocutores salvar, preservar ou apoiar a face do outro, ou os falantes evitam aqueles atos que ameaçam as faces (quando possível) ou recorrem às diferentes estratégias para atenuá-los. Entre tais estratégias, destaca-se a indiretividade.

Para Brown e Levinson (1987), assim como para Leech (1983), a indiretividade torna-se a realização última da polidez. No entanto, a correlação entre indiretividade e polidez, considerando-se a escala de estratégias proposta por Brown e Levinson, tem sido vista como problemática.

2.1 Estudos interculturais: contrapontos

Enquanto as teorias mencionadas anteriormente apontam para uma correlação entre as noções de indiretividade e polidez, estudos empíricos, como os de Blum-Kulka (1987), demonstram que, embora os dois fenômenos possam se relacionar, não são dimensões diretamente paralelas. O estudo de Blum-Kulka apresenta evidências de que a relação entre menor diretividade e maior polidez não é uma constante, estando sujeita às características culturais de cada comunidade, dependendo também da gravidade do ato de fala e de variáveis sociais – como distância e poder – que entram em jogo na interação.

A esse respeito, Escandell Vidal (1995, p. 41) menciona que a mesma estratégia pode receber diferentes atribuições de significados em duas culturas distintas. Como ilustra a autora, a forma indireta, considerada polida em espanhol *¿Puedes pasarme la sal?* (em português: “Você pode me passar o sal?”) seria vista como impolida na cultura tailandesa. Enquanto em grande parte das culturas ocidentais tal estratégia é vista como polida, porque expressa a vontade do falante de não impor seus desejos sobre o interlocutor, na cultura tailandesa é interpretada como impolida, uma vez que põe em dúvida a capacidade do destinatário. A forma polida em tailandês seria: *Ayúdeme a coger la sal* (“Ajuda-me a pegar o sal”).

Embora Brown e Levinson cheguem a admitir que algumas formas indiretas não poderiam ser consideradas polidas em determinados contextos, como quando dirigidas a um amigo íntimo, eles acabam mantendo a visão de que a percepção da polidez de um enunciado é proporcional ao grau de diretividade do mesmo. Esse posicionamento tem gerado ressalvas como as de Wierzbicka (1985), a qual relaciona o uso de formas imperativas e condicionais, no polonês, a normas e suposições culturais. Ela comenta, por exemplo, que um enunciado como “por que você não fecha a janela?” não seria interpretado como um pedido indireto no polonês, mas indicaria a percepção do falante de que o seu interlocutor está apresentando um comportamento estranho e sem lógica. Wierzbicka também observa que o uso da forma imperativa no polonês não implica necessariamente impolidez.

Autores como Locher (2004) e Mills (2003) defendem que as normas sociais e o contexto são fundamentais para a avaliação de se um enunciado indireto é considerado mais ou menos polido. De fato, reconhecemos essa limitação da teoria de Brown e Levinson, uma vez que nem sempre a forma mais indireta é avaliada pelos falantes como sendo a mais polida ou mais adequada. Culturas como a espanhola e a polonesa, por exemplo, parecem apreciar

mais a objetividade, relacionando-a à sinceridade nas interações (BERNAL, 2007; OGIERMANN, 2009). Mesmo considerando o português, nos causa estranhamento quando um familiar ou um amigo nos faz um pedido como: “Será que você poderia, por favor, fazer *x* pra mim?”. O excesso de atenuação, nesse caso, pode gerar algumas implicaturas no ouvinte (*O*), mas não necessariamente implicaturas de polidez, tais como: o comportamento linguístico do falante (*F*) expressa que *F* considera que há distância entre *F* e *O* porque *F* está aborrecido com *O*. A escolha da estratégia convencionalmente indireta e o excesso de atenuações, neste caso, poderiam ser interpretados até mesmo como impolidos, um ataque à imagem positiva de *O*.

3 Formulação de pedidos não-convencionalmente indiretos em português e em espanhol

De modo a discutir a relação tradicionalmente considerada entre indiretividade e polidez, analisaremos alguns pedidos elicitados usando-se a metodologia do *DCT* (*Discourse completion Test*). Esses dados fazem parte de um *corpus* mais amplo, que envolveu a participação de 72 informantes curitibanos e 56 montevidéanos, que foi objeto de estudo em Dias (2010). Embora não se trate de dados autênticos, supõe-se que as produções dos informantes são representativas de sua percepção de quais formulações seriam adequadas aos contextos que lhes foram apresentados. Apresentamos a seguir duas situações do *DCT* para as quais os participantes da pesquisa deveriam formular um pedido, tal qual o fariam em uma situação real similar:

SITUAÇÃO 3

Cenário: *Na cozinha de um pequeno apartamento.*

Situação: Você é um/a estudante universitário/a e divide um apartamento modesto com um/a amigo/a — do mesmo sexo e idade que você — que também é universitário/a. Vocês se conhecem há muito tempo e alternam as tarefas de limpeza do apartamento semanalmente. Seu/sua amigo/a sujou toda a cozinha na noite passada. Além disso, esta semana era a vez dele/a fazer a limpeza. Você quer usar a cozinha, mas esta está em péssimas condições e seu/sua amigo/a, como de costume, está atrasado/a no cumprimento de suas obrigações.

Você diz: —

SITUAÇÃO 7

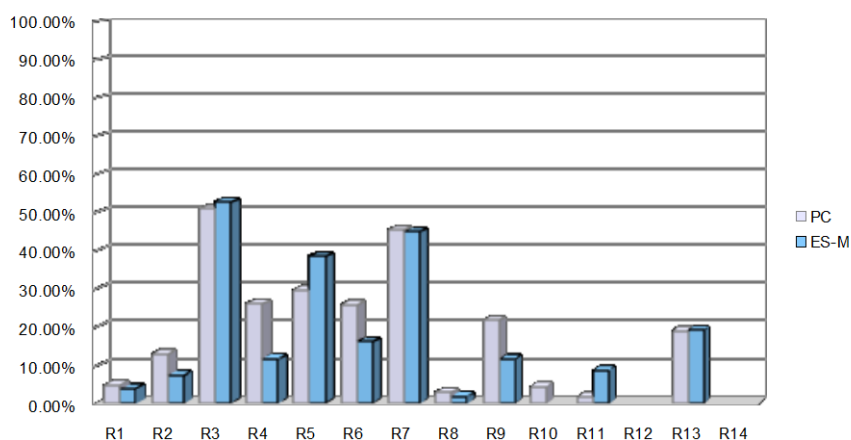
Cenário: *No banheiro da faculdade*

Situação: Você está no banheiro da faculdade quando entra um/a jovem desconhecido/a, do mesmo sexo que você e idade semelhante, e tranquilamente acende um cigarro. Você é alérgico/a à fumaça e, além disso, sabe que é proibido fumar em lugares públicos fechados.

Você diz: —

Optamos por analisar os dados produzidos para essas duas situações devido ao alto índice de ocorrência de formulações não-convencionalmente indiretas (NCI) nesses contextos específicos.

Gráfico 1 – Porcentagem das estratégias não-convencionalmente indiretas nos dados do português curitibano (PC) e do espanhol de Montevideu (ES-M)



Respostas para a situação 3 (R3):

- (1) Acho que você esqueceu de dar um "tapa" na cozinha.
- (2) Tá na hora de você se coçar!
- (3) ... conforme combinamos, cada um tem que fazer sua parte.
- (4) *A ver si nos ponemos las pilas.*
- (5) *Estaría bueno que tengamos las reglas claras para poder convivir mejor.*
- (6) *La cocina está un quilombo !!!*
- (7) ... *mirá que mugre que hay acá loco, ...*

Respostas para a situação 7 (R7):

- (8) Este cigarro vai te matar em breve.
- (9) Espero que nenhum responsável pela Facul. apareça nesse momento
- (10) Tem gente que não se toca mesmo né?! Ficar fumando essa coisa fedida em local fechado!!
- (11) *¿no ves que acá no se puede fumar?*
- (12) *Acá no se puede fumar.*

A indiretividade não-convencional caracteriza-se, principalmente, pela ambiguidade pragmática. Como indica Blum-Kulka (1989, p. 45), a interpretação dos pedidos NCI pelo ouvinte depende fortemente do contexto em que eles ocorrem, ou envolve a dependência de princípios conversacionais, como o princípio de cooperação de Grice.

De acordo com o quadro teórico e metodológico elaborado por Blum-Kulka e colaboradores (1989), os pedidos NCI inscrevem-se em duas categorias principais de pistas ou insinuações: fortes e moderadas. Vejamos como cada uma delas é caracterizada.

Pistas fortes. A força ilocucionária não é imediatamente derivável da proposição; no entanto, a proposição faz referência a elementos relevantes do ato ilocucionário pretendido. Tais elementos normalmente se relacionam a pré-condições para a realização do ato pretendido. As insinuações não são formas convencionalizadas e, por isso, requerem mais atividade inferencial por parte do ouvinte. Por exemplo, a partir da intenção de conseguir uma carona, o falante pode fazer uma pergunta como “Você está de carro?”, deixando margem para interpretações variadas por parte do ouvinte, já que tal enunciado pode ser entendido como: a) uma pergunta real, ou seja, o falante não sabe se *O* está de carro ou não; b) uma oferta de carona por parte de *F*, ou ainda c) um pedido de carona por parte de *F*.

Pistas moderadas. A locução não contém elementos de relevância imediata para a interpretação da ilocução pretendida. Assim, há maior necessidade de o ouvinte recorrer às informações do contexto situacional e maior trabalho inferencial. Por exemplo, considerando-se a intenção de conseguir que o interlocutor limpe a cozinha, o falante poderia dizer: “Você tem estado bem ocupado ultimamente, não?”. O falante não menciona elementos essenciais para a interpretação do enunciado como um pedido, tais como “cozinha”, “sujeira”, “limpeza” ou “limpar”.

3.1 Análise dos resultados

As maiores convergências interlinguísticas quanto ao uso dos enunciados NCI ocorreram na R3 (cozinha), situação com mais ocorrências, com pouco mais de 50% nas duas línguas, seguida da R7 (cigarro), com porcentagens em torno de 45% nas duas variantes. Acreditamos que o alto índice de estratégias NCI na R3 e R7 não deveria ser atribuído unicamente ao elevado grau de imposição do ato solicitado sobre o ouvinte. É provável que também se deva à necessidade de *F* de salvar a própria imagem. Como *F* está em situação de igualdade de poder nas duas situações e, portanto, não pode obrigar o ouvinte a realizar o ato em questão, apenas pedir (ou insinuar, ameaçar, insultar etc.), consideramos que o risco de perda da imagem para *F* é grande. Como, nos dois casos, temos pedidos que implicam uma reprovação sobre o comportamento do ouvinte, a maior presença de estruturas indiretas não parece estar voltada exclusivamente ao desejo de não imposição sobre o interlocutor, como supunha a teoria de Brown e Levinson. Ao contrário, muitas das insinuações presentes na R3 e R7 pretendem expressar a insatisfação do falante com o estado de coisas provocado pelo ouvinte.

Por fim, independentemente dos fatores contextuais externos (como “distância” e “poder”), o tipo e pedido foi determinante para o uso dos enunciados NCI. Assim, supomos que o maior uso dos pedidos NCI nas situações que implicavam também uma reprovação se deva, principalmente, à consideração do risco de perda de imagem, tanto para *F* como para *O*. A vagueza pragmática decorrente da falta de referência explícita a algum dos elementos relevantes do ato pretendido (o que se pretende que seja feito e\ou quem deverá fazê-lo, como mostram os exemplos de 1 a 12), resulta em uma estratégia de *F* para salvar a própria imagem e, de passagem, também a imagem de *O*. Entretanto, não consideramos que, por si só, a indiretividade não-convencional livraria esse tipo de pedido de um certo grau de imposição sobre *O*, já que há uma reprovação implícita.

Considerando a R7 (cigarro), é interessante notar que foi a situação na qual vários informantes (23 no PB e 9 no ES-U) optaram por não fazer o pedido. De modo geral, esses informantes registraram nos questionários que “não diriam nada e sairiam do local o mais rápido possível”. Vale lembrar que, na perspectiva de Brown e Levinson, a estratégia máxima de preservação das imagens, em situações em que o risco de perda de imagem é grande, seria a não realização do ato de fala que ameaçaria a imagem do interlocutor. Assim, vemos esse número considerável de abstenções como um indício a mais de que os participantes teriam, de fato, avaliado que a R7 oferecia um alto risco de perda de imagem, sobretudo para o próprio falante.

4 A indiretividade além da polidez: perspectivas futuras

Os estudos interculturais tem se pautado tradicionalmente na relação entre indiretividade e polidez, considerando esta última como a razão principal para a ocorrência daquela. Pouco se discute sobre outras motivações que os falantes teriam para empregarem enunciados indiretos em situações em que poderiam ser diretos. Nesse sentido, parece-nos que a proposta de Pinker e colaboradores (2008) pode trazer contribuições importantes para a compreensão dessas “outras motivações” que levariam os falantes a optarem pela indiretividade discursiva. Os autores questionam a visão de que a polidez é a motivação primária para a indiretividade e propõem uma teoria tri-partida do discurso indireto, com base na ideia de que a comunicação humana envolve uma mescla de cooperação e conflito. Eles propõem uma explicação alternativa em termos de recompensa para o falante e para o ouvinte, e da natureza digital da interpretação da linguagem. Sintetizamos a seguir as três partes que constituem tal teoria.

I) **Pedidos indiretos possibilitam a negação.** Assim, um ouvinte cooperativo pode aceitar o pedido, mas um ouvinte não cooperativo pode não reagir a ele. Os autores apoiam essa ideia num modelo teórico de jogo (*game-theoretic model*) que prediz o custo e os benefícios de pedidos diretos e indiretos para o falante.

II) **A linguagem tem duas funções**, que é transmitir informação e negociar o tipo de relação percebida entre falante e ouvinte (dominância, comunidade, reciprocidade). O custo emocional de uma discordância quanto ao tipo de relação suposto pode criar a necessidade de uma negação plausível e, portanto, de escolher a indiretividade mesmo quando não há custos concretos, como perda financeira, por exemplo.

III) **As pessoas percebem a linguagem como um meio digital**, que permite a uma sentença gerar conhecimento comum entre os interactantes; propagar uma mensagem com alto grau de fidelidade; e servir como um ponto de referência em jogos de coordenação das estratégias a serem utilizadas. Esta característica torna um pedido indireto qualitativamente diferente de um direto, mesmo quando o falante e o ouvinte podem inferir as intenções um do outro com alto grau de confiança.

Diferentemente das teorias do discurso indireto que se baseiam na premissa de que a conversação humana é uma atividade cooperativa em que os parceiros conversacionais trabalham juntos em direção a um objetivo comum (a exemplo do postulado nas teorias de Grice (1975) e Brown e Levinson (1987)), Pinker e colaboradores argumentam que o discurso indireto surge como uma solução ótima independentemente de o falante ter a cooperação ou o conflito como objetivo. Tal argumento baseia-se na ideia fundamental da biologia evolutiva de que a maioria das relações envolve combinações de cooperação e conflito (PINKER, NOWAK e LEE, 2008, p. 833).

Terkourafi (2011, p. 2862) destaca que o mérito dessa proposta está no argumento dos autores de que ‘polidez e indiretividade não residem na mesma escala, mas são mecanismos distintos elicitados por diferentes tipos de encontros sociais’ [Tradução minha]. A autora lembra, entretanto, que tal descoberta não é nova, já que vários estudos anteriores, sobretudo em pragmática intercultural, evidenciaram que as pistas (*hints (off-record indirectness)*) não são universalmente percebidas como polidas, o que explicaria a importância das formulações convencionalmente indiretas para a polidez.

A alusão à discordância entre as preferências do falante e do ouvinte, o apelo à teoria do jogo e a princípios da biologia evolutiva ao considerar o discurso polido já haviam sido observados por Van Rooij (2003, apud TERKOURAFI, 2011, p. 2862), porém a pesquisa de Pinker e colaboradores, apoiada por resultados experimentais, aprofundou a compreensão

desses aspectos. Segundo Terkourafi, a principal contribuição dessas novas pesquisas (PINKER, NOWAK e LEE, 2008; LEE e PINKER, 2010) para a literatura sobre o tema está em explorar as possíveis funções da indiretividade acima e além da polidez. Ela reconhece a validade da proposta, mas sugere uma ampliação da teoria, para dar conta do uso de enunciados indiretos nos casos em que não é necessário deixar margem para uma possível negação, como ocorre nas interações entre pessoas próximas, podendo servir, inclusive, para ressaltar o conhecimento comum entre os interlocutores e/ou construir a identidade do falante.

Outra ressalva feita por essa autora, refere-se ao fato de que ao rejeitar a polidez como uma explicação para a indiretividade não-convencional, Pinker e colegas basicamente substituem a polidez pela possibilidade de negação (*deniability*), sendo que a possibilidade de negação é um elemento essencial da indiretividade motivada pela preservação da face, nos termos de Brown e Levinson (1987). Como bem expõe Terkourafi (2011, p. 2864), “talvez uma forma mais produtiva de abordar o problema dos enunciados indiretos consista em abandonar a busca por uma única explicação, aderindo-se à possibilidade de que a indiretividade pode ser o resultado de várias motivações diferentes, e às vezes opostas” [Tradução minha]. Por fim, a autora aponta a necessidade de uma teoria do discurso indireto que leve em conta vários componentes, uma vez que os enunciados são tipicamente multifuncionais e podem servir a diferentes propósitos a cada ocorrência.

5 Considerações finais

Com o exposto, observamos a necessidade de pesquisas futuras que busquem ampliar a compreensão das possíveis motivações, além da polidez, para o uso de enunciados indiretos não-convencionais (*off-record*). A partir das colocações de Terkourafi, consideramos que o desenvolvimento de tais pesquisas poderá trazer importantes contribuições para os estudos socioculturais e interculturais em uma perspectiva pragmática.

REFERÊNCIAS

- BERNAL, M. (2007). *Categorización sociopragmática de la cortesía y la descortesía: un estudio de la conversación coloquial española*. Estocolmo. 232 f. Doctoral dissertation, Universidad de Estocolmo.
- BLUM-KULKA, S. (1987). Indirectness and politeness in requests: Same or different? *Journal of Pragmatics*, 11, p. 131-146.

_____ (1989). Playing it safe: the role of conventionalaty in indirectness. In: BLUM-KULKA, S.; HOUSE, J.; KASPER, G. (ed.). *Cross-Cultural Pragmatics: Requests and Apologies*. Norwood, NJ: Ablex, p. 37-70.

BLUM-KULKA, S.; HOUSE, J.; KASPER, G. (1989). *Cross-cultural pragmatics: requests and apologies*. Norwood, NJ: Ablex.

BROWN, P.; LEVINSON, S. (1987). *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge University Press.

DIAS, L. S. (2010). *Estratégias de polidez linguística na formulação de pedidos e ordens contextualizados: um estudo contrastivo entre o português curitibano e o espanhol montevideano*. 224 f. Tese de doutorado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ESCANDELL-VIDAL, V. (1995). Cortesía, fórmulas convencionales y estrategias indirectas. *Revista española de lingüística*, 25, p. 31-66.

GRICE, H. P. (1982 [1975]). Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. (ed.). *Fundamentos metodológicos da lingüística: problemas, críticas, perspectivas da lingüística*. Tradução: João Wanderlei Geraldi. São Paulo: UNICAMP, 5, p. 81-103.

LAKOFF, R. (1973). The Logic of Politeness; or, Minding your P's and Q's. *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, p. 292-305.

LEE, J.; PINKER, S. (2010). Rationales for indirect speech: the theory of the strategic speaker. *Psychological Review*, 117 (3), p.785-807.

LEECH, G. (1983). *Principles of Pragmatics*. London: Longman.

LOCHER, M. A. (2004). *Power and Politeness in Action: Disagreements in Oral Communication*. Berlin-New York: Mouton.

MILLS, S. (2003). *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press.

OGIERMANN, E. (2009). Politeness and in-directeness across cultures: A comparison of English, German, Polish and Russian requests. *Journal of Politeness Research*, v. 5, p. 189-216.

PINKER, S.; NOWAK, M.; LEE, J. (2008). The logic of indirect speech. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105 (3), p. 833-838.

SEARLE, J. R. (1975). Indirect Speech Acts. In: COLD, P., MORGAN, J., *Syntax and Semantics*, vol. 3. New York: Academic Press, p. 59-82.

TERKOURAFI, M. (2011). The puzzle of indirect speech. *Journal of pragmatics*, 43, p. 2861-2865.

WIERZBICKA, A. (1985). Different cultures, different languages, different speech acts. *Journal of Pragmatics*, 9, p. 145-163.